

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

BRUNO DE SOUZA LESSA

**Disposições sustentáveis - Um olhar biográfico e sociológico para a
Educação para a Sustentabilidade**

**Porto Alegre – RS, Brasil.
Novembro de 2019**

BRUNO DE SOUZA LESSA

**Disposições sustentáveis - Um olhar biográfico e sociológico para a
Educação para a Sustentabilidade**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em
Administração.**

Linha de Pesquisa: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

**Porto Alegre – RS, Brasil.
Novembro de 2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Lessa , Bruno de Souza
Disposições Sustentáveis - Um olhar biográfico e
sociológico para Educação para a Sustentabilidade /
Bruno de Souza Lessa . -- 2019.
184 f.
Orientador: Fernando Dias Lopes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2019.

1. Educação para Sustentabilidade . 2. Pesquisa
Biográfica . 3. Disposições . 4. Reflexividade . 5.
Sociologia da Educação . I. Lopes, Fernando Dias,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRUNO DE SOUZA LESSA

**Disposições sustentáveis - Um olhar biográfico e sociológico para a
Educação para a Sustentabilidade**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em
Administração.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Dias Lopes (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Célia Elizabete Caregnato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Educação

Prof^a. Dr^a. Cláudia Simone Antonello
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho
Universidade Federal do Ceará

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos membros da banca. À professora Cláudia Simone Antonello, uma verdadeira inspiração no decorrer dessa trajetória por ser um exemplo não apenas de pesquisadora e professora, mas também de ser humano com um coração extraordinário. Ao professor José Carlos Lázaro da Silva Filho, um amigo e parceiro desde o mestrado, que sempre acreditou no meu trabalho e aceitou o convite para integrar mais uma etapa da minha trajetória. E, agradeço também, de coração, à queridíssima professora Célia Elizabete Caregnato, pela parceria e confiança em todos os momentos dessa construção, tanto dentro quanto fora de sala de aula.

Ao meu querido orientador, Fernando Dias Lopes, um exemplo de intelectual sério e engajado, um incentivador e parceiro em todas as etapas deste texto.

Aos amigos queridos do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS, tanto aqueles que entraram comigo quando os que vieram depois, foram fundamentais para as reflexões que culminaram nesta tese. Em especial, deixo meu carinho a Caroline Capaverde e Paulo Cerqueira, porém sou grato a todos os outros que passaram por essa trajetória, estão guardados para sempre na memória e no coração.

Aos amigos do PPGEduc. Sem as trocas bourdieusianas e lahireanas que tivemos no decorrer desses anos, esta tese teria ficado profundamente incompleta.

Aos amigos do Arkham, um grupo de seletos intelectuais de altíssimo nível. Sem as reflexões dessas potências, seria impossível que esta tese tivesse sido produzida. Embora todos sejam igualmente importantes para mim, deixo meu carinho especial ao Roberto Ferreira, amigo, parceiro, irmão de trajetória, dentro e fora da academia, há mais de duas décadas, um exemplo de paciência, fidelidade e nobreza.

Aos amigos de Porto Alegre como um todo, mas em especial a Marcio Euzébio e Paola Figueiró, que me receberam tão bem desde o início da trajetória.

Aos amigos da AGAPAN e do Escritório de Trabalho por terem me emprestado seus ouvidos e vozes aos sábados.

A José Francisco Bernardes Milanez, que me confiou a sua vida e a tarefa (ainda incompleta) de registrá-la em forma de tese. O exemplo, a entrega e o compromisso com todas as causas no decorrer da sua vida me transformaram profundamente no decorrer desta pesquisa. A amizade e confiança que construímos nessa trajetória, tenho certeza, levarei para toda a vida.

À minha companheira de jornada, Ana Clara. Sem a sua paciência, sem o seu carinho e amor, nada disso teria acontecido. Você é uma das minhas principais inspirações intelectuais e de força para a vida.

E, essencialmente, à minha família, o pilar central que me sustenta. Sem o exemplo de força, leveza, paciência e resiliência da minha mãe; sem a sagacidade, inteligência, e companheirismo da minha irmã e sem o exemplo de nobreza, hombridade, genialidade, compromisso e honra do meu pai, eu nada seria.

À sociedade brasileira, representada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento deste trabalho.

“Quando você sabe como olhar, as continuidades são mais impressionantes que as rupturas”

Pierre Bourdieu

RESUMO

Esta tese teve como objetivo central defender o argumento de que o patrimônio de disposições de um indivíduo não pode ser compreendido a partir de um período parcelado de sua trajetória biográfica, ou mesmo de um evento isolado de sua vida social. Para a compreensão ampla do patrimônio disposicional de um indivíduo, se faz necessário o remonte de sua biografia sociológica para que, assim, o seu patrimônio de disposições possa ser confrontado com os quadros contextuais plurais pelos quais ele transitou. Entretanto, a trajetória biográfica dos indivíduos não se constrói por meio da adequação mecânica entre disposições e quadros contextuais, pois como os atores são dotados de capacidades reflexivas, eles podem engendrar processos de pensamento acerca das suas práticas e, assim, transformar a si e as suas trajetórias, dialeticamente. Em outras palavras, esta tese defende o argumento de que a reflexividade media a atualização do patrimônio disposicional, e que essa reflexividade, por sua vez refrata posições morais que o indivíduo possui a partir do lugar que ocupa no espaço social. Em termos teóricos, esta tese remonta à sociologia de Pierre Bourdieu, e a atualiza criticamente por meio das contribuições de Bernard Lahire para debater a heterogeneidade e pluralidade do habitus. Além disso, recorre à noção de reflexividade desses dois autores e as articula com a noção de momentos de crise, apresentada por Luc Boltanski, para avançar com as reflexões acerca da forma que a reflexividade é apresentada por Bourdieu e modificada por Lahire. Ao agregar esses três aportes teóricos, esta tese contribui e avança com o debate acerca da mediação moral que a reflexividade faz na dialética entre estrutura e agência. Em termos metodológicos, para sustentar o argumento proposto, esta tese recorre à construção da biografia sociológica de José Francisco Bernardes Milanez, ambientalista e ativista gaúcho histórico, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), uma das pioneiras no contexto nacional. O remonte da biografia sociológica de Milanez confirmou as questões epistemo-teóricas que foram argumentadas na tese, à medida em que no decorrer de sua trajetória ficou patente que era a reflexividade mediada por uma moral social que articulou no decorrer da sua biografia sociológica os conflitos que emergiram entre as estruturas objetivas e subjetivas com as quais ele tinha que lidar e suas possibilidades de agência. Em outras palavras, foi a reflexividade, transversalizada por uma moral societária, que fez a mediação entre o patrimônio de disposições de Milanez e os quadros contextuais pelos quais ele transitou no decorrer de sua trajetória.

Palavras-chave: Bourdieu. Lahire. Boltanski. Reflexividade. Biografia Sociológica.

ABSTRACT

This thesis aimed to defend the argument that an individual's stock of dispositions cannot be fully comprehended based on a segmented period of his biographical trajectory, or even from an isolated event of his social life. For a broader understanding of an individual's dispositional stock, it is necessary to remount his sociological biography so that his stock of dispositions can be confronted with the plural contextual frameworks through which he lived. Nevertheless, individuals' biographical trajectories are not constructed through a mechanical adequacy between dispositions and contextual frameworks, insofar as actors are endowed with reflexive capacities, they can engender reflexive processes about their practices and, hence, to change themselves and their trajectories dialectically. This thesis defends the argument that reflexivity mediates the updating process of individuals' stock of dispositions, and that this reflexivity, in turn, refracts moral positions the individual holds, which come from the place he occupies in the social space. In theoretical terms, this thesis takes advantage of Pierre Bourdieu's sociology, and critically updates it through Bernard Lahire's contributions to debate the heterogeneity and plurality of the habitus. Furthermore, it employs the notion of reflexivity from these two authors and articulates it with the idea of moments of crisis presented by Luc Boltanski to advance the reflections about the way reflexivity is depicted by Bourdieu and modified by Lahire. By aggregating these three theoretical apparatuses, this thesis contributes and advances with the debate about the moral mediation that reflexivity makes in the dialectics between structure and agency. In methodological terms, to support the argument proposed, this thesis builds sociological biography of José Francisco Bernardes Milanez, historical environmentalist and activist from Rio Grande do Sul, president of the *Gaucha* Association for the Protection of the Natural Environment, one of the pioneering associations for the cause in Brazil. The background of Milanez's sociological biography confirmed the epistemo-theoretical issues brought forward and defended by this thesis, inasmuch as throughout his trajectory it became clear that the reflexivity mediated by a social morality that enabled him to articulate the conflicts emerging between the objective and subjective structures and his possibilities for agency throughout his sociological biography. In other words, it was the reflexivity transversalized by a societal morality that mediated Milanez's processes of socialization taking place in order to build the interaction between his stock of dispositions and the contextual frameworks through which he transited during his social trajectory.

Keywords: Bourdieu. Lahire. Boltanski. Reflexivity. Sociological Biography.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Entrevistas de Francisco Milanez para a mídia convencional.....	183
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AP: Ação Pedagógica

AuP: Autoriade Pedagógica

DS: Desenvolvimento Sustentável

EJA: Educação de Jovens e Adultos

EpS: Educação para a Sustentabilidade

IES: Instituições de Ensino Superior

MST: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONU: Organização das Nações Unidas

RSC: Responsabilidade Social Corporativa

SE:

TBL: *Triple Bottom Line*

TE: Trabalho Escolar

TP: Trabalho Pedagógico

SUMÁRIO

PRÓLOGO	13
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	21
1.1.1 Objetivo Geral.....	21
1.1.2 Objetivos Específicos.....	22
2 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO SOCIAL INVESTIGADO	23
2.1 Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Educação	23
2.2 Educação para a Sustentabilidade (EpS) e o Ensino Superior: desafios e barreiras	27
2.3 Educação para Sustentabilidade: avanços nacionais e internacionais	33
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	39
3.1 O Papel do Sistema Escolar na Reprodução de Ordens Sociais	39
3.2 O <i>habitus</i>	43
3.3 Os Campos sociais	45
3.4 Os Capitais	48
3.5 A sociologia disposicionalista de Bernard Lahire: justificativas para uma sociologia em escala individual	51
3.6 A reflexividade na sociologia bourdieusiana – Limites e possibilidades de avanço	58
3.7 A tentativa de resolver controvérsias fundamentais	60
3.8 O <i>habitus</i> como instrumento mediador	61
3.9 <i>Hysteresis</i>, o trabalho sociológico e a reflexividade	63
3.10 A reflexividade sociológica com e contra si própria	65
3.11 O peso do mundo objetivo em Bourdieu	66
3.12 A questão da reflexividade em Bernard Lahire – Conceitos, possibilidades e limitações	67
3.13 O que Luc Boltanski tem a oferecer a Pierre Bourdieu e a Bernard Lahire?	72
3.14 “Somos todos reflexivos”	73
3.15 A importância do estudo dos momentos de crise	74
3.16 A gravidade do <i>bem comum</i> nas condutas individuais	77

3.17 De que maneira Boltanski sinaliza um avanço a Bourdieu e Lahire?	78
4 DESENHO METODOLÓGICO	80
4.1 Implicações Metodológicas das Contribuições Lahireanas	80
4.2 Encadeamentos Prático-Operatórios	84
4.3 Perfil do Ator Biografado	89
5 POR QUE (E COMO) BIOGRAFAR JOSÉ FRANCISCO BERNARDES MILANEZ?	90
5.1 A infância como fonte e marca da vida - <i>O Pater familia</i>	92
5.2 A Constelação Familiar	100
5.3 Sobre os irmãos.....	102
5.4 A escola como amor e ódio - Entre o sofrimento e o prazer	117
5.5 Uma vida em vários mundos	130
5.6 Entre a academia, a militância, a família e o trabalho	132
5.7 Um mestrado de trinta anos	140
5.8 Atravessando ruas em busca de diálogo.....	144
5.9 Decisões difíceis, recompensas maravilhosas.....	148
5.10 O poder e as palavras.....	154
5.11 Muitos caminhos, uma só busca – A vida reconectada e feliz numa nova sociedade com espaço para todos os seres.....	158
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS	177

PRÓLOGO

Comecei a minha trajetória docente aos dezoito anos de idade na minha cidade natal, Fortaleza, capital do Ceará. Poucos meses antes tinha iniciado a graduação em História e, ao me confrontar com as contradições e relações de poder inerentes ao espaço de sala de aula, iniciei uma série de autoquestionamentos (que seguem durante a minha trajetória) sobre qual seria meu papel como professor, isto é, porque eu deveria ensinar.

Dar aulas numa grande escola particular em uma capital nordestina, com profundas desigualdades sociais, me fez acreditar que as minhas possibilidades contributivas a partir do espaço da sala de aula, infelizmente, não seriam as maiores, porém via, paulatinamente, que poderia realizar algum de tipo de transformação por meio de uma “pedagogia do exemplo”. Assim, numa perspectiva que para mim hoje é um tanto ingênua, eu talvez conseguisse romper com determinadas lógicas reprodutivas das relações de poder e dominação que emergiam, a meu ver, como continuidades quase inexoráveis.

Essa ideia, impregnada de um sentimento de autoindulgência, se tornou uma espécie de “porto seguro” de uma visão de mundo semionírica sobre meu papel enquanto educador até o início de 2005. Desse período até o final de 2007, tive a oportunidade de trabalhar com diferentes atores sociais ligados a Educação de Jovens e Adultos (EJA) membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Essa experiência foi um divisor de águas, pois me permitiu sair de um espaço de uniformidade social e me fez confrontar outra realidade: a dos movimentos sociais engajados com a transformação social de fato, algo que eu ainda não havia vivenciado. Além disso, essa experiência me permitiu ver e conviver com a miséria profunda que assola historicamente o interior do Ceará.

Naquele momento, o contato com o método Paulo Freire me fez ver e acreditar que um outro modelo de ensino e aprendizagem, diferente da reprodução conteudística e formalista do ensino formal, seria perfeitamente realizável. Contudo, constatei que essa transformação apenas seria exequível se a proposta educacional, desde que no seu nascedouro, selecionasse aqueles que estivessem realmente dispostos a aderir a essa práxis. Em outras palavras, só seria possível dar as condições subjetivas àqueles já possuidores das condições objetivas de perceber suas capacidades de transformar as relações de opressão nas quais estavam inseridos.

Em certa medida, reforcei essa visão posteriormente ao participar de outro movimento social que auxilia jovens vindos de regiões pobres do interior e da capital do Ceará a se capacitarem para enfrentar o vestibular. O programa de ensino estabelecido pelo movimento é fundado na educação cooperativa, no qual alunos e professores, horizontalmente, se ajudam e desenvolvem métodos que os permitam aprender de maneira solidária os conteúdos formalizados necessários para ter sucesso na prova. Os êxitos desse alunado e as novas formas de organizar que vi e vivenciei me permitiram ver também que mudar era possível até certo ponto, desde que condições objetivas e subjetivas convergissem.

No Doutorado, iniciei os estudos sobre Educação para Sustentabilidade no âmbito do ensino superior em cursos de Administração. O contato com artigos, dissertações e teses sobre o assunto me fizeram saltar aos olhos não só os avanços realizados pelos diversos agentes na área, mas, principalmente, os entraves, obstáculos ou barreiras (a nomenclatura muda, mas a questão permanece) que os trabalhos realizados por outros pesquisadores brilhantemente salientaram.

Na minha ótica de pesquisador neófito, o espaço universitário constituído sócio-historicamente para ser profundamente formalizado, espaço este onde as relações de poder são norteadas pela legitimidade vinda seja do Estado ou de práticas que já são normativamente imperativas, tornariam o engajamento para a construção de mudanças paradigmáticas uma luta quase hercúlea que, aparentemente, já nasceria perdida. Dito de outra maneira, as transformações possíveis surgiriam apenas nos espaços (e em pessoas) que foram gerados para o fim específico de cria-las, onde as transformações subjetivas já seriam estruturalmente exequíveis.

Esta proposta é uma tentativa de responder problemas onto-epistemo-teórico-práticas que, em larga medida, convergem. Primeiro, descortinar os porquês das resistências estruturais e individuais que se apresentam no campo educacional, mais especificamente da Sustentabilidade. Segundo, desvelar os mecanismos operísticos que fazem com que individualmente os princípios que permeiam a Sustentabilidade sejam aceitos por determinados atores sociais. Terceiro, descortinar quais as dinâmicas praxiológicas que atualizam esses esquemas operísticos que norteiam os indivíduos em direção à Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Sustentabilidade como uma “agenda mundial”, pensada enquanto um conjunto de iniciativas engendradas por órgãos transnacionais, emerge no cenário mundial a partir da década de 70, do Século XX (EGMOND; VRIES, 2011; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; BRUNSTEIN; JAIME; CURI; D'ANGELO; MAINARDES, 2015; ÁVILA et al., 2017). Ela surge também como uma resposta às crises ambientais e sociais resultantes dos mecanismos de reprodução do grande capital. Grosso modo, a Sustentabilidade ressalta um compromisso com o equilíbrio entre o lucro econômico, o engajamento social e responsabilidade com o ambiente natural. Em outras palavras, organizações e indivíduos deveriam ir além da lógica econômica neoclássica, orientada ao auto-interesse, à maximização de resultados e ao mero lucro econômico, passando a pensar de forma integrada entre os âmbitos econômicos, sociais e ambientais da vida humana.

Esse discurso emergente sugere uma mudança paradigmática. Uma transformação na orientação “compartimentada” sobre como as pessoas veem o mundo. É uma tentativa de ver o mundo social de uma forma mais holística e integradora, rompendo com a visão cartesiana na qual sujeitos (pessoas) e objetos (meio ambiente) estariam separados. No limite, a forma compartimentada de “ver” o mundo social resultaria nas maneiras descompromissadas e egoístas de agir, algo que ocasiona, factualmente, a despreocupação generalizada com as outras pessoas e com o ambiente natural.

Com efeito, o conjunto de conhecimentos típicos dessa separação cartesiana entre sujeito e objeto, no caso, o positivismo (na sua tentativa de encontrar a realidade objetiva externa aos agentes), o funcionalismo (expresso na crescente divisão social das atividades humanas) e o economicismo de inspiração neoclássica (que preconiza sujeitos auto-interessados e maximizadores de resultados) seriam partes fundantes da maneira de pensar o mundo social e dos resultados catastróficos que ela geraria na contemporaneidade. Esse conjunto supracitado de conhecimentos permeia a forma tradicional de pensar o mundo das organizações.

Contudo, não é possível imaginar que essas formas de pensar e agir, tanto a orientada à Sustentabilidade quanto a tradicional cartesiana, se fomentariam nos indivíduos de forma idealista, ou seja, como se tais formas de pensar o mundo fossem transferidas aos atores sociais “por mágica”, meramente, porque tais ideias passaram a figurar na

consciência coletiva na contemporaneidade. Dito de outra forma, não seria simplesmente porque tal ideário surge num determinado contexto sócio-histórico que os atores o absorveriam e o objetificariam por meio de práticas nos seus diversos contextos de ação. Nesse sentido, tanto as formas de pensar orientadas à Sustentabilidade quanto os modelos tradicionais, precisariam ser inculcados nos indivíduos por meio de alguma forma de socialização, sistematizada e repetida por meio de algum aparato educacional. Sendo assim, evidencia-se o papel central da educação para reforçar (ou contestar) como os indivíduos percebem, avaliam e agem nos espaços sociais nos quais interagem.

Considerando os pontos acima, o sistema formal de ensino, seus diferentes níveis e suas formas organizacionais são essenciais para que uma educação orientada à Sustentabilidade se construa de forma a causar uma mudança paradigmática em alguma medida. Dessa maneira, as escolas (em seus diferentes níveis) podem ser compreendidas como espaços dialéticos de integração e conflitos, isto é, de sociabilidade permanente, como sugerem Emile Durkheim ou Pierre Bourdieu, tendo centralidade na maneira como os mais variados discursos educativos, sejam reprodutivistas ou subversivos, se objetivam para e na sociedade.

Contudo, é imperativo notar que os indivíduos não são socializados apenas na escola, pois têm vivências familiares que antecedem a convivência escolar e, mesmo durante o período no qual estão na escola, sofrem influências de outros indivíduos e de contextos de ação que transversalizam o ambiente escolar.

Assim, pensando na centralidade dos processos educativos formais, mas sem negar a importância dos informais na formação dos indivíduos, esta proposta de tese tem como foco mais central o estudo do engajamento na Sustentabilidade por parte de determinados atores sociais. Parte-se do pressuposto de que embora o processo de ensino formal possa engendrar em algum nível a mudança paradigmática, o reconhecimento dos conteúdos “holísticos” (que se diferenciam da lógica tradicional cartesiana) só é possível porque os atores sociais são dotados de um patrimônio de disposições para crer e agir no qual as mudanças (enquanto práticas diferenciadas) sugeridas pela Sustentabilidade são reconhecidas. Tal patrimônio individual de disposições é plural tanto nas suas formas de objetivação quanto em seu conteúdo subjetivo, tendo sido construído, desconstruído e reconstruído por meio de processos de socialização que são remontáveis aos variados contextos de socialização nos quais esses indivíduos interagiram no decorrer de suas vidas. Além disso, trabalhou-se com a concepção de que esse patrimônio é atualizado no âmbito prático por meio de críticas orientadas por uma determinada moral acerca do bem coletivo.

Alinhando-se com o argumento acima, pesquisas anteriores (FIGUEIRO, 2015; PALMA, 2015; SCHUTEL, 2015; TIANA; MORILLA; CARRERA; ROMENTOL, 2017; ÁVILA *et al.*, 2017) ressaltam que existem determinadas barreiras para a consecução de uma educação modificadora de paradigmas. Tais barreiras se objetificam no ensino formal, por exemplo, na forma como os currículos de muitas instituições de ensino superior estão montados ou como se ministram as disciplinas relativas à Sustentabilidade nas universidades públicas no Brasil. Em sala de aula, por outro lado, esses obstáculos podem ser explicados por meio da teoria bourdieusiana do *habitus*, através de uma diacronia entre o sistema de esquemas de apreciação, avaliação e ação dos alunos (seus *habitus* no sentido bourdieusiano) e a forma de pensar e agir no mundo social que a Sustentabilidade recomenda. Com efeito, ainda macrossociologicamente, pode-se teorizar que a diacronia entre os *habitus* dos alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e os conteúdos sobre Sustentabilidade faz com que os primeiros atribuam um menor valor simbólico aos últimos dentro de uma hierarquia na qual os conteúdos tradicionais típicos da teoria econômica neoclássica, do positivismo e funcionalismo têm maior valor.

Como já dito anteriormente, as pesquisas referenciadas evidenciaram as resistências enfrentadas pela Sustentabilidade, resistências que se objetivaram em diferentes níveis, indo do setor administrativo nas organizações de ensino superior estudadas, até aquelas que os alunos apresentam em sala de aula para apreensão dos conteúdos relativos ao tema. Meu interesse de pesquisa foi inicialmente focalizado no nível da sala de aula, pois foi lá onde minhas vivências profissionais se construíram e, parafraseando o pensamento de Durkheim e Mauss (2009), esse nível menor reflete e influencia no que ocorre nos níveis mais altos das organizações sociais. Esta tese estava, primeiramente, voltada a entender os porquês dessas resistências e a utilização da lente teórica fornecida pela ideia de *habitus* em Pierre Bourdieu possibilitou uma explicação teórica apropriada para o surgimento delas.

Para isso, tomou-se o *habitus* como uma fórmula geradora de práticas, construída por conjuntos de conhecimentos mais ou menos legítimos (os capitais) reconhecidos nos ambientes de socialização nos quais os agentes transitam no decorrer de suas trajetórias (os campos). Por meio desse aparato conceitual bourdieusiano, a ser melhor detalhado na segunda seção desta tese, foi possível responder teoricamente (e macrossociologicamente) que essas resistências seriam fruto de uma diacronia entre os *habitus* dos alunos dos cursos de Administração e os princípios da Sustentabilidade, uma vez que os últimos são

alicerçados no equilíbrio entre a possibilidade de lucro econômico, responsabilidade social, colaboração e respeito ao ambiente natural.

Essa diacronia se fundamenta, utilizando ainda o aparato conceitual fornecido por Bourdieu, também no fato de que os conteúdos vistos com maior legitimidade pelos alunos (os capitais culturais do campo) são aqueles oriundos da economia neoclássica, isto é, na visão de homem como um *homo economicus* auto-interessado, utilitarista, que procura permanentemente a maximização dos resultados pessoais. Essa explicação permitiu entender o surgimento das resistências, porém deixou aberta a questão sobre como ocorre que outros indivíduos não apresentem tais resistências e, pelo contrário, reconheçam os princípios da Sustentabilidade como mais legítimos que aqueles da economia neoclássica, do chamado *mainstream* ou do *business as usual*.

Empiricamente, porém, é necessário admitir que há, em alguma medida, um forte reconhecimento de tais conteúdos, pois existem atores sociais que reconhecem material e simbolicamente os princípios da Sustentabilidade e se engajam neles de diferentes formas no decorrer de suas vidas, seja por meio do ativismo social, das suas atuações profissionais ou de ambas as formas. Se a explicação macrosociológica fosse determinística, não existiriam os profissionais que atuam na militância da Sustentabilidade, assim como não existiriam ativistas ambientais, pois os conteúdos repassados no sistema de ensino formal, no qual a maioria dos atores transita, seriam inculcados com tamanho sucesso que a Sustentabilidade seria completamente invisibilizada. A nível individual, entretanto, é possível afirmar que existem atores que se engajam na Sustentabilidade e se tornam propagadores de práticas relativas a ela. Assim, as perguntas que surgem são: o que os leva a agir de tal forma? E por que determinados agentes dão maior valor simbólico à Sustentabilidade quando comparados à maioria dos atores sociais?

Para responder essas questões se fez necessário mudar a escala da pesquisa, voltar-se para o que acontece com os indivíduos de forma a entender esse processo bem-sucedido de reconhecimento de um capital cultural. Para isso, os aportes bourdieusianos supracitados mostram certas limitações, então se recorreu, para preencher as lacunas que eles deixam, às contribuições da sociologia em escala individual de Bernard Lahire. E, metodologicamente, recorrer à biografia sociológica de um prestigiado ativista ambiental e militante da Sustentabilidade gaúcho, o atual presidente da Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), José Francisco Bernardes Milanez.

A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu explica, macrosociologicamente, os porquês das resistências aos conteúdos relativos aos princípios da Sustentabilidade, porém

deixa lacunas quando a escala de análise é transferida para os indivíduos. Se pensados como entes dotados de um sistema homogeneizante de esquemas mentais e de ação (o *habitus*), os indivíduos teriam comportamentos muito similares nos mais diferentes espaços sociais, todavia, as pesquisas de Bernard Lahire atestam que tais esquemas mentais e de ação são, na verdade, muito mais plurais que homogêneos.

Sendo assim, para compreender os porquês dos indivíduos se engajarem na Sustentabilidade, seria necessário escrutinar como seus esquemas foram construídos, pois são tais esquemas que os fazem apreender a Sustentabilidade como dotada de maior valor. Sendo os indivíduos possuidores não de um sistema unificado, mas de um patrimônio de disposições heterogêneas ativado em diferentes contextos de ação, se torna fundamental descrever e analisar como surgem essas disposições no sentido de entender como acontece para que certos atores reconheçam a Sustentabilidade como mais legítima. Ademais, a forma que esses patrimônio se atualiza não pode ser entendida como uma resposta meramente comportamental, mas uma relação social dinâmica e em constante transformação.

Dessa forma, um dos objetivos centrais desta tese também foi desvelar a relação entre o que sociologicamente se define por disposições, apetências e competências possuídas pelo ator estudado e o *habitus* do indivíduo para além de um eixo único da sua vida social. Busca-se entender, por meio da descrição e análise das diferentes tomadas de posição do ator pesquisado, os condicionantes sociais construídos no decorrer de sua trajetória de vida que o possibilitou “perceber” a Sustentabilidade de maneira diferente do que “a média” das pessoas percebe, seja enquanto alunos do sistema formal de ensino ou não. Trata-se também de explorar as condições sociais de possibilidade do surgimento desse “reconhecimento” da legitimidade da Sustentabilidade, quer dizer, do poder simbólico que a equação de conteúdos, disposições, apetências e competências exerceu (e exerce) sobre o ator social estudado. Além disso, busca-se explorar as condições sociais que habilitam lucros e prejuízos (materiais e simbólicos) que tal reconhecimento teve em determinados momentos vida do ator e suas influências nos momentos seguintes.

Pressupondo que o reconhecimento dos princípios da Sustentabilidade e dos seus conteúdos relativos pelo ator estudado não foi construído na sala de aula do ensino superior. Esta pesquisa explorará a trajetória formativa de um sujeito proeminente na Educação para Sustentabilidade no estado do Rio Grande do Sul. Uma pessoa que resolveu levar tais princípios para sua vida pessoal de forma transversal, inclusive à sua carreira, e que ocupa posições importantes relativas ao campo da EpS no Estado.

A escolha por esse ator como sujeito da pesquisa se deve, sobretudo, ao meu interesse direto pelo campo da Sustentabilidade e da Educação Superior em Administração, no qual ocupo uma posição dupla: como egresso na área e como formador de novos profissionais. Ao procurar o entendimento das várias questões pertinentes ao ser professor de Administração com foco em Sustentabilidade na sociedade contemporânea e, em particular, no Brasil, conclui-se também que investigações exclusivamente restritas às instituições de ensino superior ou às turmas de graduação, embora ricas e interessantes, não são suficientes. Ademais, a realização de um remonte biográfico sociológico, um estudo do tipo microsociológico minucioso, permite compreender como muitas trajetórias de fracasso ou sucesso de estudantes na Sustentabilidade também são, na verdade, frutos de um investimento contínuo de tempo e de capital cultural.

Portanto, o estudo realizado aqui possibilitou, seguindo a tradição da sociologia reflexiva bourdieusiana, da lahireana e com o suporte da sociologia pragmatista de Luc Boltanski superar as concepções essencialistas de que tanto os sucessos quanto fracassos seriam frutos de um dom inato ou como coisas que podem ser construídas unicamente por meio das experiências de uma disciplina no ensino superior ou mesmo apenas pela instrução formal na escola ou por meio da socialização familiar. Essas concepções refletem uma compreensão que ignora os processos sociais constituidores das estruturas cognitivas as quais permitem de fato o reconhecimento dos princípios da Sustentabilidade. Negligenciam também o papel das ações sutis, indiretas e, por muitas vezes informais, das socializações que ocorrem com a família extensiva, amigos e no trabalho, por exemplo, elementos contingenciais preponderantes para a gênese e ativação de disposições para sentir, pensar e agir. Assim como não descortinam o papel das práticas e da moral na atualização dessas disposições.

Esta tese se situa, assim, no cruzamento da Sociologia da Educação, da Educação para Sustentabilidade e do Ensino de Administração, todavia, privilegia os quadros teóricos da primeira por meio da utilização dos aparatos de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire e, em menor proporção, de Luc Boltanski. Nesse sentido, os contributos de Bourdieu serão principalmente a noção de “*habitus*”, “*capitais*” e “*campo*”. De Bernard Lahire, serão tomados os aportes relativos à sociologia na escala individual que permitem operacionalizar o *habitus* de forma diferente, adequando seus conceitos intrínsecos a pesquisa com indivíduos, fornecendo também os fundamentos metodológicos que transversalizam esta proposta. Os aportes lahireanos são pertinentes para este trabalho, pois permitem pensar a multiplicidade de disposições e contextos de ação que objetificadas nas

várias formas de socialização. Por fim, as construções boltanskianas habilitaram uma descrição, entendimento e análise mais aprofundados sobre como esse processo de atualização acontece.

Metodologicamente, esta tese foi operacionalizada através da construção da biografia sociológica de um ator social bastante proeminente para a Sustentabilidade no Estado do Rio Grande do Sul. Aprofundou-se o modelo de construção de “retratos sociológicos” de Lahire (2004), como fizeram, por exemplo, Elias (1995), o próprio Lahire (2010), e Coutinho (2015).

A intenção foi mostrar a gênese do patrimônio disposicional desse ator por meio da descrição e análise de sua biografia, porém não entendida como algo linear, mas como uma construção heterogênea, plural e ancorada no mundo societária, não sendo possível compreendê-la na sua complexidade, excluindo os processos de internalização do social do indivíduo, tal qual a exteriorização do social que estava presente nele. O resultado desse processo se propôs a responder à pergunta de pesquisa que orientou esse trabalho: *Quais processos de socialização engendram os patrimônios de disposições que permitem o reconhecimento contínuo da legitimidade dos princípios da Sustentabilidade e que dinâmicas conduzem à sua atualização?*

Para fins de organização, este texto se organiza em três grandes segmentos para além desta introdução, divididos em outros subsegmentos menores que detalham, especificamente, os elementos epistemo-teórico-metodológicos que possibilitaram a realização deste trabalho. Grosso modo, o primeiro engloba os objetivos geral e específicos desta proposta de tese e uma apresentação problematizada do objeto de pesquisa. O segundo engloba os pressupostos teóricos que orientarão a análise da biografia. Por fim, o terceiro apresenta a metodologia que emana dos aportes epistemo-teóricos da segunda seção e operacionaliza a investigação.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Desvelar os processos de socialização que engendraram e engendram os patrimônios de disposições que permitem o reconhecimento contínuo da legitimidade dos princípios da Sustentabilidade por um ator social proeminentes no campo da Sustentabilidade.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Descrever e analisar os condicionantes sociais construídos no decorrer de determinada trajetória de vida que possibilitam perceber a Sustentabilidade de maneira distinta do que a média dos indivíduos percebe, confrontando as condicionantes sociais das primeiras com as últimas.
2. Explorar as condições sociais que tornaram possível a gênese do poder simbólico que a equação entre conteúdos, disposições, apetências e competências exerceu e exerce sobre o ator social estudados.
3. Descrever e analisar as condições sociais de lucros e prejuízos (materiais e simbólicos) que o reconhecimento dos princípios da Sustentabilidade teve em momentos da vida do ator e suas influências em momentos posteriores.
4. Descrever e analisar os momentos de crise e processos reflexivos que engendraram a atualização do patrimônio disposicional do ator estudado.

2 A CONSTRUÇÃO DO CAMPO SOCIAL INVESTIGADO

O objetivo desta seção é construir o campo social no qual se situa este trabalho. O primeiro segmento apresenta a Educação para Sustentabilidade sócio-historicamente, evidenciando suas barreiras e seus avanços e, para isso, usa como *lócus* no presente o campo acadêmico, mais especificamente os cursos de Administração.

2.1 Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Educação

Historicamente situáveis no início da década de 70 do Século XX, os discursos relativos ao Desenvolvimento Sustentável (DS) se relacionam ao ambiente natural, embora sejam considerados, analiticamente, estratégias para encobrir os efeitos da reprodução subjacente ao Capital. Entretanto, existem visões múltiplas dentro do conceito de DS, constata-se, assim, que a visão hegemônica é a da manutenção de um determinado *status quo* (REDCLIFT, 2006; EGMOND; VRIES, 2011).

O relatório Nosso Futuro Comum (1987), conhecido também como “relatório Brundtland”, é estabelecido como marco para a definição de DS. Delimita-se, assim, o DS como um processo de “transformação” no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. Sugere-se um equilíbrio entre o avanço econômico, a responsabilidade para com as pessoas e o respeito ao ambiente natural.

A definição do relatório Brundtland, a mais difusa e popular sobre DS, suscita o debate sobre que elementos, precisamente, constituiriam homogeneamente as necessidades humanas na contemporaneidade. A questão subjacente é desafiadora, pois se conecta à essência de valores coletivamente aceitos e reflete a importância do contexto, à medida do que se entende por sustentabilidade, seja enquanto uma jornada ou como um processo (WALS, 2009).

Dentro de qualquer que seja o país, um conjunto de influências criaria uma conjuntura específica para o DS e para a sustentabilidade, o que dependeria de forma interrelacional da sua história, cultura tradições, instituições locais, infraestrutura, riqueza nacional e nível de desenvolvimento econômico (WALS, 2009).

Em certa medida, como dito anteriormente, o foco permanece sendo um modelo de desenvolvimento que sustenta o progresso econômico dos países desenvolvidos e a hegemonia, nesse sentido, é um dos discursos relativos à globalização, exaltando a

possibilidade de se atingir um modelo de desenvolvimento simultaneamente multidimensional e geograficamente pluralizado (SCHUTEL, 2015). Além disso, percebe-se, ainda, na ênfase na dimensão econômica a qual não traz no seu bojo, necessariamente, uma melhoria no desenvolvimento social ou na qualidade de vida humana ou mesmo na preservação ambiental (GEORGE, 2007).

Contudo, existem diferentes definições para sustentabilidade, que dependem dos valores que indivíduos, organizações e comunidades possuem. Os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável (DS) são tecnicamente diferentes, por exemplo, pois o segundo pode ser entendido como uma jornada ou um processo para alcançar o primeiro. As interpretações de Sustentabilidade vão variar em grau de adoção e aceitação de determinadas premissas como é o caso do *Triple Bottom Line* (TBL), da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou mesmo da definição do relatório Brundtland de Desenvolvimento Sustentável (ELKINGTON, 1997; SIDIROPOULOS, 2013).

Ressalta-se que para fins operacionais, esta tese tomou como definição para Sustentabilidade aquela difusa pelo modelo do TBL, a saber, que a Sustentabilidade é um conjunto de práticas visando equilibrar o desenvolvimento econômico, com a responsabilidade social e a preservação necessária do ambiente natural em termos mínimos para sua manutenção e, no longo prazo, a consecução contínua do desenvolvimento supracitado pelas futuras gerações.

Reforçando o exposto, Sterling (2010) delimita Sustentabilidade como um processo e um conjunto de objetivos amplos a serem alcançados. Para este autor, a sustentabilidade é um espaço, um conjunto de habilidades e uma mentalidade que deveria fornecer aos indivíduos conhecimentos e a compreensão necessária para tomar decisões baseadas nas suas consequências sociais, ambientais e econômicas, criando alternativas sustentáveis para indivíduos, unidades domiciliares e organizações.

Figueiró (2015), por exemplo, ressalta a multiplicação de movimentos sociais na contemporaneidade que buscam o equilíbrio entre a proteção ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico. A autora evidencia, todavia, que a sociedade capitalista não cogita a estagnação, sendo assim, os debates sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade se tornam imperativos. Um problema subjacente à difusão de tais conceitos no senso comum é que a compreensão sobre eles permanece limitada.

Por sua vez, Palma (2015) chama a atenção para as características complexas da sustentabilidade como alternativa ao discurso *mainstream* do desenvolvimento sustentável,

pois embora surja como um outro discurso possível, seus significados são múltiplos para os diversos agentes que interagem e disputam esses significados.

Estudos anteriores sustentam a constatação da autora, pois determinados atores sociais defendem que a sustentabilidade seria um ideal a ser alcançado dentro das estruturas vigentes com a manutenção do *status quo* e do *business as usual*. Um outro grupo, por sua vez, postula que são exatamente essas estruturas vigentes as causadoras dos problemas a serem mitigados ou resolvidos. Dessa forma, seria imperativo que ocorressem transformações ainda mais radicais. Ademais, existe ainda uma terceira via que defende uma reforma das estruturas existentes sem uma ruptura completa, ou seja, a alteração de determinadas decisões e comportamentos responderiam de forma apropriada aos desafios ambientais e sociais contemporâneos (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; SODERBAUM, 2009; MARCONATTO *et al*, 2013).

Nesse sentido, a compreensão de Palma (2015) se alinha também com a de Scotto, Carvalho e Guimarães (2009), uma vez que os autores enfatizam que a sustentabilidade envolveria, ulteriormente, a crítica sobre os diferentes modos constituintes das relações sociais, formas de viver e modos de existir. A educação seria, nessa perspectiva, central na construção desse novo modelo de sociedade, pois agiria como catalizadora dos resultados de problematizações, estimulando o senso crítico, tendo o potencial para conscientizar e modificar comportamentos.

Uma observação atenta aos estudos citados desvela o argumento implícito que a educação efetiva orientada para a sustentabilidade deveria ser fundamentada em um modelo sistêmico para pensar o mundo social, elemento que permearia também a construção das disciplinas aos métodos de ensino (WARBURTON, 2003; GELI; LEAL FILHO, 2006; STUBBS; SCHAPPER, 2011).

A mudança para um futuro sustentável seria baseada na participação individual em um processo contínuo de aprendizagem que permearia todos os níveis das relações sociais, progredindo no decorrer da vida. Tal aprendizado, mediado por constantes interações, é um processo de construção de padrões adaptativos de pensamento, entendidos também como o desenvolvimento de habilidades que permitam operar com sucesso mesmo em situações de alta incerteza (BRUNSTEIN; JAIME; CURI; D'ANGELO; MAINARDES, 2015).

Sendo assim, a educação orientada para a Sustentabilidade não seria apenas uma abordagem voltada para uma aprendizagem crítica e reflexiva, mas também um estímulo

para a ação e a mudança, além de *construir gradualmente um cenário educacional propício ao consenso* (SIDIROPOULOS, 2013).

Levando esses elementos em consideração, Figueiró (2015) enfatiza a responsabilidade das universidades nesse processo. Para a autora, é inegável a dupla influência destas no contexto empresarial, por exemplo, pois as universidades entram em consonância com empresas que inserem paulatinamente elementos da sustentabilidade nos seus discursos e práticas de negócios. Ademais, são as universidades que qualificam a oferta de profissionais que essas empresas demandam. Portanto, a Educação para Sustentabilidade se torna um tópico pertinente tanto na academia como nas organizações.

As obrigações da universidade perante uma sociedade mais sustentável podem ser entendidas metaforicamente por meio de um “contrato social”, no qual a sociedade investe as universidades de certas prerrogativas como autonomia, recursos e legitimidade e, em troca, recebe conhecimentos potencialmente utilizáveis para construção de uma sociedade melhor dentro de uma determinada perspectiva. Se o objetivo de uma sociedade for a promoção da sustentabilidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) teriam a obrigação de promover melhorias na qualidade do meio ambiente, algo a ser impregnado na maneira que essas instituições ensinam, pesquisam, desenvolvem suas operações e oferecem projetos de extensão a sociedade (BOYLE, 2004).

Na constituição de uma proposta orientada a sustentabilidade no âmbito do ensino superior, foco da construção realizada neste projeto, a significância nacional e internacional das escolas de gestão e negócios se torna patente uma vez que os cursos de Administração figuram, em termos quantitativos, entre os mais presentes nas universidades. Além disso, os alunos de tais cursos trazem a expectativa de se tornarem tomadores de decisão de relevância no mundo dos negócios. Outrossim, educar para a sustentabilidade nos cursos de Administração se justifica também nas profundas implicações que estes teriam ao reforçar a dimensão econômica do conceito de sustentabilidade, por exemplo (LOZANO, 2010).

A importância das escolas de negócios e das IES para a Sustentabilidade, nesse sentido, pode ser acentuada em cinco argumentos. *Primeiro*, para se mudar os princípios que regem a Administração é preciso alterar a forma que os administradores são educados no presente. *Segundo*, à medida que discursos e práticas relacionados a sustentabilidade são incorporados às organizações é necessário que eles também sejam incorporados ao ensino. *Terceiro*, as universidades estariam atrasadas em relação as organizações privadas, estando as últimas mais alinhadas com as preocupações suscitadas pela mudança climática,

por exemplo, além de conseguirem responder com mais prontidão às demandas sociais relacionadas. *Quarto*, para fomentar organizações mais sustentáveis seria imperativo a apresentação de novos conceitos a todos os gestores nos mais diferentes níveis hierárquicos. *Quinto*, se os alunos não forem ensinados ou não compreenderem o impacto de suas ações no meio ambiente, não haveria incentivo para uma transformação paradigmática (JABBOUR; SARKIS; JABBOUR; GOVINDAN, 2013).

De forma a ampliar a compreensão sobre a Educação e sua importância para a Sustentabilidade, e sobre o papel das universidades na construção da mudança paradigmática, a próxima seção discute esse fenômeno social a partir da análise de seus desafios e barreiras.

2.2 Educação para a Sustentabilidade (EpS) e o Ensino Superior: desafios e barreiras

Um dos marcos da institucionalização da Educação para Sustentabilidade é a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano promulgada em 1972. Depois desta Declaração, outros compromissos foram firmados e iniciativas orientadas a consolidação de uma proposta educacional voltada para sustentabilidade culminaram na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável em 2005 (WRIGHT, 2004).

Essa institucionalização é importante, pois explicita a relevância da formalização via sistema formal de ensino para a promoção de uma proposta educacional que pudesse orientar os atores sociais coletivamente em outra direção para além de uma sociedade fundamentada na exploração desenfreada dos recursos naturais do planeta, que são obviamente limitados e exauríveis.

Assim, a legitimidade da relação entre educação e sustentabilidade se faz visível quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promulga “a Década”, pois esta tem como objetivo a integração de valores do DS (preservação ambiental, justiça social e igualdade de oportunidades) nos mais diversos aspectos da aprendizagem. O foco era provocar transformações comportamentais geradoras de uma “sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2005, p.16).

A iniciativa da ONU explicita, de certa forma, a sustentabilidade como um valor a ser entendido como um conjunto de habilidades e uma mentalidade a ser construída. Dessa forma, a Educação para a Sustentabilidade (EpS) teria o foco funcional na formação de indivíduos com habilidades e conhecimentos capazes de fomentar um processo decisório considerando as consequências ambientais, sociais e econômicas (STERLING, 2011). De

certa forma, presume-se que é a formalização e a sistematização do ensino que promoveria a Sustentabilidade na sociedade por meio do seu impulsionamento no sistema de ensino.

Nesse sentido, Kopnina e Meijers (2014) listam cinco *desafios* principais em educar para sustentabilidade. O primeiro seria a falta de consenso acerca da definição do que seria mesmo EpS assim como a falta de clareza sobre seus objetivos. Segundo, a ideia de equilíbrio entre os âmbitos social, econômico e ambiental ainda seria muito questionável. Terceiro, a distinção entre as prioridades de desenvolvimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O quarto desafio seria a existência dentro de cada país de profundas diferenças entre interesses locais e nacionais. Quinto, os argumentos em prol (ou não) da EpS que partem dos diferentes *stakeholders* tais como as agendas neoliberais de alguns governos, as grandes empresas ou ONGs com poder e influência que ao interagirem, estabelecem entre si objetivos paradoxais e contraditórios.

Nesse sentido, Rohweder (2004) e Lozano (2006) classificam cinco *barreiras* tanto a nível individual quanto organizacional para a consolidação da sustentabilidade nos diversos âmbitos constituintes das escolas de negócios, por exemplo. Rohweder (2004) enfatiza, em primeiro lugar, o papel de abordagens individualistas e personalistas, pois a inclusão de assuntos relativos a sustentabilidade ficaria condicionada a interesses e preferências de atores específicos. Segundo, *se responsabilizam as formas de pensar e agir compartimentadas, algo que se expressa na falta de pertença que docentes sentem a área e a tratam como secundária enquanto procuram defender os conhecimentos oriundos de suas áreas originais.*

Lozano (2006), por sua vez, sobreleva os obstáculos relacionados a fatores organizacionais como, primeiramente, o conservadorismo e a resistência à mudança. Segundo, a criação de trabalho extra a ser somado àquele do cotidiano e, por fim, a falta de informações relevantes e completas assim como a escassez de métodos sobre como incorporar discursos e práticas sustentáveis em atividades individuais.

É possível atribuir, assim, o surgimento dos desafios e barreiras expostos a produção e reprodução das estruturas sociais que permeiam as representações coletivas repassadas nas salas de aula, no sentido cognitivo e conceitual, os quais emanam da teoria econômica neoclássica (SODERBAUM, 1999; MURTAZA, 2011). Essa teoria conduz a um entendimento limitado sobre a condição humana e a dinâmica organizacional, e o resultado das ações apoiadas nessa mentalidade é a busca por soluções aos problemas ambientais, sociais e econômicos dentro dos padrões existentes de desenvolvimento e articulação das relações sociais (STUBBS; COCKLIN, 2008; SODERBAUM, 2009).

Ao criticar a teoria econômica neoclássica, por exemplo, John Maynard Keynes salientava que o aparente excesso de pragmatismo que os economistas neoclássicos expressam tem poderosas implicações na sociedade. As consequências dos postulados da ciência econômica teriam maior impacto do que o imaginado (KEYNES, 1953). Ghoshal (2005) reforça a crítica keynesiana ao ressaltar a influência que a Administração e aqueles que a estudam sofrem do cientificismo objetivista pragmático desse paradigma neoclássico.

Keynes (1953) não afirma que esse pragmatismo seria algo nocivo por si, porém alerta que homens “práticos”, que acreditam estar além das influências intelectuais, são normalmente escravos intelectuais de algum economista falecido. Seriam precisamente as ideologias subjacentes aos postulados pretensamente científicos, não os interesses declarados, que seriam bons ou maus. Ghoshal (2005) enfatiza essa afirmação ao evidenciar que os currículos das escolas de Administração salientam a obsessão cética com o “mundo real”. Um mundo que se restringe ao mundo das empresas capitalistas privadas. O resultado seria a “escravidão intelectual” a uma visão de mundo específica, porém pretensamente totalizante.

As teorias se constroem e se refletem na sociedade assim como no comportamento dos agentes. O conjunto de conhecimentos legitimados, conhecidos e reconhecidos de uma determinada ciência são carregados de poderes simbólicos construídos, por sua vez, nas e através de práticas e discursos constituídos nas diferentes relações sociais (BOURDIEU, 2004).

Uma teoria sobre gestão, quando ganha força no *mainstream*, muda o comportamento dos gestores, por exemplo. Estes passam a agir em conformidade com a teoria, em outras palavras, uma teoria que presume que as pessoas podem se comportar oportunisticamente e, a partir de tal pressuposto, elabora suas conclusões sobre a gestão das pessoas pode induzir ações gerenciais que provavelmente agravarão comportamentos oportunistas entre as pessoas (GHOSHAL; MORAN, 1996).

Outro ponto importante a ser salientado para entender a maior legitimidade de formas específicas de aprendizado no campo científico das ciências sociais aplicadas e, por conseguinte, da Administração, é a forte influência do positivismo e do funcionalismo nos seus corpos teóricos mais hegemônicos. São teorias de origem norte-americana fundadas no positivismo e funcionalismo, difundidas amplamente no Brasil nas escolas de Administração (PRESTES-MOTTA, 2001), cuja importância é também essencial para a compreensão do que é considerado legítimo para professores e alunos.

O positivismo se explicitaria na busca objetivista por padrões e leis que regeriam a realidade social, similarmente ao que ocorre no mundo analisado pelas ciências naturais. Essencialmente, é a busca por regularidades empíricas seguindo a lógica da física newtoniana, visualizáveis por meio do método científico cartesiano. A crença no voluntarismo humano ou na subjetividade é substituída, por exemplo, por relações de causa e efeito determinísticas que teriam poder explanatório sobre todos os aspectos da vida (ELSTER, 1983). Analogamente, seria como se o mundo dos negócios fosse reduzível a um tipo de mecânica, como na Física, na qual os gestores individualmente exercem um papel que pode ser previsto a partir de leis econômicas, sociais e psicológicas que inexoravelmente modelam suas ações (GHOSHAL, 2005).

A influência do funcionalismo, por sua vez, aparece nas explicações metaforicamente associadas à Biologia. As explicações funcionais são baseadas em noções de benefícios, evolução e progresso dentro do entendimento das ciências biológicas. Tais noções não teriam espaço na Física, porém tem um papel seminal das ciências que estudam a matéria orgânica. No funcionalismo, a metáfora fundante é a analogia entre a operacionalização de um fenômeno social e um organismo (ou com algum aspecto do comportamento dele). Tal fenômeno tem maiores chances de perdurar quanto maior for sua adaptabilidade reprodutiva ao meio social em questão, por exemplo. Descortina-se aí a forte influência da teoria da seleção natural, dando pouco ou nenhum espaço para a intencionalidade ou subjetividade, pois os processos evolutivos são conduzidos por aleatoriedade ou mutação, forças sobre as quais as fontes das variações ou as unidades de análise selecionadas em si teriam pouca influência (ELSTER, 1983).

Como “alternativa” ao modelo de ensino e aprendizado fundado nas influências listadas acima, Schutel (2015) sugere que a mudança necessária seria aquela em direção a novas epistemologias fundadas numa nova compreensão de ser humano. O modelo de homem que a autora identifica no paradigma vigente do *homo economicus*, unilateral e disciplinar, deveria passar por um processo de intensa transformação.

Todavia, Orr (2004) expõe que a educação possui determinados *limites* para a resolução de problemas relativos a sustentabilidade e ao meio ambiente. Embora seja facilmente identificada como um elemento chave para a transformação social, a educação é permeada por problemas específicos que podem passar despercebidos para a sociedade. O autor evidencia que não existe correlação necessária entre um alto nível educacional e comportamentos socialmente e ambientalmente benéficos, na verdade, o oposto é que seria mais facilmente observável.

Sterling (2011) enfatiza que a procura por soluções para os paradoxos expostos acima tem motivado um número crescente de educadores a pesquisar sobre ou recorrer a modelos teóricos fundamentados em outras visões de mundo diferenciada. Fomentando assim novas maneiras de teorizar sobre educação e buscando operacionalizar metodologias que permitam um aprofundamento sobre os fenômenos sociais e, a partir de uma maior compreensão destes, tentar transformá-los.

Uma outra questão, que antecede essa busca, seria a existência de um pressuposto tácito em muitos discursos sobre o ensino formal, que a aprendizagem em si e por si seria evidentemente algo bom. Logo, esses discursos implicam em tornar o aprendizado algo mais efetivo, melhorando métodos já existentes de aprender. Dessa forma, os propósitos por trás dessas formas já consolidadas de aprender são pouco debatidos fora dos movimentos sociais que já nasceram com propostas transformadoras, por exemplo. É negligenciado que a aprendizagem pode ficar comprovadamente a serviço de valores e fins antiéticos (BOURDIEU, 1970; STERLING, 2011).

Por exemplo, o uso de critérios e métricas de avaliação tanto para alunos e professores quanto para as IESs demonstram os interesses fundados na manutenção implícita de um *status quo* que se engendra também no (e por meio do) sistema educacional. Tal elemento tem como concomitante consequência o foco que os alunos e organizações de ensino estabelecem para uma carreira de perspectiva única, fundamentada na teoria econômica neoclássica na qual os limites ecológicos são costumeiramente negligenciados. Ademais, entre discentes, instituições e docentes, uma vez que a ontologia fundante é a do *homo economicus* auto-interessado e maximizador de resultados, o que ocorre de forma contumaz é a falta de hábitos de compartilhamento do que está sendo feito para a construção de propostas voltadas a Sustentabilidade. O acirramento do espírito competitivo, além de minar a cooperação, leva as universidades a “pensar” a Sustentabilidade como um complemento, um diferencial do negócio, e não como uma oportunidade de repensar os programas de ensino (PALMA, 2015; TIANA; MORILLA; CARRERA; ROMENTOL, 2017).

Palma (2015) sinaliza também para aspectos estruturais e cognitivos das barreiras insurgentes, que se relacionam com ênfase na manutenção de uma ordem fundamentada na visão de mundo economicista e neoclássica, ao salientar o foco na memorização tradicional e não na problematização nos conteúdos ensinados em sala de aula. Os elementos enfatizados são de ordem apenas cognitiva e a abordagem como um todo passa despercebida.

O conflito entre o *habitus* (o princípio organizador das práticas dos alunos nos mais variados níveis do sistema formal de ensino) e os conteúdos ensinados demonstram um certo desinteresse, pois eles acreditam que a sustentabilidade não seria um assunto tão relevante e, portanto, oferecem resistência a trabalhar com o tema. Além disso, mesmo alguns professores que se dispõem a trabalhar com a temática demonstram falta de conhecimento e confiança para abordá-la. Finalmente, outro ponto que contribui para as diferentes barreiras é o contexto social permeado de narrativas na mídia que trabalham com uma narrativa negativa sobre a sustentabilidade, reduzindo a mesma a proteção ambiental, ao “esverdeamento” de produtos ou práticas de responsabilidade social corporativa pontuais.

O questionamento a ser feito a partir da introdução desta nova abordagem é sobre a sua potencial efetividade para a transformação proposta, possibilitada por e através dela. Como já salientado anteriormente, uma vez que os paradigmas vigentes estão profundamente ligados a uma determinada racionalidade, as relações historicamente construídas e incorporadas pelos agentes dispostos de determinado campo levariam a diacronias entre propostas transformadoras e a expectativa (e conseqüentes práticas) dos discentes envolvidos. Assim, ocorreriam “ruídos” no processo pedagógico que obstaculizariam a potência transformadora da abordagem em questão nos mais variados níveis do ensino, porém, em especial nos seus estratos mais elevados. Para entender porque (no sentido de “como ocorre que”) os indivíduos reconhecem e se engajam na Sustentabilidade é necessário remontar seus processos de socialização na maior amplitude possível. Tentar chegar a gênese dos esquemas de percepção, classificação e ação que não são construídos em apenas um momento específico das nossas vidas sociais, mas durante um sistemático processo de socialização.

Embora os desafios e barreiras existam, empiricamente é possível constatar que ocorrem avanços para a mudança a qual a Sustentabilidade se propõe tanto nacionalmente quanto internacionalmente. A próxima seção expõe tais avanços explicitando, concomitantemente, porquê e como eles ocorrem no âmbito macrosociológico nas sociedades centrais do capitalismo. A intenção é permitir a compreensão do campo no qual essas práticas transitam, entendendo que elas estão ancoradas em condições sociais e históricas de possibilidades que as legitimam mais ou menos em contextos específicos.

2.3 Educação para Sustentabilidade: avanços nacionais e internacionais

Os avanços apontados na literatura internacional sobre Educação para Sustentabilidade (e.g. SODERBAUM, 1999; MURTAZA, 2011; STUBBS; COCKLIN, 2008; SODERBAUM, 2009; JACOBI; RAUFFTLET; ARRUDA, 2011; PALMA, 2015; FIGUEIRO, 2015; SCHUTEL, 2015; BRUNSTEIN; JAIME; CURI; D'ANGELO; MAINARDES, 2015; TIANA; MORILLA; CARRERA; ROMENTOL, 2017; ÁVILA et al., 2017) ressaltam modelos curriculares inovadores, além da criação de novas organizações, que integram a Sustentabilidade em instituições de ensino superior (IESs) como tema transversalizante das diferentes temáticas abordadas nas escolas de Administração em países como Canadá, Inglaterra, EUA, Alemanha e Austrália, por exemplo.

Nesse sentido, essas pesquisas anteriores enfatizam que as disciplinas relativas ao Marketing, Finanças ou Pesquisa Operacional, tradicionalmente atreladas a racionalidade instrumental maximizadora de resultados orientados ao lucro, são ministradas nessas IESs colocando a responsabilidade social e ambiental das empresas como algo que imperiosamente, seja de maneira positiva ou negativa, afeta a lucratividade tanto no seu sentido econômico estrito quanto na imagem da empresa com seu público, elemento que potencialmente influencia seus lucros (JACOBI; RAUFFTLET; ARRUDA, 2011; BRUNSTEIN; JAIME; CURI; D'ANGELO; MAINARDES, 2015). Ademais, reforçando a ascensão da Sustentabilidade no cenário internacional da IES, Brunstein, Jaime, Curi, D'Angelo e Maiardes (2015) expõem que apenas nos EUA e Canadá por volta de 500 instituições haviam de alguma forma integrado a Sustentabilidade em seus currículos.

Sendo assim, as transformações evidenciadas internacionalmente pela literatura teriam como “gatilho” preocupações iniciadas por desastres ambientais, crises econômicas sistemáticas e a escassez crescente de recursos. O cenário que possibilitava o crescimento no padrão da economia neoclássica e como se observava no mundo desenvolvido do final da Segunda Grande Guerra até o final da década de 70 não seria mais possível. Segundo, a patente relevância e o desenvolvimento de *players* emergentes como Índia e China, por exemplo, com suas enormes capacidades tanto para a produção quanto para o consumo enfatizam ainda mais a necessidade para estes países e, para os já desenvolvidos, do fomento de maneiras de produzir conhecimentos (e práticas) que levem em consideração o uso mais eficiente dos recursos e dos ambientes naturais (e sociais). Terceiro, essas transformações objetivas no mundo social levam ao aparecimento e difusão de discursos e

ações orientadas a Sustentabilidade como forma de garantir que o crescimento e o desenvolvimento ocorram, porém de forma mais socialmente e ambientalmente responsável, o que é inicialmente protagonizado por movimentos sociais de base, mas que posteriormente é tomado como bandeira por parte significativa da sociedade e concomitantemente pelo Estado (SODERBAUM, 1999; MURTAZA, 2011; STUBBS; COCKLIN, 2008; SODERBAUM, 2009; JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011; PALMA, 2015; FIGUEIRO, 2015; SCHUTEL, 2015; BRUNSTEIN; JAIME; CURI; D'ANGELO; MAINARDES, 2015; TIANA; MORILLA; CARRERA; ROMENTOL, 2017; ÁVILA *et al.*, 2017).

Engendrando a discussão sobre esses avanços alternativos a partir do aparato conceitual de Pierre Bourdieu é possível fazer certas constatações que, embora sejam colocadas aqui de forma consecutiva para fins de apresentação, devem ser entendidas de forma relacional (BOURDIEU, 1996).

Para alicerçar a importância do Estado para os avanços da Sustentabilidade no Ensino Superior e, especificamente, em cursos de Administração, por exemplo, nos contextos internacionais citados anteriormente, se fazem necessários dois breves escólios sobre a definição e o papel do estado nas contribuições de Pierre Bourdieu.

Como primeiro escólio vale ressaltar que o sociólogo francês amalgama e reformula duas definições complementares de Estado, a fornecida por Max Weber (1864-1920) que foi modificada posteriormente por Norbert Elias (1897-1990). Para Weber, o Estado é o detentor do monopólio legítimo da violência física, monopólio garantidor da manutenção da ordem interna das relações de poder e dominação inerentemente constitutivas das diversas ações sociais que, no agregado, comporiam, a tessitura social maior de significados compartilhados pelos mais variados agentes, assim, conferindo coesão àquilo que denominamos sociedade (BOURDIEU, 1996). Contudo, para assegurar este primeiro monopólio, o da violência física, se faz imperativo que o Estado mantenha um outro paralelamente: o da taxaço. Sendo assim, Elias (1994) argumenta que à medida em que o Estado constrói um aparelho racional, legal e burocrático possibilitando a gestão da estrutura necessária para a persistência da legitimação (aceitação) do primeiro monopólio, ele precisa deter o poder de coletar impostos dos habitantes do território sobre o qual legisla, assegurando assim o custeio de suas mais diversas atividades.

Bourdieu (1991) considera essas duas definições e soma a elas uma outra contribuição, o Estado seria também o detentor de um terceiro monopólio: o da violência simbólica legítima. O Estado seria o único ente com poder para legitimar determinados

arbitrários culturais (oriundos das classes sociais dominantes que o controlam) a serem considerados pelos demais agentes como esquemas classificatórios “verdadeiros” de percepção, avaliação e ação. Para isso, os diversos mecanismos de inculcação dessas categorias (que instituiriam assim a violência simbólica a qual Bourdieu se refere) se objetivam por meio de variados mecanismos racionais, legais e burocráticos, mas especialmente pelo sistema de ensino, que tem as escolas nos seus diferentes níveis como suas operadoras (BOURDIEU, 1989).

Neste segundo escólio, se faz relevante enfatizar o papel material e simbólico do Estado (BOURDIEU, 2014). Para o autor francês, as estruturas sociais (produzidas e reproduzidas também pela escola) possuem uma existência dupla à medida que se apresentam objetivamente numa “primeira ordem”, constituídas enquanto posições sociais, e numa “segunda ordem”, na forma de esquemas de classificação, de feixes subjetivos de disposições e de esquemas cognitivos que constroem modelos de pensar, sentir e agir. Sendo assim, as divisões sociais estão inscritas tanto na ordem material, considerando determinadas distribuições hierárquicas e distintivas, quanto na ordem simbólica, por meio de classificações cognitivas e discursivas.

Bourdieu (2014) argumenta que os Estados têm, portanto, aspectos materiais e ideológicos simultâneos. As características institucionais objetivas do Estado que incluem, por exemplo, o serviço público, as escolas e o estado do bem-estar precisam estar em consonância com o seu papel ideológico e simbólico de dar forma e constituição as identidades sociais e as formas de pensar das pessoas, pois é por meio destas características objetivas que aqueles que controlam o Estado garantem o poder de administrar as chances de vida e modelar os destinos daqueles que estão dentro dos seus limites territoriais em seu benefício. Ao fazer isso, o Estado unifica as duas dimensões do social, a material e a simbólica.

Considerando esses pontos, nas mudanças observadas internacionalmente a figura do Estado tem o poder real de forçar e articular a pressão da sociedade e das circunstâncias materiais objetivas. Segundo Bourdieu (1991), o Estado tem, ao deter o monopólio legítimo da violência material e simbólica, poder suficiente para influenciar a configuração dos campos sociais e conduzir suas dinâmicas.

Somente o Estado teria o poder para determinar quais seriam os parâmetros curriculares a serem seguidos pelas IESs e obrigar a integração da Sustentabilidade nos currículos, garantindo não só a adoção, mas acima de tudo, a permanência das instituições nessa estrutura específica. Essa “obediência” das IESs é orientada a reprodução de um novo

arbitrário cultural (aquele que concerne elementos da Sustentabilidade) a ser inculcado nos agentes imbricados na sociedade via sistema de ensino formal (BOURDIEU; PASSERON, 1970).

As pesquisas das teses de Figueiró (2015) e Schutel (2015) ilustram esse argumento ao salientarem as mudanças em universidades canadenses, americanas e alemãs com a criação de novos currículos para as escolas de negócios, por exemplo, foram lastreados por transformações profundas também em parâmetros curriculares nacionais orientados a uma visão holística e integradora da Sustentabilidade, algo que emergiu a partir de demandas sociais, porém impetradas e legisladas pelo Estado.

Por conseguinte, a influência do Estado nos campos sociais e na dinâmica que estes estabelecem no interior dos agentes levam gradualmente a um *habitus* diferenciado, orientado coletivamente a novas normas e valores. Dito de outra forma, o *habitus*, a matriz geradora de práticas ou o conjunto de esquemas de percepção, avaliação e ação passa a ser paulatinamente conduzido de maneira distinta e distintiva de uma anterior, que passa a ser hierarquicamente entendida e valorada como inferior por ser retrógrada ou anacrônica. *Para que tal fenômeno ocorra de forma efetiva é essencial, todavia, que agentes pedagógicos detentores de capital social, cultural e econômico superiores sejam outorgados e mobilizados para a implementação contínua desses processos de mudança* (BOURDIEU, 2007).

Por exemplo, se fez necessário que sejam formados nas escolas de renome professores e outros especialistas com diplomas e certificados de importância elevada para que se garanta a eles um pesado volume de capital cultural institucionalizado, sustentado como legítimo pelo Estado e reconhecido perante a sociedade. Ademais, continuando no âmbito das escolas, tais professores deteriam alto capital social, sendo assim capazes de mobilizar uma rede de contatos como forma de dar escala a sua influência nas suas IESs de atuação e no campo científico onde operam (BOURDIEU, 2004).

Os avanços nacionais, por seu turno, se direcionam a um modelo de Educação para Sustentabilidade mais restrito no Ensino Superior, segundo Carvalho, Brunstein e Godoy (2014), a disciplinas obrigatórias, eletivas ou cursos livres colocados, normalmente, no final da vivência universitária ou então como atividades extracurriculares (SCHUTEL, 2015; FIGUEIRO, 2015; PALMA, 2015; TIANA; MORILLA; CARRERA; ROMENTOL, 2017; ÁVILA *et al.*, 2017).

Dessa forma, a Sustentabilidade não possui continuidade para se tornar efetivamente um tema que transversalizaria as socializações e os currículos das instituições

tal qual os avanços internacionais ilustram, emergindo, assim, como uma discussão mais pontual em comparação ao arcabouço teórico que, por outro lado, contribui para a manutenção do status quo. Na verdade, as práticas que a concernem também não estão incorporadas nas socializações mais cotidianas dos indivíduos nas sociedades mais periféricas do sistema capitalista.

Isso sinaliza para uma percepção, avaliação, ação e incorporação dos esquemas do mundo objetivo mais lenta sustentada pela menor intervenção do Estado nos campos sociais. O que se pode teorizar, partindo de Bourdieu (2007), é que as transformações dependem mais da ação de agentes detentores de maior volume de capital simbólico, ou seja, com poder transversal sobre os outros capitais valorados no campo.

Seria imperativo, assim, o exercício da “força” dos especialistas respeitados no campo educacional da Administração, pois são eles que podem mobilizar seus capitais para tensionar mudanças, “empurrando” uma agenda orientada a Sustentabilidade. Seria a atuação desses agentes com maior disponibilidade de recursos materiais e simbólicos que contribui para engendrar transformações. Os especialistas são aqueles outorgados de autoridade pedagógica para exercer suas funções agindo, em certa medida, como representantes diretos (arautos) do conhecimento que os legitima por meio dos títulos os quais foram outorgados. De certa forma, mesmo que subjacentemente, o Estado ressurgiu, pois ele é a instância outorgadora das titulações e mantenedora da legitimidade dos certificados (BOURDIEU, 1998c).

É esse capital cultural institucionalizado que confere o poder simbólico aos especialistas para impetrar suas ações pedagógicas como formas legítimas de intervenção. É a aceitação coletiva desse capital que torna o trabalho pedagógico realizado por eles bem-sucedido (BOURDIEU; PASSERON, 1970) e contribui para os avanços nacionais. Vale lembrar, ainda, que esse poder simbólico ganha ainda mais escala operacional pela articulação entre os capitais cultural e social que os especialistas detêm, algo que se objetifica em eventos, congressos e encontros acadêmicos (ou não) que abordam a temática da Sustentabilidade. No agregado, tais acontecimentos são também partes para os avanços.

Uma vez que a intervenção do Estado, enquanto elemento mais representativo do metacampo do poder (BOURDIEU, 2014), não se faz presente com a mesma força que em determinados contextos estrangeiros, *o papel central pertence aos agentes de maior prestígio no campo*. Esse papel se objetifica por meio de exemplos como disciplinas que foram implementadas por proposição de professores renomados em suas IESs. Portanto, é possível concluir que os avanços nacionais sinalizam para uma estrutura diferenciada, pois

aqui é a atuação de *agentes com maior concentração de capitais que permitem, no agregado, um conjunto de ações que contribuem intensamente para o desenvolvimento das temáticas abordadas pela EpS.*

Portanto, o papel desses agentes especialistas, aqueles mais proeminentes num determinado campo, se torna patente. Uma pergunta que fica em aberto, porém, é como e por que tais agentes reconhecem a Sustentabilidade como legítima, pois não é possível pensar que tais sujeitos seriam meros fantoches controlados pela “força” do Estado, embora a importância do último seja inegável. Quando mudamos, assim, o nível de análise para o que ocorre com os indivíduos surgem outras questões já sinalizadas na introdução deste trabalho, mas que serão melhor desveladas no segmento pertinente à sociologia na escala individual de Bernard Lahire.

Apesar disso, o segmento vindouro tem como objetivo se aprofundar e esclarecer elementos do aparato conceitual de Pierre Bourdieu que foi utilizado para explicar os fenômenos sociais descritos nos segmentos acima, pois eles foram citados, mas só superficialmente explicados nos parágrafos anteriores. Faz-se isso iniciando pela ideia central do autor que o sistema escolar contribui para a manutenção da ordem social e como isso ocorre e, *a posteriori*, expondo as construções teórico-empíricas por trás dos conceitos de *habitus*, campos sociais e capitais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo escrutinar as lentes teóricas que entretecem a visão do fenômeno social que se tomou como objeto desta tese, a saber, o processo de construção das disposições de atores sociais, as quais os permitem reconhecer a maior legitimidade dos princípios da Sustentabilidade. Para tanto, este segmento se divide em quatro. O primeiro apresenta a visão de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron sobre o sistema de ensino. O segundo detalha o aparato conceitual elaborado por Bourdieu para estudar o mundo social. O terceiro apresenta os complementos e suplementos de Bernard Lahire ao aparato bourdieusiano, como forma de adequá-lo a uma sociologia a nível individual. Por fim, o último detalha como o conceito de reflexividade é trabalhado nos dois primeiros autores, aponta lacunas objetivistas nas suas visões e sugere que tal lacunas podem ser preenchidas por meio das contribuições de Luc Boltanski para o conceito.

3.1 O Papel do Sistema Escolar na Reprodução de Ordens Sociais

Ao expor a escola como instrumento de reprodução de uma determinada ordem social estabelecida, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron rompem com o que denominam como a “ilusão jacobina”, isto é, de que a escolarização por si só seria suficiente para a transformação individual ou social. Um elemento central para compreender o papel da escola como aparato de manutenção é que todo o poder de violência simbólica impõe significações. “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 20).

Para os autores franceses, negar o axioma sobre o poder de violência simbólica é negar também a possibilidade de fazer ciência social, pois é exatamente este axioma sobre a imposição de significações legítimas que, ao mesmo tempo, atesta a autonomia e a dependência relativa das relações simbólicas diante das relações de força que constituem o mundo social. Não existem relações de força por mais mecânicas e coercivas que não exerçam um efeito simbólico. Um dos possíveis resultados imediatos de tal negação, por exemplo, é pensar numa liberdade criadora que emana indivíduos ou grupos a partir do princípio de uma ação tomada como plenamente autônoma em relação as condições objetivas do seu exercício (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU; PASSERON, 1992).

A AP e as relações que a constituem devem também ser compreendidas como algo que não está exclusivamente na escola, mas em todos os membros previamente educados de uma formação social. Algo que inclui os membros da família ou de outro grupo, ou, no sentido institucional, por um sistema de agentes designados e legitimados para isso. O objetivo da AP, contudo, apenas se torna realizável na medida que toda a formação social entra em conformidade com ela. O que está implícito na AP é que ao ser uma forma de imposição conhecida e reconhecida pela maioria, ela contribui para a manutenção da cultura dominante (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 21).

A relação de comunicação que se estabelece na AP tem um papel fundamental, pois a ação não pode produzir seu efeito sem as relações de força que estão implicadas numa forma de comunicação previamente definida e aceita (BOURDIEU, 1998b). Sendo assim, a comunicação pedagógica estabelecida como padrão é fruto da seleção de significações que define uma cultura particular. Para Bourdieu e Passeron (1992), cultura é entendida como um sistema simbólico, que é arbitrário na medida em que suas estruturas e funções não emanam de um princípio universal oriundo do mundo natural, por exemplo. A cultura é arbitrária por ter sua existência ligada a condições sociais das quais ela é produto, devendo assim a essas condições suas funções e a coerência interna (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1991).

A AP não emerge como algo natural, pois é uma representação objetiva do poder material e simbólico das classes dominantes de um mundo social situado historicamente (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Dessa forma, a importância das várias organizações de ensino se faz objetiva uma vez que a força simbólica de uma instância pedagógica se delimita pelo peso que esta possui na estrutura social. Este último fenômeno é facilmente observável na forma que o sistema de ensino é dividido e se hierarquiza dos níveis básicos até o superior, por exemplo (BOURDIEU, 2004).

Nesse ponto de vista, a organização em instâncias indica que as diferentes APs não podem ser definidas independentemente do conjunto maior das ações pedagógicas, estando este conjunto submetido ao efeito de dominação da AP dominante. Dessa forma, Bourdieu e Passeron (1992) definem o sistema de ensino como o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais que asseguram a transmissão entre as gerações da cultura herdada do passado.

Outrossim, os interesses materiais e simbólicos dos grupos ou classes dominantes se objetiva no sistema de educação, pois ele tende sempre a reproduzir a estrutura distributiva do capital cultural entre esses grupos ou classes dominantes. Vale ressaltar que

existe uma intrínseca ligação entre o capital cultural acumulado por um agente e o sucesso do resultado da vivência escolar. Esta dinâmica aparentemente simples cria experiências que, embora possam aparentar “naturais”, obtém sentido apenas dentro do seu conjunto de práticas (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1998c).

Assim, a ação pedagógica implica na condição social de uma autoridade pedagógica (AuP) também legítima que lhe é subjacente e fundante. O processo de construção da AuP circunscreve os mecanismos objetivos da existência, uma “cotação simbólica” do conjunto que a confere reconhecimento, sendo este conjunto formado pela língua, estilo artístico e do modo de vestir que a constroem, algo que se evidencia no vocabulário usado pelos professores, nos tipos de roupas e de bens que se esperam que eles possuam (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Esses emissores pedagógicos (professores, especialistas ou pesquisadores, por exemplo) são tomados como dignos da transmissão do que comunicam e, conseqüentemente, se tornam autorizados a impor a recepção e a controlar o processo de inculcação dos arbitrários culturais através de sanções e recompensas socialmente aprovadas e garantidas (BOURDIEU, 1998b).

As relações que constroem a AuP se expressam, de fato, no desconhecimento da verdade objetiva da ação pedagógica, elemento que define também o reconhecimento de sua legitimidade e é parte constitutiva de sua condição de exercício. Este elemento é também uma combinação histórica de instrumentos tanto da violência simbólica quanto da legitimação dessa violência (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Contudo, uma vez que a realidade para Bourdieu é agonística, o monopólio sobre o exercício legítimo de um poder simbólico é alvo de concorrência constantemente entre as diversas instâncias que contribuem concomitantemente para sua construção (WACQUANT, 2013). Exemplos objetivos de tal competição são as disputas entre correntes teóricas ou entre instituições que pretendem se tornar hegemônicas dentro de um campo específico do conhecimento, conforme exposto nos segmentos anteriores desse trabalho.

As relações de concorrência entre as instâncias seguem as lógicas específicas dos campos de legitimidade nos quais estão inseridas, porém a autonomia relativa de cada campo nunca remove completamente a dependência relativa dessas relações, que são homólogas a força dos grupos ou classes. Cada reivindicação de legitimidade possui uma força relacionada ao grupo ou classe do qual ela emana (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1998a).

Entretanto, é pertinente enfatizar que a autoridade pedagógica só se concretiza na ação pedagógica quando os receptores envolvidos no processo de comunicação (os alunos) reconhecem imediatamente a legitimidade da informação transmitida pelos emissores (os professores) e sua autoridade subjacente e, assim, se tornam dispostos a receber e interiorizar a mensagem (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1991). Dito de outra forma, o professor em sala de aula obedece a uma conduta específica e ensina conteúdos que são legitimamente reconhecidos pelo alunado, algo que o permite ensinar com efetividade.

Para Bourdieu, o campo educacional funciona como um mercado, onde as práticas têm valores conversíveis simbolicamente pelos agentes. Quanto mais um mercado estiver unificado, mais os grupos ou classes alvos da ação pedagógica esquecerão do não-valor da sua cultura em relação ao valor do arbitrário cultural dominante. Os mecanismos que compõem essa dinâmica são “tonificados” através das sanções do mercado de trabalho, das sanções simbólicas do mercado cultural e, é claro, das avaliações e vereditos escolares (BOURDIEU, 1998b, 1998c).

Como resultado, o trabalho pedagógico (TP) desenvolvido no decorrer das múltiplas instâncias e experiências escolares vai produzindo uma formação durável e transferível, ou seja, um *habitus* que é o produto da interiorização de todos os princípios do arbitrário cultural. O sucesso do TP pode ser mensurado pelo quanto ele engendra duravelmente práticas de acordo com os princípios do arbitrário inculcado e pelo quanto ele pode gerar práticas seguindo a mesma conformidade numa maior quantidade de campos diferentes (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Além disso, ao gerar o *habitus*, o TP trabalha para produzir e reproduzir a integração intelectual e moral do grupo em nome do qual ele é exercido. Integração que deve ocorrer sem a necessidade de repressão externa, em especial da coerção física. Para Bourdieu e Passeron (1992), o TP é um processo no qual os resultados são irreversíveis. As disposições que ele cria só podem ser reprimidas ou transformadas através de outro processo criador de disposições também irreversíveis.

Dessa forma, o TP primário, aquele que se realiza sem antecessores (aquele realizado pela família), tem o poder de gerar um conjunto de hábitos característicos de um determinado grupo ou classe, e que estarão nos princípios da constituição de todos os outros hábitos.

Sendo também um instrumento seminal na construção do *habitus*, o sistema escolar (SE) e suas condições de exercício são objetivamente um conjunto de trabalhos pedagógicos institucionalizados. Estes trabalhos são exequíveis apenas por meio da

existência de um corpo permanente de agentes especializados (BOURDIEU, 1979; BOURDIEU, 1998c). O trabalho escolar (TE) realizado por esse corpo permanente emerge como a forma institucionalizada do trabalho pedagógico secundário (aquele realizado na escola) (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Portanto, a constituição do SE é a objetivação na formação social de todos os elementos até agora expostos. O sistema escolar deve suas características estruturais específicas ao fato deste produzir e reproduzir suas condições essenciais de persistência desta (incorporadas nos *habitus* dos agentes) (BOURDIEU, 2004).

Para esclarecer melhor conceitualmente o que Bourdieu denomina de *habitus*, o próximo segmento focaliza como o sociólogo francês o reconstrói a partir das contribuições anteriores que remontam a filosofia grega e ao trabalho empírico que marca sua trajetória intelectual.

3.2 O *habitus*

O empreendimento epistemológico de Pierre Bourdieu, ao se apropriar e resignificar, à sua maneira, o conceito de *habitus*, se relaciona com a preocupação em mostrar que a cultura não é apenas uma codificação ou um repertório comum de respostas a problemas comuns. O *habitus* é um conjunto de esquemas fundamentais precisamente assimilados, porém esses esquemas se articulam em uma infinidade de outros esquemas particulares, a serem diretamente aplicados a situações específicas (BOURDIEU, 1983).

Misoczky (2003) evidencia que Bourdieu desenvolve uma filosofia da ação na qual o ponto nevrálgico é a relação reflexiva entre as estruturas objetivas dos campos sociais e aquelas incorporadas pelos agentes. Portanto, a preocupação não é com as realidades experienciais nas quais as ações se manifestam, mas com as *relações* que as produzem e reproduzem. Na sua ênfase antropológica na linguagem, por exemplo, Bourdieu torna os agentes ativos e atuantes, isto é, eles são mais do que meros fenômenos da estrutura.

Vale ressaltar que o *habitus* não é um conceito inédito, pois ele tem uma construção que remonta à filosofia clássica enraizada no *hexis* aristotélico. Ele está alicerçado no caráter moral que orienta nossos sentimentos, desejos e, conseqüentemente, nossa conduta em determinada situação. De forma rudimentar, o *habitus* aparece no século XIII ao ser utilizado na filosofia de São Tomás de Aquino que soma ao *hexis* de Aristóteles o sentido de capacidade de “crescer” por meio da atividade, ou de uma disposição durável suspensa, estando no meio do caminho entre a potência para a ação e a ação propositada em si.

Colocado de maneira mais simples, seria aquilo que estaria no meio do caminho entre as nossas motivações para agir e nossas as ações em si (WACQUANT, 2007).

É necessário salientar que a contribuição de Bourdieu é atribuir um sentido mais apurado ao conceito ao se fundamentar empiricamente nas pesquisas feitas, por exemplo, nas regiões campestres do Béarn e na Argélia. O conceito de *habitus*, para Bourdieu, surge a partir da necessidade empírica específica de apreender as relações de afinidade entre a forma que os agentes se comportam, as estruturas e os condicionamentos sociais (SETTON, 2002; WACQUANT, 2007).

Sendo assim, o *habitus* permite conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais, evidenciando a troca permanente entre o mundo objetivo e o mundo das subjetividades individuais. Em outras palavras, o *habitus* é um sistema de esquemas individuais socialmente construído a partir de disposições estruturadas socialmente e estruturantes na mente dos agentes. Estes esquemas formadores do *habitus* são adquiridos através de experiências práticas específicas das condições sociais de existência e esse sistema é perenemente orientado para as funções e ações do dia-a-dia (BOURDIEU, 2007).

A relação entre indivíduo e sociedade em Bourdieu implica que o subjetivo é coletivamente orquestrado. Apoiado na ideia das representações coletivas de Durkheim, Bourdieu explicita que as relações constituintes do *habitus* formam uma subjetividade socializada. As ações experimentadas e postas em prática se relacionam e têm em vista as conjunturas particulares dos campos que as estimulam (WACQUANT, 2013).

O *habitus* é, assim, compreendido como um sistema durável e transponível de disposições que, ao integrarem todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações. Torna possível, portanto, a realização de tarefas infinitamente diferenciadas uma vez que os esquemas que compõem essa matriz são transferíveis. Todavia, são nos momentos de desajustamento que o *habitus* se explicita como esse princípio mediador que faz a correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência (BOURDIEU, 2007).

Sendo “o princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da ‘situação’, o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a-histórica, um destino definido uma vez por todas” (BOURDIEU, 1983, p. 106). Os ajustamentos (e desajustamentos) são constantes dado as necessidades adaptativas dentro de novas situações as quais podem ou não determinar transformações duráveis no sistema de

disposições, porém isso ocorre dentro de limites, já que o *habitus* em si define a percepção das situações (BOURDIEU, 1983).

O *habitus* não pode ser entendido como uma memória cristalizada e não-histórica. Enquanto sistema de disposição, ele é construído e reconstruído continuamente, permanecendo aberto e exposto a novas experiências. Visto assim, funciona como um “estoque” de relações incorporadas colocadas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo. É um sistema de disposições que se predispõe de forma reflexiva, levando também a uma certa consciência das práticas, porém dentro das condições sócio-históricas de um campo específico (BOURDIEU, 2007).

Dado a especificidade teórica e empírica da relação entre *habitus* e seu campo de objetivação específica, não apenas para a construção do programa de pesquisa de Bourdieu, mas também para os ajustamentos (e desajustamentos) citados anteriormente, se faz necessário expor como Bourdieu constrói teoricamente o Campo. Essa ligação intrínseca entre os dois aportes, além da relação imanente com os capitais que os constituem, são melhor explicadas no segmento seguinte.

3.3 Os Campos Sociais

Os conceitos de *habitus* e Campo devem ser considerados como feixes de relações sociais. Um campo é formado por um conjunto de relações historicamente situadas e objetivas, lastreadas em tipos de capitais, formas particulares de poder. O *habitus*, por outro lado, é composto pelo conjunto de relações históricas estocadas dentro dos corpos individuais dos agentes no formato de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Os campos, mundos sociais detentores de relativa autonomia, demandam dos que se envolvem neles um saber prático de suas leis operacionais, um *habitus* obtido pela socialização praticada dentro do próprio campo ou de uma socialização anterior. É na relação com o campo que o *habitus* se estabelece como um corpo socializado e estruturante. Essas estruturas imanentes são fruto do trabalho histórico de gerações subsequentes, isto é, de um campo que estrutura tanto a ação nesse mundo quanto sua percepção sobre ele (BOURDIEU, 1996).

A variação da autonomia relativa dos campos ocorre de acordo com a maior ou menor gravidade social de suas forças internas. Nesse sentido, essas forças definem o que é legítimo ou não. Outro ponto a ser salientado é que essa autonomia relativa estabelece as condições para a luta concorrencial dentro do campo. Os agentes aceitam inicialmente a

illusio desse mundo social e a obedecem, pois ela é, simultaneamente, a condição e o direito de entrada no campo (BOURDIEU, 1989).

A luta concorrencial dentro do campo é transversalizada por diversas estratégias para manter ou subverter suas disposições específicas. Os aspectos geracionais que influenciam essas lutas explicitam que as posições e disposições se estabelecem na dinâmica de sucessão, conservação e mudança contínua desses mundos sociais. Além disso, as condições objetivas vigentes em cada campo permitem aos agentes intuir e empregar, a partir de suas possibilidades, ações para a consecução e consagração do poder simbólico. É importante ressaltar, todavia, que tanto as estratégias de manutenção como as de subversão são historicamente situadas, mudando à medida que os valores internos ao campo se modificam (MONTAGNER; MONTAGNER, 2010).

A construção teórica do conceito remete a dinâmica da regularidade e homogeneidade do social. Um campo traz as condições de sua reprodução no seu próprio desenvolvimento. Esta reprodução se engendra por meio da formação, no sentido educacional, dos novos integrantes (ocorrida nas escolas, universidades e nos grupos formais e informais de estudo, por exemplo). Adicionam-se a esses, as instâncias de consagração que regulam o que é legítimo e o que deve ser desvalorizado. Em outras palavras, as instituições consagradoras são também elementos constitutivos ao determinarem as seleções, regras de avaliação, sanções e premiações dos agentes que interagem dentro dele (BOURDIEU, 2004).

Salienta-se, assim, que Bourdieu substitui pelas noções de campo e espaço social a noção de sociedade. Nesse sentido, cada campo designa seus valores específicos e objetifica suas principais regulações. O jogo social que se estabelece nesses espaços é regido por certas regularidades, todavia, as regras deste jogo não são imutáveis (BOURDIEU, 1989).

Ressalta-se que, na construção conceitual do campo, os princípios que o delimitam como espaço socialmente estruturado afetam e são afetados pela posição dos agentes que lutam no seu interior. Essas posições se organizam pela diferenciação dos rivais mais próximos, na luta pela redução da competição e no estabelecimento de monopólios de poder em setores particulares que se constroem à medida que os agentes se relacionam (BOURDIEU, 2007). O sucesso desse esforço é condicionado por elementos conjunturais que só podem ser conhecidos empiricamente (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Embora possuam uma autonomia relativa, os campos estão inseridos num espaço social global que é, por sua vez, campo de forças e lutas onde os tipos específicos de capital,

que são valorizados e prementes, existem em estruturas particulares de distribuição que também são objeto de disputa (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Os diferentes tipos de capital são formas de poder ativas em um campo ou em outro, criados no processo de autonomização e diferenciação desses mundos. Eles servem como instrumentos e objetos das disputas (BOURDIEU, 1996).

O ponto nevrálgico para essa compreensão é a produção e reprodução do poder em si. Isto serve para entender as relações entre os agentes dentro dos campos, as relações de interdependência entre os campos sociais e sua relação com o campo de poder. Para Bourdieu (1996), o poder não pode se satisfazer apenas em existir enquanto tal, é necessário fundamentar a existência do poder e certificar que a sua arbitrariedade não seja reconhecida. Sendo assim, cada campo social e o campo de poder são transversalizados por um princípio de legitimidade e uma forma legítima de reprodução das bases da dominação.

A mobilização dos tipos de capital e a luta inerente acontecem pela existência dos interesses em jogo. Nesse caso, ter interesse significa participar do jogo, admitir tacitamente que ele merece ser jogado e que seus prêmios são dignos de perseguição. Esses interesses são construídos socialmente e existem unicamente na relação com o espaço social onde determinados elementos são importantes e outros não. Essa negação é seminal, pois é ela que diferencia objetivamente as distinções no campo ao mesmo tempo que dá aos agentes o princípio de identidade comum que os fazem lutar por aquilo que está em jogo (BOURDIEU, 2007).

A formulação da teoria dos campos contribui para esta proposta ao descortinar os mecanismos profundos de poder, demonstrando, por exemplo, que a superestrutura não é determinística em relação aos agentes. Além disso, enfatiza que a história do campo se constitui através da luta concorrencial no seu interior (como aquela entre visão mainstream do *business as usual* e os princípios da Sustentabilidade, por exemplo), tornando possível também a identificação das posições ocupadas pelos agentes. Por fim, oferece também a possibilidade de estudar as estratégias dos agentes que formam o campo e que colocam seus interesses em disputa dentro dele por meio da mobilização de seus recursos de poder (tipos de capital) (MISOCZKY, 2003).

A compreensão sobre a tipologia desses recursos de poder também é importante, pois este terceiro elemento, além de ser parte constitutiva do programa de pesquisa do sociólogo francês, é também parte central dos outros aspectos do aparato conceitual trazidos até aqui. Por isso, o próximo segmento traz a luz os tipos de capital bourdieusiano e expõe suas distinções.

3.4 Os Capitais

Para Bourdieu, o mundo social se constitui de história acumulada e não pode ser reduzido a um equilíbrio entre agentes autônomos, pois eles são dotados de capitais, produtos de relações de lutas e forças acumuladas no decorrer de uma historicidade. Seguindo Marx, Bourdieu define capital como trabalho acumulado que pode ser apropriado privadamente por um agente ou grupo de agentes, dotando-os de “energia social”. Contudo, o sociólogo francês avança com a proposta marxiana, pois, para ele, o capital continua sendo algo que é reconhecido socialmente como fonte de poder, porém se apresenta de diferentes formas (BOURDIEU, 1985).

O aparato conceitual bourdieusiano expande a concepção elaborada marxiana ao sugerir que o capital não pode ser pensado numa perspectiva estritamente econômica, embora Bourdieu reconheça a importância social dessa forma. Na verdade, Bourdieu apela para uma economia geral das práticas na tentativa de contemplar sua totalidade. Essa economia geral deveria compreender não só o caráter objetivamente econômico do capital, mas também todo o trabalho de dissimulação que permite a conversão dos diferentes tipos nos diversos âmbitos da sociedade, gerando, assim, lucros materiais e simbólicos para seus portadores.

Bourdieu também ressalta que os capitais (e suas conversões) variam em suas formas e, dependendo do campo no qual são aplicados, se apresentam em três modalidades fundamentais: o capital econômico, que é imediatamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade. O capital cultural que é conversível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado por meio de qualificações educacionais. Por fim, o capital social, constituído de obrigações sociais ligadas às redes de contatos que os agentes estabelecem (BOURDIEU, 1985).

O capital cultural pode existir em três estados: o *incorporado*, isto é, na forma de disposições duradouras nas mentes e nos corpos dos agentes; no estado *objetificado*, ou seja, bens culturais como pinturas, livros, instrumentos musicais, dicionários, etc.; no estado *institucionalizado*, que se objetifica por meio das qualificações educacionais os quais conferem propriedades inteiramente originais sobre o capital cultural que representam (BOURDIEU, 1998a).

É pertinente observar que na teoria bourdieusiana dos capitais, o sistema de ensino passa a ter um papel central na manutenção do capital cultural. Ao seu modo, o autor ataca as definições funcionalistas de sua época, pois estas negligenciavam a contribuição do

sistema educacional para a reprodução da ordem social uma vez que é ele que sanciona a transmissão hereditária do capital cultural. Tais definições funcionalistas também ignoravam, segundo Bourdieu, a avaliação do investimento escolar que os agentes fazem, sustentado pela “lucratividade possível” a partir de uma taxa social de retorno ou do ganho social que a educação forneceria, algo essencial para entender a desistência escolar, por exemplo.

Primeiramente, o estado incorporado se apresenta nas maneiras como o agente foi “cultivado” no sentido educacional do termo. Esse estado do capital cultural pressupõe um processo de inculcação e assimilação, num custo de tempo que deve ser investido pessoalmente pelo agente. Assim como o esforço necessário para se chegar numa determinada compleição muscular, o investimento necessário para a incorporação desse estado não pode ser feito por mais ninguém (BOURDIEU, 1985).

Bourdieu alerta, todavia, que tal investimento nem sempre ocorre de forma consciente. O capital cultural pode ser adquirido, até certo ponto e dependendo do período, sociedade e classe social, por meio de métodos que não incluem a inculcação deliberada. Por isso, o capital cultural incorporado permanece marcado pelas condições antecedentes nas quais ele foi adquirido, visíveis por meio de “marcadores” que evidenciam as características de classe e região nas quais esse capital foi incorporado.

O conhecimento sobre as condições sociais de transmissão e aquisição deste estado do capital cultural são de suma importância porque elas podem passar mais disfarçadamente despercebidas que as geradoras do capital econômico. É esse “disfarce” que, segundo Bourdieu, confere ao capital cultural incorporado uma predisposição maior para funcionar como capital simbólico. Ele passa a não ser reconhecido como capital e se torna uma “competência legítima”, funcionando como uma forma de autoridade possível exatamente por conta do seu efeito de não-reconhecimento (BOURDIEU, 1985, 1998a).

É na lógica da transmissão que está a eficácia simbólica do capital cultural, algo que se objetifica principalmente por meio da socialização familiar. Primeiro, porque o tempo necessário para o processo de transmissão depende do capital cultural incorporado por toda a família. Segundo, porque a acumulação inicial, condição para a transmissão mais rápida e fácil dos tipos mais legítimos, acontece apenas para os filhos das famílias dotadas do mais forte capital cultural, nesses casos, o período de acumulação de fato é proporcionalmente igual a todo o período de socialização (BOURDIEU, 2007).

O que está implícito no exposto acima é que, assim como ocorre com o capital econômico, o capital cultural é entretecido pela relação (objetiva e/ ou subjetiva) de

competição entre os agentes. Enquanto possuidores de capital em volume e estruturas diferentes, os agentes sociais competem pelos mesmos bens que passam a adquirir valor social exatamente porque são escassos e desigualmente distribuídos.

No seu estado objetificado, o capital cultural se apresenta em bens culturais como livros, dicionários, gibis, pinturas ou filmes, porém não pode ser reduzido unicamente a esses bens tangíveis. Bourdieu (1985) enfatiza que, embora se apresente dentro de um universo aparentemente coerente, o capital cultural objetificado é também produto de uma ação histórica e tem suas próprias leis assim como as linguagens que ele ilustra. Indo além das diferentes vontades individuais, esses bens culturais permanecem irredutíveis aquilo que cada agente, ou mesmo os agregados de agentes, pode se apropriar.

O capital cultural no seu estado institucionalizado se objetiva por meio das qualificações acadêmicas, isto é, certificados de competência que conferem aos portadores um valor social constante e legalmente reconhecido. Por meio desses títulos se opera uma espécie de “alquimia social” que resulta numa forma de capital a qual possui autonomia relativa ao seu portador (BOURDIEU, 1985).

Ao conferir reconhecimento institucional sobre o capital cultural possuído por qualquer agente, as qualificações acadêmicas também possibilitam comparar as qualificações que os portadores têm e até substituí-los sucessivamente. Além disso, tal reconhecimento permite estabelecer taxas de conversão entre o capital cultural e econômico ao conferir valores monetários as formas específicas de capital acadêmico, porém os lucros materiais e simbólicos garantidos pelas qualificações acadêmicas continuam condicionados à sua escassez (BOURDIEU, 2007).

O capital social, por sua vez, é o conjunto de recursos acessíveis (reais e potenciais) ligados a posse de uma rede de relações. Ele está ligado ao pertencimento a um determinado grupo, pertença que confere a cada um dos membros do grupo propriedades que se conectam ao capital possuído pela coletividade. Cria-se uma credencial que fornece “crédito” nos mais variados sentidos que a palavra pode possuir. Portanto, o volume de capital social de um agente depende do tamanho da rede de contatos que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural e simbólico) que cada um ao qual ele é conectado possui (BOURDIEU, 1985).

Essa rede de contatos é o produto de estratégias de investimento individuais e coletivas, conscientes e inconscientes, voltadas ao estabelecimento ou reprodução de relacionamentos sociais que são diretamente “utilizáveis” a curto ou longo prazo. Essas estratégias buscam transformar relações contingentes como aquelas estabelecidas nos

locais de trabalho, na vizinhança e até mesmo de parentesco em relações que implicam em obrigações sentidas subjetivamente (como sentimentos de gratidão, respeito e amizade, por exemplo) ou institucionalmente garantidas (conferindo direitos). Assim, a reprodução do capital social pressupõe um esforço incessante de sociabilidade, ou seja, uma série contínua de trocas (e gastos de tempo, energia e capital econômico) nas quais o reconhecimento dessas conexões é permanente (BOURDIEU, 1998a).

Para Bourdieu (1985), a convertibilidade dos diferentes tipos de capital está na base das estratégias que focalizam sua reprodução (e das posições ocupadas pelos agentes no espaço social). É essa convertibilidade dos diferentes tipos de capital que permite distingui-los um dos outros e perceber suas diferenças de acordo com suas possibilidades de reprodução, tomando em consideração a facilidade de transmiti-los.

Bourdieu (1985) afirma que os diferentes tipos de capital podem ser derivados do capital econômico, mas apenas sob o custo de um grande esforço de transformação, algo que é necessário, pois é esse esforço que contribui para a produção do tipo de poder que funciona num campo específico. Dessa maneira, para Bourdieu, a melhor forma de medir o capital cultural é pelo montante de tempo gasto para adquiri-lo, e isso se dá porque a transformação de capital econômico em cultural pressupõe um investimento de tempo que só é possível por conta da posse de capital econômico.

3.5 A sociologia disposicionalista de Bernard Lahire: justificativas para uma sociologia em escala individual

A solidez do programa de pesquisa de Pierre Bourdieu se atesta na potência da teoria do *habitus* para explicar como as continuidades nos comportamentos dos agentes se engendram, como o sistema de ensino colabora para isso ou como o consumo de arte pode ser expressão produtora e reprodutora de uma posição social ou ainda sobre a maneira a qual a divisão social (e sexual) do trabalho na sociedade se configura (BOURDIEU, 1996, 1989, 2002, 2007). Dessa forma, a nível macrosociológico, o edifício teórico bourdieusiano continua uma ferramenta poderosa para a análise dos mais diversos objetos. Entretanto, a teoria do *habitus*, quando alterada em seu escopo de observação, apresenta certas lacunas que precisam ser problematizadas e, na medida do possível, preenchidas tanto epistemológico quanto empiricamente.

É mudando esse foco para o nível individual que Bernard Lahire salienta o problema central da transferibilidade do *habitus*, ou seja, como esta fórmula se expressa

nos mais variados campos e como ele é reconstituído nesses processos de socialização (LAHIRE, 2004a, 2006, 2012). Nesse sentido, o autor explicita que dada a pluralidade dos contextos nos quais os indivíduos são socializados, e como seus comportamentos emergem (ou reagem) em diferentes contextos de ação, é um tanto inviável empiricamente pensar no *habitus* como um conjunto, fórmula ou matriz mais ou menos homogênea de esquemas disposicionais que os agentes carregam e atualizam ao longo de suas vidas (NOGUEIRA, 2004, 2013).

Se assim fosse, não seria possível ver (ao contrário do que as pesquisas de Lahire mostram) agentes que possuem maneiras distintas de consumo de cultura ou que operacionalizam comportamentos heterogêneos nos mesmos espaços de socialização. Ademais, quando as biografias sociológicas dos agentes se remontam, Lahire denota que até nos mesmos contextos de ação certas disposições para crer e agir se ativam mais que outras, ocorrendo até que algumas sejam desativadas ao ponto do “esquecimento” (LAHIRE, 2004a, 2004b, 2006, 2012).

Em Lahire assim como em Bourdieu, as escolas, a mídia, congregações religiosas e agremiações políticas continuam colaborando para a constituição das disposições e dos esquemas que as compõem. Posteriormente, quando já estão constituídas, tais esquemas são mais ou menos confirmadas pela experiência, suportadas pelas múltiplas instituições e suas forças que variam em função do seu grau de aprendizagem e posterior confirmação. Em ambos ainda, as disposições dos agentes também se diferenciam entre si segundo seu grau de força e fixação, aquelas mais fortes ou fracas dependem da recorrência de sua atualização, ou seja, da frequência com a qual os agentes se expõem a elas. De acordo com Lahire (2015), os patrimônios de disposições e competências individuais estão submetidos a restrições variáveis por conta dos contextos de ação e são rotineiramente ativados pelas variadas características desses contextos.

A diferença central entre os autores é que enquanto para Bourdieu o habitus é um princípio homogeneizante de práticas, para Lahire, o habitus é um patrimônio de disposições que tende a heterogeneidade.

Por conta dos objetivos desta proposta, enfatizar-se-á centralmente a questão da transferibilidade do habitus e da ativação do patrimônio de disposições em diferentes contextos de ação. Este elemento é seminal, pois se as barreiras para a consecução da Sustentabilidade emergem por conta de uma diacronia entre o habitus dos alunos e o contexto no qual as aulas ocorrem, quando observamos certos indivíduos é notório que eles reconhecem as práticas da Sustentabilidade e se engajam nela no decorrer de suas vidas,

levando-as para outros contextos, se tornando, por exemplo, ativistas em prol das práticas supracitadas.

Contudo, para entender a proposta lahireana de uma sociologia a nível individual (e seu papel nesta proposta de tese), é pertinente que alguns elementos epistemológicos fiquem esclarecidos.

Em primeiro lugar, Lahire (2004b) não defende, similar a propostas pós-modernas, conceitos como “identidades múltiplas” ou que existe a multiplicidade de “referências identitárias”. O programa de pesquisa lahireano se alinha com a tradição disposicionalista nas ciências sociais, porém propõe a pluralidade e heterogeneidade de um patrimônio de disposições incorporadas, fruto de sociedades complexas com forte diferenciação social.

Por exemplo, embora a família e a escola possuam papel central na socialização das crianças, é inegável a existência de uma diversidade de contextos socializantes que não apenas eram negligenciados pela pesquisa macrossociológica (como babás ou grupos religiosos). Além disso, Lahire (2004b) também reconhece a importância de outros que não existiam há duas décadas atrás, como as comunidades de jogos virtuais. Se Bourdieu pensava o habitus familiar como um construto coerente, por meio do qual as experiências adquiririam sentido, Lahire evidencia que os esquemas de socialização são mais heterogêneos e cada vez mais precoces.

Em segundo lugar, uma breve digressão metateórica se faz necessária para ressaltar que Lahire, assim, sincretiza as definições de habitus tanto de Norbert Elias (1994) quanto de Pierre Bourdieu na medida que admite que os indivíduos carregam consigo o resultado de relações incorporadas de interdependência que formam, no agregado, configurações sociais específicas (e são construídos também a partir dessas relações), além de somar a essa definição a ideia de que os indivíduos tem seu habitus composto pelo volume e estrutura dos seus capitais econômico e cultural, respectivamente.

Com efeito, o avanço teórico-metodológico de Lahire se consolida na incursão sociológica tanto disposicionalista quanto contextualista ao preconizar a reconstrução das experiências individuais em quadros socializadores precisos. No âmbito da pesquisa empírica, para a construção desse patrimônio, é imperativo fazer emergir elementos que conduzam a problemática existencial que orienta as ações do indivíduo nos contextos de ação. A transversalização do patrimônio de disposições (o habitus) por tal problemática leva em consideração aspectos práticos, institucionais e políticos (no sentido de relações de poder), pois tais aspectos aparecem nos contextos de ação nos quais os agentes se

socializam e contribuem para o sucesso de certas representações culturais (LAHIRE, 2010).

Dessa forma, Lahire (2012) reforça algo que já aparece em Bourdieu: as crenças, saberes e representações variam com a história, porém a aprendizagem que ocorre no decorrer da historicidade não é dissociável dos contextos nos quais elas se tecem, fica claro, assim, que as representações sociais são sempre objeto de apropriações socialmente diferenciadas. Um outro avanço epistemológico que Lahire (2012) faz, relativo ao habitus bourdieusiano, é considerar, tal qual Piaget, o caractere cognitivo por trás da incorporação de disposições pelos indivíduos no decorrer das socializações, porém ao invés de recorrer a estágios mais ou menos estáticos que estariam presentes no processo de desenvolvimento humano (como sugere Piaget), o sociólogo francês enfatiza a importância das construções sociais que conectam os modos de percepção ou de representação individuais às formas de vida coletiva, seguindo a linha durkeheimiana.

Nesse sentido, Lahire (2004) ressalta que, uma vez que as disposições são socialmente distribuídas, é também sobre os coletivos que repousam, em função dos domínios das práticas, um outro tipo de distribuição diferenciada e hierarquizada das competências que os indivíduos constroem e reconstróem para se organizar no mundo social.

Por exemplo, o comportamento de uma pessoa numa organização pode ser produto da combinação de duas disposições: uma que se associa ao apreço àquela organização e uma outra que se conecta a percepção dos objetos (materiais e simbólicos) gradualmente organizados como mais ou menos dignos. Portanto, para o enriquecimento da teorização sobre as disposições é relevante considerar três grandes modalidades distintas que se originam a partir dos processos de socialização.

A primeira é o treinamento prático direto na escola, na família ou no trabalho, pois estes são locais onde os indivíduos compartilham (construindo e reconstruindo) modelos comportamentais e mentais. A segunda pode ser resultado de uma difusão do ordenamento de uma situação, ou seja, de uma socialização “silenciosa” que não é necessariamente produto de inculcação moral, ideológica ou pedagógica, um exemplo disso são aquelas orientadas pelos mecanismos que separam os sexos. Por fim, a terceira forma de socialização assume a faceta de inculcação no sentido clássico, na qual crenças (normas culturais) são difundidas por todo tipo de instituições ao mostrarem ou imporem discursivamente e/ ou iconicamente aos agentes modos ou atitudes específicas.

Lahire (2015) discorre também sobre a importância conceitual da socialização, enfatizando que esta não pode negligenciar as condutas empíricas dos atores. Para isso, é essencial descrever e analisar os quadros (universos e instituições), as modalidades (maneiras e técnicas), os tempos (momentos nos percursos individuais, duração das ações socializadoras, grau de intensidade e ritmo dessas ações) e os efeitos (disposições para acreditar, sentir, julgar, representar e agir) da socialização. A socialização é entendida como um processo que precisa ser estudado em cada um desses quadros.

Além disso, Lahire (2015) admite que os momentos de socialização dos indivíduos não podem ser significados de forma simetricamente proporcional. O esforço sociológico seria em direção a diferenciação dos tempos e quadros de socialização, distanciando o período de socialização familiar, a socialização primária, dos momentos secundários, aqueles que se seguem após o período vivido principalmente junto ao seio familiar.

Embora reconheça o papel da família e da escola na constituição do *habitus* individual, Lahire critica incisivamente uma certa tradição bourdieusiana que tende a definir o *habitus* como um sistema de disposições duradouras e transferíveis que tenderia, erroneamente, à homogeneidade. O autor afirma que, na verdade, estas disposições variariam em força e durabilidade de acordo com estímulos externos exercidos em contextos de ação específicos. Se esse elemento for levado em consideração e analisado em escala individual, fica claro que o *habitus* que se desvela a partir da pesquisa empírica rigorosa é um conjunto possível dos patrimônios de disposições.

Nessa perspectiva, a construção lahireana da socialização primária (a familiar) descortina que são heranças diferentes e contrastantes, oriundas de cônjuges que raramente dividem as mesmas propriedades sociais, que formam esses patrimônios, algo que implica na socialização daqueles os quais as herdamos, por sua vez. Além disso, nas sociedades complexas e cada vez mais diferenciadas, a socialização secundária se inicia cada vez mais cedo, isto é, outros universos sociais passam a integrar o universo familiar (LAHIRE, 2004).

A dificuldade em apreender essa dinâmica contemporânea gera dois erros por parte dos cientistas sociais. Primeiro, o estudo das socializações ignorando os efeitos de socializações anteriores. Segundo, a redução das socializações secundárias como simples espaços de atualização ou desenvolvimento ou mesmo de mera expressão de disposições previamente adquiridas.

Lahire (2005) enfatiza que o primeiro tipo de erro é fruto de uma tradição interacionista que se interessa pelos processos de aprendizagem, interiorização e

constituição de competências assim como de disposições sociais, mas o faz iniciando a partir da entrada na carreira que se evidencia primariamente, porém, esta carreira é, de fato, uma trajetória social de socialização que se inicia em quadros familiares e escolares. O segundo tipo de erro, contudo, segue na esteira do disposicionalismo mecanicista que subestima a transformação ou construção que pode ser engendrada a partir de novos quadros de socialização. Ademais, negligencia-se que as disposições interagem dinamicamente com restrições contextuais e levam a entrada numa carreira específica, não constituem deterministicamente o todo das disposições solicitadas por esse contexto.

Os erros citados acima expressam também a complexidade inerente a análise de indivíduos em sociedades altamente diferenciadas, imersas em regimes de concorrência educacional e confrontadas com normas socializadoras crescentemente distintas. Esses elementos implicam em uma maior probabilidade da constituição de disposições incorporadas heterogêneas e/ ou contraditórias (LAHIRE, 2005).

Considerar a complexidade das experiências e da estrutura multicamadas permite questionar o modelo síncrono de ajuste dos *habitus* aos contextos nos quais ele evoluiria. Dito de outra forma, as correspondências ideais ou de cumplicidade ontológica entre estruturas objetivas e subjetivas são raras e Lahire (2002) ressalta que o domínio das práticas mistura condições favoráveis e desfavoráveis simultaneamente.

Dois elementos que interagem relacionalmente com as disposições para Lahire, porém são diferentes delas, são o que o autor denomina de competências e apetências. Sobre a diferença entre competências e disposições, a nível elementar, ela se dá na medida que saber fazer e estar disposto a fazer algo não se convertem automaticamente um no outro. As competências se evidenciam quando se lida com um saber ou com um saber-fazer que pertence a um contexto prático muito específico (saber escrever um tipo específico de gênero textual ou ser capaz de resolver uma determinada forma de problema matemático, por exemplo).

Já sobre as apetências, Lahire (2015) ressalta que esta distinção é importante para investigar como os indivíduos relacionam suas ações e suas disposições. Por exemplo, é possível que um ator esteja disposto a apreciar um certo tipo de arte com fervor o faça porque isto o apetece (disposição + forte apetência). Inversamente, existem atores que vão ao trabalho diariamente por rotina ou obrigação (disposição sem apetência). Além disso, há indivíduos que tem manias que eles mesmos consideram desagradáveis ou repugnantes (disposição + nojo, desgosto e rejeição). Na verdade, as apetências também não são redutíveis às disposições, mas podem ser motores poderosos das práticas.

Lahire (2015) também distingue três tipos principais de disposições: para agir, para crer e para sentir. Dessa forma, as disposições se tornam mediadoras das práticas dos atores tanto se pensadas como maneiras de falar e pensar (até porque elas também são práticas) quanto das formas de sentir e perceber a realidade. Com efeito, a crença pode ser um tipo de disposição, pois não existe nenhuma distância relevante entre crer de fato e estar disposto a crer. Em outras palavras, a crença pode operar como força motriz para a ação prática, porém não é possível entender bem fenômenos como a ilusão, a frustração ou a culpa sem fazer uma distinção transparente entre crenças e disposições para agir. Isso ocorre porque os atores vivem em uma sociedade na qual a incorporação de crenças e os meios para realizar essas crenças não são diretamente relacionados (ou mesmo prováveis).

Portanto, a justificativa para uma investigação sociológica em escala individual nasce do fato de que os próprios indivíduos, seu foro interior e sua subjetividade (como lugar seminal de liberdade pessoal) seriam um dos grandes mitos contemporâneos. A sociologia em escala individual nos permite a “escolha” entre a participação ou o abandono de tais mitos (LAHIRE, 2005).

O que se descortina com a investigação a nível individual, por exemplo, é que o que determina a ativação de uma disposição específica num certo contexto é, na verdade, a interação das relações entre forças internas (disposicionais) e externas (contextuais). Desvelam-se as relações entre forças internas constituídas durante as socializações passadas associadas a maiores ou menores apetências e forças externas entre elementos do contexto (características objetivas da situação, que podem estar inclusive associadas a pessoas diferentes). Essas interações “pesam” sobre os atores individuais, no sentido que os habilitam ou os constroem. Com efeito, a constatação sociológica é que os indivíduos são multissocializados e multideterminados, algo que impede da pesquisa aderir a qualquer forma de determinismo (LAHIRE, 2005).

Em suma, a investigação sociológica em escala individual se justifica a partir de três pontos centrais. Primeiro, porque cada ator social pode ser portador de uma multiplicidade de disposições que não encontra sempre os contextos ideais de sua atualização (pluralidade interna insatisfeita). Segundo, os atores podem ser desprovidos de disposições que os permitam fazer face a certas situações inevitáveis num mundo social que é multidiferenciado (pluralidade externa problemática). Terceiro, os múltiplos investimentos sociais objetivamente possíveis podem se tornar incompatíveis (pluralidade de investimentos ou de envolvimento problemáticos). Entretanto, não se exclui aqui o papel da reflexividade para o engendramento dos movimentos e processos de atualização

do patrimônio disposicional, tal importância será melhor debatida na próxima seção teórica. Acredito que esse processo de atualização é um engendramento que é construído a partir de objetividade e subjetividade, em amálgama com esquemas morais estabelecidos socialmente.

3.6 A reflexividade na sociologia bourdieusiana – Limites e possibilidades de avanço

Este segmento tem como objetivo expor sucintamente as limitações que o esquema teórico apresentado até aqui, lastreado na sociologia crítica disposicionalista de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, para compreender o papel da reflexividade e da capacidade de agência dos indivíduos. A medida que tal esquema foi gradualmente delineado foi ficando claro para os fins desta pesquisa suas restrições para entender questões relativas a subjetividade dos agentes sociais, principalmente no que concerne aos mecanismos reflexivos que estes articulam para encadear suas ações nos diversos relacionamentos que edificam.

Em verdade, esse objetivo se desdobra em um segundo, pois ao expor essas limitações se apresentam concomitantemente suas possibilidades de superação e emerge, a partir de um terceiro referencial teórico, o potencial para preencher as lacunas deixadas pelos dois primeiros autores. A contribuição que se faz para superar tais limitações se dá pela articulação do aparato conceitual bourdieusiano-lahireano com a sociologia da crítica (e da justificação das ações) de Luc Boltanski.

Para alcançar seus intentos, este segmento especificamente se articula em três movimentos, todos focados no papel que a reflexividade tem para esses três autores. Nos dois primeiros movimentos, ressaltam-se tanto o neo-objetivismo quanto o peso da estrutura nas construções teóricas bourdieusianas (PETERS, 2013; ALVES, 2016; CORREA, 2015; CORREA; DIAS, 2016), as quais reverberam nas de Bernard Lahire (VANDERBERGHE, 2013, CAETANO, 2011, 2012, 2013). A saber, se para o primeiro o habitus é um sistema de disposições estruturadas e estruturantes de percepção, apreciação e ação construídas, inculcadas e incorporadas em um determinado contexto social e histórico, para o segundo esta ideia subjacente do passado que foi incorporado é remanescente mesmo quando ele rompe com a ideia de unicidade. As estruturas incorporadas no passado, continuam a se atualizar no presente e, em larga medida, são elas que determinam ou condicionam as práticas dos agentes de acordo com o campo ou quadro contextual nos quais eles se inserem.

Contudo, é preciso enfatizar que para Lahire (1997, 2002, 2004) o passado incorporado não seria unificado ou unificável apenas por caracteres como classe ou profissão. Para ele, o habitus emerge como um patrimônio de disposições heterogêneas erigidas no decorrer dos mais variados processos de socialização. Se as socializações que o indivíduo vivenciou foram múltiplas e heterogêneas, logo, este indivíduo é inter e intra-subjetivamente plural, e sendo-o, seu habitus também o é. Assim, faz-se notório que embora Lahire consiga preencher uma lacuna no edifício teórico de Bourdieu relativa a pluralidade de socializações e sua incorporação nos indivíduos, a ideia de que o passado e as estruturas incorporadas se atualizam (e reaparecem) constantemente continua a pesar sobremaneira nas possibilidades de agência e reflexividade individuais. As perguntas que perduram são onde está e qual é o espaço da reflexividade para a revisão das práticas assim como para a subjetividade e agência individuais nestes arcaibouços epistemo-teórico-metodológicos.

O terceiro movimento deste capítulo tem como alvo responder essas perguntas ao mesmo tempo que sugere uma contribuição para preencher tal lacuna. Para isso, remontam-se as contribuições da sociologia da crítica de Luc Boltanski para propor que as situações cotidianas que os indivíduos atravessam os suscitam constantemente a crítica e a justificação de suas ações. Esses imperativos de crítica-justificação os conduzem por meio de práticas e mecanismos reflexivos a revisarem suas ações e, assim, as reforçarem ou não. Essa reflexividade os permite modificar suas práticas de acordo com, mas também para além dos quadros contextuais nos quais se inserem, sendo as práticas reflexivas um elemento central para entender as continuidades e mudanças que os indivíduos engendram nas suas vidas sociais. Dito de outra forma, a relação de cumplicidade ontológica que se estabelece entre habitus e campo ou entre disposições e quadros contextuais gerando práticas (BOURDIEU, 2004a, 2004b; LAHIRE, 1997, 2002, 2004) são direta e indiretamente transversalizadas pela reflexividade dos indivíduos, fazendo com que eles reajam de forma diferenciadas no presente e revisem suas práticas para o futuro.

Por fim, outra intenção com esse terceiro movimento não é apenas fazer uma contribuição e um desenvolvimento teórico, mas também fornecer um aparato conceitual diferenciado que permita, pela união dos seus instrumentais analíticos desses três autores, ajudar a avançar um pouco mais na superação do dilema clássico entre estrutura e agência que se estabelece nas ciências sociais (ALEXANDER, 1987; CORCUFF, 2017), visualizado de certa forma também nesta pesquisa.

3.7 A tentativa de resolver controvérsias fundamentais

O programa de pesquisa de Bourdieu tinha como alvo mitigar, se não resolver, as principais controvérsias antinômicas que norteavam as Ciências Sociais de sua época, a saber, estrutura vs. agência, objetivismo vs. subjetivismo e trabalho teórico vs. trabalho empírico (VANDENBERGHE; 2013; CAETANO, 2011, 2013; ALVES, 2016; PETERS, 2013, 2017). Wacquant (1992) enfatiza, por exemplo, que Bourdieu se incomodava principalmente com as duas primeiras a medida que elas incidiam em dois erros crassos.

Primeiro, Bourdieu criticava os pesquisadores que tendiam a seguir um caminho excessivamente estrutural e objetivista, isto é, seguiam um caminho similar ao de Claude Lévi-Strauss ou Louis Althusser ao sugerirem pensar os agentes sociais como portadores de estruturas que se *encaixavam* nestes de maneira automática e irreflexiva. Com efeito, essas relações históricas objetiváveis e objetivadas (as estruturas) existiam de forma imperiosa, reificada e hipostasiada, *se forçando* para dentro dos agentes e os fazendo agir de acordo com uma certa conduta previamente estabelecida. Por exemplo, os agentes pertencentes a uma determinada estrutura de classe apresentariam comportamentos dentro de um padrão esperado para esta classe, seja o burguês como burguês ou proletário como tal (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; ALVES, 2016; VANDENBERGHE; 2013; PETERS, 2013, 2017a).

Em um segundo movimento, Bourdieu critica o erro do subjetivismo que seria o de conceder, como seria impetrado por Jean-Paul Sartre ou por correntes teóricas como a etnometodologia, uma possibilidade de racionalidade, reflexividade e agência sobre o mundo social aos agentes, que desconsideraria as relações sociais historicamente incorporadas assim como os espaços onde as interações ocorriam. Em outras palavras, se negligenciaria (ou mesmo se ignoraria) a transmutação da organização social, da história e das condições sociais de possibilidade nos esquemas mentais de apreciação, avaliação e ação dos indivíduos, como ensinaram as pesquisas de Durkheim e Mauss sobre as formas primitivas de classificação. Dotados de racionalidade total, os agentes poderiam legislar sobre, e realizar plenamente, suas escolhas, elemento que omite também a influência que os contextos interacionais onde ação dos indivíduos se dá sobre a conduta que eles desenvolvem nos diferentes espaços sociais (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; LAHIRE, 2004, 2005).

Prolongando este debate, Bourdieu não critica apenas essas controvérsias, mas as correntes teóricas que dão força a elas no seio das Ciências Sociais. Nesse sentido, o

sociólogo francês fez uma crítica contundente ao estruturalismo antropológico (Lévi-Strauss) e ao marxista (Althusser) por seu excesso de determinação estrutural sobre as ações dos indivíduos excluindo, assim, seu papel de agentes no mundo societário que, como a nomenclatura já enfatiza, agem e tem agência sobre e nos espaços (PETERS, 2013, 2017a). Contudo, não poupa as correntes subjetivistas como o interacionismo simbólico de Erving Goffman e a etnometodologia de Harold Garfinkel, pois ao focalizarem nas relações mais imediatas dos indivíduos uns com os outros, negligenciavam dois fatores centrais no engendramento das práticas: a complexidade estrutural dos contextos nos quais as interações ocorrem e a historicidade incorporada pelos agentes no decorrer de processos prévios de socialização (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; PETERS, 2017b).

Faz-se necessário retornar a terceira controvérsia, a saber, a divisão do trabalho científico entre teórico e empírico, uma vez que a crítica bourdieusiana salienta que essa separação é totalmente falaciosa. A migração dos estudos em Filosofia para a Sociologia, assim como a realização das pesquisas etnográficas na Argélia e no Beárn, consolida a necessidade de realização dos momentos teórico e empírico do trabalho tal qual da existência dos momentos objetivista e subjetivista na realização da pesquisa social, prática que seriam, em verdade, indissociáveis (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; PETERS, 2017b). Com efeito, o aparato conceitual que Pierre Bourdieu vai erigir é construído tomando em consideração essas inquietações que vão transversalizar consistentemente a forma como seu instrumental analítico é (dialeticamente) constituído e utilizado.

A saída de Bourdieu é um resgate do racionalismo científico de Gaston Bachelard, atrelado a uma perspectiva relacional de Ernst Cassirer do mundo social (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; PETERS, 2013, 2017b). As diferentes instâncias e níveis da realidade não poderiam ser pensadas casuisticamente, de maneira atonomizada. Faz-se imperativo a produção teórica e de pesquisa empírica de forma relacional para mediar tais controvérsias. O conceito do habitus em Bourdieu se delinea partindo dessa perspectiva.

3.8 O habitus como instrumento mediador

Esta seção tem como fim discutir a relevância do conceito de habitus como ferramenta teórica de mediação para as controvérsias sinalizadas acima. Sendo assim, não se traz uma explicação sobre sua gênese ou antecessores teóricos e metateóricos. O objetivo nesse momento é ressaltar principalmente sua função mediadora para a resolução epistemo-teórico-metodológica dos problemas científicos que seriam o produto inócuo das antinomias supracitadas.

Nesse sentido, o conceito de habitus é seminal para entender o papel das práticas na teoria bourdieusiana, pois é ele que permite *unificar* estrutura e agência assim como objetivismo e subjetivismo. Esse princípio gerador de práticas é construído (e constrói) uma cadeia de mediação e engendra, por meio da consolidação de esquemas de percepção e avaliação incorporados, uma multiplicidade de ações no espaço societário. Dessa forma, Bourdieu dá o primeiro passo conceitual na direção de uma sociologia de possibilidades perceptivas e cognitivas, porém situando os agentes em posições estruturalmente demarcáveis. Essa consideração é de extrema pertinência, pois traz em seu bojo implicitamente a influência do próprio corpo dos agentes sobre suas práticas objetivadas e sinaliza para a interação obrigatória entre indivíduos e espaços sociais para o engendramento de tais práticas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; CORREA, 2015; ALVES, 2016; VANDENBERGHE; 2013; CAETANO, 2011, 2013; PETERS, 2013, 2017a).

Nesse momento, vale a pena recorrer a Peters (2013), uma vez que o autor enfatiza que a construção sociológica do conceito torna claro o empreendimento de Bourdieu de resolver as controvérsias expostas anteriormente, pois tal construção se inicia na análise *das condições sociais de produção das estruturas subjetivas que motivam os agentes e os orientam implicitamente*. Dessa forma, a experiência que eles têm de suas realidades levam a tese que estas estruturas subjetivas variariam sistematicamente conforme a mudança da história dessa realidade social e, conseqüentemente, das trajetórias individuais.

Ressalta-se, porém, que a variabilidade que resulta das diferenças entre contextos sócio-históricos e das distintas posições ocupadas pelos indivíduos no mesmo espaço social exerce uma coação estrutural sobre seus universos de representação, pois os seus pontos de vista do mundo societário seriam sempre específicos, oriundos desse mesmo mundo representado (PETERS, 2013; PETERS, 2017b). Tanto a construção dos elementos constituintes do habitus quanto do mundo social são essenciais para a pesquisa sociológica bourdieusiana, e é por isso que a investigação da sociogênese das disposições práticas e dos esquemas interpretativos (e do campo no qual eles interagem) habilitam captar com maior exatidão a forma objetiva como os agentes significam suas condutas, algo que reaparece inclusive como prerrogativa do estudo sociológico, por exemplo, na agenda de pesquisa lahireana (LAHIRE, 2004, 2005, 2015) . Em outras palavras, é a pesquisa empírica que permite descortinar os elementos não-intencionais e não-conscientes das práticas dos agentes e como estes mantem ou subvertem as configurações macrosociais objetivas nas quais eles atuam.

Com efeito, subjetivismo e objetivismo, agência e estrutura andam lado a lado. No entanto, enfatiza-se a importância que a incorporação e inculcação desses esquemas num determinado momento sócio-histórico tem no decorrer da trajetória individual. O habitus, sendo história incorporada, é atualizado, carregando consigo determinados elementos de continuidade sócio-histórica e das novas experiências oriundas da contemporaneidade (CORREA, 2015; ALVES, 2016; CAETANO, 2011, 2013). A articulação entre instâncias macro e microsociológicas acontece por meio de uma sociologia relacional que se dá nos âmbitos teórico e prático, pois ao serem vistos de forma indissociável, só podem ser articulados relacionalmente.

No entanto, conforme Peters (2013) e Caetano (2011, 2013) apontam, embora usando nomenclaturas diferentes, o passado incorporado tem amplo poder sobre as práticas dos indivíduos a medida que se articula de forma ontologicamente cúmplice com um campo específico. Bourdieu desvia do objetivismo levi-straussiano ou althusseriano, porém incide em um neo-objetivismo expressado pelo peso da gravidade social das estruturas socialmente incorporadas no habitus (PETERS, 2013). Ademais, no nível individual as situações que os agentes vivenciam se tornam elementos ativadores dessa história, deixando um espaço limitado para a agência e capacidade reflexiva (CAETANO, 2011, 2012, 2013).

Nesse sentido, uma série de questões se encadeiam dessa proposição conceitual e emanam a partir do que levaria a manutenção ou mudanças na estrutura do habitus, especialmente se foram consideradas as críticas supracitadas. Por exemplo, que modificações seriam possíveis dentro desse habitus entendido como um princípio? Que elementos engendrariam tais modificações e quais seriam sua amplitude de ação? Qual seria o papel do próprio aparato conceitual no mundo social e na reflexividade tanto do sociólogo quanto dos outros agentes sociais?

3.9 *Hysteresis*, o trabalho sociológico e a reflexividade

A sociologia de Pierre Bourdieu tematiza as possibilidades reflexivas dos atores e das propriedades dos seus habitus, transformando-os criativamente, a partir de duas situações. Os processos de autotransformação e de reflexão sobre si próprio acontecem a partir do efeito de *hysteresis* e do trabalho de auto-objetivação habilitado por meio das Ciências Sociais (PETERS, 2010, 2013; CORREA, 2015; ALVES, 2016).

São nos momentos de *hysteresis* em que o acionamento das disposições incorporadas no habitus é demandado em contextos distintos daqueles nos quais elas foram

produzidas. As circunstâncias sociais e históricas diacrônicas entre as condições de produção e funcionamento do habitus constroem a fonte primordial de mudança social no programa de pesquisa bourdieusiano, algo que é salientado, por exemplo, no maio de 68 na França. Os momentos de *hysteresis* são de grande relevância, pois eles têm como condição de possibilidade a crise objetiva, que esfacela o vínculo imediato entre as estruturas subjetivas e objetivas. Nesses momentos híbridos, a autoevidência do âmbito prático-operatório é desfeita, portanto, a crítica se torna inevitável, trazendo o não-discutido ou o não-formulado à tona (BOURDIEU, 1991b; BOURDIEU, 2014; BOURDIEU; WACQUANT, 1992; PETERS, 2010).

Dessa forma, fica explícito que o habitus, apesar da sua composição histórica, pode ser transformado de forma prática. Existem, sim, fronteiras estruturais coercitivas a essas metamorfoses, porém o efeito da trajetória social conduz os indivíduos a condições de vida diferentes daquelas iniciais.

Além da diacronia entre disposições e interesses subjetivos e possibilidades objetivas de lucros materiais e/ ou simbólicos (*hysteresis*), a consecução reflexiva do domínio do próprio habitus é possível por meio da própria sociologia a medida que esta pode ser utilizada como instrumental de autosocioanálise, isto é, um trabalho de investigação de si feito com a mobilização do aparato conceitual das ciências sociais (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004a, 2004b).

O papel transformador desse trabalho reflexivo está no fato dele expor à crítica as disposições e esquemas interpretativos que orientam os agentes (leigos e sociólogos) (CORREA, 2015), levando-os a entender como se legitimam os esquemas de classificação que os fazem colaborar (mesmo latentemente) com sua dominação. *A tarefa da sociologia reflexiva seria, dessa forma, fazer com que as disposições e comportamentos impensados sejam controlados de maneira racional, ao emergirem do nível da irreflexividade.* Esse exercício não ocorre só no âmbito do pensamento, ele é concomitantemente social e sociológico, pois conduz a reflexão dos pressupostos e limites que emanam da própria sociedade e que se refratam nos habitus dos indivíduos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Com efeito, o sociólogo e o conhecimento que ele produz passam a ter uma função ativa na ação política dos agentes, habilitando-os com um instrumental de conceitos que os permitiria reinterpretar sua realidade. A autoanálise munida das ferramentas sociológicas expõe a objetividade internalizada na subjetividade, descortina a banalidade no que até então era a autorrepresentação fundante, porém ilusória (PETERS, 2013, 2017a).

Portanto, o programa de pesquisa bourdieusiano ataca frontalmente a naturalização e a essencialização das relações de dominação. Ele desvela como as ordens sociais “tidas como certas” são, na verdade, contingentes e perfeitamente falseáveis (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004a, 2004b). A objetivação sociológica das regularidades impetradas pela dominação e pela violência simbólica que produzem micro e macrosociologicamente efeitos emocionais, morais e corpóreos são assertivamente desencarnados da sua pretensa naturalidade (PETERS, 2013, 2017a).

3.10 A reflexividade sociológica com e contra si própria

Com o objetivo de fazer uma sociologia da Sociologia e refletir sobre o trabalho científico no seu cerne, Bourdieu alerta para o fato de que mesmo o sociólogo pode estar preso aos pressupostos condicionantes da sua posição estrutural. Por isso, é essencial que ele use seus métodos de análise contra si mesmo, na tentativa de fugir das possíveis armadilhas epistêmicas do seu inconsciente condicionado (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Nesse sentido, Bourdieu propõe três movimentos. Primeiro, são objetivadas as condições sociais de produção do sujeito objetivado; agente é delineado a partir de uma classe, de um gênero e dos interesses que se conectam tendencialmente a ele, assim, o ator fica atrelado a sua dimensão social. Segundo, a análise reflexiva se volta para a dimensão institucional, isto é, o campo no qual o indivíduo se encontra, vinculando-o a uma posição relativa ocupada por esse agente; integram-se, dessa forma, macro e microcosmos. Terceiro, o pesquisador se objetiva (a chamada *objetivação participante*) para descortinar os esquemas mentais que o levam a observar o universo no qual ele se localiza de uma determinada forma (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004a, 2004b).

Essa *volta reflexiva* é seminal, uma vez que os atores estão imersos na parcialidade do mundo vivido, e é função do cientista social construir as estruturas virtuais que são a condição de possibilidade desses microcosmos. Sua centralidade também está no remonte que o sociólogo faz da sua própria trajetória social e da sua posição no campo, pois é então que ele pode se descobrir sujeito dos condicionamentos que ele aponta aos outros (BOURDIEU, 2004b). Dessa maneira, Bourdieu utiliza a autoridade da ciência como principal alternativa para conhecer os condicionamentos que pesam sobre os agentes. Ademais, os graus de liberdade para a ação são pensados partindo do conhecimento desses condicionamentos e, além disso, acrescenta-se que é a posição projetiva do cientista social que pode dar sentido objetivo as práticas dos agentes (CORREA, 2015; PETERS, 2017a).

Com efeito, Bourdieu ressalta o papel privilegiado das ciências sociais e sua importância na análise das realidades. Embora no plano das interações os agentes podem acreditar que são seres reflexivos, em verdade, quando refletem sobre si mesmos e sua condição, eles terão suas atitudes reconduzidas aos condicionamentos estruturais e simbólicos implícitos à sua posição no espaço societário (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Portanto, sem o trabalho sociológico (e sua volta reflexiva), a própria reflexividade acaba atrelada aos condicionamentos sociais objetivos que se pretende desvelar (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004a, 2004b; CORREA, 2015; PETERS, 2017).

3.11 O peso do mundo objetivo em Bourdieu

Sobre a crítica que se faz ao peso do objetivismo, Peters (2013) salienta que o ator individual não possui para Bourdieu um poder causal autônomo para a transformação dos pilares fundamentais dos espaços onde opera. Com efeito, ele acaba por submeter a agência individual à estrutura. De acordo com Crossley (2001), a raridade dos grandes eventos que poderiam suscitar a reflexividade também coloca em cheque a visão que Bourdieu põe sobre o ator social. Embora seja verdade que os indivíduos não são dotados de racionalidade total assim como não poderiam agir no mundo social independente das estruturas relacionais históricas que os antecedem, também não é empiricamente possível afirmar que a formação racional de decisões e a elaboração planejada de estratégias sejam situações remotas ou raras nas mais diferentes trajetórias biográficas.

Explicando melhor, tanto Peters (2013) quanto Caetano (2011, 2013) argumentam que o ocorre em Bourdieu (e que ressona na obra de Bernard Lahire) é que existe uma precedência não apenas metodológica, mas também ontológica da objetividade sobre o elemento subjetivo da realidade social. Essa concepção se faz presente em Bourdieu quando este afirma que seria apenas no desarranjo da cumplicidade ontológica entre as estruturas e as disposições (na *hysteresis*) que os agentes leigos seriam capazes de resoluções reflexivas. Dessa forma, o processo inverso no qual o exercício consciente da reflexividade pode levar o ator social a romper parcial ou totalmente com a cumplicidade é, no limite, denegado.

No entanto, diferenciando Lahire de Bourdieu, Caetano (2012, 2011, 2013) faz questão de enfatizar que, embora o primeiro sustente que os múltiplos processos de socialização que os indivíduos atravessam nas suas trajetórias biográficas os conduzem a um número maior de situações potencialmente reflexivas, ele também não tem a

reflexividade dos atores sociais como foco da sua agenda de pesquisa. Por isso, a autora teoriza que Lahire acaba por reproduzir o esquema objetivista bourdieusiano na medida que o patrimônio de disposições que ele descobre continua sendo preponderantemente ativado por estímulos vindos de quadros contextuais. A pluralidade e heterogeneidade de disposições e contextos são patentes para o autor, porém o passado incorporado (no habitus) e o mundo objetivo (os contextos) carregam uma enorme influência sobre as capacidades reflexivas dos indivíduos.

Levando essa crítica ao limite, Crossley (2001) sobreleva que no cerne neo-objetivo da construção bourdieusiana (e naquelas mais diretamente influenciadas por ela) estaria a ausência total de um aparato conceitual que possibilite a inclusão verdadeira da reflexividade consciente do ator como um componente que permite explicar a agência individual. A ação engajada socialmente pelos indivíduos é barateada, reduzida a uma dialética entre estruturas objetivas do passado (aquelas incorporadas) e as do presente (as situacionais).

Para se fazer justiça, todavia, é necessário colocar aqui que Lahire (2002) ataca frontalmente a ênfase exagerada que Bourdieu dá ao caráter tácito das motivações subjetivas das ações individuais por meio da generalização irrestrita do modelo esportivo de ação, pois tal modelo termina por negligenciar a importância das mais diversas deliberações reflexivas. Lahire traz à luz a seguinte questão: mesmo a prática esportiva mais automaticamente engendrada não emerge sem antes ter sofrido a orientação dialógica de um técnico ou a revisão dos treinamentos (e dos movimentos) aos quais o atleta foi exposto.

3.12 A questão da reflexividade em Bernard Lahire – Conceitos, possibilidades e limitações

Embora sejam transversalizados e constituídos por socializações passadas, os atores são expostos a processos de mudança social inerentes as sociedades. Apesar do fato de que possam ocasionalmente se considerar reflexivos por serem capazes de pensar sobre si e suas condições no mundo social, na teoria disposicionalista bourdieusiana (que repercute em Lahire) a reflexividade está atrelada a condições sociais de possibilidade objetivas, externas aos indivíduos. Por conta disso, a intenção aqui é escrutinar esse peso do mundo objetivo nas proposições teórico-metodológicas de Bernard Lahire, estabelecendo concomitantemente proximidades e distanciamentos com Bourdieu.

Primeiro, reconhecesse-se a relevância do arcabouço teórico lahireano por possibilitar a operacionalização do conceito de reflexividade a nível individual, assumindo que os agentes se relacionam das mais diversas formas com suas disposições. Admite-se, por exemplo, que os atores apresentam graus distintos de reflexividade de acordo com os múltiplos quadros contextuais nos quais interagem. A assunção desta pluralidade permite tratar cada pessoa como um sujeito socializado dotado de individualidade para além de características como a classe, porém não a deixa totalmente autônoma nas interseções entre variadas forças e esferas sociais (CAETANO, 2011, 2012, 2013; VANDENBERGHE, 2013).

No dia-a-dia dos indivíduos, as lógicas das ações oriundas do senso prático bourdieusiano (BOURDIEU, 1991a) e da ação reflexiva se articulam de maneira sistemática e contínua. Com efeito, tanto não seria possível pensar que as pessoas agem unicamente guiadas pelo costume ou pela rotina, quanto não seria plausível considerar que os atores viveriam orientados por escolhas plenamente racionais (CAETANO, 2012).

Lahire (2004, 2006, 2015) enfatiza que os atores sociais não abandonam suas condições de agentes constituídos por determinadas condições sociais e históricas. Os processos de socialização são essenciais na obra do autor porque são eles que de maneira contínua e progressiva habilitam a incorporação das estruturas sociais sob a forma de esquemas cognitivos e disposicionais (de pensar, agir e sentir). Dialeticamente, tais esquemas são preponderantes para a forma que os indivíduos conferem sentido e co-constituem o espaço social. Nesse perspectiva, Setton (2009) chama a atenção que, seguindo uma certa tradição dentro da sociologia francesa, o autor se remete epistemologicamente a obra de Marcel Mauss, pois possibilita considerar a socialização um *fato social total*, isto é, aquele que integraliza simbolicamente as mais diferentes instâncias nas quais os indivíduos interagem no decorrer de suas vidas.

Contudo, o autor é também crítico a essa tradição, escrevendo com e contra ela (VANDENBERGH, 2013). Por exemplo, Lahire faz um ataque contundente a esse edifício teórico ao considerar o ator plural um derivado de influências diversificadas ao estar sujeito a sociedade com intensa diferenciação interna. Elementos como o desenvolvimento da indústria cultural, a evolução dos meios de comunicação e a maior divisão social do trabalho oferecem instâncias socializadoras crescentemente heterogêneas, logo, os indivíduos tenderiam a internalizar um patrimônio de disposições também heterogêneo. Nesse sentido, a maior ou menor coerência interna de um ator estaria relacionada com o conjunto historicamente inconstante de diferentes forças socializadoras. Sendo assim, o

indivíduo também não pode ser determinado e generalizado partindo de suposições estabelecidas a priori sem pesquisa empírica (LAHIRE, 2002, 2012).

Ademais, a multiplicidade de matrizes de socialização impossibilita estabelecer a prioridade ontológica de uma instância de socialização sobre outras, porque as ações individuais são construídas precisamente pela diversidade das experiências sociais que as pessoas foram submetidas. Sincronicamente, a esse estoque de experiências interiorizadas os atores adquirem também um sentido prático das situações que os possibilitam ter algum grau de consciência da adequação e pertinência dos seus esquemas incorporados aos quadros contextuais específicos (VANDENBERGHE, 2013; LAHIRE, 2015).

Vale a pena ressaltar que o sentido prático de Lahire difere do senso prático de Bourdieu (CAETANO, 2012). O sentido prático se assemelha ao senso por ser o produto de uma trajetória de aprendizagem que faz com que a ação se torne espontânea, naturalizando-a na vida em sociedade. Presume também que as ações ocorrem como um modo pré-reflexivo, semiconscente de agir (BOURDIEU, 1991a, 1991b). Dessa forma, os agentes não se encontrariam em condições plenas para planejar ou controlar suas condutas e teriam dificuldade em se evadir de certos hábitos adquiridos. No entanto, Lahire (2004, 2005) confronta a ideia desse ajustamento pré-reflexivo das disposições aos contextos demonstrando empiricamente que no uso da escrita são delineáveis *funções mnemônicas, organizadoras, planejadoras e reflexivas que rompem sistematicamente com o sentido prático*. Em outras palavras, nas vidas individuais existem todo um conjunto de ações que fogem a ação programada, i.e., foram planejadas, executadas e controladas previamente.

Em uma problematização pertinente sobre esse sentido prático das ações, Caetano (2013) aponta para uma lacuna nevrálgica na teorização lahireana. O sociólogo francês admite que os agentes sociais são atores plurais, porém eles o seriam por conta do efeito social e histórico da variabilidade das suas socializações passadas somadas a amplitude daquelas do presente junto com as lógicas de ação que perpassam suas biografias. Ou seja, quanto mais plural for a socialização de um indivíduo mais heterogêneo ele é. A questão que emerge é que os atores passam a ser definidos prioritariamente a partir das condições materiais de possibilidade dos distintos contextos sociais pelos quais se formaram. Não haveria nada interno às pessoas que não pudesse ser procurado (e explicado) externamente.

A lacuna apontada acima pode ser preenchida se forem consideradas as deliberações racionais dos indivíduos como complemento necessário ao ajustamento dos seus habitus aos contextos. Somando esse argumento a variabilidade das lógicas de ação e a demanda que elas exercessem por graus diferentes de reflexividade de acordo com as

situações e o patrimônio de disposições incorporadas é possível evitar certas confusões na pesquisa. Por exemplo, exagerar no neo-objetivismo, conferindo sobrepeso ao social que estaria *dobrado* nas pessoas.

Todavia, esse peso se justifica no programa de pesquisa lahireano. Ao enfatizar o poder duradouro das socializações por meio do estudo de biografias sociológicas, Lahire busca entender como e porque os atores tomam certas decisões e vivem suas vidas. No passado está a explicação para o presente e o futuro. Resgatando a metáfora do social dobrado nos indivíduos, o autor inclui os diversos campos do mundo social e as posições que são ocupadas por eles dentro dos próprios indivíduos. Por conseguinte, as crises que levam a reflexão são necessariamente mais comuns do que nas leituras mais ortodoxas de Bourdieu, pois a lógica agonística dos campos passa a existir no interior das pessoas. Os campos como espaços de lutas e forças existem não apenas fora, mas também dentro de nós já que o pluralismo agora se estabelece como regra ao invés de exceção (VANDENBERGHE, 2013).

Portanto, a vida interior dos indivíduos não é composta apenas por dinâmicas que seriam exclusivamente conscientes ou inconscientes. As pessoas não são autômatos agindo apenas pela força dos hábitos nem vivem em constante estado de alerta. Com efeito, a análise da reflexividade individual requer atenção aos processos que dependem ou não da percepção consciente. Por isso é que a Lahire (2015) afirma que as disposições podem ser materializadas em esquemas de percepção e interpretação, consideradas objetos pelos sujeitos, mas *tendem* a operar impassíveis de questionamento.

Para entender a capacidade reflexiva individual é necessário compreender suas condições materiais de existência e é por isso que o esquema interpretativo que Lahire (1997, 2002, 2004) fornece é tão relevante. Por meio do conceito de contextos de interação (ou quadros contextuais) é possível integrar, por exemplo, o componente exterior às condutas dos agentes, habilitadas pela posição deles no espaço social. É nesses contextos, os quais podem suscitar diferentes níveis de reflexão, que se manifestam a componente externa da reflexividade individual. É no decorrer das interações que os indivíduos podem discursivamente com a presença dos outros refletir sobre problemas, objetivos, planos e intenções, elucubrando sobre suas possibilidades e limitações (CAETANO, 2013).

É também imperioso esquadrihar que em uma sociedade com desigualdades sociais e históricas profundas como a brasileira, será muito mais frequente para os sujeitos dotados de menos recursos que as estruturas sejam de fato menos maleáveis do que para

aqueles com maior acesso, assim, se faz pertinente analisar o grau de permeabilidade dos diferentes contextos a ação transformadora dos indivíduos.

O interlace entre fatores sociais e reflexividade tem um duplo sentido. Na medida em que se considera os efeitos que os recursos e contextos tem sobre como os indivíduos se enxergam, é imperativo tomar conta da eficácia causal da reflexividade nos quadros contextuais e nas condições materiais de existência (CAETANO, 2012). Esse argumento fica claro, por exemplo, nas elaborações que tanto Bourdieu (2007) quanto Lahire (1997) fazem sobre as consequências dos efeitos de inculcação (relativos a esquemas educacionais a qual todos estão expostos em maior ou menor grau) e trajetória (relativos particularidades oriundas de interações específicas da vida social) nas biografias de irmãos criados nos mesmos lares e com esquemas de socialização aparentemente parecidos.

Subjacente ao interlace supracitado está igualmente a dimensão temporal das ações, pois a capacidade de cada pessoa refletir sobre e para si evolui, referenciando circunstâncias externas, de forma variável para diferentes contextos ao longo de sua trajetória biográfica. Lembrando que as situações de crise mais comuns e a ruptura com o sentido prático mais frequente no cotidiano, as crises não teriam necessariamente implicações decisivas nas existências dos indivíduos tais como aparece em Bourdieu. Ou seja, quanto mais o ator se dedica a uma determinada prática, maior é a probabilidade dele se distanciar e conseguir refletir sobre ela (LAHIRE, 1997, 2002, 2004; CAETANO, 2013).

Outro ponto seminal na reflexividade em Lahire no qual se diferencia de Bourdieu é a maior ênfase no *caráter relacional* do conceito. A reflexividade não fica restrita a privacidade individual, avessa ao contato exterior. Ela é também, tal qual o mundo social como um todo, construído relacionalmente. Por exemplo, quando querem esclarecer seus pensamentos as pessoas frequentemente recorrem a outras para colher informações e analisar outras opiniões. Além disso, verbalizar pensamentos é uma forma de dar sentido objetivo a eles e atualizá-los. Estabelecer um diálogo também deixa o processo de objetivação de reflexões mais fluente. Por fim, os indivíduos têm a capacidade de ajustarem os seus comportamentos às normativas implícitas e explícitas, ponderando sobre os contextos nos quais se movem e as pessoas com as quais interagem (CAETANO, 2013).

Embora este trabalho se alinhe com a proposição lahireana de que não há saída possível da tessitura social, acredita-se que estender a sociologia ao âmbito psicológico não pode significar a redução das dinâmicas individuais internas a uma relação reprodutivista superficial com o exterior, isto é, o segundo seria o único produtor das realidades objetivas do primeiro. Boltanski e Thévenot (1999, 2006) alertam que os indivíduos são capazes de

recombinações simbólicas que oscilam em intensidade e similitude, as quais não podem ser compreendidas se suas maneiras de refletir sobre si forem negligenciadas.

Sobre as proposições teórico-metodológicas de Boltanski, acredita-se que seu aparato conceitual acerca da articulação da justificação e crítica das ações individuais tem muito potencial para contemplar as lacunas que a influência do objetivismo deixa tanto em Bourdieu quanto em Lahire. Sendo assim, as seções seguintes sugerem um terceiro movimento teórico no qual o aparato conceitual desse autor se articula ao dos dois primeiros em uma tentativa não de superá-los, mas de progredir com as possibilidades analíticas acerca do mundo social.

3.13 O que Luc Boltanski tem a oferecer a Pierre Bourdieu e a Bernard Lahire?

É notório que o edifício teórico-metodológico erigido por Bourdieu representa um avanço substancial para as ciências sociais porque fornece, além de um vasto complexo categorial, a possibilidade de tomar o próprio ofício do cientista social como objeto. Ademais, esse arcabouço colaborou para o desenvolvimento de uma sociologia crítica que permite ao pesquisador *desfetichizar* a experiência dos atores comuns. Boltanski (2011) comenta que a sociologia bourdieusiana nos permite ver com mais clareza, acima de tudo, as facetas intoleráveis da realidade.

A sociologia lahireana possibilita, por sua vez, avançar ainda mais, pois ao analisar as trajetórias individuais estende as capacidades críticas e reflexivas aos mais diversos atores. Isso ocorre dado a impossibilidade de negar os constantes eventos que suscitam os questionamentos sobre as condições objetivas e subjetivas que eles possuem no mundo social, condicionantes que influenciam em maior ou menor as capacidades para a ação. A pluralidade dos processos de socialização engendrados pela interação entre os patrimônios de disposições incorporadas nos indivíduos e quadros contextuais constroem, dialeticamente, atores também plurais. Para Lahire, todavia, os atores se tornam plurais por conta de processos prioritariamente orientados pelo mundo objetivo, logo, a capacidade reflexiva dos indivíduos fica secundarizada. Explicita-se aí uma lacuna teórico-conceitual, uma vez que a capacidade subjetiva de agência e modificação da realidade social fica, mesmo a nível dos indivíduos, em segundo plano, em detrimento à continuidade das estruturas incorporadas.

Outrossim, acredita-se que essa lacuna pode ser preenchida por um arcabouço que trate como os indivíduos são reflexivos no seu cotidiano, como tal dinâmica ocorre e se

expressa por meio das práticas. A sociologia da crítica proposta por Luc Boltanski fornece, assim, o aparato para um duplo movimento, pois na medida que possibilita preencher a lacuna citada também permite compreender os processos que os indivíduos empreendem subjetivamente e objetivamente para justificar e criticar suas ações e as de outrem. Essa dinâmica de justificação e crítica é preponderante para o entendimento sobre as capacidades individuais de aderir ou mudar a realidade social imediata, componente seminal de qualquer trajetória biográfica.

Nessa perspectiva, focalizam-se elementos conceituais específicos propostos por Boltanski (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999, 2006; BOLTANSKI, 2011) que propiciam tal tarefa e, por isso, não se preocupa aqui em estabelecer os antecedentes da sociologia da crítica deste autor e seus pressupostos epistêmicos. Da mesma forma, não é também intenção descrever de maneira aprofundada outros elementos categoriais do autor como os regimes de justificação ou o conceito de *ciudades*. Nosso foco é utilizar elementos argumentativos específicos do autor que permitem discutir a reflexividade de forma complementar às propostas de Bourdieu e Lahire.

3.14 “Somos todos reflexivos”

Inicialmente, Boltanski e Thévenot (1999, 2006) interpelam os enfoques mais difusos sobre o chamado acordo social, elemento central para a unidade simbólica de qualquer organização societária. Esse acordo não seria unicamente fruto da interiorização de expectativas normativas, como sugere a sociologia parsoniana, ou resultado de estruturas objetivas incorporadas, seguindo as proposições de Bourdieu. A explicação para o acordo viria, com efeito, do questionamento das categorias tradicionais como classe, estruturas ou mesmo sociedade e, enfatizaria, ficando mais próxima dos atores, as suas próprias experiências. Os autores tomam os grupos, por exemplo, não como conceitos explicativos do mundo social, mas como objetos a serem explicados. Esse questionamento se operacionaliza metodologicamente por meio do escrutínio dos juízos de valor que os atores fazem em momentos críticos (VANDENBERGH, 2006; CORREA; DIAS, 2016; NORDACHIONNE, 2017).

Os estudos de Boltanski demonstram que o ideal bourdieusiano de uma reflexividade que implicava no controle da subjetividade a partir da consciência da posição objetiva poderia ser engendrado não apenas por sociólogos, mas também pelos atores leigos. As capacidades de avaliar, criticar, classificar e justificar seriam compartilhadas

tanto por especialistas como leigos de forma e em graus diferentes empiricamente constatáveis (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006; BOLTANSKI, 2011; CORREA, 2015).

Além disso, os indivíduos muitas vezes justificam suas classificações em termos de coerência lógica e de justiça, o que denota que a prática e a apreciação dos fatos e valores não são efetivamente separáveis. Os atores procuram dar legitimidade pública a suas causas por meio da sua vinculação ao *bem comum*, afastando-as de interesses particulares. Essas demandas públicas são, por seu turno, fundamentadas em provas e objetos que as dotem de inteligibilidade, coerência e realidade. Para compreender os mecanismos que orientam a crítica e a justificação é necessário estudar não só esses movimentos, mas também seus componentes como as evidências e os dispositivos que os constituem (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006; VANDENBERGH, 2006; CORREA; DIAS, 2016).

Dessa forma, a proposição de Boltanski emerge como um avanço, pois para estudar a reflexividade individual em sua amplitude, ele evidencia a necessidade de considerar duas características basilares. Primeiro, a reflexividade decorre dos desenvolvimentos do conceito de crítica, ou seja, esses conceitos são sinônimos e não desassociados. Segundo, e de maneira quase tautológica, é imperativo estender as competências críticas aos atores leigos, não sendo possível as restringir apenas aos sociólogos. Em maior ou menor grau, somos todos reflexivos (VANDENBERGH, 2006; NORDACHIONNE, 2017).

A reflexividade é engendrada quando ocorre algum problema, um distúrbio, uma situação na qual o acordo imediato se mostra impossível. Ou seja, o efeito *hysteresys* é microsociológico e situacional (CORREA, 2015; CORREA; DIAS, 2016), o que cria o imperativo por novas justificativas (e também novas críticas) para o estabelecimento de um novo acordo sobre a realidade social. O estudo sociológico crítico passa a estudar também as manifestações e formas da crítica, logo, a sociologia da crítica de Boltanski não seria uma ruptura com Bourdieu ou Lahire, mas um desenvolvimento ao elevar a reflexividade como um possível fio condutor para a emancipação, algo que faz parte do processo que torna determinada realidade inaceitável e habilita, talvez, superá-la (BOLTANSKI, 2011).

3.15 A importância do estudo dos momentos de crise

A análise dos momentos de crise é significativa por conta da forma que estes emergem na vida social. O termo faz analogia, simultaneamente, a atividade crítica das pessoas e a peculiaridade que esses momentos carregam. Nessa perspectiva, o argumento está na reflexividade do momento crítico, uma situação que começa no cotidiano das maneiras mais corriqueiras. As pessoas envolvidas nas mais diferentes situações sociais

têm que coordenar suas ações até que surge um evento que as faz perceber que algo está errado, que elas não conseguem mais concordar, i.e., que algo mudou. Perceber aí tem um duplo significado, pois quer dizer tanto um movimento para uma reflexão interna quanto para uma ação no mundo exterior. Nesse processo, é inevitável um distanciamento da situação presente e o remonte ao passado. Tais momentos são, todavia, impreterivelmente transitórios porque ninguém consegue viver em um estado de crise constante. Isto posto, uma das alternativas a esses momentos é o retorno a uma maneira acordada de convivência. Nesse sentido, a ideia não é estudar os acordos e os desacordos apenas no seu âmbito linguístico, pois essas disputas envolvem pessoas e objetos concomitantemente (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999, 2006).

Além disso, um caractere básico dessas situações é que os envolvidos estão sujeitos a um *imperativo de justificação*. Quem critica alguém precisa produzir justificativas que apoiem suas críticas para que a pessoa-alvo precise, por seu turno, esclarecer suas ações e defender sua causa (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999, 2006). Essas justificativas seguem determinadas regras para serem aceitas, não sendo possível dizer, por exemplo, que não se concorda com alguém sobre as políticas públicas de um governo porque o tamanho da sua cabeça é desproporcional ao corpo.

Ao enfatizar o processo de justificação, os autores focalizam também na questão da legitimidade dos acordos que nos permitem viver em sociedade. Apesar de não subestimar a importância da dominação, da força, da mistificação e dos interesses na vida em sociedades, parte-se do pressuposto que as vivências cotidianas não são exclusivamente fundamentadas nessas categorias (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999, 2006; BOLTANSKI, 2011).

A ação social começa a ser analisada a partir de regimes de ação e das operações críticas que ressaltam como os indivíduos justificam suas práticas no dia-a-dia. A proposta enfatiza a capacidade crítica e reflexiva dos autores nos momentos em que lhes é pertinente defender determinados posicionamentos. As situações de disputas (os momentos de crise) são investigados para que se possa descrever e entender como as ações são operacionalizadas e legitimadas (VANDENBERGHE, 2006; MARTINS; AMARAL, 2009; CORREA; DIAS, 2016).

Nessas situações, argumentos contundentes precisam ser elaborados e mobilizados para justificar práticas ou apresentar criticismos, tomando como referência princípios e realidades objetivadas, e o pesquisador precisa escrutinar esses momentos se tem como objetivo compreender como a reflexividade ocorre (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999,

2006). Outrossim, se reforça que essa proposta sociológica não é um rompimento com a crítica bourdieusiana, mas seu aprofundamento, na medida que não insula a pertinência da realidade historicamente incorporada nas percepções e julgamentos dos atores, apesar de considerar a referência que eles fazem a princípios que são essencialmente normativas morais sobre a ação.

Ademais, são nesses momentos nos quais a ordem se rompe que o acordo estabelecido socialmente é suspenso por meio das críticas e disputas que acompanham as atividades cotidianas. A análise desses desacordos e críticas é tão pertinente quanto dos mecanismos contrários, isto é, aqueles que levam aos equilíbrios e constroem os acordos que sustentam as ações sociais. Para isso, Boltanski e Thévenot (1999, 2006) delineiam o imperativo da justificação, pois ele tem como função sustentar e coordenar a conduta dos indivíduos. No escopo dessa lente teórica, é preciso atentar às resultantes do que acontece quando as pessoas são confrontadas com a necessidade de justificar suas ações.

Essa perspectiva reconhece que nas crises somos incentivados a apresentar argumentos convincentes para justificar ou legitimar nossas ações. A teoria da justificação reflete sobre as discordâncias sugerindo que essas interações têm como referencial o bem comum. Para inferir como os indivíduos interpretam o que seria esse bem comum, os autores estabelecem o conceito de *ordens de grandeza* para definir que existem referenciais idiossincráticos sobre o que seria tal bem. Esses princípios compartilhados caracterizam e orientam, por sua vez, os modos como sustentamos os direcionamentos das nossas ações, elevando umas práticas sobre outras (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2006; MARTINS; AMARAL, 2009; NORDACHIONNE, 2017)

Corcuff (2017) ressalta que essa lente teórica se inspira claramente em Bourdieu, mas faz com que o estrutural-construtivismo com o qual o autor se definia pese muito mais para o lado construtivista do que para o estruturalismo. Nessa direção, Boltanski e Thévenot sublinham a hipótese que sobre os debates públicos (e privados) pesam restrições de legitimidade e generalidades dos argumentos que podem ser utilizados, levando os indivíduos envolvidos a ter que superar a situação específica na qual elas participam.

Salienta-se, mais uma vez, que o objetivo central aqui não é apresentar todo o aparato conceitual de Luc Boltanski para preencher a lacuna teórico-metodológico que se identificou nos pensamentos de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. A intenção é trazer o argumento fundamental do primeiro sobre os imperativos normativos e as consequências operacionais que o engendramento da reflexividade tem na vida social dos indivíduos, algo

que falta nos últimos. Dito isso, remontar-se-á muito brevemente ao conceito de *cidade* para chegar na articulação que esse conceito representa com a ideia de compartilhamento de normativas acerca do bem comum.

3.16 A gravidade do *bem comum* nas condutas individuais

Fundamentalmente, o conceito de *ciudades* é utilizado para designar espécies de guias morais que serviriam para identificar a constituição interna das metafísicas ordinárias que são cotidianamente mobilizadas pelos indivíduos (CORREA, 2015). As pessoas recorrem a princípios lógicos e valores que são hegemônicos no mundo ocidental e expressam os critérios que destacam o que seria legítimo no âmbito público (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2006).

O conceito de cidade faz referência a valores seminais como a criatividade, a produtividade, a liberdade, o renome e a solidariedade que, embora estejam difundidas no senso comum, são remontáveis a concepções específicas acerca do nosso vínculo político no sentido de um acordo comum compartilhado. Dito de outra forma, a cidade significa, conceitualmente, a expressão de critérios sobre a força que as concepções do que seria o *vínculo político justo* possuem, tendo sido produzidas pela filosofia política em articulação com as formulações mais mundanas (CORREA; DIAS, 2016).

O argumento central do modelo é que é imperioso revelar os elos que amarram as situações às tradições e as nossas concepções de bem comum, mas não apenas isto. Ademais, os autores chamam a atenção para outros dois elementos. Primeiro, para o escrutínio do papel dos limites da legitimação pública. Segundo, para os dispositivos que permeiam as situações, ordenando e estabilizando o que se considera um mundo justo. São nas situações de prova que são geradas pelos e nos momentos de crise que a faceta indeterminada (e intolerável) do mundo social aparece (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2006; BOLTANSKI, 2011; CORREA; DIAS, 2016).

Portanto, para entender como somos reflexivos é necessário investigar tanto as formas institucionalizadas das crises assim como aquelas ocasionadas pela combinação de discrepâncias, anomalias ou outros problemas que criam indeterminações que não conseguem ser desprezadas. Por isso, a pesquisa sociológica que opera ao nível dos indivíduos se desenvolve à medida em que incorpora esses pressupostos teóricos e metodológicos no seu bojo, pois eles permitem considerar, descrever e analisar a influência das normativas morais e da ideia de bem comum sobre as mais distintas práticas.

3.17 De que maneira Boltanski sinaliza um avanço a Bourdieu e Lahire?

Faz-se necessário enfatizar que Boltanski (2011) sugere, mais recentemente na sua trajetória intelectual, uma aproximação entre o programa de pesquisa da sociologia da crítica bourdieusiana, a qual ele inclusive fez parte ativamente no início de sua carreira, e o seu projeto atual, a saber, a sociologia pragmática da crítica. Esse movimento tem um valor intrínseco enquanto instrumento analítico do mundo social por alguns motivos. Primeiro, incorpora aspectos seminais da sociologia crítica ao trazer que são elementos exteriores aos atores que totalizam a ordem social e a faz passar desapercibida nas suas mais diversas práticas. Nesse sentido, se sobleva, por exemplo, a relevância da desfetichização das ordens do mundo por meio da mobilização coletiva ou mesmo da reflexão individual. Segundo, Boltanski resgata da sociologia da pragmática da crítica o foco nas práticas mais corriqueiras dos indivíduos. Além disso, traz consigo o reconhecimento do pluralismo que reside tanto nos atores quanto no próprio mundo social. Dessa forma, os programas coletivos e individuais, macrossociológicos e microsociológicos, podem se encontrar tanto na teoria quanto na pesquisa empírica.

Dito de outra forma, o exercício da crítica pelos atores no decorrer de suas vivências individualizadas e coletivas ganha um enquadramento diferente, passando a ser observado por lentes bifocais. Por um lado, se admite que o mundo é um espaço incerto, elemento central para as situações de crise que engendram o processo crítico. Por outro lado, concomitantemente, se torna imperativo analisar os mecanismos operacionais que permitem, em especial para essa tese, que a crítica ocorra na escala dos indivíduos.

Para isso, Boltanski (2011) recomenda o enfoque nas relações que os atores estabelecem com as Instituições, consideradas não apenas no nível das suas manifestações inconscientes nas práticas, em conformidade com a sociologia crítica, mas também nos momentos em que elas se configuram como elementos mantenedores ou restauradores conscientes da ordem após o processamento do movimento crítico em si. Com efeito, as relações que os indivíduos estabelecem com as instituições, definidas, grosso modo, como normas e valores tomados como certo pelos sujeitos que organizam suas vidas sociais, são trazidas a luz e passam a ser escrutinadas tanto na sua capacidade de solidificar a ordem presente quanto também da heterogeneidade de interpretações que são conferidas a elas.

Em termos definicionais mais detalhados, as instituições guiam a construção da realidade por meio de operações que qualificam as pessoas e os objetos. Ademais, estabelecem como esses seres terão suas existências enquanto tais testadas. As instituições conferem realidade ao mundo, mas, ao mesmo tempo, são as indeterminações inerentes ao

mundo que permitem que essa realidade engendrada pelas instituições seja criticada. Portanto, a realidade é constituída pelas instituições e os elementos que as constroem têm, por seu turno, sua valoração relativa delineada, assim como suas qualidades, por meio de provas constantemente atualizadas em um movimento duplo e dialético de crítica e justificação.

As instituições também conferem unidade à realidade por meio do estabelecimento de rituais, a saber, práticas que as confirmam não apenas aquilo que as instituições são, mas também aquilo que elas não devem ser. Nessa perspectiva, e seguindo uma lógica durkheimiana, Boltanski propõe que uma instituição não poderia existir sem os rituais que conferem ela objetividade e inteligibilidade. É no instante dos rituais que as representações simbólicas e o estado das coisas se alinham ou, em termos bourdieusianos, se encontram em cumplicidade ontológica (Boltanski, 2011). E essas dinâmicas nos permitem descortinar os processos reflexivos que subjazem e reemergem do exercício da crítica (e do seu estudo).

A análise das interpretações e ações acerca das instituições pelos indivíduos também é importante, pois no âmbito das suas representações simbólicas sobre suas normas e valores, acabam por funcionar como as principais instâncias de reflexão sob o ponto de vista da moral individual articulada com o coletivo. As percepções que os indivíduos têm das instituições são também seminais porque elas, além de denotar o movimento duplo de crítica-justificação supracitado, ajudam a compreender (e reconstruir) como os indivíduos atualizam seus patrimônios disposicionais para além do esquema bourdieusiano clássico da cumplicidade ontológica entre habitus e habitat.

Todo esse aparato conceitual, todavia, só perceptível e operacionalizável a partir de rigorosa pesquisa empírica. Sendo assim, a próxima seção propõe o desenho metodológico que permite empiricamente a análise sociológica disposicionalista e pragmatista em escala individual aplicada a Educação para Sustentabilidade.

4 DESENHO METODOLÓGICO

Esta seção tem como fim apresentar o desenho metodológico que conduz à operacionalização desta tese. Para isso, está dividida em três subseções. A primeira, detalha as implicações metodológicas das escolhas epistemológicas e empíricas até agora apresentadas. A segunda, por seu turno, introduz encadeamentos prático-operatórios que repercutirão na forma que este estudo será operacionalizado. Por fim, a terceira traz sugestões de ator biografado por se encaixar no pressupostos onto-epistemo-teóricos delineados aqui.

4.1 Implicações Metodológicas das Contribuições Lahireanas e do estudo da Reflexividade

Considerado as lacunas epistemo-metodológicas da proposta macrossociológica bourdieusiana para a investigação de disposições individuais, nesta tese se resolveu por optar pela construção da biografia sociológica de um indivíduo profundamente engajado com a EpS formal e/ou informalmente, com o objetivo de descortinar os patrimônios disposicionais desse ator social. Seguindo o exercício da reflexividade epistemológica sugerido por Bourdieu e Wacquant (2002), explicitam-se nesta seção as escolhas metodológicas que emanam das escolhas teóricas precedentes. Para isso, recorre-se principalmente aos trabalhos de Oliveira (2013), Lima Junior (2013), Reis (2014), Sá (2015), Coutinho (2015) e Lahire (2004) com o fim de aproveitar os aparatos metodológicos criados por esses autores, contribuindo e avançando com eles teórico-metodologicamente à medida que for necessário.

Em termos metodológicos, as biografias sociológicas são prementes, pois não é possível compreender a construção do *habitus* partindo apenas de categorias herméticas como aquelas derivadas diretamente do exercício profissional ou imaginar que ele se constrói unicamente a partir do contato com os pais, por exemplo. Outros fatores e pessoas que participaram dos diversos processos de socialização devem ser levados em conta. Portanto, a utilização do arcabouço epistemo-teórico de Bernard Lahire, o qual sugere o uso de uma sociologia disposicional em escala individual, se configura como uma saída para resolução dos impasses sobre as reformulações no *habitus*, o que nos permite dar uma explicação mais robusta para como os agentes reconhecem os princípios norteadores da EpS.

Para a construção de vias diferenciadas para entender os processos de socialização em escala individual, sugeriu-se aqui a teorização sobre como esse especialista do campo

da EpS incorporou no seu patrimônio disposicional os elementos que tornaram possível o reconhecimento da Sustentabilidade e a perseguição de uma carreira de difusão dos discursos e práticas a ela relacionadas.

A partir de Lahire (2005), é possível argumentar que esse indivíduo atuou na EpS porque sua crença esteve ligada a normas sociais produzidas, sustentadas e difundidas por instituições diversas para além daquelas nas quais estudaram e trabalharam, instituições antecessoras, inclusive, como espaços de socialização. Não se incorpora um hábito durável em poucas horas, além disso, determinadas disposições podem enfraquecer ou esvanecer por não encontrarem condições para sua atualização ou até por ser reprimidas (LAHIRE, 2005).

Dessa forma, o remonte, o estudo e a análise desses processos de socialização no presente, assim como no passado, dos agentes mais proeminentes do campo abrem espaço para discussões teóricas e práticas sobre possibilidades de mudanças materiais e simbólicas em diferentes campos. Transformações que apontariam para a produção de novas experiências duradouras para os agentes e para o campo da pesquisa e da formação universitária.

Metodologicamente, é necessário descrever e analisar os quadros, as modalidades, os tempos e os efeitos das socializações com o objetivo de não tornar o conceito sem forma, ou seja, puramente decorativo ou retórico. Por conseguinte, a pesquisa envolvendo os processos de socialização considera como tais processos se organizam e se desenvolvem em cada um desses quadros (LAHIRE, 2015).

A escolha do indivíduo selecionado para esta pesquisa partiu do pressuposto que ele se engajou em práticas relativas a maior preocupação com o equilíbrio entre os âmbitos social, ambiental e econômico na sociedade, que permeiam as diversas visões sobre Sustentabilidade. O ator selecionado não apenas reconheceu a legitimidade do discurso, mas também o tomou para si como mote de sua carreira. Fez-se necessário, assim, o estudo disposicional para entender os diferentes contextos sociais desse indivíduo e possibilitar a aproximação dos aspectos motivadores que tais contextos ativaram, desativaram ou reativaram nele.

Tomou-se aqui um ator social para a construção da biografia sociológica, José Francisco Bernardes Milanez, que tem um consolidado ativismo com aspectos da Sustentabilidade, se engajando em práticas de educação sobre a temática, tendo construído sua carreira baseada nos seus princípios norteadores. Além desses critérios de seleção, leva-

se em consideração que tal ator é uma figura proeminente na sua área de atuação seja no âmbito público, privado ou no terceiro setor.

A metodologia sugerida nessa tese elabora configurações que representarão as reconstituições de disposições identificadas no trabalho de campo. Tendo esse conjunto de configurações como base, reconstruir-se-ão a trajetória do ator, levando em conta aspectos contextuais e relacionais.

O esforço na análise descortina a pluralidade das forças internas e externas geradoras dos esquemas disposicionais plurais e únicos no indivíduo estudado. Pressupõem-se que a repetição e recorrência das práticas constitutivas das relações que este indivíduo manteve com outros atores e com a estrutura denotará uma clara interdependência entre eles, que está dialeticamente sob constante influência de fatores tanto contextuais quanto relacionais.

Dessa forma, Lahire (2012) propicia uma metodologia que oportuniza ao pesquisador responder determinadas perguntas-chave, por exemplo: como as diversas experiências socializadoras são incorporadas nos indivíduos? Como essas experiências incorporadas se tornam mais ou menos duradouras? E como elas emergem no decorrer dos variados momentos na vida do ator social condicionando suas práticas?

Para chegar às respostas desses questionamentos, Lahire (2005) recomenda a comparação dos mesmos indivíduos em universos sociais distintos e delinear o que vai se modificar ou persistir nas variadas situações que se desenvolvem no interior destes universos. Analisar o indivíduo socializado é também estudar o coletivo. Logo, esse modelo de pesquisa enfatiza as práticas e preferências partindo de variações tanto interindividuais quanto intraindividuais de comportamentos.

As descrições dos indivíduos se inscrevem em suas práticas, é claro, não fornecem os aparatos para identificar quais disposições foram geradas e como isso ocorreu, pois quem opera tal tarefa é o cientista social. Para isso, a análise das descrições fornecidas implica no desenho das configurações de interdependências dos processos de socialização de forma a dar concretude as percepções do pesquisador sobre as disposições observadas (OLIVEIRA, 2013).

Nessa perspectiva, as configurações representam como os atores sociais estudados pensam e agem nos mundos sociais estudados. Teoriza-se que as disposições aparecem de maneira mais ou menos diacrônica ou sincrônica, sendo ativadas a partir de determinados contextos, porém esse processo de ativação não implica deterministicamente que ambas não ocorram concomitantemente. Além disso, as configurações explicitam que as variações

das disposições que emergiram são fatores de tendências para ações sociais, políticas, culturais ou religiosas por meio das quais os atores se sentem estimulados a agir.

Nesse sentido, é possível inferir a inclinação para a ação social como fator relevante para a constituição dos patrimônios disposicionais, pois se imagina que o envolvimento com atividades relativas a Sustentabilidade evidencia preocupações com os outros e a busca por soluções para os problemas da coletividade, por exemplo.

A elaboração de um roteiro de entrevistas é a solução que Sá (2015) recomenda tanto para a condução das entrevistas quanto para conferir mais rigor à análise. Embora a existência de tal roteiro possa reduzir a espontaneidade das conversas, este responde a possíveis inquietações emergentes sobre como a interpretação dos dados poderá ser realizada no futuro.

O autor esclarece que muito do que se estabelece no roteiro é oriundo da criação de critérios de pesquisa, algo essencial na condução de pesquisas de natureza qualitativa abertas como a que se propõe aqui. Esses critérios se relacionam com o perfil do estudo e dos perfis dos atores, por exemplo, alinham-se com suas atividades profissionais, seu status no campo e origens sociais (SÁ, 2015). Segue-se, assim, a perspectiva construtivista bourdieusiana que se contrapõem ao ideário positivista de revelação de uma determinada verdade absoluta sobre os objetos.

A orientação para a análise é a do diálogo com os textos transcritos, pois eles são um tipo muito específico de material textual frutos do roteiro supracitado. Sendo assim, foram agrupados os dados dentro dos eixos temáticos previamente estabelecidos, considerando que a especificidade dos eixos permitirá, no decorrer da análise, a comparação das informações. De forma definicional, os eixos são conjuntos de temas de análise agrupados por semelhanças ou proximidades entre si.

Identificou-se na análise, a hipótese que as disposições para atuar na EpS foram construídas por meio de processos de socialização que permitem o sujeito estudado conferir legitimidade as práticas e aos discursos sustentáveis. Com feito, tal análise se aproveitará da estratégia qualitativa oportunizada por meio de entrevistas em profundidade. As entrevistas em profundidade são permeadas por negociações implícitas entre entrevistador e entrevistados, nas quais diversas intenções são invariavelmente explicitadas e se elaboram juízos sobre a situação que se desenrola. O conhecimento da intimidade mútua se constitui por meio de uma relação onde o entrevistado não é meramente alguém que cede informações, mas que possa conhecer e julgar o pesquisador na mesma medida. Tal conhecimento sobre aquele que pesquisa é condição para o elo de afeto e confiança que

surtem em narrativas confessionais como as que potencialmente formam pesquisas biográficas.

Para isso, Coutinho (2015) sublinha que o pesquisador não se põe como portador de versões verdadeiras dos acontecimentos, discorrendo, na verdade, sobre pensamentos e sentimentos. Ulteriormente, pretende-se aqui descortinar as “problemáticas matriciais” dos atores investigados, por meio das percepções sobre as complexidades e delicadezas das questões abordadas acerca da intimidade deles (COUTINHO, 2015). Essa problemática é definida por Lahire (2010) como uma determinada condição afetiva matricial que toma diferentes formas em função das etapas do ciclo de vida ou de eventos biográficos específicos.

Portanto, o enfoque em processos de socialização possibilita a compreensão também sobre as forças relativas das disposições e confrontar isso com as transformações na legitimidade dos arbitrários culturais pertinentes a EpS. A legitimidade cultural, por sua vez, está ligada às questões do mundo objetivo que agem de forma imperativa no remonte das disposições, oferecendo caminhos teóricos para discussão sobre a temática.

4.2 Encadeamentos Prático-Operatórios

Lahire (2004) evidencia que na escala individual uma disposição é sempre uma realidade inferida e reconstruída pelo pesquisador, não podendo ser observada diretamente. Sendo assim, sugerir um patrimônio disposicional tem como consequência um trabalho interpretativo cauteloso que busca inferir os princípios geradores das práticas partindo daquilo que se sabe sobre tais práticas. Todavia, apesar da liberdade que se poderia pressupor em um trabalho interpretativista, a escolha por empregar a ferramenta teórica sugerida aqui implica em respeitar um conjunto de vínculos inerentes ao conceito de disposição.

Sobre esses vínculos, Lahire (2004) ressalta sete que devem ser rigorosamente respeitados em uma investigação disposicionalista:

(1) Todas as disposições têm um início e são adquiridas em contextos sociais e épocas específicas das histórias de vida dos indivíduos analisados, assim, a análise deve sempre se esforçar para reconstituir as condições de surgimento de tais disposições.

(2) A análise disposicionalista é construída sobre a observação de uma série de comportamentos e práticas recorrentes, o que permite a sustentação da existência das

disposições adquiridas (e inferidas pelo pesquisador). A inferência sobre uma disposição jamais se apoia sobre um comportamento observado somente uma vez.

(3) As disposições resultam de experiências sociais duradouras. Dessa forma, a gênese de uma disposição envolve a repetição de experiências razoavelmente parecidas e capazes de produzir hábitos. Conseqüentemente, uma disposição que se fortalece pela experiência prolongada pode se enfraquecer pela ausência da repetição.

(4) A inferência de uma disposição resulta de um esforço analítico em identificar coerência no conjunto de práticas dos sujeitos pesquisados, todavia, não se deve pensar que as disposições seriam gerais, transferíveis e igualmente ativas em todos os contextos e épocas das vidas dos atores. Tal transferibilidade é favorecida quando o contexto no qual a disposição é evocada se aproxima daquele no qual ela foi adquirida.

(5) Os comportamentos produzidos por uma disposição não ocorrem de maneira mecânica, inversamente, são maneiras mais ou menos coerentes de agir, crer e sentir que se ajustam com flexibilidade às mais variadas situações que os atores encontram.

(6) O pesquisador deve evitar generalizar e reduzir todas as regularidades inferidas sobre as práticas dos indivíduos ao conceito de disposição, esquecendo outros conceitos centrais como as competências e apetências, sob o risco de esvaziar o sentido instrumental do próprio conceito de disposição.

(7) A resolução do problema da organização dos patrimônios individuais de disposições (em um sistema de disposições, ou *habitus*) deve vir do campo empírico. O pesquisador não pode pressupor que as disposições que os atores incorporaram no decorrer de suas trajetórias seriam coerentes ao longo de todos os contextos nos quais esses atores se encontram. Além disso, não é possível pressupor sem comprovação empírica, que o patrimônio de disposições de um indivíduo específico seria plenamente coerente com sua origem social.

Na análise de uma biografia sociológica, na mesma medida de uma análise sociológica à escala individual, inferem-se as disposições de um sujeito a partir dos fatos que ele e outrem narram da sua trajetória. Uma vez que nenhuma narrativa se constitui sem tomar para si uma perspectiva específica, o pesquisador precisará ser parcimonioso ao

reconstruir a narrativa autobiográfica, pois é comum que os entrevistados tentem projetar uma determinada versão mais coerente de si mesmos. Tal fenômeno se constrói, por exemplo, na atenção diferenciada que um ator confere a um certo contexto de prática ou na ênfase que ele emprega num acontecimento específico, é assim que o entrevistado vai fomentando os elementos que melhor projetam sua versão “preferida” de si mesmo.

O cuidado no momento da entrevista é seminal para evitar dois erros metodológicos: um primeiro que se objetifica na entrevista em si e um segundo possível durante a análise. No decorrer da entrevista, o entrevistador não se atrela as perguntas e descrições que o entrevistado coloca, assim como não se apega as seleções de personagens e situações por ele operadas. Para isso, o pesquisador faz perguntas para as quais o entrevistado não necessariamente tem respostas prontas, pois são estas que fornecem o melhor material para uma construção verdadeiramente sociológica à medida que incorporam o princípio de que os atores sociais nem sempre tem consciência das razões que condicionam suas práticas. Em segundo lugar, durante a análise, se faz necessário não negligenciar os vestígios das disposições que poderão ser extraídos de momentos importantes da entrevista os quais os próprios atores ignoram. É por não poder presumir que o entrevistado está consciente todo tempo sobre as razões de suas ações que o cientista social se esforça em adquirir algum *excedente de visão*, que o possibilite analisar as informações para além daquilo que o ator tem consciência sobre si.

Para destacar a importância do remonte contextual, foi escolhido um único sujeito de relevância e com forte atuação na Educação para Sustentabilidade para compor este trabalho. A revelação dos vários contextos de socialização nos quais esse ator esteve inserido dá espaço para o remonte do patrimônio disposicional que os conduziu à (e os mantem na) EpS.

Com esse ator foram realizadas entrevistas longas e densas que abordarão três eixos temáticos os quais compreendem os seguintes contextos de suas socializações e práticas: (1) vida escolar; (2) vida familiar; (3) vida no trabalho. Na seção da biografia sociológica propriamente dita, ela começa, entretanto, com o remonte da socialização no ambiente familiar e com a descrição das condições objetivas (econômicas e culturais) das famílias, embora as entrevistas tenham sido planejadas seguindo a recomendação de Lima Júnior (2013) que deixou a vida familiar para um segundo momento para evitar constranger os sujeitos com perguntas mais íntimas logo no início do processo de entrevistas.

Tendo como objetivo identificar variações sincrônicas (entre os contextos) e diacrônicas (ao longo do tempo) dos patrimônios de disposições, uma parte importante de

cada entrevista foi dedicada para que o entrevistado comentasse sobre momentos de crise e mudança, pois são esses momentos que potencialmente desvelam as transformações nos patrimônios de disposições. Frequentemente, é quando as condições objetivas de existência mudam que determinadas disposições podem ser atualizadas, enquanto outras podem entrar em estado de suspensão, sendo reativadas em outros momentos da trajetória individual.

Além disso, seguindo as possibilidades para a coleta de dados em pesquisas qualitativas interpretativistas apresentadas por Stake (2011), a operacionalização e consequente construção dessa biografia sociológica recorreu ao emprego da pesquisa documental para sua constituição. De acordo com o autor, a pesquisa documental aplicada aos estudos qualitativos tem o poder de prestar complementariedade as informações que os entrevistados dão de si, logo, são essenciais para a elaboração de uma investigação de qualidade. Ademais, tal complementariedade confere maior legitimidade, validade e riqueza a análise ao pesquisador que conduz pesquisas qualitativas (STAKE, 2011).

Portanto, em conformidade com essa perspectiva, utilizei técnicas de coleta documentos como fotos, matérias de jornais disponíveis na Internet (que seguem os anexos), vídeos sobre as atividades do biografado e documentos pessoais dele, esses últimos escolhemos (tanto o biografado quanto biografador não dispõem nos anexos). Tal pesquisa documental, que se mostrou fundamental para a construção deste trabalho, ocorreu de forma orgânica sendo um encadeamento metodológico das escolhas teóricas que lastrearam este trabalho. Esse processo de pesquisa documental ocorre no decorrer do processo de pesquisa como um todo e pode ser situado cronologicamente em 2016, quando a intenção de biografar Milanez começa a se desenhar.

Os momentos de crise e mudança nos patrimônios disposicionais são dotados de uma instrumentalidade que, em seu turno, propiciam a identificação das variações diacrônicas nesses patrimônios. Nessa perspectiva, outro recurso a ser empregado foi perguntar ao sujeito em que situações ele não se comportou de acordo com o esquema geral com o qual ele se alinhava. Perguntar a um entrevistado em que situações ele ou ela não se comportava em coerência com suas condutas idiossincráticas desestabiliza o curso “normal” da entrevista, viabilizando a identificação dos contextos nos quais o sujeito sustentou disposições contraditórias.

O ator social selecionado para esse trabalho foi escolhido tomando em conta seu engajamento com a EpS e considerando o fato de ter sua formação no ensino superior ligada a Sustentabilidade seja no nível da graduação ou pós-graduação. Considerou-se,

assim, para a sua seleção, sua atuação com a EpS somada a sua trajetória pessoal com a Sustentabilidade enquanto carreira acadêmica, profissional e no nível do ativismo social.

As questões de pesquisa que moverão a análise serão as seguintes: *Que processos de socialização geraram as disposições que permitiu o ator entrevistado reconhecer a EpS como legítima e se engajarem nela na sua vida acadêmica e profissional? Quais disposições portadas por esses atores foram determinantes para tal engajamento?* A biografia sociológica construída a partir de longas entrevistas pôde responder essas perguntas depois de muito detalhamento, de forma que o objeto de interesse deste estudo pode parecer, eventualmente, desfocado no decorrer da análise.

A sensação de desfoque não se dá à toa, pois ela serve a três propósitos claros. Primeiro, trazer mais elementos a serem contrastados com os que foram chamados aqui anteriormente de parte do “*habitus* do aluno do curso de Administração”, para isso, são apresentadas variações individuais de disposições, apetências e competências mesmo em contextos que não estão diretamente relacionados. Segundo, demonstrar cuidadosamente os vários contextos de ação buscando afastar o vício da procura pela coerência que cria uma caricatura do entrevistado. Terceiro, destacar o distanciamento entre a narração dos acontecimentos da vida do ator e a inferência de disposições práticas, permitindo, assim, que o leitor tenha substrato para apreciar criticamente as inferências feitas pelo investigador, pontuando outras disposições que poderiam ser inferidas das práticas dos entrevistados e quais não deveriam ter sido.

Além disso, é preciso deixar claro que a densidade e extensão da biografia construídas aqui não guarda relação com uma ilusão ingênua de que a história da vida de um ator tende a se esgotar na pormenorização descritiva. Uma biografia sociológica, assim como um retrato sociológico, contém as limitações de qualquer narrativa e será sempre refém da perspectiva a partir da qual ela foi reconstituída.

Conforme posto anteriormente, cada uma das biografias procurará reconstruir a vida dos atores em torno dos três eixos de entrevistas: “vida familiar”, “vida escolar” e “trabalho”. Cada biografia, em seu turno, se organizará em torno de três outros elementos basilares: (1) lugares; (2) pessoas; e (3) relatos. Na descrição dos lugares, os atores serão pedidos que comentem sobre os espaços físicos em que suas narrativas aconteceram (ou acontecem).

Na descrição das pessoas, procurou-se a identificação do capital incorporado pelos outros agentes que acompanharam (e/ ou acompanham) o entrevistado e com quem ele manteve relações mais longevas. Essa etapa tem como fim o delineamento das atividades

que essas pessoas faziam junto com o ator biografado e o que ele aprendeu com essas relações. Dessa forma, pretendeu-se identificar as disposições práticas adquiridas com esses relacionamentos.

Nos relatos, o terceiro elemento constituinte dos eixos, o ator reforçou aspectos que já foram em alguma medida contemplados nos elementos anteriores, pois lugares, pessoas e as histórias que se relatam nunca são plenamente compartimentáveis. Nessa última etapa, todavia, o foco será os momentos de mudança e crise que mais possivelmente caracterizam as transformações nos patrimônios de disposições e competências.

Em suma, as entrevistas foram planejadas, conduzidas e analisadas de acordo com os critérios da análise disposicionalista à escala individual apontados até aqui. Pela própria natureza da entrevista biográfica, um roteiro, mesmo semiestruturado não foi seguido, pois não foi possível circunscrever as perguntas a serem realizadas e aquelas inúmeras que emergiram no decorrer da entrevista.

4.3 Perfil do Ator Biografado

José Francisco Bernardes Milanez é natural de Porto Alegre. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo, em 1983, e em Biologia, em 1985, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde fez mestrado em Educação em Ciências. Atuou como agente de órgãos ambientais do Estado. Na década de 1990, filiou-se ao PT, e foi candidato a prefeito de Canoas em 1992. Foi assessor de Meio Ambiente do gabinete do prefeito de Porto Alegre Raul Pont (PT, 1997-2000), acumulando as funções de coordenador do Programa Guaíba Vive e da Comissão Interinstitucional de planejamento da orla de Porto Alegre.

Em 2013, foi convidado pelo ex-governador Tarso Genro (PT) para coordenar o Plano RS Sustentável, função que exerceu até o fim do governo petista. Ainda adolescente, ingressou na Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), ONG ecológica pioneira no País, fundada em 1971, por José Lutzenberger e outros ambientalistas. Ativista na entidade por mais de 40 anos, foi presidente nos anos 1990 e retomou a função entre 2011 e 2013. No dia 29 de junho de 2018, foi eleito novamente para a presidência da Agapan, cargo que ocupará até 2019. Foi também conferencista na Rio 92, Copenhagen 95, representante do Fórum Brasileiro de ONGs no CDS e na Rio+5 (NY), organizador do encontro estadual conceitual sobre Desenvolvimento Sustentável (1993), fellow do Grupo V de desenvolvimento internacional dos Companheiros das

Américas, fellow internacional da Fundação Ashoka de empreendedores sociais e escritor e palestrante sobre Desenvolvimento Sustentável. Mais informações podem ser encontradas em matérias no anexo desta tese.

5. POR QUE (E COMO) BIOGRAFAR JOSÉ FRANCISCO BERNARDES MILANEZ?

Escrever uma biografia é um trabalho que requer extremo cuidado. A trajetória de alguém é tão idiossincrática que se torna difícil negligenciar uma parte por outra, sob pena de ferir com a confiança depositada pela pessoa biografada. De forma a honrar essa confiança e, ao mesmo tempo dar rigor científico ao processo de biografiação, essa análise segue uma escrita descritiva, mas traz a luz os elementos da trajetória de José Francisco Bernardes Milanez, que se alinham com a proposta teórico-metodológica sugerida na condução desse trabalho.

Em outras palavras, escrevo a trajetória de Milanez a partir dos três eixos centrais sinalizados na seção metodológica desta tese, a saber, sua vida familiar, escolar e no trabalho. Admite-se que esses três mundos se entrecruzam, logo, se torna impossível falar exclusivamente de um sem tocar no outro. Como Lahire (1997, 2005, 2015) enfatiza, os contextos de socialização dos indivíduos são plurais e tornam necessários uma escrita que esteja em consonância com tal pluralidade. Além disso, a forma de Milanez narrar sua vida também junta esses três eixos em vários momentos, sendo assim, é inevitável que esses eixos não se entrecruzem na escrita. Escrever com esse método é inclusive uma maneira de respeitar o biografado e me alinhar com seu jeito de se comunicar.

Ademais, a construção que se segue também denota a descrição dos lugares onde as socializações ocorreram, as pessoas que participaram desses processos e os relatos que amalgamam essas duas categorias anteriores. Conforme dito anteriormente, o objetivo com essa sistemática de descrição é trazer rigor científico para o trabalho e conferir coesão e coerência à narrativa de Francisco, sem transgredir suas estratégias de expor sua trajetória. Nesse sentido, as construções feitas a partir dos relatos de Milanez foram entregues a ele de forma que ele pudesse confirmar se minha escrita se alinhava com seus relatos na sua intencionalidade. Seguindo essa lógica, a construção teórico-empírica que elaborada nesta seção passou por processo de objetivação participante reflexiva (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) de maneira a trazer tanto o pesquisado quanto o pesquisador para junto do processo de escrita e elaboração.

Considerando a gênese dessa análise, o interesse em biografar Milanez nasceu do envolvimento que tivemos, como alunos, em uma disciplina cursada na Escola de Administração em 2016, na qual pude conhecer parte do seu amplo interesse sobre os mais diversos temas relativos à Sustentabilidade (a disciplina em questão tratava sobre diferentes vertentes da Teoria da Complexidade). Na disciplina, nas suas exposições, Milanez sistematicamente colocava experiências que evocavam sua vivência com os mais diversos ativismos ambientais no Rio Grande do Sul, tendo ele inclusive participado da fundação de diversos movimentos e militado junto a outros.

Depois desse momento da disciplina, passamos a conviver em grupos de estudo e rodas de conversas informais, algo que me levou a perceber, paralelamente ao aprofundamento aos estudos sobre sociologia disposicionalista, que traçar a trajetória biográfica de Milanez sob o ponto de vista sociológico seria fulcral como caso ilustrativo das minhas proposições teóricas de tese. De várias maneiras, Mila denotou um conjunto disposicional que instigava o remonte por meio da biografia sociológica. Em outros termos, sua história representa significativamente o homem plural preconizado por Bernard Lahire, ao mesmo tempo que denota as variantes estruturais bourdieusianas e o interlace ativo com diferentes instituições de normas, valores e certas metafísicas da moral tal qual sugere Luc Boltanski.

Sendo assim, a decisão por biografá-lo emergiu do interesse em constituir a trajetória de alguém que notoriamente transitou, como a pesquisa revela, pelos mais variados ambientes e, dessa forma, teve uma vida rica em experiências. Suas disposições foram expostas e atualizadas em diferentes instâncias. O contato com agentes das mais diferentes classes e matrizes ideológicas o fizeram ter que recorrer a práticas que ativaram e atualizaram (ou mesmo enfraqueceram) distintas disposições por meio de posturas idiossincráticas, porém razoavelmente regulares.

Por exemplo, conforme a sua trajetória revela, Milanez nasce numa família que ele mesmo julga conservadora, estuda numa escola de classe média alta e se torna empresário (ocupando um cargo de representação substantiva nesse meio), porém mantém uma patente inclinação a ideias de esquerda e se torna, ainda jovem, uma importante liderança política de matriz ideológica progressista no Rio Grande do Sul. As práticas mobilizadas para lidar num ambiente tão heterogêneo foram também um elemento instigador para essa pesquisa. Nessa perspectiva, existe um aspecto de identificação entre a trajetória pessoal do pesquisador e do pesquisado, que por motivos de foco, escopo e objetividade na

sustentação dos argumentos teóricos que fundamentam essa tese não serão detalhados aqui, porém foram preponderantes para a condução efetivamente reflexiva da pesquisa.

As conversas iniciadas em ambientes formais e informais foram fomentando o interesse por delinear tão desafiadora trajetória e me fizeram ter a certeza que o caso de Mila merecia ser estudado. Entender como um indivíduo de vida tão plural, um “homem plural” no sentido mais lahireano do termo, constituiu seu patrimônio disposicional e mantém uma trajetória que é simultaneamente heterogênea nos contextos de socialização, porém consistentemente e simultaneamente linear e coerente no que tange questões sociais e ambientais justifica o interesse em um sujeito tão singular, cuja biografia e o estudo genealógico (no sentido de gênese, i.e., “início”) de suas disposições têm a muito a contribuir enquanto pesquisa empírica no âmbito também acadêmico.

Uma última observação pertinente, antes da exposição de sua trajetória propriamente e da transversalização analítica dela com os aparatos conceituais que fundamentam esta tese, é que as falas de Francisco serão inseridas no decorrer dos parágrafos. De forma a dar cadência, coesão e coerência a leitura do texto, essas falas não serão segmentadas em quadros ou por meio de outro dispositivo heurístico. Com isso, a intenção é também lastrear a análise teórico-metodológica nas informações do biografado sem perder a perspectiva do seu relato e das categorias que ele mesmo utiliza para organizar sua trajetória e sua vida social. Dessa forma, a opção por essa construção da escrita se aproxima, embora não copie, a narrativa literária que Coutinho (2015) articula brilhantemente em sua tese.

5.1. A infância como fonte e marca da vida - *O Pater familia*

Milanez é o irmão caçula de um total de cinco irmãos. É o que se chama na realidade brasileira de filho temporão ou, nas palavras do próprio: “*a rapa de tacho, né? O último de cinco filhos. Eu nasci, meu irmão mais velho tinha 20 anos a mais do que eu*”. Esse aspecto tem profundas implicações na sua trajetória e como sua infância se constituiu, pois, a atenção que recebeu das irmãs e irmãos assim como dos pais sempre foi maior, logo, o cuidado e o espaço para determinadas descobertas é algo que emerge com facilidade e rapidez nos seus relatos.

Nascido em 1956, na Lomba da Mostardeiro, em Porto Alegre, Francisco tem sua infância fortemente marcada pela presença da família nas figuras dos irmãos, em especial a mais nova, e dos pais. A influência dessas duas figuras na sua vida aparece, em especial

na infância, sistematicamente de forma e, tal qual Lahire (2010) aponta na biografia de Franz Kafka, o relacionamento com o pai se configura como o que se pode chamar de *problemática matricial*. Nesse sentido, as socializações estabelecidas entre Mila, irmãos e seu pai são partes constituintes seminais não apenas das suas disposições, mas também da sua trajetória. O falecimento do patriarca, quando Milanez tinha 11 anos, por exemplo, tem consequências diretas em várias escolhas-chave de todos os membros de sua família, algo que será melhor detalhado mais adiante. Além disso, esse evento reverbera, em larga medida, em outras relações que ele estabelece posteriormente com amigos, organizações e instituições. Nessa mesma perspectiva, a maneira como ele norteia sua noção daquilo que seria o “bem” (no sentido moral) para si, para sua família e seus amigos é diretamente influenciada por esse evento.

Esse fato repercutiu com enorme peso em toda a família, na verdade. O falecimento do patriarca, o senhor Fioravante Milanez Filho, depois de uma intensa luta contra um câncer, foi algo que marcou a família de diversas formas. Remontar as memórias sobre o pai tornou os momentos das entrevistas muito sensíveis, porém foi de suma importância para entender a presença que o exemplo do pai e o fato de tê-lo perdido tão jovem tiveram na trajetória. A compreensão da gravidade dessa perda contribuiu para a compreensão acerca das maneiras que Milanez lidou com os quadros contextuais nos quais foi socializado e se socializou (compulsoriamente ou por escolha reflexiva) dali para frente.

De forma a ilustrar o peso que o pai teve na construção de suas disposições éticas e morais, ao relatar sobre o momento de sua vida no qual o pai falece, Mila enfatiza que isso ocorreu precisamente em um período de sua vida no qual ele sentia que estava se aproximando do pai. Um sentimento de amizade que Francisco situa que já se estabelecia entre o pai e seu irmão mais velho, mas que ele começou a experimentar apenas quando o pai estava perto de falecer. O falecimento afeta intensamente a família, é claro, pesando sobremaneira na trajetória de Mila. Se lidar com a morte e o luto é um desafio para um adulto, se infere que uma criança de onze anos, menos madura psicologicamente para enfrentar uma perda dessa magnitude seria “naturalmente” mais marcante. Essa regularidade do mundo social comumente compartilhada se fez presente na trajetória de Milanez de igual maneira.

Dessa forma, conforme posto anteriormente e enfatizado agora, utilizo também a categoria analítica *problemática matricial* (LAHIRE, 2010; COUTINHO, 2015) para interpretar o que ocorre na trajetória biográfica de Francisco, é possível afirmar que a morte do pai é algo que transversaliza toda sua juventude, reverbera na sua vida adulta e

influencia direta e indiretamente as escolhas que faz e as socializações que se estabelecem daquele momento específico em diante.

O pai era uma figura central na casa. Milanez comenta, ao relatar sua infância e tentar hierarquizar as relações estabelecidas no seio familiar, que a postura lacônica, justa, centrada e conservadora foi aquilo que mais o marcou no sentido da construção de patrimônio de disposições e práticas correlatas no eixo de suas relações familiares. O pai tinha um tipo muito idiossincrático de comportamento e pensamento conservador, pois era orientado por esquemas morais e éticos muito bem definidos e estáveis (BOLTANSKU; THEVENOT, 2006). Em outras palavras, seria uma pessoa que acordaria e dormiria apresentando o mesmo humor, tratava as pessoas de uma maneira reconhecidamente alinhada com um ideal de igualdade e justiça, além de demonstrar uma honestidade socialmente difusa. Nas palavras de Milanez, *“E... o pai era um cara peculiar, um cara interessante. Ele era um cara conservador, de direita, mas um cara de uma... coerência, assim, que eu acho que eu busquei, pelo menos, aprendi com ele e busquei ter também, mas ele era um cara muito católico! Era uma coisa rara, porque a maioria no Rio Grande do Sul, os homens não são “papa hóstias” e ele era quase isso”*.

Remontando a influência do pai na sua trajetória, Milanez acredita que ela transversaliza suas práticas nos mais diferentes âmbitos da vida, seja como pai, avô, professor e ativista. Tal impacto de uma primeira socialização familiar reverbera na biografia dos atores sociais, levando-os a trajetórias classificadas por um esquema de classificação (um habitus) que carregam e, apesar de heterogêneas e improvisadas em muitos momentos (BOURDIEU, 1991, 2007), as vidas dos indivíduos e seus relatos sobre elas fazem emergir determinadas regularidades que conferem uma determinada unicidade mesmo à pluralidade das suas condutas e histórias.

Nessa mesma perspectiva, é pertinente ressaltar, em uma dicotomia que se estabelece usualmente nas socializações parentais, como a figura da mãe se torna gradualmente secundária. Não que a figura materna não tenha profunda importância na vida do biografado, porém, em um ponto de vista estritamente analítico, ela estaria secundarizada por conta do papel do pai de protagonista nos percursos de todos os membros da família. Metaforicamente, seria como se a voz do patriarca ressonasse nos ouvidos e sua postura tivesse sido incorporada por todos em alguma proporção. Algo que, construindo uma perspectiva estreitamente maternal, não se apresenta com a mesma força e proporção nos relatos. No entanto, é preciso ressaltar que à medida em que as entrevistas se intensificam e se aprofundam a socialização e as disposições fruto da socialização com a

mãe emergem. Em um sentido durkheimiano (DURKHEIM, 1995), a divisão do trabalho social nas famílias é também uma divisão sexual do trabalho, na qual são atribuídas responsabilidades, pesos e hierarquias a homens e mulheres de formas diferenciadas seguindo os mesmos princípios da organização societária que se estabelece no mundo social de maneira mais ampla.

Nesse sentido, imaginando que as socializações se dão não só pela interação direta, mas também pela indireta (LAHIRE, 2005, 2015), é pertinente sublinhar que o peso da figura materna se pluraliza e é irradiada nas relações com as irmãs. Pode-se inferir que as irmãs, ao terem sido mais frequentemente socializadas com a mãe, incorporaram disposições que são remontáveis a ela. Por conseguinte, ao conviverem com Francisco contribuíram para o estabelecimento nele de disposições que são remontáveis a elas e também a mãe imaginando uma linha de interações que se estabelece para trás.

Sobre o pai, ele começara a trabalhar aos treze anos de idade, tendo concluído os estudos na escola LaSalle, no município de Canoas, de onde também era natural. Depois de ter sido empregado em duas companhias, o pai de Milanez entrou na empresa onde permaneceu empregado na maior parte de sua vida, lá trabalhou por mais de 30 anos. Esse emprego foi de suma importância na vida dele e da família, pois por conta do tamanho dessa empresa, foi possível ascender e usufruir de uma série de benefícios estruturais a esse emprego. Um elemento importante nessa trajetória específica, isto é, do pai nessa empresa, que se entrelaça com os relatos foi o fato dele ter começado em cargos de baixa posição hierárquica e ter alcançado uma posição próxima da diretoria, sendo estas majoritariamente ocupadas por indivíduos com origens de classe dominante muito específicas, a saber, com prestígio e detentoras de razoável acúmulo de capitais econômico, social e cultural.

É relevante ressaltar que, de acordo com Milanez, seu pai tinha ótimas competências cognitivas para o aprendizado de línguas estrangeiras, sendo capaz de ler e escrever em francês e inglês, feito singular e que o colocavam em uma posição superior no mundo do trabalho. Facilidade de aprendizado que foi “herdada”, no sentido bourdieusiano, pelo próprio Milanez, conforme ficará mais claro na sua trajetória pessoal. O domínio de línguas centrais a época permite contextualizar e compreender melhor a evolução do pai no trabalho e, por conseguinte, da família com o estudo e a prática da leitura tanto formal quanto informal. Mila relata que: “*ele era um cara assim, de uma capacidade de trabalho, pra ter uma ideia, que eu me lembro que o departamento que ele cuidava, uma época, antes de ser assistente da diretoria, era de correspondência, eles se correspondiam bem com o mundo inteiro, o pai escrevia bem em francês, em inglês...*”.

Outro ponto pertinente que sublinha essas disposições para a leitura e escrita, foi o pai ser proficiente em determinadas tecnologias de escrita da época tais como a datilografia e taquigrafia. A proficiência nessas técnicas e o prestígio adquirido com esse capital cultural era tal que o pai de Milanez chegou a participar como taquígrafo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, cargo interessadamente ocupado de forma voluntária. Mila comenta que *“Ele era muito hábil, ele fazia... na época, muito pouca gente sabia taquigrafia e datilografia também... aí pela casa tem vários prêmios dele, que ele era muito rápido. Tu falavas e ele escrevia aqui, na mesma velocidade”*. Sobre essa interação com instituições da política formal, as disposições para o envolvimento com questões relativas a elas aparecem também na trajetória paterna, e Milanez é enfático em dizer que seu pai, assim como o avô, eram engajados nas discussões políticas canoenses, tendo sido o pai vereador no município em questão entre os anos de 1957 e 1958. Como Mila mesmo coloca: *“Ele gostava, ele gostava de política, tinha amigos... o meu vô também já gostava”*.

Ao falar sobre a atuação política do pai, Milanez manifesta a mesma afetividade que permeia integralmente seus relatos nessa narrativa. A atuação política do pai enquanto vereador repercute na dele própria, o que Milanez deixa patente quando relata uma experiência bem específica sobre quando foi candidato a prefeito no município de Canoas na década de 90. Em um momento de muita sensibilidade, Milanez traz à tona que *“quando eu concorri, tu sabe que eu concorri, um dia, uma senhora de um oponente lá veio falar comigo ‘Tudo bom? Eu sou esposa do vereador tal e tal... e eu queria te conhecer e eu queria te contar que eu só estudei graças ao teu pai’. Ele quando foi vereador, ele doava os ganhos todos para bolsas de estudo. [emocionado] Então ele acreditava, era um ‘direitoso’ daqueles que valem a pena, sabe?”*

Milanez traz uma impressão sobre o pai que alinha e assemelha suas disposições e inclinações políticas pessoais com as do pai de maneira convergente numa narrativa profundamente emocional. Embora o pai passasse a imagem de um indivíduo conversador, Milanez julga que o envolvimento com questões filantrópicas, com o voluntariado e a preocupação constante com o bem coletivo teriam provavelmente levado o pai para o espectro da esquerda progressista contemporânea, caso ele tivesse tido a oportunidade de ter contato com essa vertente. Essa impressão se sustenta também no fato do pai ter um histórico de criticidade e que, apesar das disposições religiosas, não aceitava opiniões alheias sem questionamento e reflexão.

Para Mila, essa disposição somada ao ideário cristão acabaria levando o pai a ser de esquerda como ele próprio é. A construção dessa trajetória teoricamente fictícia aponta

para o alinhamento entre uma determinada narrativa afetiva que Milanez tem sobre o pai, algo que o permite alinhar sua trajetória com as daquele que tem uma influência central em sua vida. Nesse sentido, expõe que: *“eu acho que hoje ele estaria na esquerda, porque ele era um cara muito... como se diz, não seguidor do papo dos outros, mas ele ia buscar o próprio caminho e a orientação dele cristã levaria, tranquilamente, pra mim... levaria ele para um encontro ideológico com a esquerda”*.

A ascese, o voluntariado e o cuidado com a família eram parte do patrimônio disposicional do pai que Milanez sublinha, aspecto que o marcou até o falecimento. Sendo um indivíduo plural como os demais atores sociais, o pai participou ativamente do conselho administrativo da Santa Casa de Misericórdia, participação que o conferiu capital simbólico o suficiente para ser velado na instituição na ocasião do seu falecimento. Os quadros contextuais da família, do trabalho voluntário e da participação política se entrelaçam nesse momento-chave. O pai *“foi do conselho administrativo, por muitos anos, da Santa Casa. Inclusive ele foi velado lá, homenageado lá quando morreu, e ele fez, realmente, as coisas que acreditava, sabe?”*

Sobre o cuidado com a família, Milanez trouxe a luz que o pai, ao final da sua luta de sete anos contra um câncer, tinha tido o cuidado de deixar os filhos e a esposa bem amparados economicamente. Nesse sentido, os estudos de todos filhos já haviam sido pagos. Na lógica social das atribuições relativas ao pai, a conduta paterna foi exemplar, uma vez que ele *“nasceu bastante pobre e construiu um patrimônio, né? E nos deixou bem. Sete anos antes... ele sobreviveu bem ao câncer quando tinham dado meses de vida e ele sobreviveu sete anos! Nesses sete anos ele os deixou com tudo! Ensino pago, tudo!”*

Ainda sobre o pai, é imperativo analisar quais elementos disposicionais dele foram, via socialização, sendo transmitidos para o resto da família e, recursivamente, reforçados nas interações internas desse grupo familiar. Imperativo porque eles nos permitem não apenas afirmar o óbvio sob o ponto de vista científico, ou seja, que houve transmissão e/ou reforço dos esquemas paternos de cognição, classificação e ação, mas também nos habilita avançar no trabalho sociológico ao descrevermos e investigarmos como essa transferência ocorreu (LAHIRE, 2005).

Sendo assim, o pai possuía determinadas disposições que foram socializadas com a família e essas, por sua vez, foram preponderantes para o conjunto interno que fomentou as disposições orientadas a causa ambiental, ao engajamento político e ao reconhecimento das práticas da sustentabilidade como legítimas por Milanez. Aquelas que chamo aqui de disposições sustentáveis. Dito isso, a coerência e a postura retilínea entre o *“falado”* e o

“executado”, i.e., entre enunciações e práticas denotam que o pai era um homem de uma práxis coerente; cobrando e transmitindo isso para o resto da família. Os relatos de Mila deixam isso cristalino quando expõe que: *“Em primeiro lugar, eu acho que era uma marca muito forte dele, era correção e coerência, eu acho. Todos felizmente, todos os filhos são coerentes com o que pensam. Pensam bem diferente, mas são coerentes”*.

Conforme exposto anteriormente, o pai tinha disposições patentes orientadas ao bem comum e à coletividade, que se objetivavam nas suas práticas de voluntariado. A noção de respeito que entretencia essas disposições também é transmitida, na medida que Milanez afirma que: *“Eu aprendi com ele... na época eu nem sabia, mas eu tenho um profundo respeito pelos diversos, no meu pensamento e acho que eu aprendi, acho que isso ajuda muito dele, porque a pessoa que eu mais respeitei intelectualmente e que era um cara plenamente coerente e era um cara que se a sociedade tivesse mais uns caras desses a gente não precisava ficar lutando”*.

No sentido da transmissão do patrimônio disposicional e da orientação a um conjunto de preceitos morais, tanto na orientação ao voluntariado (que expressa a preocupação com a coletividade e o bem comum) quanto na ascese e dedicação àquilo que se considera trabalho são reverberações da socialização com o pai. No âmbito da análise, tal socialização é preponderante para que Mila entrelace sua trajetória e a dos irmãos com a do patriarca da seguinte maneira: *“Eu sempre trabalhei desde guri, não sei se por isso, mas sempre me envolvi em lutas voluntárias [risos] e eu acho que isso ficou também. A minha irmã, a Maninha, essa que é um pouco mais velha que eu, só trabalha em coisa... “em fria”, né? Então é uma forma de, digamos, diferente de trabalhar pela sociedade, mas é uma forma válida, né? Não é aquela “gorjetinha” assim... é de quem dá o seu trabalho, seu tempo, que é a única coisa que a gente tem pra dar na vida. Então, nesse aspecto eu acho que todos seguiram esse caminho. Ninguém é esnobe, coisa que muito me orgulha.”*

Sobre as consequências diretas do falecimento de Seu Fioravante, Milanez coloca que algumas tiveram um impacto sobre suas práticas logo após o funeral do pai. Por exemplo, ele passou a fumar intensamente, hábito que ele mesmo alega que copiava do pai que fumava inveteradamente. Esse quadro se associa a reconfiguração das socializações familiares, pois sem a figura patriarcal central, Francisco passa a gozar de uma liberdade mais próxima dos homens adultos da época, fato que repercute na continuidade da sua adolescência. Nesse sentido, Milanez deixa claro a conquista dessa independência ao relatar que *“a mãe não tinha nenhum controle sobre mim então eu passei a ser um adulto independente quando ele morreu. Eu peguei um cigarro, um isqueiro e ninguém! [bate na*

mesa] na época todo mundo fugia, fumava escondido... e eu 'Tô fumando!' [bate na mesa] a mãe 'Ah, meu filho, sabe que faz mal...' 'Sei!' e não teve discussão. Isso foi, com certeza, uma homenagem a ele. Fumei muito, bah!''.

Outro hábito que entra na vida de Milanez e que serve como vetor de sociabilidade para que ele entrasse em outros contextos mais masculinos de socialização, foi o consumo de álcool. O álcool passa a fazer parte do processo de socialização e reverbera na vida dele e do irmão mais diretamente. A problemática matricial que o falecimento de Seu Fioravante gera na trajetória familiar passa se fazer presente em esquemas disposicionais tanto nas vidas de Milanez e de seu irmão, se objetivando no consumo da bebida alcoólica. Ele diz: “Também bebi muito, porque, na época, era liberado pra criança. Meu grupo de caras bebia, mas eu, dentro dos que bebia, bebia muito! E isso o meu pai não fazia. Ele tomava um vinho, mas era absolutamente... o cigarro era uma coisa estranha na vida dele. O resto todo ele era, absolutamente, regrado. *Mas eu bebi muito e o meu irmão, inclusive, o primeiro casamento dele, ele destruiu com alcoolismo. Que, de certa forma, de certa forma... se detonou com a perda do pai''.*

Embora o pai não bebesse, segundo Francisco, o álcool passa a servir como alternativa para lidar com o luto e afirmar a própria masculinidade que ficava combalida no seu julgamento, pois em determinados círculos sociais ele seria tratado como uma figura estigmatizada, o órfão. Ser alvo da pena de outrem era algo que incomodava Francisco e ele passa a desenvolver uma série de estratégias para evitar esse tratamento identificado por ele como depreciativo, numa fase curta, porém marcante na sua biografia: “*Mas depois eu fui pra aula... eu não gostava, as pessoas me olhavam com pena, eu odiava isso, eu já era fechado, porque... 'ah, o cara é órfão'. É um troço muito engraçado, porque tu não te sente em nada diferente e as pessoas começam a te olhar diferente.* Então, eu nunca gostei de ser tratado assim, diferente, mas isso... depois logo também passou.”

Reforçando o argumento do falecimento do pai, como evento gerador da problemática matricial, a morte de Seu Fioravante ocorre em um momento fulcral na infância. Durante um período que Milanez é taxativo em dizer que seus vínculos com o pai estavam se estreitando. No relato sobre o luto que envolveu a morte do pai, Francisco expõe uma série de movimentos aparentemente contraditórios, mas não incoerentes e que fazem todo um sentido quando realinhados com sua vida social e trajetórias normalizadas de luto: “Foi bastante duro... [emocionado]. Curioso, né, mas eu acho que o pior de tudo foi que aconteceu no momento em que nós estávamos ficando amigos, porque antes ele era pai... amigos, não digo, mas assim, a gente saía, conversava, trocava ideias, no bonde e tal. *Então,*

foi exatamente quando eu estava criando, trocando ideias, pensamentos, sabe? Exatamente aí que ele morreu. Então, foi muito duro, muito duro. Mas eu nunca me... eu não me martirizei por isso, eu sofri muito, foi muito ruim assim, o momento, no velório dele, bah... [emocionado] eu só queria morrer”.

5.2. A constelação familiar

Além da forte influência disposicional paterna, outros dois pontos a serem ressaltados na trajetória de Milanez que colaboraram para o reforço de certas disposições dele próprio foram o peso da socialização com a mãe e a posição na família ocupada por ele. Sobre o primeiro aspecto, embora não tenha exercido um papel tão preponderante central nos relatos quanto o pai, a mãe de Milanez, Dona Araci Bernardes Milanez, foi também uma presença marcante na medida que as suas qualidades repercutem nos relatos se entrelaçando com as qualidades de seu Fioravante. Nessa perspectiva, Milanez enfatiza que *“a mãe era muito calma, muito generosa, muito querida. Pessoa muito querida, querida na acepção da palavra”.*

Ademais, a mãe tinha habilidades artísticas que foram socializadas com a família e estimularam diversas formas de criatividade e inventividade. *“A mãe... a mãe... era uma pessoa muito sensível, com um dom artístico espetacular”.* Embora tenha deixado a prática artística em segundo plano por conta dos filhos, a competência permaneceu na medida que Mila narra que *“a mãe tocava piano, coisa que eu só vi ela dedilhar uma coisinha, não tocava mais... tocava mais quando era jovem e pintava, que eu vi algumas pinturas muito lindas, gatos e coisas... que é difícil, muito bonitas!”.*

A repercussão dessa competência e o fomento de disposições para a arte se fazem apenas nas diferentes peças produzidas por si próprio que Milanez tem em casa, mas remonta ao seu ofício enquanto arquiteto e na sua sensibilidade com questões estéticas. Faz-se imperativo enfatizar que esses elementos, todos eles amalgamados uns com os outros, estão também associados subjetiva e objetivamente no patrimônio disposicional de Milanez e, por conseguinte, nas suas disposições sustentáveis, aquelas que o orientam as práticas relativas à sustentabilidade e o seu ativismo.

Paralelamente, Milanez ressalta que Dona Araci era uma pessoa muito tímida, voltada às atividades domésticas. Resgatando o sentido durkheimiano (DURKHEIM, 1995), a divisão do trabalho social é antes de tudo a divisão sexual do trabalho, isto é, se o senhor Fioravante tinha uma vida mais orientada ao espaço público, Dona Araci exercia

funções sociais mais privadas, algo que não foge do arquétipo da organização social historicamente situada a época. Nessa perspectiva, em outras palavras, existe um fundamento nos nossos esquemas de classificação do mundo social que emanam diretamente da forma que a própria organização societária está posta num determinado momento sócio-histórico.

Em larga medida, é o argumento central que Durkheim e Mauss (2009) expõem no seu clássico artigo sobre as classificações seminais que construímos sobre o mundo social. Nossas visões de mundo não vêm de um transcendente divino no sentido religioso estrito, mas de transcendente secular, ou seja, da sociedade e das diversas modalidades organizativas nas quais estamos inseridos, ou, em termos bourdieusianos-lahireanos, dos campos e quadros contextuais que percorremos no decorrer de nossas trajetórias sociais. Por exemplo, Francisco coloca que sua mãe *“era um bicho do mato, a mãe era bem bicho do mato [bate um pouco enquanto está falando nesse momento]. Talvez dela eu tenha herdado um pouco desse “bichodomatismo” que eu tinha, mas eu era o oposto dela, porque eu sempre fui muito... a única coisa que me controlava, porque eu era terrível, decidido, sei lá... e a mãe, não, a mãe era uma pessoa delicada”*.

As práticas da mãe se conectam em amplo grau com a postura dos irmãos na vida de Mila, o que nos remete ao segundo ponto, que é a posição de filho mais novo que ele ocupava na configuração familiar. Tal posição fez com que Milanez fosse tratado como uma espécie de filho também pelos irmãos mais velhos e tivesse maior liberdades para engendrar suas competências cognitivas, por exemplo. A possibilidade de articular e objetivar essas competências, por conta da liberdade que a família conferia, será fulcral na trajetória de Milanez, em especial depois do falecimento do pai. A abertura e o espaço para descobertas foram sendo importantes para que Milanez fosse fortalecendo disposições que o guiaram ao desafio temerário de questões complexas.

Por exemplo, Mila conta que *“eu tinha uns 4 ou 5 anos de idade e eu comecei a fazer uma casinha no pátio, só que eu não conhecia bem o conceito de ‘cimento’, então eu fui empilhando tijolos e, claro, acabou um dia caindo tudo em cima de mim. E, uma vez eu, isso eu tinha 5 anos, acho, eu achei uma gilete no pátio, que pra mim foi uma coisa maravilhosa, uma descoberta e aí, obviamente, fui fazer uma flecha e aí eu tenho isso aqui [mostra uma cicatriz] que eu abri, lado a lado do dedo”*. E ao ser questionado sobre o quanto se a memória sobre o ocorrido seria fruto dos relatos de outrem ou dele próprio, ele afirma que *“foi porque foi uma coisa pra mim muito importante, né? eu confesso que eu era tão ignorante, a criança pequena não tem noção”*.

Outro ponto a ser ressaltado é que ainda na infância, antes mesmo dos dez anos de idade, Milanez começa a construir suas disposições orientadas a proximidade com o ambiente natural. Ele manifesta uma conexão esses âmbitos do ambiente natural em especial depois de mudar para uma casa onde tinha mais espaço. Lá, ele podia utilizar um pátio, um espaço aberto maior e de mais contato com a natureza, elementos que o permitiram protagonizar situações que objetivam a gênese dessas disposições associadas ao novo contexto espacial no qual se inseriu. Nesse sentido, Milanez narra que nessa casa foi onde ele pôde começar a criar animais que haviam sido presentes do pai, dados depois de muita insistência. Ele diz: “aos sete eu fui pra outra casa e ganhei os meus primeiros bichos, isso foi... mudou a minha vida, né? ganhei uns pintinho, uns patinhos...”. E continua: “O pai adorava ir no mercado, né? domingo era dia de pegar o bonde e eu ia com ele no mercado. E aí tanto eu enchi o saco que ele me deu, né? *Aí criei lagartixa, criei sapo, criei tudo o que é bicho, aranha... aquilo eu gostava muito! E era só eu no pátio, não tinha outro que curtisse assim*”.

É pertinente trazer à luz tal qual expõe Lahire (2005) que as disposições são entretecidas também por apetências, ou seja, inclinações afetivas que as reforçam na medida que estivermos situados em campos ou quadros contextuais que as habilitem, no sentido de habilitarem que elas se desenvolvam. Por exemplo, Milanez torna patente sua predileção a preservação quando conta uma história protagonizada por ele (com seis anos de idade) e o irmão: “*Uma vez nós estávamos fazendo um churrasco e tinha um limoeiro que tinha secado e eu gostava das árvores, era o que eu tinha, né? no pátio. E o meu irmão já era médico, né? E aí, fazendo churrasco, ele pegou e... o limoeiro tinha secado e ele quebrou o limoeiro pra fazer lenha, e eu fiquei ofendidíssimo! Agarrei nele, chutei! E tal, que ele tinha matado o limoeiro! Mas o limoeiro estava morto...*”. *As disposições sustentáveis emergem, e encontram solo fértil para se sedimentarem por meio das socializações e das interações nos espaços físicos propícios para tal. Entretanto, é preciso também ressaltar que as disposições não são um todo linear, uniforme e homogêneo. Algo que se expressa quando Milanez relata que: “A mãe plantava umas flores, que os meus bichos detonavam, né?”*

5.3 Sobre os irmãos

Conforme já exposto, Milanez é o caçula de cinco irmãos, logo, a dinâmica que se estabelece entre ele e os irmãos varia da maneira como sua socialização se dá com os três mais velhos e a mais jovem, pois esses primeiros tinham uma média de quinze a vinte

anos de diferença de idade dele enquanto a mais jovem era de menos de dois anos. Esse recorte geracional implica, por conseguinte, em socializações que se assemelhavam àquelas que ocorreriam idealisticamente com figuras parentais, no caso dos irmãos mais velhos e, no caso da irmã mais nova, a socialização se assemelharia mais àquela normalmente vista com círculos de amigos da mesma idade. Ou seja, os três mais velhos eram como se fossem pais de Milanez e a mais nova uma amiga. Essas socializações distintas, condicionadas pela idade, tiveram encadeamentos e impactos devidamente proporcionais na trajetória de Francisco.

Por exemplo, sobre a percepção do seu próprio nascimento na ótica do irmão mais velho, José Pio, é que ele teria sido recepcionado com um filho dele, dada diferença de idade. Nesse sentido, Francisco relata que: *“Quando eu nasci, pra tu ter uma ideia da diferença, né, que ele tinha 20 anos mais, noticiaram pra ele ‘Olha, é um menino, tu ganhou um filho’ [riso contido] porque o meu pai estava trabalhando e aquela coisa e ele foi junto”*. Obviamente, uma lacuna de idade tão ampla tem inúmeras repercussões na convivência desses dois irmãos, pois os quadros contextuais de Milanez orbitavam o mundo da família e da escola em um momento distinto da de José Pio que, de acordo com Francisco: *“Era um cara que chegava, era estudante, estudava feito louco, já era um cara adulto, festa, entendeu? A gente não convivia muito, ele não parava em casa, entendeu? E sempre, como se diz, fez aquela reserva... enfim, os estágios de médico, ele foi chefe do troço, então ele era totalmente workaholic”*.

O falecimento do pai se tornou uma problemática matricial na vida de toda a família, embora não tenha sido um falecimento abrupto, foi algo que mexeu profundamente na dinâmica familiar e, como já citado, teve prolongamentos nas trajetórias de todos. Contudo, Milanez acredita que a biografia do irmão mais velho foi a mais duramente afetada pela morte do pai, pois *“o [nosso] pai operou do câncer e ele era cirurgião, né? Então eu acho que foi muito forte pra ele isso... porque ele era muito chegado ao pai e é uma merda, né, tu não conseguir curar teu pai, né? Aquela coisa... então, eu acho que ele sofreu muito com isso”*. Outro ponto, já em uma perspectiva da disposição moral ascética que permeia o patrimônio do irmão, tal qual o do pai e o do próprio Francisco era o reconhecimento da humildade. Não no sentido estrito da valorização da pobreza, mas da negação do enriquecimento a qualquer custo ou do cultivo da usura como algo valorado. Isso fica mais cristalino quando Mila coloca que o irmão *“era um médico workaholic e um cara que conseguiu morrer tão pobre como começou”*.

Um outro elemento do patrimônio disposicional do irmão que era compartilhado com os pais e com Milanez era o gosto pela arte. No caso do irmão, ele estava mais ligado às formas tradicionais de manifestação artística típicas do Rio Grande do Sul. A admiração pela cultura nativista gaúcha e dos seus elementos centrais eram importantes para José Pio e, por seu turno, ressonam, em certa medida, sua visão mais conservadora sobre o mundo social, algo que o diferenciaria bastante de Francisco. Milanez relata que o irmão “*sempre foi um cara muito simples, gauchão, assim, meu irmão era um cara... [...] atirava bem e andar a cavalo, essas coisas todas, ele tinha um espírito muito assim. E ele era um cara, o contrário de mim, ele tinha uma memória prodigiosa!* Ele declamava o Antônio Chimango [poeta tradicional gaúcho] inteiro! Era um troço, assim, assustador! E era uma coisa muito cultuada na época deles, né? *Compunha... tinha muita arte, ainda, sarau... na época, anos 1930, né? Tinha essa coisa cultural muito forte ainda*”.

Essa divergência ideológica apontada acima causará certas rugas na convivência entre os irmãos, embora Mila admita que ele mesmo seria o principal provocador das eventuais brigas, uma vez que o irmão era mais parcimonioso apesar do seu conservadorismo no âmbito ideológico. Os relatos de Milanez dão a entender que o irmão sedimenta melhor as disposições a parcimônia nas manifestações políticas oriundas do pai. Outro ponto a ser observado é que mesmo sendo vinte anos mais velho que Francisco e tendo tido em certos momentos algumas atribuições mais parentais, Pio não interfere na sua vida mais assertivamente, assim como as outras duas irmãs mais velhas. Existia uma linha opaca que separava a autoridade paterna e materna daquela que poderia ser estabelecida pelos irmãos, algo que pode ser atribuído às hierarquias de classificação que se estabelecem dentro das famílias. Hierarquias nas quais, por conta das estruturas de poder da dominação masculina (BOURDIEU, 1999), o pai costuma ocupar a posição mais alta, seguido dos filhos, da mãe e, por fim, das filhas. Entretanto, existe um recorte etário nessa dinâmica que condiciona o capital simbólico que cada um desses agentes terá na ordem das hierarquias familiares.

Em outras palavras, existem uma série de relações que engendram a autoridade que um irmão pode ter sobre a vida do outro e a trajetória de Milanez segue uma linha similar quando ele aponta que o seu relacionamento com irmão demorou para ser tornar mais harmonioso “*porque gênio muito forte o dele e gênio muito forte o meu. E ele era um cara conservador e eu, ao contrário, né, então... na hora que eu fui me estabelecendo ele não deixava... mas não que ele entreviu, não era um cara fascistóide, entendeu? Ele era conservador, mas ele nunca se meteu na minha vida. Mas nas brigas, de debate, assim...*

ele já não queria mais discutir, ele era meio... eu vou discutindo até o final, né, fico uma semana discutindo”.

Os irmãos não eram diametralmente opostos como um todo. Embora divergissem na esfera ideológica, suas disposições se aproximavam quando questões familiares se tornam mais focais. Pelo envolvimento intrínseco com a ordem familiar, as socializações dos dois irmãos se tornam mais próximas e isso fica melhor objetivado quando Francisco comenta que: *“Nós éramos bastante diferentes, porque ele tendia a um nível, ele era um cara... bom, nós éramos muito ligados à família, ele gostava muito da família, eu sempre gostei mais do que qualquer outro irmão, acho, a gente sempre procurou os primos. Então, isso ele era”.*

Um outro aspecto a ser sublinhado é que na proporção que as condições sócio-históricas objetivas iam mudando, o relacionamento que se estabelecia entre Pio e Milanez também ganhava novos contornos, pois as disposições subjetivas deles próprios, como as de todos os indivíduos, têm um grau de condicionamento relativo ao contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, se em um primeiro momento a convivência entre os irmãos tendeu a ser mais tempestuosa por conta do agravamento da polarização ideológica que acontecia na realidade histórica da Guerra Fria, depois que essa polarização se arrefece e os irmãos envelhecem, eles passam interagir mais harmoniosamente. Todavia, é preciso esclarecer que as discordâncias nunca escalaram para um possível rompimento com Pio por conta dessas questões. Milanez deixa isso claro quando relata que: *“Só que, claro, comunista ele não gostava. Mas depois ele sempre me tolerou perfeitamente bem, ele não gostava que eu, quando guri, queria catequisar ele! Entendeu? Isso é que ele emputecia, mas nunca tivemos problemas... na campanha ele foi, claro”.*

As divergências entre os irmãos, todavia, são subsumidas quando após o falecimento do pai, Pio entra em um luto marcado por comportamentos autodestrutivos, que consomem sua vida familiar e desagregam-na. A trajetória individual de Pio passa anos marcada pelo alcoolismo engendrado pelo luto, algo que reverbera diretamente na vida não apenas de sua família já constituída, mas, naquele momento, nas vidas dos outros irmãos e da mãe. Milanez, por ser o outro filho, é também diretamente afetado, algo que reforça o argumento exposto acima sobre a constituição e influência da ordem hierárquica que se estabelece nas famílias nas nossas vidas sociais. A narrativa que esclarece esses pontos se inicia com Milanez ressaltando que *“quando o pai morreu, o Pio se atrapalhou... foi muito forte pra ele. Acho que a frustração, né, o fato de ser médico... e que gostava muito do pai*

e tal. Ele se atrapalhou e ele virou alcoólatra, né? E eu, pô, eu era o homem da casa, né? Aí deu problema no primeiro casamento dele”.

O alcoolismo altera radicalmente a vida de Pio e, mesmo já imerso em inúmeras atividades que iam dos escoteiros a Agapan, é Milanez quem se torna corresponsável pelo resgate do irmão da situação periclitante na qual se encontrava. As experiências ligadas a esse período e as relações que se estabelecem com Pio marcam a trajetória adolescente de Milanez e o fazem entrar num processo reflexivo de amadurecimento sobre essa própria relação. Vale ressaltar que nesse período, também por conta do falecimento do pai, o próprio Milanez já bebia e fumava, embora não de maneira inveterada... Para ilustrar esse momento, Mila diz que *“é exatamente com 14 anos e tal, que entrei para a Agapan, que daí ele estava meio que afundando. Primeiro que trabalhando feito um louco, e aí, daqui um pouco estava explodindo dentro de casa. Alcoolizado, né? E, sei lá... E aí coube, também a mim, acompanhar [em uma clínica psiquiátrica] ele e outras coisas, né? Foi muito duro pra mim [silêncio]”.*

Esse período conturbado na vida de Pio dura até quando ele conhece a segunda esposa e reestabelece uma sociabilidade familiar realinhada com moral padrão aspirada. Ao se reaproximar da lógica familiar mais tradicional, tanto a vida dele quanto do resto da família se reenquadra estruturalmente. É imperativo perceber que o reestabelecimento de ordem familiar estruturada de acordo com uma determinada tradição é preponderante para que a vida social do indivíduo de regule e estabilize em outros. Essa observação reforça o argumento que a socialização familiar é premente na ordenação das outras hierarquias que compõem a vida em sociedade na sua pluralidade e heterogenia. Por exemplo, a trajetória de José Pio se estabiliza de fato quando ele *“se apaixonou pela Eliana, que é a mulher dele ainda, enfim, viúva dele, e parou de beber, nunca mais bebeu. Reconstruiu toda a vida dele, profissão, tudo! E teve dois filhos com ela, que são grandes, agora inclusive a mais velha está com uma filha”.*

Falando a sua irmã mais velha, Maria Pia, Milanez comenta que na distribuição de papéis que se operava na sua família e que sistematizava a maneira que as socializações eram engendradas, a irmã tinha uma função de acumular e mobilizar capital social. Função que, na visão dele, deveria ser da mãe, mas que era delegada a irmã por conta da timidez de dona Araci. Essas atribuições aproximavam bastante Maria Pia do pai, pois como seu Fioravante tinha uma vida social, a filha acabava por acompanhá-lo no lugar da esposa e cabia também a ela a função de cativar a sociabilidade capaz de mobilizar capital social. Ela seria a “relações públicas” da família, uma vez que nas próprias palavras de Francisco:

“Os três [irmãos mais velhos] são próximos, né? agora, é muito engraçado, porque cada um... isso é uma coisa interessante, nós somos... são cinco, cada um completamente diferente! De espírito, né? e tem essa aparência mais dos dois primeiros e os mais clarinhos, mas a Pia era a RP [relações públicas] da família”.

Além disso, Pia recebeu certas atribuições sobre a infância de Milanez inerentes à condição de irmã bem mais velha, assim, ela agia e tinha responsabilidades que tradicionalmente se ligam a uma figura materna, todavia, a condição de irmã fazia com que sua autoridade não gozasse junto a Milanez a mesma legitimidade que a mãe. Ademais, se explicita mais uma vez a lógica da estrutura da dominação masculina na ordem familiar, pois a determinação das responsabilidades da divisão do trabalho social era, antes de tudo, uma divisão sexual desse trabalho (DURKHEIM, 1999). A guisa de ilustração, era Pia quem cuidava das relações escolares de Milanez no lugar da mãe, não Pio, por exemplo. Adotando essa perspectiva estritamente funcionalista da constituição familiar, é possível compreender quando Milanez explica que *“a Pia sempre foi a minha mãe funcional, por isso. A minha mãe, eu só me lembro da minha mãe ter ido na escola quando eu fui expulso no final do primeiro ano primário, que eu me lembro que era a mãe que estava, foi fazer a matrícula e tal. Mas depois era a Pia sempre”.*

A dinâmica que se estabelecia com os irmãos mais velhos, apesar de apresentar uma sistematicidade similar à parental, não os revestia com a mesma autoridade legítima dos pais, conforme exposto no parágrafo anterior. Isso significa que os irmãos não mandavam em Milanez da mesma maneira que os pais, de forma que o próprio não os obedecia, pois na ordem hierárquica familiar ambos os irmãos mais velhos estão logicamente abaixo dos pais. Dessa forma, a posição hierárquica que tanto José Pio quando Maria Pia ocupavam era horizontalmente a mesma e isso se objetiva no seguinte relato: *“Por eles eu tinha respeito, assim, porque era... eu só fui ficar amigo agora, né? Porque era muita distância, né? Então nós éramos piá pra eles e ponto, né? E... era quase como se fosse um filho, né? Sobrinho, não sei”.*

Milanez detalha a influência da irmã na sua trajetória de maneira parcimoniosa. Pia tinha uma espécie de otimismo que lhe era caro e característico, todavia, não era dotada das mesmas disposições para a reflexão, debate e participação política que ele. É possível sustentar, baseado nos relatos dele, que a irmã teve uma educação mais alinhada com as estruturas tradicionais de poder e da divisão do trabalho social. Ressalta-se que ela foi corresponsável pela sua educação no âmbito das atividades tipicamente ligadas ao cuidado,

como o acompanhamento do desempenho escolar, tarefa que é costumeiramente atribuída às mulheres.

Além disso, Pia poderia ter uma disposição a ter convicções políticas mais conservadoras que era compartilhada com os outros irmãos, mas as falas colocam que ela seria mais uma pessoa alheia à discussão política do que propriamente conservadora. Milanez expressa suas representações sobre a irmã da seguinte maneira: “*A Pia eu vou te dizer que sempre admirei o fato dela, dessa coisa de Poliana, de sempre procurar a coisa boa, entendeu? Isso eu sempre admirei, embora eu sempre achei ela, já desde que eu comecei a me dar conta das coisas, que foi bem cedo, achei ela assim, a Pia é muito... Despolitizada, vamos assim dizer, né? Ela não chega nem a ser conservadora, porque ela é despolitizada, ela é mais movida por amizades, por coisas, se assusta com a esquerda, sabe? Tem aqueles medos, mas também não é um exagero, entendeu? Não é um... dá pra conversar, é uma pessoa de boa audição, sabe?*”.

Sobre Lisa, sua terceira irmã e madrinha, Milanez reporta que ela tinha práticas (expressas por seus comportamentos) muito diferentes dos outros irmãos. De acordo com os relatos, Lisa teria uma conduta mais próxima ainda da mãe, no sentido de ser uma pessoa mais introvertida, quando comparada com os outros. Milanez comenta sobre a proximidade entre as disposições da terceira irmã e da mãe dizendo que “*a Lisa, então, era essa pessoa fechada, eu me dava bem com ela, visitava ela, assim... mas a Lisa era uma pessoa que não dava proximidade, ela não era carinhosa, sabe? Ela era, mas com... a mãe era assim um pouco também. A mãe era uma pessoa tímida*”.

Considerando a pluralidade de socializações com diferentes indivíduos e quadros contextuais temos, por conseguinte, uma heterogeneidade de disposições, como já sustentado anteriormente aqui. Essa constatação se apresenta também nos relatos de Milanez acerca da similaridade entre as irmãs mais velhas e a mãe, pois, apesar de Lisa ter determinadas características que remetiam seus comportamentos aos de dona Araci, seria, de acordo com Francisco, Pia a irmã que mais o lembrava sua mãe. Dessa forma, ele comenta que Lisa “*era tímida como a mãe, mas eu acho que a Pia é mais parecida com a mãe. No todo, assim. Com a diferença que uma é tímida e a outra extrovertida, sabe?*”.

Essa pluralidade, que muitas vezes é erroneamente confundida com incoerência, faz parte das contradições que são imanentes a vida social e que se objetivam das mais diferentes formas nas trajetórias individuais. As modalidades de conciliação dessas contradições são os aspectos que de fato se modificam sutil ou assertivamente de um ator para o outro. O patrimônio disposicional plural e heterogêneo que compunham o

patrimônio de ambas as irmãs é um ponto relevante que Milanez objetiva quando subscreve que: *“É difícil de explicar isso, até porque eu estou pensando agora, nem... eu nunca categorizei eles, mas a Lisa e a mãe eram tímidas, ponto. Só que a Lisa era uma pessoa mais durinha. A mãe, não, era uma pessoa delicada, flexível, assim, mais Poliana, que nem a Pia. Entendeu? Então, a Pia é a mãe gigante, é que nem a Maria Fernanda e a Maninha, são iguais, só que de tamanhos diferentes. E mãe era morena, assim, também... Então, a Pia é muito assim. A mãe não era uma pessoa de confrontar o outro, a não ser tu passasse todos os limites. Só eu consegui fazer isso, praticamente, que eu vi na minha vida, como a da mãe. Mas a Lisa, não, a Lisa já era mais bravinha, ela era tímida, mas brava”*.

Algo que chama atenção nas irmãs é que elas não cultivaram as mesmas disposições ascéticas para o estudo que os irmãos, embora tivessem tido incentivos para fazê-lo, tanto Pia quanto Lisa resolveram seguir uma vida não orientada pelos estudos. Apesar de diferentes, elas eram muito próximas e amigas, elemento que não fornece substrato o suficiente para argumentar os porquês de ambas terem seguido que denotam falta de apetência para a carreira escolar.

Tecendo uma breve ilação que carece de maior sustentação empírica, talvez as irmãs tenham incorporado mais assertivamente disposições socializadas relativas ao cuidado e as tarefas domésticas, logo, se viram sistematicamente menos interessadas pelos lucros materiais e simbólicos alcançáveis na carreira escolar. Sobre essa questão Milanez enfatiza o sobre as irmãs: *“Nunca gostou de estudar! Então, elas chegaram, eu acho, que ao segundo grau e vazaram. Ficaram ali, não sei que e ela foi e a Lisa foi, porque a Lisa era tímida, entendeu, eu acho que a Pia que abandonou e a Lisa acompanhou, porque tipo, perdeu a companheira, né? Elas eram companheiras do jeito delas, eu não acompanhei muito isso porque eu via, mas não... mas eram muito diferentes. Era muito engraçado”*.

Um elemento central na trajetória familiar que envolve diretamente Lisa com é que ela foi vitimada por um câncer aos 53 anos de idade. Francisco atribui o fato a irmã ter fumado inveteradamente, fato comum não apenas a lógica do contexto social e histórico, mas também a lógica da própria família, em especial depois do falecimento do pai. É pertinente salientar que o falecimento do pai se torna direta ou indiretamente uma problemática matricial tanto na vida de Francisco quanto nas trajetórias dos irmãos, isto é, a família toda se desestabiliza e se reconfigura por meio das mais diversas estratégias, seja enquanto indivíduos ou como agrupamento social. Acerca mais especificamente da irmã, Milanez diz que: *“A Lisa era completamente diferente, uma pessoa tímida, fechada... A Pia*

foi a única de nós que nunca fumou, a Lisa morreu de câncer no pulmão, fumava feito uma louca”.

Embora o falecimento da irmã tenha sido um momento fulcral na vida familiar, especialmente para Dona Araci, segundo Milanez esse falecimento teve um menor impacto emocional na sua vida quando comparado com a morte do pai. A idade e a maturidade oriundas das socializações inerentes ao desenvolvimento da sua trajetória individual já o tinham dotado das estratégias necessárias para lidar com essa perda tão dolorosa. Contudo, é importante ressaltar o quanto o falecimento da irmã pesa sobre a saúde da mãe que, de acordo com Milanez, sofre duramente e não teria conseguido superar o luto da morte da filha. Especificamente sobre sua relação com a doença e posterior falecimento da irmã, Mila diz que *“Bah, meu pai foi antes e depois, foi uma mudança radical na vida. Primeiro que a Lisa foi bem depois, né? Porque... Ela já tinha a vida dela, os filhos já estavam quase grandes, né? É muito ruim, ela morreu muito precocemente, mas... foi logo depois da minha campanha. Pra mãe foi um baque! Foi o primeiro filho que ela perdeu, tanto que dois anos depois, na mesma época, ela morreu. Cada ano ela piorava naquela época, dois anos depois ela morreu, a mãe não se recuperou”*.

O advento da doença dos irmãos, ambos vitimados por câncer, fez com que Milanez se aproximasse bastante deles ao seu modo em cada um dos falecimentos. A distância que os separou o falecimento de ambos em anos foi considerável, porém a abordagem de Mila com os dois foi a mesma, isto é, oferecer alternativas terapêuticas para aplacar a doença. Movimento que sinaliza em certa medida a mobilização, ativação e reforço de disposições relativas ao cuidado com os outros, além daquelas orientadas a busca por soluções no ambiente natural, não se ancorando apenas nos tratamentos indicados pela medicina tradicional. Mila expressa tanto a aproximação com os irmãos quanto a apresentação de tratamentos alternativos para eles dizendo que *“porque o meu lado terapeuta, né, então eu tratei ela, eu arranjei um monte de coisas e tal. Ela morreu segurando na minha mão [silêncio] e o Pio também. Então, o Pio... ela tinha muito filho, muita coisa... é diferente o falecimento dela porque ela estava com 53... mas eu estava constantemente lá, eu nunca tinha ido constantemente lá, mas esse período de oito meses, que inclusive foi bem semelhante”*.

É imperativo ressaltar que a pluralidade e heterogenia do patrimônio disposicional dos atores sociais obviamente se objetiva também em como cada um interage com os outros indivíduos nos processos de adoecimento e de morte. Dessa forma, não é possível procurar uma regularidade no aparato disposicional que permita afirmar que uma pessoa tímida seria

mais ou menos resignada com o adoecimento e a aceitação da mortalidade do que uma extrovertida, ou que alguém com histórico de pessimismo seria mais receptivo a morte do que alguém com histórico de otimismo. Embora não seja uma discussão central nesta tese, a maneira que os irmãos de Milanez lidam com a morte evidencia essa constatação, pois *“Ela fechou mais ainda, né, e tal... eu estava sempre lá conversando com ela e levando coisa e o Pio fez a morte mais digna que eu já vi, que... morte corajosa mesmo, eu quis levar ele pra fazer uns tratamentos alternativos, ele quase topou e daqui a pouco ele disse ‘Eu sou médico, eu não posso fazer esses troços’, entendeu? Ele não disse com essas palavras, ele disse ‘Tá bem, cara, eu já vivi...’ ele escapou de ter uma cirrose, né? bebeu feito um louco ‘Eu já ganhei a vida, estou aqui bem’ e tal... ‘Agora é a minha vez’ e eu ‘Tá bom! Negócio fechado, não falamos mais nisso’. E aí ele estava otimista, bonito, alegre, sabe?”*.

É pertinente denotar o processo reflexivo que a morte dos irmãos traz em Milanez, na mesma medida que é relevante trazer à luz os processos reflexivos que a crise engendrada pela morte prematura de Lisa trouxera a família. Como já exposto, a morte de Lisa afeta profundamente a Dona Araci, porém tem repercussões diferentes sobre Francisco e seus irmãos, fazendo com que, em maior ou menor grau, a postura sobre o hábito de fumar fosse colocada sobre escrutínio, problematizada e tratada de maneira reflexiva. É um momento crítica seminal para o engendramento da reflexividade da família como um todo.

Milanez sustenta que o falecimento dos irmãos não tem hoje uma repercussão emocional na sua vida, porém ele admite que essa afirmação seria muito difusa e subjetiva. Para ele, o que ficou para ele (e nele mesmo) da trajetória dos irmãos ao se aproximarem da morte foram *“lições de dignidade. Mas isso é muito difuso e subjetivo, né? mas os dois, nos seus estilos, ele mais heroico, ela mais fechada, mas os dois foram, sabe, dignidade de morrer, ninguém nunca disse ‘Eu não quero morrer, não me deixe morrer...’ Nada disso, sabe? Os dois encararam o seu destino, eu acho bom. E ele poderia estar revoltado, por exemplo, porque ela fumou até morrer. Ele parou de fumar, fumou muito, eu fumei muito também e a Maninha fuma muito até hoje, então só a Pia não fumou, tu vê que até nisso ela é diferente e a minha mãe não fumou, até nisso elas são parecidas. Então, nós fumamos mais... e o pai, o pai fumava feito uma chaminé também. O Pio fumou feito um louco, aí parou vinte anos e foi dar câncer depois, câncer de pulmão. Ele limpou, né, aquela parte, só que não se livrou do câncer.”*

Entretanto, o falecimento da mãe foi um golpe mais forte na trajetória de Francisco, não apenas por ser sua mãe, logo, ter um papel afetivo mais central na sua vida, mas

também porque ela faleceu repentinamente. No caso de dona Araci, não houve um processo de adoecimento que, em certa medida, preparasse a família para o que se sucederia. Por conseguinte, Milanez atribui ao falecimento da mãe um baque maior na sua vida naquele momento. É imperativo enfatizar que os falecimentos dos irmãos foram momento fortíssimos para Francisco, todavia, ele ressalta também que o seu amadurecimento, fruto das experiências socializadoras e a reflexividade que vem com a idade, foi preponderante para que ele lidasse com a morte dos irmãos com mais serenidade. Esses mesmos engendramentos ocasionados pela idade formam na qual Milanez justifica o impacto menos radical que a morte da mãe em 1996 tem na sua vida, quando a compara com o pai. Quando compara o falecimento da mãe aos dos irmãos, ele comenta que: *“Mas eu diria assim, ela mudou muito a minha vida, é que os meus irmãos não mudaram, entendeu? Eu sei que doeu, doeu porque eram os meus irmãos, queridos, dói até hoje, eu falo fico sem... mas era a vida deles, a gente constrói a vida, né?”*.

Além disso, o falecimento de Lisa em 1994 foi prematuro e o do irmão já se deu quando este tinha mais de setenta anos, mas ambos lutaram com uma doença que, conforme dito anteriormente, preparou a eles e a família para o que estaria por vir. Ao abordar a forma como ele lidou com esses momentos sensíveis na sua trajetória e com o luto decorrente deles, Mila diz que: *“Acho que a vida vai nos... esses sofrimentos, né? Mas eu quero te dizer que eu também, claro, fiquei arrasado com a Lisa, com o meu irmão também, mas já tinha mais idade, né? Ele mesmo disse ‘Não, eu estou bem’, não sou eu que vou chorar, né? Se ele não está chorando, né? A Lisa foi meio precoce, mas eu não sou muito, eu não sei... Olhando assim pra coisa, eu não... O que mais me abalou, depois da morte do pai, foi a morte da mãe, embora eu achei... [...] Mas foi uma coisa inesperada pra mim, a da mãe foi a única morte inesperada que eu tive na família, né? porque os outros estavam doentes e tal. E a mãe, eu dei um beijo nela, saí... ela estava meio gripadinha, saí... Fui pra uma festa do PT em Canoas e voltei ela estava morta. Então, foi um troço assim, foi avassalador pra mim...”*.

Em suma, uma breve fala de Milanez sintetiza e ajuda a compreender o argumento acerca maior capacidade reflexiva vinda com a idade, e as inúmeras experiências socializadoras que trazem maturidade, para a maneira como ele gerenciou o luto após esses episódios tão fortes em sua vida: *“O pai, não, o pai foi forte pra mim. Com certeza porque eu não tinha maturidade nenhuma, né? A Lisa eu já tinha filho, sabe? O Pio... não, não tinha neto ainda, mas... [risos] então, são parceiros! Uma coisa é, né, um amigo, outra coisa é um pai, eu acho”*. A questão da idade revela e detalha um processo reflexivo que

os indivíduos passam em suas vidas, pois, a medida que são expostos a momentos de crise, passam a gerenciar reflexivamente as respostas a esses momentos, logo, podem atualizar suas disposições de maneira a lidar melhor com essas situações, seja no âmbito familiar, no escolar ou no profissional, guardadas as devidas proporções.

Dando continuidade a descrição e análise da socialização de Milanez com os irmãos, a questão geracional na sistematização da ordem hierárquica familiar permite compreender a diferente interação que Milanez estabelece, por sua vez, com sua irmã mais próxima, Maria Beatriz, a quem ele chama carinhosamente de “Maninha”. A diferença dos dois últimos irmãos é menos de dois anos, assim, eles puderam compartilhar uma série de elementos materiais e simbólicos que aproximaram sistematicamente seus processos de socialização tanto no seio da casa da família quanto em outros espaços sociais para além do lar. A divisão sexual das socializações lastreada pelas distinções socialmente definidas pelo gênero (BOURDIEU, 2007) habilita entender que mesmo próximos, Milanez e Maninha não eram, nas palavras dele próprio, “grudados”. Eram amigos e sempre de deram bem, mas não compartilhavam sociabilidades em um nível de proximidade do que se chamaria popularmente de “unha e carne”.

Segundo Francisco, ele tomava a frente de muitos problemas que apareciam na vida de Beatriz, porém existia um certo distanciamento dos espaços de socialização que cada um frequentava. Tal fenômeno pode ser analisado a partir da interação que se estabelece entre os indivíduos e os quadros contextuais, pois as interações são condicionadas por elementos que as antecedem (como fatos sociais) que são estruturados de acordo com padrões de gênero, por exemplo. Sobre esses aspectos abordados acerca da irmã mais nova, Milanez deixa claro que sua trajetória com a irmã *“É outro contexto! Totalmente! A Maninha... no início da vida eu sempre fui muito do pátio, sozinho, mas ela era o único contato, assim, que eu tinha, assim, como é que eu vou dizer... intimidade! De conversar... os outros não conversavam... então nós somos muito próximos, muito próximos! Mas era um próximo de que, como nós tínhamos estilos muito diferentes, entendeu? Mas era próximo, eu brigava pelas questões dela, da liberdade, eu fiz muita coisa pra... eu levava ela nas festas, eu fazia qualquer negócio pra ela e ela fazia por mim também. Então, nós fomos muito parceiros, assim, sem jamais sermos grudados, digamos assim, entendeu?”*.

Enquanto a proximidade, no sentido de troca mais intrínseca de conversas veio apenas com o amadurecimento da idade, a proximidade etária com Maninha fez com que as sociabilidades e socializações possíveis fossem bem mais ricas. Dessa forma, Francisco analisa que sua proximidade com Beatriz não aumentou no decorrer dos anos, pois eles

teriam sempre sido próximos na mesma proporção, todavia, se tornou mais íntimo dos irmãos mais velhos à medida que ele próprio foi envelhecendo. Entretanto, Mila explica que nunca teve uma disposição ao cuidado apegado às pessoas, isto é, de ser o que ele chama de “grudado”, pois ele gosta de estar entre as pessoas e interagir com elas, mas não nunca teve melhores amigos e mesmo com irmãos é próximo com uma certa parcimônia. Essa questão começa a ser elucidada por Milanez da seguinte forma: *“Ninguém nunca foi de se agarrar! Acho que a mãe imprimiu essa... entendeu? Era uma dureza do passado, sabe? Eu acho. A mãe foi 18 irmãos, né? acho que isso... mas a mãe eu achava a pessoa mais carinhosa do mundo, mas ela nunca botava a mão em ti, entendeu? Era carinho americano, aqueles, os caras não tocam nos filhos, né?”*.

Considerando a pluralidade e heterogenia do patrimônio disposicional, é possível inferir que o habitus de Milanez é composto simultaneamente de disposições de cuidado e desapego que o permitem criar uma cumplicidade ontológica muito específica com o mundo social. Seria essa cumplicidade que dá um sentido de unidade as suas interações e a sua trajetória biográfica, além de permitir que ele lide com eventuais perdas e lutos. Milanez relata que teria adquirido essa disposição ao desapego por meio da socialização com a mãe. Ao explicar essa questão e o desenvolvimento da proximidade com os irmãos, ele clarifica que: *“Eu aumentei a proximidade com os outros, né? Fiz amizade com os outros, no período adulto, mas ela é o teu amigo de infância que é amigo de agora, né? entendeu? Ela é amiga de infância, a gente se olha e já sabe, não precisa nem... ela é quem eu encho mais o saco, dou as mijadas, sabe? Mas nós não mudamos. Mudou, sim, a vida! E isso eu aprendi com a minha mãe, eu sou apegado a tudo o que é bobagem, sou guardador! Completamente maluco! Mas não em pessoas. Eu adoro as pessoas, pra mim é a coisa mais importante que tem, mas eu não sou apegado e isso eu aprendi com a minha mãe”*.

Maninha tinha, assim como os outros irmãos, um perfil político e ideológico mais conservador, um tanto despolitizado embora não no mesmo grau de desinteresse dos outros irmãos. Milanez afirma que tal posição da irmã seria fruto de uma forte cultura socializadora anticomunista e, por conseguinte, anti-esquerdista, que se estabelece no Brasil desde o período da Guerra Fria. Os atores socializados nas famílias, nas escolas e pela mídia nesse período tendem (algo que, em larga medida, reverbera na sociedade brasileira contemporânea) a ver com receio, ou mesmo medo, qualquer elemento prático que possa ser associado ao que eles entendem como comunismo.

Mesmo que, muitas vezes, as práticas denominadas como comunistas se aproximem muitas vezes de uma versão laicizada daquilo que o cristianismo defende, ou seja, as fortes similaridades entre comunismo e cristianismo primitivo não são reconhecidas até mesmo pessoas tidas como conservadoras que são no Brasil, em sua maioria, cristãs. Acerca das inclinações conservadoras de Maninha, Francisco esclarece que: *“São todos, mas... todos são meio assim, a Maninha é uma que fez muito trabalho voluntário e coisa assim, sabe? Mas é o voluntário conservador, né? Mas ela não é conservadora de direita lá de coisa... Mas ela tem medo. Na verdade, essa geração toda tem muito medo. É muito profundo esse medo de comunismo e não sei quê... entendeu? Claro que isso passou, mas fica alguma coisa.”*

Maninha seguiu uma trajetória escolar um pouco diferente das irmãs. O que permite sustentar o argumento acerca do engendramento entre o desenvolvimento social e histórico dos quadros contextuais e as possibilidades que os agentes podem acessar, aspectos condicionados por determinações de gênero, mas também ligadas às disposições familiares mais idiossincráticas ligadas à vida escolar. Nesse sentido, a trajetória escolar de Maninha foi um pouco mais longa que a de suas irmãs mais velhas, porém não seguiu a mesma linearidade das de Pio ou de Francisco. Em um determinado nível, poderia ser comparada a de Mila, pois ela começou e não chegou a concluir os cursos que começou.

Um outro ponto a ser ressaltado na carreira acadêmica de Maria Beatriz é que ela, segundo Milanez, faz uma preferência por cursos nas áreas da Ciências Humanas na qual tanto ela quanto as outras irmãs teriam mais afinidade. Reflexivamente, Francisco ressalta que essa disposição das irmãs ao conhecimento tradicionalmente inseridos nas Ciências Humanas, apoiando um determinado lugar comum que normalmente se tem sobre as mulheres, é fruto de uma construção social e historicamente situado. O fato de suas irmãs terem essas disposições a cursos das Humanas não seria dissociável de serem elas mulheres.

Ademais, o fato de Pia e Lisa não terem tido a mesma apetência pelo ensino superior que Beatriz também não seria dissociável de terem as primeiras nascidas num quadro contextual histórico anterior quando comparadas a última. O esclarecimento que Milanez traz sobre essa questão a elucida na medida que ele expõe que: *“Só que a Maninha resolveu casar... ela fez Belas Artes na UFRGS, aí largou. Mas também ela é muito independente, assim, sabe? Aí já não gostava dos professores, explodia sabe? Então ela largou, depois ela fez Comunicação... largou no meio também. A Maninha foi a única que estudou, mas não se formou em nada. Mas opção dela, podia fazer até hoje, ela é muito inteligente. Não*

é chegada pra esse lado de matemática, física, ciências, não é, mas o lado humanas e coisa ela é muito, muito... todas três eram. A Pia não muito! A Pia não é de leitura. A Lisa escrevia muito bem, a Pia é mais boa vida, sabe? Gosta de festa! [risos] mas as outras duas são e não estudaram, né? *É uma pena, enfim, mas era outra época também, né? A Maninha, não, a Maninha era uma época de coisa, mas... tanto que ela entrou na UFRGS duas vezes e acabou não completando.*”

Enfim, sobre a interface entre as disposições dos pais e dos irmãos com as dele próprio, Milanez ressalta que teria vindo do pai um elemento fulcral tanto de seu patrimônio disposicional quanto dos irmãos, a saber, a orientação ao cuidado com o outro, a preocupação com causas implícita ou explicitamente consideradas “sociais” e o desapego ao dinheiro (no sentido de busca egoísta pela maximização dos ganhos pessoais). Esses elementos são também fundamentais na constituição das disposições sustentáveis que o próprio Francisco possui e isso fica patente quando ele diz que: *“Mas sobretudo eu aprendi, porque todos eram, meu pai o exemplo mais forte, com certeza, mas todos não eram apegados ao dinheiro e eram orientados para ajudar as pessoas como eles achavam que era bom, né?”*.

Essa influência “socialista” nos seus esquemas de percepção, classificação e ação sobre o mundo social, Milanez não credita apenas a família, embora ela possua um papel seminal, ela divide a centralidade dessa influência com a escola. É imperativo denotar como esses dois espaços de socialização são aqueles elencados centralmente pelo próprio biografado. Em especial, é preciso sublinhar que a escola jesuíta na qual ele estudou carrega um simbolismo central porque é nela também que se plasmam a influência política e a religiosa, tornando-as inseparáveis. Milanez vivia ativamente a religião em casa, é necessário lembrar que o pai era um assíduo frequentador da Igreja Católica e os valores morais da filantropia e da caridade permearam as práticas dos irmãos. Essa ligação entre família e religião Milanez relata dizendo que: *“Eu devo essa influência de casa, assim, eu nunca... isso eu não aprendi fora. Eu aprendi fora, Filosofia, entendeu? Mas acho, sinceramente, porque a gente fazia... eu acho que grande parte disso eu devo à minha família e à religião também, entendeu? Porque eu aprendi a interpretar o cristianismo de uma forma moderna”*.

Apesar da família exercer um papel mediador na maneira que Francisco percebia, classificava e praticava a religião, tal papel mediador tem que ser entendido em conjunto com a influência do Colégio Anchieta na sua formação. Essa educação orientada pelos jesuítas exerceu um impacto heterogêneo e plural no patrimônio disposicional de

Francisco, possibilitando a intersecção entre caracteres religiosos, políticos e morais do seu habitus. Na verdade, sua narrativa deixa cristalina a influência da socialização com os jesuítas na sua formação em consonância com a forma que era socializado em casa: *“Então, nesse troço até foi crescendo o meu lado socialista, por assim dizer, que na época não chamava disso, mas... então eu tive muita sorte porque, realmente, onde eu aprendi essas coisas, socialismo e tudo mais, foi no colégio. Com professores que até foram cassados e tal”*.

Por fim, a pluralidade de socializações possíveis e com múltiplas disposições para crer e agir, assim como a valores morais dos mais diversos transversalizaram a trajetória de Milanez em casa e na escola, como já sustentado nos parágrafos anteriores. Tomando a centralidade desses dois espaços sociais, o lar e a escola, mas focalizando no último, Francisco afirma a importância da escola religiosa na sua vida. Fica patente que foi lá onde ele pôde reforçar a disposição na crença que o cristianismo e o socialismo não seriam distantes, na verdade, seria o inverso. Além disso, foi também na escola onde ele teve a oportunidade de exercitar a convivência com as mais diferentes matrizes ideológicas e suas contradições. Ele sintetiza esse “exercício” com a seguinte fala: *“Tive muito padre socialista, uns caras que abriram a frente da igreja para a Teologia da Libertação e tal muitos, não, alguns! E muitos médios, de bom senso, muito social-democratas, assim, honestos. Então isso foi muito rico no Anchieta, a gente ter professor dedo duro, espião, e ter professor socialista, e ter... Nada com esses nomes, né? Não era categorizado, mas era bem isso!”*.

5.4. A escola como amor e ódio - Entre o sofrimento e o prazer

Milanez inicia sua vida escolar aos seis anos de idade. Entra primeiro numa escola estadual chamada Uruguai, uma excelente escola estadual a época, porém permanece lá por apenas seis meses por ter dificuldades de adaptação e, por conta delas, fugir constantemente. Ele diz: *“Me botaram lá, e em seis meses não me aceitaram mais, porque eu fugia sempre e atravessava a lomba, aquela, eu fugia do colégio todo dia porque eu não gostava, eu fugia e os caras ficavam enlouquecidos!”*.

Dessa escola, é colocado no Bom Conselho, escola na qual haviam estudado também suas irmãs, interessante denotar que esta escola era conhecida por ser feminina, mas era misto até o terceiro ano do Ensino Primário (atual terceiro ano do Ensino

Fundamental I), algo que fazia com que o tratamento lá, no âmbito disciplinar, fosse mais brando que em colégios exclusivamente masculinos. O início da vida escolar de Francisco foi bastante traumático, pois ele foi passado para o primeiro ano do primário sem a devida base de alfabetização para tal. Segundo ele, isso foi feito numa tentativa desastrosa de discipliná-lo por conta da conta da indisciplina na escola.

Como não sabia ler e era mais jovem que as outras crianças, a experiência escolar inicial acabou sendo profundamente traumatizante, pois ele passou a acreditar que não tinha as competências cognitivas necessárias para aprender e se sentia aquém das outras crianças. Explicitando esse ponto especificamente, Mila conta que: *“Me passaram pra me castigar, me passaram para o primeiro ano primário, eu entrei na metade do primeiro ano, estava todo mundo aprendendo a ler e eu não sabia ler. Era um troço assim, traumatizante. Eu achava que eu nunca ia aprender a ler, né? Porque eu achava que era burro”*.

A falta de domínio das competências de leitura e escrita necessárias para o sucesso escolar foram preponderantes para a construção de uma identidade negativa de si nesse primeiro momento da vida escola. Interessante notar que tal processo não ocorreu diretamente pelo fato de não vir dotado desses capitais culturais da família, mas por questões de uma trajetória de desenvolvimento peculiar dentro do próprio sistema formal de ensino. Algo que se reafirma na própria narrativa de Milanez sobre a resolução dessa problemática, algo que foi feito numa articulação entre suas competências individuais associadas ao auxílio, em especial, da sua irmã: *“Aí, enfim, consegui e acabei virando o primeiro aluno da aula, nos últimos meses do ano. E aí, quando a mãe foi matricular, eu estava expulso! Isso foi uma das coisas engraçadas [risos], porque chegavam umas notas maravilhosas e eu fui expulso. E como eu já tinha tido probleminhas antes, de comportamento”*. E sobre a ajuda da irmã, Francisco comenta que: *“A Maninha me ajudou, a Maninha era tri “cu de ferro”, assim. Ela que aguentava tudo, né?”*.

Embora não tenha iniciado sua vida escolar no Colégio Anchieta, uma tradicional escola jesuíta de Porto Alegre, a ida para lá inaugura um período novo na vida de Milanez. Após perder o pai, mudar de uma ampla casa para um apartamento e, por conta da mudança, ter que se desfazer dos seus animais, Francisco encontra na escola um espaço interessante de cumplicidade ontológica entre seus quadros de socialização anteriores e as disposições que vinham sendo fomentadas em si. Outro ponto interessante é que foi nessa escola que Milanez pode conviver com uma pluralidade de indivíduos que foram consideravelmente influentes na sua trajetória naquele momento, mas cujo impacto acabou por de alguma maneira repercutir no decorrer de sua vida. Aproximando os aparatos lahireano e

boltanskiano, é possível afirmar que as disposições que esses indivíduos reforçavam e enfraqueciam em Milanez eram análogas às instituições que eles representavam e a determinadas modalidades de moral assim como de disposições.

Mila vai para o Anchieta no segundo ano e logo na entrada na escola conhece membros da ordem que compartilhavam sua afeição por animais, porém de maneiras distintas da sua. Duas figuras protagonistas nesse momento seriam dois irmãos (jesuítas), um por ser criador de animais e outro por ser empalhador, foram ajudando Francisco a superar a perda do pai ao mesmo tempo que aprendia elementos novos sobre a vida animal. Elementos que repercutiam não apenas na sua vivência mais imediata com os colegas no colégio, por exemplo, mas que também foram importantes para a construção de novos vínculos tanto na escola quanto fora dela. De certa forma, tanto na figura dos “irmãos” quanto por meio de outros professores e colegas, o Colégio Anchieta foi uma organização que findou por ter papéis integradores e integrativos na vida social de Milanez, no sentido de permiti-lo confluir quadros contextuais que estariam aparentemente separados.

Sobre a questão dos irmãos citados, duas passagens deixam isso claro. Na primeira, Francisco comenta sobre a escola que *“ali foi a melhor coisa do mundo porque lá eu me achei. Em primeiro lugar que eu fiquei logo amigo de um irmão, jesuíta tem irmão também, tu deve saber desse conceito... o Irmão Casemiro, que era o cara que cuidava do viveiro do Anchieta. E aí... inclusive foi pra ele que eu dei as minhas galinhas, minhas coisas... quando tive que sair, porque perdi o pai. Mas então, era um grande amigo”*.

Nessa mesma narrativa, Francisco traz à luz mais duas figuras que conhece e o influenciam mesmo pouco tempo depois da sua entrada na escola. Uma foi o irmão Cláudio a quem Milanez elogia da seguinte maneira: *“No museu do Anchieta, eu era muito amigo do Irmão Cláudio, que era de longe o maior empalhador que eu já vi na minha vida, tem obras de arte que vale a pena visitar, o Anchieta, tu não vê em um museu no Brasil, eu nunca vi, um bicho com nem um quinto da qualidade do que são os bichos ali, parecem vivos”. E, por fim, o Padre Pio, outro ator importante nesse período específico de transição, pois ele “era famoso, foi professor do meu irmão, mas na minha época ele já tinha oitenta e tantos anos e era o cara do museu, ele tinha jibóia, que eu ia brincar com a jibóia, ele criava aranhas caranguejeiras, um monte! E eu ia brincar lá, eu tinha salvo-conduto pra todos os lugares. Eu podia entrar, mexer nos bichos, fazer o que eu quisesse.”*

Em momento de reflexão sobre esse período tão fundamental, Milanez comenta que essas socializações o permitiram lidar com o luto do pai e, concomitantemente, ampliar seus conhecimentos sobre questões que, de certa forma, impactariam o resto da sua vida.

Ademais, foi no Anchieta que foram fomentadas amizades que fortaleceram um conjunto de esquemas mentais que reforçariam o que chamo aqui de disposições sustentáveis. Nessa direção, Mila faz uma espécie de fechamento ao afirmar que: *“meu sonho era ter mais bicho, mais bicho, trabalhar com bicho, ter bicho... [riso contido] era só o que eu queria da vida”*.

Uma disposição que se acentua na trajetória escolar de Milanez é uma competência e apetência para a matemática que será importante para o seu trabalho enquanto arquiteto. Apesar de não parecer relevante, essa competência acessória é, junto com tantas outras, seminal para que se possa entender a constituição daquilo que se chama aqui de disposições sustentáveis. Os mais variados processos de socialização vão enfraquecendo ou reforçando conjuntos disposicionais na medida que os atores sociais transitam nos mais variados contextos de socialização e, de forma relacional, vão constituindo outras disposições.

É nesse sentido que a habilidade para a Matemática, por exemplo, apesar de parecer acessória, também contribui essencialmente para o fomento de outras disposições. Além disso, esse aparato se relaciona com a influência que o pai teve na vida de Francisco, pois ele relata que *“isso é outra coisa que eu herdei do meu pai, graças a ele, eu acho. Quando eu aprendi, comecei a matemática e eu fui pra ele, ele ficava trabalhando de noite lá e eu ‘Bah, pai, me ajuda a resolver este problema aqui...’, eu atribuo a isso, mas eu tenho certeza que foi isso. Tive a sorte de pedir ajuda pra ele. Ele me olhou assim e ‘Quem tu acha que fez isso? Esse problema?’ eu disse ‘Não sei, mas foi uma pessoa...’ e ele ‘Foi! Tu acha que tu é inferior a essa pessoa?’ ‘Não...’ ‘Então como é que ele pode criar um problema que tu não consegue resolver?’ saí de lá puto da cara! [risos] e fui aluno em matemática toda a vida no colégio.”*

Outro ponto pertinente das competências e apetências relativas a Matemática foram que elas possibilitaram Milanez ampliar seus círculos de socialização e se inserir no mundo do trabalho já jovem, pois foi por meio do domínio dessa habilidade que ele pôde se inserir em determinados espaços. Sendo assim, ele afirma que o pai acabou sendo indiretamente influente, pois *“ele sempre pegou pelo desafio, mas funcionou comigo, né? e, bom, ele era muito bom em matemática também. Então, a matemática me deu um lado muito bom da vida, porque eu sempre ajudei os outros, os colegas.”*

É pertinente ressaltar a centralidade da leitura e da escrita tomam um enfoque diferente na vida de Mila, uma vez que o caráter “decorativo” que a leitura teve na sua vida escolar formalizada acabou por, segundo ele, influenciar ambigualmente a relação que ele estabeleceu com ambas. Na trajetória escolar nos anos iniciais, em especial, Milanez

comenta que teve resistência em alinhar suas competências para a leitura e a escrita com as apetências necessárias para executá-las de forma proficiente. O quadro contextual da escola, que o obrigava a decorar conteúdos de História e Geografia, o fizera desgostar desses conteúdos, algo que ele superou posteriormente quando descobriu que era possível uma abordagem mais reflexiva desses conteúdos. Sobre a leitura, Francisco afirma que *“achava um tédio decorar uma coisa. Mas talvez tenha a ver reler, eu odeio reler, até hoje eu não releio muito os textos que eu escrevo. Não gosto... mas acho que não é pela leitura, é que eu não tenho paciência mesmo. Nunca fui muito paciente”*.

É interessante denotar que Milanez atribuía, como muitos outros alunos, qualidades pejorativas a si próprio por não conseguir realizar tarefas que lhe eram desmotivantes. Essa falta de apetência influenciava no desempenho da competência relacionada necessária e, por seu turno, na performance final que se objetivava nas notas e na conduta em sala de aula, por exemplo. Contudo, como Lahire (1997) mostra, tal problema é contornado quando a abordagem é alterada e um outro conjunto de apetências é ativado, é nessa perspectiva que se interpreta quando Milanez conta que: *“Ah, então eu tinha dez, dez e dez em matemática e chegava em história e geografia eu tinha... e eu vi que era isso, porque, inclusive, então eu fui pra lá pra estudar isso e passei de ano e tal. Estudava, passava. O problema era que eu não estudava. Ai... entrei para o ginásio e isso continuou e no segundo grau só, é que eu fui descobrir como eu gostava de história e de geografia. Porque eu tive professores que falavam de interpretação e aí eu fui aluno dez”*.

Nesse momento da sua trajetória Francisco passa a reforçar um conjunto de disposições, competências e apetências relacionadas ao ensino, em especial, de disciplinas que envolviam de alguma forma a linguagem matemática. A sua proficiência sobre esses conteúdos e o capital social acumulado por ele no decorrer de sua trajetória, fizeram-no ser indicado por uma amiga para alguns alunos que, por sua vez, possibilitaram-no incorporar e exteriorizar práticas relativas ao professorado ao mesmo tempo que o permitiram ter uma fonte de renda a qual lhe deu uma certa autonomia econômica diante de sua família.

Descrever e compreender essa configuração se faz importante, pois ela habilitará Milanez a ter uma outra série de experiências relacionadas não apenas diretamente ao professorado, mas a possibilidade de investir o dinheiro ganho em outras experiências. Por conseguinte, essas experiências anteriores e posteriores fomentam o aparato das disposições sustentáveis, aquelas que orientam Milanez à Sustentabilidade e ao seu ativismo ambiental. Sendo assim, uma de suas falas salienta que *“Eu fui um jovem com*

dinheiro no bolso, porque eu dava aula e aí, isso eu aprendi com a Letícia, que as primeiras eu dei aula assim. E a Letícia, ela tinha o escritório dela de dar aula”.

A articulação entre disposições, competências e apetências não se dissocia dos capitais cultural e social que Milanez veio construindo no decorrer de sua vida. Tal articulação deve ser entendida de maneira relacional, isto é, o capital cultural representado pelos conhecimentos matemáticos associados ao capital social que se objetiva na amizade com Letícia foi facilmente convertido em capital econômico. Essa conversão concedeu, por sua vez, as condições sociais de possibilidade para que Francisco realizasse uma outra infinidade de atividades correlatas. Para sustentar essa análise sobre a articulação supracitada, apresento uma fala de Milanez na qual ele explicita que *“essa que me passou, que era casada com o meu primo, professora de matemática. Ela me incentivou muito, depois, porque quem me mandou o primeiro aluno foi a amiga dela, mas ela me incentivou porque, inclusive, na casa dela ela tinha outras salas e eu dava aula de Física lá. Ela me arranjava os alunos de matemática que não sabiam física, e muitos não sabiam, né? aí ela já passava pra mim, então ela, bah, me deu muito aluno! E aí eu comecei a dar aula que nem ela, em grupo, porque ela dava aula em grupo. E assim, era muito caro o que eu cobrava”.*

É pertinente também denotar que o interesse nos ganhos econômicos é articulado também com um determinado conjunto de valores morais que mostram que as práticas (e a metafísica da moral que as permeiam) não podem ser enquadradas em um único espectro. A prática docente, embora fosse claramente motivada pelos ganhos monetários, se associava a uma moral orientada a generosidade. Nessa perspectiva, ele fala que: *“só que tinha uma generosidade, o cara podia estudar quanto tempo quisesse, então não cobrava por hora, eu cobrava por aula. Se o cara quisesse ficar quatro horas ali... mas ninguém aguentava, era 1h30... então tu fica o quanto tu quer, tinha uns que aguentavam mais. Mas eu dava aula em conjunto, então dava muito mais dinheiro. E aí começou a organizar, começou a vir de outros colégios, eu não sabia de onde vinham”.*

Além disso, existiam pressupostos morais apoiados em uma forma de dedicação ascética ao processo de ensino e aprendizagem que emanava de Francisco, mas que, para ele, deveria também estar impressa nos seus alunos. De forma intuitiva, ele foi criando certas regras para a condução das suas aulas: *“Eu tinha regras muito loucas, que eu criei. Isso eu acho que... tudo, na verdade, de certa forma, a gente deve aos pais, que encorajaram e tal. Mas eu, pelas minhas loucuras, eu entendi algumas coisas principais”.*

Essas “coisas principais” estavam na base da sua maneira de ensinar, e se relacionavam com os outros interesses que Milanez já vinha desenvolvendo no decorrer de sua trajetória. Ele começa a dar aulas com 16 anos e já tinha uma certa bagagem sobre uma considerável gama de conteúdos. Ele explica que: *“Primeiro é que, aquele princípio, eu não dava aula enquanto o cara não acreditasse que podia aprender. Porque todo cara que ia lá, queria só passar. Se o cara não dissesse ‘Eu sou capaz de aprender física’ eu não começava a dar aula. Então, às vezes eu passava duas, três aulas, falando de Ecologia, de bicho, de tudo o que eu gostava até o cara dizer ‘Cara, tu não vai me dar aula de Física?’ ‘Bom, se tu se acha capaz de aprender, mas pra resolver probleminha eu não vou te ensinar. Ou tu vai aprender Física e ser tão capaz quanto eu, ou eu não vou te ensinar’ até que os caras diziam ‘Tá, eu aprendo!’ ‘Ok, então vamos começar’. Nenhum aluno meu nunca foi reprovado, isso é um número chocante, porque eu dei muitos anos aula, nenhum, nunca!”*.

Esse movimento de resgate gradual da confiança desses alunos que se julgavam incapazes de aprender foi constituindo uma série de descobertas que se relacionavam com as disposições, competências, apetências e capitais que colocados até aqui. Com a prática professoral, Francisco começou a aprender e reforçou determinadas ideias que seriam centrais para sua carreira inclusive enquanto ativista ambiental. Ele explica que *“Então, eu descobri algumas coisas interessantes, eu descobri capacidades minhas ou desenvolvi, vamos dizer. Uma delas era... eu sempre apostei no ensino e eu aposto até hoje e acho que me dei bem lá em São Lourenço, as pessoas, eu acredito em todo mundo, eu sempre tive essa teoria no colégio. No ginásio eu brigava com todo mundo porque eu dizia ‘Não, mas essa pessoa tem jeito’. Eu sempre fui dessa teoria, defendendo ela até hoje”*.

Outro ponto pertinente para entender o patrimônio disposicional de Milanez a partir da sua infância foi quando ele passa a conviver no quadro contextual dos escoteiros. Essa socialização é fundamental, pois ela faz o entrelaçamento das práticas societárias mais diretas com o ambiente natural somado até a um certo grau de articulação política. Ou seja, são um conjunto de práticas que vão reforçando disposições, competências, apetências e fomentando capitais culturais e sociais que seguem importantes na biografia de Milanez das mais variadas maneiras, seja no resto de sua adolescência e na sua vida adulta. É imperativo ressaltar que as socializações sedimentam nos nossos corpos elementos sociais que, em termos bourdieusianos, não são substituíveis a não ser que sejam sobrepostos por outras socializações. Nesse sentido, tanto faz se compreendermos o habitus como uma matriz ou um patrimônio de esquemas, essa questão central da substituição permanece.

Dessa forma, considerando esses pontos, vale a pena explicitar a narrativa de Milanez sobre sua trajetória nos escoteiros, que foi bastante rica e importante para ele na época. Ele relata que: “Eu acho que foi sete, oito, coisa assim... me botaram lá pra... e eu logo virei, sei lá o que era, lobinho depois era primo, monitor dos outros, e eu sempre passei adiante do tempo, da idade, né, porque os caras queriam se livrar de mim e passavam pra outro [risos] eu com dez anos, me botaram nos escoteiros, que era com doze, coisa assim. Depois, com treze, eu já passei em uma que era com quinze, porque ninguém me aguentava muito, mas eu era sempre monitor, sempre fui liderança nos escoteiros. *E no meu grupo tinha uns caras mais velhos que já tinham tradição de viajar de carona. Então, nós saíamos todo sábado! Acabava a reunião dos escoteiros ‘Vamos pro Norte?’ ‘Vamos!’ e via até onde chegava. Ia, ia, ia... quando chegava na metade do tempo, começava a voltar. Então, ia até Santa Catarina e quando chegava no Paraná, voltava. Fim de semana, só pra ir. Era um troço do outro mundo”.*

É pertinente sublinhar que esses quadros contextuais não podem ser tomados de maneira atonomizada, como se existissem uns separados dos outros nas vidas dos atores sociais. No caso de Milanez não foi diferente e, relacionalmente, esses quadros passam a se sobrepor uns aos outros tendo uma importância hierárquica variante no decorrer da trajetória individual. Contudo, existem instituições que acabam por exercer centralidade, no sentido que atuam como uma força centrífuga que agrega as outras experiências socializadoras dos indivíduos. É o caso da escola, por exemplo, algo que Setton (2008) chama a atenção a traçar uma linha de convergência entre as instituições que funcionam como fatos sociais totais no sentido utilizado por Marcel Mauss.

A vida escolar e o sistema formal de ensino podem ser compreendidos, assim, como fatos sociais que integram as demais instâncias da vida dos indivíduos. Acaba sendo um elemento constituinte e constitutivo da trajetória biográfica, a socialização que se engendra nos espaços escolares se entretetece com as demais instâncias da vida associativa dos atores. Nessa perspectiva, a narrativa de Milanez deixa isso cristalino ao denotar que: “*Os escoteiros eram um grupo do Anchieta. E o Anchieta, é importante dizer, essa é a minha grande sorte, foi o único lugar que eu conheci, pelo menos, ah, o Julinho e tal... que tinha gente de esquerda. Embora a maioria dos padres fossem de direita, mas os jesuítas sempre tiveram essa tradição social e tinha padres que eram”.*

No relato acima aparece também uma inclinação a preocupação com o chamado “social”, que pode ser associado na contemporaneidade ao pensamento progressista que se alinha com a esquerda, alinhamento ideológico que Milanez mantém coerente e

coesamente no decorrer de toda sua biografia. Entretanto, esse alinhamento não se descola de uma ideia de pluralidade no sentido das socializações necessárias para a construção de uma convivência de fato democrática. Isso se objetiva na medida que Francisco coloca que: “Então, isso é o que eu mais gosto, por isso que eu acho que eu brigo, tremendamente, com a esquerda, esse negócio de não ter direita, não. Não tem problema, *a gente aprende é no convívio eu tenho horror desse troço de imbecilização de andar com os que pensam igual a ti, eu tenho horror disso e muito vem do fato de que a minha família eu gosto e é conservadora. E são decentes e melhores que eu. Então, não... né? e outro de que eu evolui graças a esses debates, né, que no colégio nós tínhamos...*”.

A socialização no escotismo se estende por grande parte da infância e segue até a adolescência de Milanez. Foi um longo processo que perdurou uma década, assim, é possível inferir que esse quadro contextual de maneira longitudinal foi fundamental para sedimentar uma série de esquemas mentais de cognição, apreciação e ação, mas também de disposições, competências, apetências, normas e valores que seguem com Francisco no decorrer de sua trajetória. Sobre seu início no escotismo Milanez coloca que: “Eu só saí na faculdade, eu fui Lobinho, que começa com, tipo, sete anos e tal. Acho que entrei com uns oito... e... fui lobinho, lobinho... eu não sei bem as idades, mas acho que é treze. Eu fui com dez ou onze pra escoteiro, pra Júnior, que começaria com treze, que é dos doze aos treze e dos treze aos quinze. Aí, com treze eu fui pra Sênior, que entra com quinze aos dezoito, fui pra sênior e, depois, não sei quantos anos, não me lembro, mas menos de dezoito, eu fui pra Pioneiro, na tropa de pioneiro... mas aí eu estava entrando na faculdade, aí eu larguei, cheguei a entrar nos Pioneiros, mas aí eu já estava em outro mundo também. Estava totalmente envolvido, e isso já há vários anos na Agapan e um ano antes da faculdade eu já estava atuando, envolvido com os diretórios acadêmicos e coisa, negócio de Ecologia e tal”.

Embora os atores envolvidos nesse contexto mudem de configuração, uma vez que os grupos sociais não são fixos e estáveis, os grupos formados por Milanez na sua trajetória biográfica, seja no âmbito do escotismo ou de outras esferas da sua vida social também mudou correntemente. É importante enfatizar que ele mesmo expressa que essa pluralidade era algo que ele intuitivamente perseguia. Mila sublinha que: “*Eu tenho uma característica que é um problema e, talvez seja uma qualidade também, eu nunca tive um grupo de amigos. E os meus amigos reclamavam disso, até porque eu pertencia, eu participava de vários grupos, mas eu não me dedicava a nenhum grupo. Eu, pra mim, a amizade sempre foi com a pessoa, sabe, eu nunca fui de grupo*”. É necessário ressaltar que ao mesmo tempo

que Milanez comenta que nunca fez parte de nenhum grupo, o que fica claro na sua trajetória é que, na verdade, ele fazia parte de vários simultaneamente, da mesma forma que a grande maioria dos atores sociais. Além disso, a convivência com esses grupos foi variada e sistemática tendo sido sustentada por meio da manutenção de uma série de rotinas e processos de socialização associados.

É imperativo também trazer a luz que o escotismo e o grupo de escoteiros do qual Francisco fez parte foi essencial para reforçar, de maneira recursiva, sua disposição por ambientes plurais. Nesse sentido, conforme posto anteriormente, a convivência com os escoteiros o permitiu ter maior contato com a natureza e se socializar com o grupo que compartilhava material e simbolicamente uma série de esquemas práticos similares ao dele, elemento essencial para o fomento das disposições sustentáveis. Tendo tido uma educação doméstica em espaços essencialmente urbanos, apesar de ter sempre um vínculo afetivo com o ambiente natural, o escotismo permitiu que Mila ter experiências mais intrínsecas e extrínsecas nesse ambiente. Isso quer dizer que esse quadro contextual habilitou uma modalidade de socializações integradoras e integrativas. Em certa medida, o escotismo na vida de Milanez teve um papel parecido com o da escola, ou seja, uma organização que o permitia integrar uma série de disposições e capitais, reforçando e ativando uns ou inverso com outros. Nessa perspectiva, observa-se na fala dele que: *“Os escoteiros foram bem importantes porque era isso, a gente fazia coisas fora do escotismo. E o escotismo serviu muito pra entrar na natureza, né, porque foi... eu era um cara de cidade, criado no meio do concreto, né? e o escotismo... claro, tinha os meus bichos de pátio, mas eu fui conhecer a natureza, os meus passeios pra fazendas, pra haras, né...”*.

Ao falar sobre a inclinação pelos estudos e pela ciência, Francisco traz a luz outro aspecto relevante que é a participação dos mais variados atores na construção do patrimônio disposicional. Em determinados momentos da nossa vida social, e a de Francisco segue essa mesma regularidade, é um agente fora da família mais direta que se torna responsável pela ativação ou reforço de esquemas específicos. Sobre a predileção pela ciência, Milanez expressa que foi um primo aquele que o havia iniciado na experimentação científica. Embora haja um pano de fundo familiar mais nuclear, é a um primo mais próximo que Mila atribui sua iniciação, por assim dizer, nas práticas científicas: *“Éramos parceiros intelectuais, depois ficamos grandes amigos, ele morreu cedo. Mas o Juca foi o cara que me iniciou, no sentido que eu era o parceiro, o único que aguentava ele, tinha um gênio difícil também”*.

Sobre essas relações estabelecidas com amigos e outros atores sociais mais velhos e mais jovens os quais, por sua vez, fizeram Milanez transitar de entre círculos de socialização distintos, foram essas relações que levaram Francisco a outra organização que possui um considerável grau de centralidade na sua vida: a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Levado por um amigo universitário, foi na Agapan que Mila relata que foi onde foi possível vivenciar as formas efetivas de vida organizativa orientada a transformação real da realidade. Em outras palavras, foi na Agapan que Francisco teria percebido que a luta ecológica só fazia sentido se fosse algo organizado coletivamente e pensado vislumbrando o futuro. Reflexivamente, a luta pela preservação do ambiente natural deveria se lastrear pelo passado, considerar o presente e projetar formas de preservação e resistências que permitissem um futuro melhor para todos.

Embora isso pareça ser abstrato e Milanez fosse ainda adolescente quando participa da primeira reunião da Agapan, essas considerações profundamente reflexivas sobre a preservação do ambiente natural foram sugeridas a ele por pessoas da envergadura de José Lutzenberger, figura histórica do movimento ambientalista gaúcho, brasileiro e mundial. Pessoas como Lutzenberger (conhecido popularmente como Lutz) concentravam um grande volume de capital simbólico e esse prestígio no campo da luta ambiental também era, de certa forma, reconhecido por Milanez, elemento que o faria dar autoridade e legitimidade as falas de Lutz, por exemplo.

Até mesmo porque tais falas eram carregadas de elementos legitimadores, tais quais marcadores discursivos que Milanez identificava como alinhados com aquilo que ele também pensava sobre Ecologia. Apesar de se ver como um jovem com pontos de vista mais radicalizados, Milanez possui disposições e competências para escutar e compreender determinados discursos. Essa competência associada a apetência pela Ecologia foram fundamentais para que Milanez entrasse na Agapan à época, porém é preciso deixar claro que a Associação passou a ser mais um dos seus locais de socialização, ou seja, numa perspectiva plural, Francisco somou a Agapan a outros espaços sociais os quais permaneceu frequentando, alguns mais e outros menos.

Conforme dito anteriormente, Mila foi levado a sua primeira reunião na Agapan por um amigo e lá conheceu Lutz. É pertinente trazer a luz uma conversa que eles tiveram depois dessa primeira reunião, pois, para Milanez, ela teve considerável centralidade na sua entrada na Associação. Ele relata que a conversa ocorreu da seguinte forma: “Nós saímos da região, eu fiquei quieto no meio do troço, um monte de velho e eu guri ali no meio, aí saímos na General Câmara, ali na ladeira, tinha uma casa de chopp, o Lutz gostava

de chopp. Aí fomos pra lá, aí eu sentei do lado do Lutz, né... daí ele *‘E aí, guri, o que tu achou da reunião hoje?’ eu fiquei meio assim... ele disse ‘Ah, não gostou?’ eu digo ‘É... mais ou menos...’ ‘Ué, por que não gostou?’ ‘Ah, achei muito tapa buraco esse negócio...’ porque era luta contra poda, luta contra as pedreiras em Porto Alegre, enfim, várias lutas, né? e ele disse ‘O que tu tá dizendo?’ e eu ‘Não, é isso mesmo, eu acho que é meio conservador’ aí ele... eu não usei esse termo, mas escrevi isso... ‘Mas o que tu pensa, então?’ eu digo ‘Não, acho que Ecologia é mudar toda a forma de pensar e tal...’ aí ele *‘Tu acha isso mesmo?’ ‘Eu acho!’* aí que ele me deu o nó sábio dele, ele disse assim *‘Tá, e tu acha que isso vai acontecer de um dia pro outro?’ eu disse ‘Não, uns... 20’ pra mim, naquela época, vinte anos, trinta anos, era uma eternidade, eu não sabia nem se ia estar vivo, né? e aí ele disse ‘Tá, pois é, e quando conseguir mudar daqui a vinte anos a humanidade, tu acha que vai ter alguma coisa para proteger ainda?’ [silêncio] aí eu ‘está bem, tô dentro!’ [riso contido] ‘Esse troço de vocês é muito tarefeiro...’ e ele ‘Não, você tem que proteger agora pra ter daqui a vinte anos, quando as pessoas entenderem que é importante’. Aí ele me ganhou”.**

Vale a pena enfatizar que os valores da ecologia permearam também as escolhas acadêmicas e profissionais de Milanez. Dessa forma, ele sempre se viu como um “*generalista*” do campo científico, pois tinha disposições e gostos orientados a várias ciências simultaneamente e via (e ainda vê) a especialização excessiva das ciências na contemporaneidade como algo nocivo a produção do conhecimento. Entretanto, como ficará mais claro no decorrer de sua trajetória acadêmica, essa predileção concomitante por várias áreas do conhecimento traz alguns ônus para a carreira acadêmica de Milanez, uma vez que a lógica do campo científico impõe um conjunto de regras que todos os atores que desejam participar dele devem seguir (BOURDIEU, 1996, 2007). São essas regras e a disputa por elas que dão dinâmica aos campos e os coloca em movimento, logo, se torna praticamente inescapável agir em consonância com elas.

Sendo assim, conforme posto anteriormente, Milanez acaba colhendo os bônus, mas sofrendo também os ônus de uma formação mais holística. Sua disposição por esse tipo de formação, alinhada com seus interesses ecológicos, se objetiva, por exemplo, no seguinte relato: *“Aí que eu me dei conta que eu queria ser um generalista, foi nessa época, no começo do segundo grau. Que aí eu não gostava... eu gostava de Física, Matemática... e Natureza. O que eu odiava? Humanas! Ali eu tive um professor bom de História e Geografia, dois professores bons. Comecei a interpretar e aí eu digo ‘Pô, meu! Eu adoro isso! Eu passei a vida inteira odiando o que eu adoro!’ [risos] e filosofia, eu digo “Cara,*

mas é isso que eu adoro! Eu quero estudar tudo!’ e aí eu comecei a me dar conta que isso também é uma coisa, que o conhecimento é uma coisa só. E era a minha teoria e ‘Ah, tu é eclético, quem sabe tudo de tudo, não sabe nada de nada...’ e aí comecei a sofrer esse bullying que eu sofri durante a faculdade inteira.”

Conforme a análise do campo científico aponta, embora a formação plural tenha gerado problemas na trajetória acadêmica de Milanez no âmbito do ensino superior, questões essas diretamente relativas à falta de especialização numa área determinada do conhecimento, tal formação plural estava em sincronia com suas disposições e contextos de socialização. Nesse sentido, as suas escolhas acadêmicas se deram de maneira heterogênea. Ele chegou a cursar, simultaneamente, Direito, Biologia e Arquitetura tendo sido também aprovado em Engenharia. Cursar apropriadamente todas as disciplinas nas quais ele eventualmente se matriculou requereu uma série de “malabarismos” com o tempo disponível, estudo de certas normativas que o possibilitariam executar tal façanha e mobilização de capital social junto a certos professores.

Entretanto, as limitações impostas pelas próprias leis da Física, como a incapacidade de estar em dois lugares presencialmente ao mesmo tempo, o faziam ter que escolher entre fazer as disciplinas que se matriculara num curso ou em outro. Primeiramente, ele explica os estratagemas aos quais recorria para cursar da seguinte forma: *“Eu fazia horrores, não queria saber. Os caras... eu chegava na matrícula, que era matrícula presencial, esperava a comissão de carreira entrar, eu entrava, os caras diziam assim ‘Putá merda! Lá vem o Milanez’ eu ia pedir colisão de horário, sempre! E aí, eu descobri um troço que eu joguei muito, confesso que é feio, mas eu joguei muito. Eu descobri o seguinte, primeiro a colisão de horário, tu tinha que ter a declaração lá do professor da disciplina que oito horas era matemática, que ele aceitava que tivesse colisão de horário em uma hora, de psicologia lá... aí o professor da psicologia tinha que aceitar também. Então, se os dois aceitavam, levava o documento na comissão de carreira e mais a matrícula, e os caras botavam um código, que eu não me lembro qual era, no computador, que fazia o computador engolir, porque senão ele não aceitava a matrícula, porque tinha colisão. Aí eu descobri que aquilo era múltiplo, eu podia botar várias cadeiras no mesmo horário, com aquele código. Então, eu apresentava uma colisão pequenininha e, na verdade, tinha outra que colidia 100%, entendeu? E aí eu fazia um horror, eu cheguei a ter quatro cadeiras no mesmo horário, uma em cada curso”.*

Em segundo lugar, apesar da utilização desses subterfúgios, Francisco era obrigado a escolher que disciplinas cursar, pois tudo deveria ser feito presencialmente e era

necessário para ser aprovado que suas presenças constassem na lista de chamada dos professores, procedimento que permanece até hoje nos cursos presenciais das universidades brasileiras. Dessa forma, para cursar, as escolhas por qual disciplina frequentar no dia específico fizeram com que Mila faltasse aulas e eventualmente reprovasse algumas disciplinas. Sobre essa questão, ele explica: *“Ah, eu salteava, eu sempre fui vagabundo! De aula, eu sempre fui mata aula. Eu salteava... ‘Ah, hoje eu vou no Direito...’ e ia lá, e tinha umas que eu não ia mesmo nunca! Tipo, é assim, aquelas coisas, né... estatística na arquitetura, eu me lembro que a aula acabava onze e meia da noite, na sexta-feira, imagina! Eu ai pra aula, eu estava sempre atrasado e com sono, atrasado... nessa vidinha, né? aí, eu ia pra aula e dormia, dormia. Um dia o professor chegou assim ‘Tá dormindo?’ ‘Estou, estou cansado’ ‘Tá, então não precisa vir à aula’ e eu ‘Tudo bem’ e parei de ir à aula. Aí passei meio semestre sem ir à aula, aí veio um colega e falou ‘Ah, o professor falou que tu vai rodar’ eu digo ‘Mas ele falou que eu não precisava ir à aula!’ ‘É, mas ele falou que tu tem que ir à aula, senão vai rodar por falta’ aí eu ia pra aula e dormia! [risos] e passei, né, porque eu chegava e gabaritava as provas”*.

Apesar disso prejudicar em alguma medida sua vida acadêmica e marcar seu histórico, é preciso enfatizar que Milanez incidia na prática (cursar várias disciplinas em diversos cursos) consciente e voluntariamente porque seguia suas disposições, crenças e apetências por uma educação que dialogasse com várias áreas do conhecimento simultaneamente. Em outras palavras, ele não agia dessa maneira desconhecendo as consequências dos seus atos, ele o fazia porque acreditava (e acredita) reflexivamente que uma educação efetiva é aquela que consegue ser o mais interdisciplinar possível. Para ele, o modelo ideal de educação está inscrito em práticas que fortaleçam as conexões entre campos do conhecimento científico que estão aparentemente separados, porém tal separação seria apenas artificial e seria, além disso, prejudicial para o processo educativo em si, pois limitaria nossa capacidade de entender o mundo como um sistema realmente complexo.

5.5. Uma vida em vários mundos

Um outro elemento importante na trajetória de Milanez durante sua juventude foram suas disposições estruturantes orientadas a determinadas modalidades de produção artística, a saber, o cinema. Como já observado em parágrafos anteriores, Francisco vinha de uma família na qual tanto o pai quanto a mãe manifestavam competências para a produção artística, no caso de Mila especificamente, sua apetência maior era pelo cinema.

Nessa direção, iniciar o ensino médio também foi seminal porque o possibilitou incrementar e mobilizar tanto capital cultural quanto social que o permitiram atualizar, reforçar e expandir suas disposições para arte. A criatividade e inventividade se somaram as competências da produção fílmica em si para gerar aquele que seria seu primeiro filme que foi, na verdade, uma experiência inicialmente frustrada tornada exitosa por um estratagema de Mila.

Um outro conjunto de competências que Milanez apresentou no decorrer da sua trajetória que, até hoje, têm muita funcionalidade na sua vida social, assim como o habilitou a participar de diversos processos de socialização na juventude, foi àquela para aprender de maneira rápida e intuitiva línguas estrangeiras. Mais especificamente, o inglês e o espanhol. Aprendidas em solo brasileiro, as habilidades foram sofisticadas e refinadas por meio de viagens e contatos com estrangeiros falantes dessas duas línguas.

Embora sua competência e proficiência para ambas guarde as devidas limitações no que concerne cada uma das quatro habilidades (escrita, leitura, audição e fala), Milanez conseguiu e consegue utilizar ambas as línguas como instrumentos essenciais em inúmeros processos de socialização. Ademais, é necessário ressaltar que o conhecimento de línguas estrangeiras acaba por engendrar uma série de aparatos associados de competências e disposições. Além disso, vale sublinhar que Francisco tem uma boa noção de italiano, fomentada no decorrer dos anos com o contato com pessoas que falam a língua, mas também por conta do seu gosto pelo cinema, algo que foi muito proeminente na sua juventude. E ele também estudou um pouco de alemão durante a juventude no colégio, tendo uma noção mais elementar dessa língua.

Partindo de uma perspectiva relacional, não é possível compreender uma disposição, competência, apetência ou mobilização de capitais sem relacioná-la com outras, assim como é preciso estabelecer uma relação de interdependência, em alguma medida, com o campo ou quadro contextual no qual o indivíduo se insere em um momento específico da sua vida ou num evento (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; LAHIRE, 2005, 2015). Sobre sua ida a Inglaterra, por exemplo, Milanez mostra o entretecimento desses elementos ao relatar que: *“Eu passei um verão estudando. Mas eu virei atrás disso, que era a minha coisa principal, alguma coisa de Ecologia, mas sobretudo de Cibernética, porque não tinha nada. Mas aqui ninguém sabia, então foi uma época, realmente, estava recém a coisa saindo embora ele já tivesse escrito, mas era aquelas coisas que são escritas e daqui a dez anos... bom, até hoje ninguém sabe muito bem o que é cibernética, pra dizer a*

verdade, usa o termo de uma forma totalmente distorcida. Então, eu me encantei, eu tinha essas duas paixões. A Matemática e os bichos, a Ecologia”.

5.6. Entre a academia, a militância, a família e o trabalho

Ainda sobre sua socialização e desempenho no eixo escolar, no âmbito do ensino superior, Francisco conta que a pluralidade das suas preferências, de suas disposições e de motivações para fazer e crer o levaram a trilhar caminhos que nem sempre foram aqueles da alta performance, em termos acadêmicos. Dessa maneira, ele atesta que seu desempenho escolar teria sido aquém daquilo que idealizara por conta de uma dificuldade em se concentrar numa única atividade. O adjetivo de “generalista” que ele dá a si próprio e a sua formação, o sistemático interesse por diversos conteúdos (acadêmicos ou não), a participação de diferentes organizações e espaços sociais são ótimos indicadores dessa pluralidade e heterogeneidade.

De certa forma, é uma questão que transversaliza sua vida escolar ao passo que se entretete com seus outros eixos de socialização. Interpreta-se nessa perspectiva, pois no decorrer de sua vida social, é patente que as múltiplas influências, disposições, quadros contextuais e metafísicas da moral o orientam (com razoável grau de reflexividade) a várias frentes de socialização.

Em outras palavras, ele sempre está procurando novas coisas pra fazer porque sempre está interessado em coisas novas. Essa análise é essencial para entender o mecanismo subjacente aos esquemas mentais de cognição, classificação e ação que levam Milanez afirmar que: *“Eu diria que eu sempre fui um estudante mediano pra ruim... porque eu matava muita aula. Então, talvez isso tenha me inspirado e depois eu estudava e me dava bem. Mas eu... talvez eu já tivesse uma “TDAHzinha”, tivesse na moda, mas eu não “ritalinava” ainda. E eu acho que teve influência, porque como tinha esse negócio de eu querer montar meu curso, o que, de fato eu consegui fazer com os cursos todos e tal, eu fazia, em média... olha, muitos semestres, muitas cadeiras de outros cursos, e aí eu ia sentindo assim... “Pô, mas como é que eu posso...” e eu, não muito tempo depois, dois anos depois, eu comecei a plantar, comecei a minha carreira agroecológica, então eu... aí eu disse “Bah, mas eu preciso entender mais...”.*

Sobre a carreira na Agroecologia, por exemplo, é pertinente delinear que ela se integra e emerge de uma visão idiossincrática dele que atrela fortemente teoria e prática. Milanez possui uma forte disposição para a crença que o avanço teórico que as ciências representam seriam indissociáveis das suas utilizações para a melhoria da vida das pessoas.

É esse significado que ele confere a prática científica. Por conseguinte, esse ímpeto pela experimentação atrelada a teorização, algo que em larga medida aparece desde cedo na sua biografia, se tornam com o passar dos anos, um capital cultural que se vetoriza em capital social. Isso se atesta em como ele transitava (e transita) por diversos campos e o que permanece levando de um para o outro: “Então, eu, assim, *na ciência, adoro laboratório e tudo, mas eu... assim, o meu imã, a minha tendência, meu coisa... eu adoro teoria e, curiosamente, ou esquizofrenicamente, eu adoro prática*. Mas aí não é nem na ciência, é na técnica mesmo, na tecnologia. Eu... bah, as coisas que eu fiz assim de... bom, educar, é aplicação, né? técnica. Planejar e projetar, é um troço muito divertido. Claro aí tem o outro gosto, eu tenho o gosto prático e gosto das ciências complexas”.

Ademais, sua visão progressista no âmbito político não se desvencilha ou se dissimula das suas opiniões sobre a condução da ciência nacional. Diferente do “interesse desinteressado” que motivaria a prática mais purista da ciência (BOURDIEU, 2003, 2004), Milanez sustenta uma motivação explicitamente nacionalista na forma que a ciência deveria ser pensada e conduzida no país. Para Milanez, não seria possível fazer uma ciência verdadeira se esta for atrelada e dependente de interesses internacionais. Ou seja, metacampo do poder não deveria exercer uma influência sobre o campo político e este, por sua vez, acabaria por manter o espaço autônomo que é aquele que cabe a prática científica de fato engajado com o desenvolvimento nacional.

Considerando a máxima que dita que o conhecimento é poder e tomando também que toda forma de poder conduz a uma forma correlata de dominação, a produção científica independente é, para Milanez, um sinal claro de desenvolvimento autônomo não apenas daquela ciência, mas do espaço social no qual ela é produzida. Dessa forma, o que Francisco defende é “*a importância de produzir ciência teórica e defendo até hoje. Quase sem nenhuma ressonância, diga-se de passagem. E eu acho que isso é a prova de que um país é dependente. Ser país ou não ser país, é produzir ciência teórica [bate na mesa]. Todo o resto... claro, é uma forma muito simplista, mas é assim, eu acho que, em termos, a ciência teórica é o teu pensar, é a tua etnomatemática, entendeu? Que domina a dos outros... ou tu “mama” na dos outros, ou tu produz a tua. Porque as outras ciências são importantíssimas, a básica, a aplicada, mas elas só vão jogar com a regra dos outros, se não tiveres tuas próprias regras*”.

Outra objetivação prática relevante das disposições sustentáveis que emergem na trajetória de Milanez é sua participação intrínseca na Agroecologia que se inicia por volta de 1977. Embora a nomenclatura dada a época não fosse essa, ele se engaja e passa a plantar

de forma orgânica e pautado no respeito ao ambiente natural. Na medida que se aperfeiçoa, adquire mais conhecimento e se desenvolve enquanto agricultor agroecológico, Milanez passa também a interagir com organizações que promoviam essa metodologia e ideologia de plantio. É importante sublinhar que a prática da Agroecologia não é um momento em separado da sua trajetória, mas se agrega a suas atividades e demonstra também uma disposição para o empreendedorismo que já se objetivava e ganharia mais força na sua trajetória no futuro.

A disputa política se fez presente nesse período da vida social de Milanez de igual forma. Dessa vez, pela nomenclatura em torno do que ainda não estava estabelecido como Agroecologia. Este termo é advento da contemporaneidade, logo, na época que Francisco e outros se engajaram, os termos utilizados eram outros e estavam em disputa não em torno desse termo único. É pertinente notar que as lutas internas pelas determinações simbólicas de cada campo obviamente não podem ser excluídas das concepções mais progressistas, sejam elas quais forem. Os campos são espaços sociais de lutas e forças, organizados baseados na posse que seus agentes têm de capitais específicos, mais ou menos legítimos àquele campo (BOURDIEU, 2003, 2004, 2007).

Sendo assim, tais conflitos inerentes às lógicas dos campos são verificáveis quando Milanez descreve que: *“Não existia o termo. É, tanto que a Colméia era a cooperativa de agricultores ecológicos. Claro, a gente já sabia o que era ecologia, então chamava agricultura ecológica, foi a primeira do Brasil. E aí, o Lutz gostava do termo “agricultura regenerativa”, que eu acho interessante, mas não gosto tanto. Porque agricultura ecológica é meio que um contra-senso, porque agricultura é intervenção humana. Na verdade, não é nada ecológica. Claro que ela é muito mais ecológica, mas ecologia não é fazer agricultura! Ecologia é ecossistema, né? eles são produtivos sem a nossa intervenção. Então, isso sim. E o Lutz gostava do termo agricultura regenerativa. Mas ela... é bonito, mas não é um sentido tão pleno. Embora claro, regenerava o solo, mas se eu nunca estraguei eu não preciso. Eu posso fazer agricultura ecológica sem estar regenerando. E a agricultura não é tão regenerativa assim, regenerativo seria o extrativismo”*.

As dinâmicas sociais e históricas são, de fato, os elementos que acabam por delinear o sucesso de um termo ou de outro. Para fugir de possíveis reificações, é preciso dizer que essas dinâmicas estão obrigatoriamente ancoradas em relações sociais concretas engendradas por agentes detentores de capitais (relações de poder) com maior ou menor grau de efetividade no campo. Embora isso já tenha sido exposto no parágrafo anterior,

ênfatiza-se novamente, pois o próprio biografado faz questão de explicitar que essa “briga” pelo termo Agroecologia se sedimenta e este passa a ser o mais utilizado.

Entretanto, essa dinâmica conflituosa não se restringe, dentro do próprio movimento de preservação do ambiente natural apenas a esse termo, ela se faz presente em um outras disputas pelos termos legítimos entre os mais variados agentes sociais que orbitam o que podemos chamar, grosso modo, de movimento ambientalista. Por exemplo, Milanez descreve que: *“Então... agora, a agroecologia eu acho que se fixou. Eu aprendi a ser um pouco menos duro, porque a gente brigava muito. Nós brigamos mais de dez anos na Agapan contra o termo “Desenvolvimento Sustentável” quando saiu o “Nosso Futuro Comum”, nós brigamos... até que eu fui um dos que defendeu, vamos disputar esse termo, né, tchê! Na Agapan foi forjado o termo que eu usei, até em uma ONG que a gente criou, que era “Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável”, pra contrapor o outro, sinalizar, né?”*.

Um parêntese necessário sobre a inserção de Milanez no campo do que se denomina atualmente como Agroecologia, é que a partir dessa entrada, Francisco passa a diversificar suas práticas dentro desse campo indo para a caprinocultura. Sua criação de cabras ocorre por volta do ano de 1982, quando Milanez começa a participar de feiras e vê a possibilidade aplicar princípios da criação “orgânica” a caprinocultura.

Por conta do foco dessa tese, não detalharei aqui as nuances sobre a caprinocultura, o que precisa de fato ser ressaltado é que a disposição para o estudo e o aprendizado orientado em e por práticas relativas a sustentabilidade ganha uma nova objetivação por meio dessa inserção no campo do caprinocultura. Dessa forma, Milanez esclarece que a sua maneira autodidata e intuitiva de aprender se estendeu também a criação, ou seja, ele aprendeu *“Sozinho! Pra tu ter uma ideia, esse era um problema que me desgastou muito. Que eu ligava... tem aí, um monte de livros, tudo de medicina pra cabra, tudo importado, não tinha nada brasileiro, tu tinha livro mexicano. E aí os veterinários, às vezes, dava problema em um bicho caro, o veterinário de Canela ia lá, eu chamava ele, ele ia lá e aí os caras me ligavam, eu estava não sei onde, no Conselho não sei das quantas aí os caras ligavam ‘Olha, o bicho tá com isso, isso e isso... o que eu faço?’ aí eu tinha que ficar estudando pra dizer para os caras”*.

Conforme exposto anteriormente, os processos e procedimentos da Agroecologia não seriam aplicados (ou mesmo aplicáveis) na sua totalidade em todas as formas criação de animais. Dessa forma, Milanez classifica que sua modalidade caprinocultura seria orgânica e não efetivamente agroecológica. A conciliação dessas aparentes contradições se

dá por meio da reflexão sobre as condições sociais de possibilidade para que as práticas sejam engendradas. Nossas ações não ocorrem soltas no tempo ou no espaço, mas são objetivamente estruturadas (e subjetivamente estruturantes) sob condições que nos antecedem no mundo social (BOURDIEU, 2007).

Contudo, conciliamos as contradições que constituem nosso mundo social de maneira reflexiva, até certo ponto, por meio da articulação racional entre nossos habitus, nossos capitais, nossas disposições, os campos nos quais participamos e, por conseguinte, as práticas mais legítimas a serem engendradas (CAETANO, 2013). E é essa complexidade que se apresenta quando Milanez relata que no *“orgânico... o animal, pra ser orgânica a carne, tem que não ser tratado com produtos artificiais, remédios artificiais, tem que ser alimentado com ração orgânica, e tem que ter dignidade pra viver”*.

No âmbito da pluralidade dos quadros contextuais nos quais os indivíduos se inserem no decorrer de suas trajetórias, o interlace entre as práticas ligadas a agropecuária orgânica e seus outros espaços sociais de atuação política continuam interligados. Todavia, existe, na vida social dos agentes um grau de determinação sobre como o tempo de dedicação para atividades pode ser efetivamente mais bem alocado. Esse cálculo econômico considera, seja no âmbito do senso prático ou da reflexividade mais explícita, certas limitações estruturais que não são apenas materiais, mas também simbólicas. Em outras palavras, isso significa que o tempo que o agente social resolve dedicar a uma atividade nova está condicionado àquilo que ele julga mais pertinente dentro de suas necessidades estruturalmente postas, um cálculo que é feito, grosso modo, considerando aspectos concomitantemente objetivos e subjetivos do problema que deseja resolver, a saber, que atividade com executar o tempo disponível dentro do escopo de possibilidades que existem no campo no qual aquela prática vai estar inserida (BOURDIEU, 2005b – *The social structures of the economy*).

Sendo assim, Milanez relata que como, por exemplo, o trabalho da Agapan sempre se deu de maneira voluntária, ele contribuía na proporção que sua presença era requisitada, processo que o permitia trabalhar em diversas frentes e conciliar esses trabalhos com aqueles realizados lá. Isso fica patente quando ele descreve que *“a Agapan sempre foi... é uma luta voluntária, né? então é aquela história, eu sempre... teve um período que eu estava mais presente e período que eu... mas sempre, quando os caras achavam, me chamavam, entendeu?”*.

Sobre essa atuação com a questão ambiental mediada pela Agapan, um outro elemento pertinente que emerge é a heterogeneidade e, conseqüente desafio, de uma

organização e dos indivíduos que a compõem lidarem com a complexidade inerente ao mundo social. Algo que se objetivou na década de 80 ainda quando Milanez tem que participar mais ativamente da Agapan, pois esta defendia a regulamentação da caça, coisa que fez com a entidade ficasse mal vista no campo das organizações protagonistas da luta pela preservação do ambiente natural. Essa aparente contradição se revelava falsa quando exposta à reflexão necessária nos âmbitos individuais e coletivos para que se compreendesse na sua complexidade o problema que a falta de regulamentação sobre a prática da caça expunha no Rio Grande do Sul. Por exemplo, Francisco enfatiza que: “*a Agapan foi a única entidade, tem muita gente que faz bullying, pouca gente lembra agora, muitos anos nós aguentamos bullying das outras entidades, porque nós tivemos a coragem de ser a favor da regulamentação da caça*”.

Na proporção que participava de encontros para debater a regulamentação, essa aparente contradição se resolvia medida que Milanez mobilizava de suas competências relativas a articulação política, seus capitais cultural e social para argumentar a favor da regulamentação da caça como uma prática organizadora da forma que a atividade em questão efetivamente acontecia. É imperativo sublinhar que a aparente controvérsia envolvendo a Agapan, Milanez e a regulamentação da caça, não é exatamente a questão focalizada aqui, mas sim a mobilização de recursos simbólicos por parte daqueles que compunham a Agapan (e aí se inclui Milanez, é claro) para resolver a alegada contradição. A argumentação econômica foi utilizada em conjunto com a científica para dar fundamento a regulamentação.

Essa mobilização patentemente relacional culmina em frutos positivos para o argumento defendido pela Agapan, uma vez que Milanez sintetiza o resultado e os elementos que habilitaram alcançá-lo da seguinte maneira: “*Resultado, eu ia pra Brasília, eu estava no CONAMA e os caras ‘Ah, a Agapan é a favor da caça!’ e eu digo ‘Nós não somos a favor da caça, nós somos a favor da regulamentação da caça’ o Rio Grande do Sul era o único lugar, os caçadores, quando eles pagavam a licença que tinha que pagar normalmente, eles pagavam a pesquisa e o controle*”.

Voltando sua narrativa para a sua socialização mais estrita ao mundo do trabalho, Milanez relata que em 1985 se forma em Arquitetura e abre um escritório especializado em Arquitetura e Meio Ambiente com outros dois amigos os quais havia conhecido em outras e a abertura desse negócio acontece no entremeio de suas outras atividades. Francisco ressalta essa pluralidade de maneira similar ao que vinha fazendo na sua trajetória até então. Por exemplo, ele reitera esse elemento ao narrar que: “*a minha vida é bem assim mesmo,*

meio esquizofrênica. Mas é o que eu gosto... eu reduzi e, depois, já te digo mais, eu já estava criando, logo depois eu criei um escritório que foram três, três comigo, dois outros sócios, que foi... teve sua época, assim. De Arquitetura e Meio Ambiente, eu fazia Meio Ambiente na época e os outros dois eram arquitetos”.

Entretanto, é contundente a influência, é claro, de eventos objetivos externos as vidas dos indivíduos as nossas ações. Tais eventos engendram as nossas capacidades reflexivas, modificam o feixe de relações que constituem um determinado campo e atualizam nossos patrimônios disposicionais. Outrossim, não é possível ignorar sua influência em nas vidas sociais e nas trajetórias individuais (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; LAHIRE, 2005, 2015).

Ademais, esse processo reflexivo se atrela diretamente à pressão que inúmeras instituições constituintes e constitutivas do próprio mundo social exercem sobre nós. Essas instituições não são necessariamente organizações oriundas do Estado, mas determinadas leis e normas que são tomadas como certas na realidade social e passam a nortear as ações individuais e coletivas. Contudo, o papel que certas instituições que se objetivam no formato de leis são mais definitivas do que o de outras pelo fato de que o poder de punição e sanção que o ordenamento jurídico tem sobre nossas vidas acaba nos forçando em direção a uma conduta específica mais do que a outras (BOLTANSKI, 2011).

Esses processos e movimentos ficam claros também na vida de Mila quando, após a aprovação a resolução legal de 1986, que passa a pedir estudos do impacto ambiental sobre os empreendimentos a serem realizados no Brasil, ele vê a necessidade de investir numa formação pioneira nessa área que ocorre no estado do Amazonas. Para ilustrar esse ponto, Francisco comenta: *“lembrando que 1986 saiu a resolução do Conama que pede todo o impacto ambiental. Então, eu fui pro Amazonas, onde foi a primeira especialização”*.

A competência reflexiva necessária comentada anteriormente faz com que Milanez percebesse a oportunidade que a nova lei abria para interseccionar suas disposições sustentáveis, com a preservação do ambiente natural, a possibilidade de atuar politicamente, fazer estudos que o permitissem se aproximar de um tópico de interesse e, por fim, trabalhar (e se sustentar) por meio de uma atividade pela qual também tinha apetência em fazer.

Nesse cenário, a narrativa de Milanez precisa ser apresentada, pois é essencial para entender como esse conjunto de ocorrências e repercussões objetivas se expressa em sua vida: *“Eu fiz esse curso de especialização em Análise de Impacto Ambiental, porque tinha*

saído a Resolução número 1 e ninguém no Brasil sabia como fazer, não existia, saiu do zero, cara! E meio que foi copiada, essa Resolução foi meio... pegou um pouquinho de europeia, mas era quase tudo dos EUA... E aí, o que aconteceu, a Universidade Federal do Amazonas, que na época era Fundação Universidade do Amazonas, teve a iniciativa, porque eles tinham já um sistema de colaboração com a Universidade do Tennessee. E aí, quando eu voltei, estava se estabelecendo, se criando o departamento pra analisar os estudos, que ninguém sabia fazer, né?”.

Corroborando com a trajetória acadêmica que vinha construindo e com seu aparato disposicional, Milanez decide, em 1987, fazer um mestrado em Ecologia na UFGRS. Embora seja importante salientar esse momento na sua trajetória, pois ele reforça por meio de uma outra série de socializações elementos que são presentes na sua vida há anos. Sobre a orientação a ingressar no mestrado, Milanez esclarece que: *“Isso era Ecologia na UFRGS. Que estava novo, porque a UFRGS, junto com São Carlos, foram os primeiros mestrados de Ecologia do Brasil. São Carlos e a UFRGS lançaram juntos, a Universidade de São Carlos. A Ecologia era a minha vida, né?”.*

No eixo da vida em família, é em meio a essa gama complexa de atividades que nasce Ana, em 1985, a filha mais velha de Milanez e as atribuições de pai passam a fazer parte de sua vida em meio a todas as outras já associadas. Nessa perspectiva, o quadro contextual familiar interage com suas atividades profissionais à época assim como a militância que ele mantinha no período. Dessa forma, a criação não apenas de Ana, mas de Francisco, seu filho mais novo nascido dois anos e pouco depois em 1988, é transversalizada pela dinâmica que já constituía anteriormente a vida de Mila. Ao detalhar os desafios de ser pai, ele enfatiza elementos que seriam problemáticos na educação dos filhos de militantes, a saber, a possibilidade de ficar mais tempo com eles e acompanhar seu desenvolvimento de forma paulatina.

No processo de entrevista, ao falar sobre a educação e a socialização dos filhos consigo Francisco faz questão de sublinhar como sua vida social, composta de inúmeros quadros contextuais, impactou suas condições de possibilidade de socialização com os filhos. Não seriam apenas questões subjetivas (ou disposicionais), mas também determinações econômicas que trazem uma miríade de desafios a vida do jovem pai, empresário, estudioso e militante, essa complexidade de elementos acaba, de forma até um certo ponto inescapável, por ressoar nas possibilidades que se objetivaram para acompanhar e participar mais ativamente na socialização dos filhos.

Sobre esse agrupamento complexo de fatores, Milanez expõe com emoção que: *“Olha, foi complicado, complicado... mas teve lados bons, quando ela nasce eu já estava com o entreposto dos produtos, então já foi orgânica antes de nascer [riso contido]. Então, teve o lado bom, comida não era um problema. Mas... ah, foi uma época dura, de dinheiro, de coisa... e eu... mas aí é uma, tipo... dizem que os filhos escolhem os pais, né? Se baseando nessa teoria, ela escolheu um cara que passava viajando, né? Esse negócio de conselhos... Eu tive anos aí de... Olha, eu disputava com qualquer um em avião e voos, era um troço absurdo! Então, isso aí foi uma... eu sempre tentei compensar nos momentos em que eu estava com ela, ou com eles... sempre meio intensivo, assim. Mas é uma perda, todos os militantes sabem disso, né? Eles pagam caro por isso, mas...”*

5.7. Um mestrado de trinta anos

Voltando ao eixo acadêmico da trajetória de Milanez, é pertinente trazer a luz como o mestrado em Ecologia acaba por se tornar, na verdade, uma experiência traumática na sua vida, tanto que ele demora por volta de dez anos para retomar os estudos de Ecologia em nível de pós-graduação. A narrativa do que se desenrolou no mestrado de Francisco denota uma série de diacronias entre o conjunto de práticas esperadas dele dado as “regras do jogo” que se estabeleciam no mestrado em Ecologia e no campo científico como um todo associado aos elementos disposicionais do habitus dele.

De fato, não foi apenas um processo diacrônico, mas uma cadeia deles que acabou por culminar em Francisco não conseguir obter o título de mestre a época. Na narrativa de Francisco, existia desde de sua entrada no programa uma certa insatisfação com o estado dos conhecimentos passados ali e o seu conhecimento pessoal, oriundo de anos de práxis no campo da militância na Ecologia. Considerando esse pontos, ele expõe: *“Na verdade, eu rompi com a minha orientadora... porque eu comecei... primeiro, porque eu vi o curso de Ecologia e foi bastante chocante pra mim, assim, porque o meu conhecimento de Ecologia já era muito superior ao que eu conheci no mestrado [riso contido] e, na época, eu não soube lidar bem com isso, me incomodou bastante”*.

O campo científico é um espaço social (um feixe de relações sociais) constituído por agentes que precisam obedecer a leis, normas e regramentos formais e informais que estão postos *ex ante* naquele espaço. Esse campo é também um espaço de lutas internas e forças de pressões externas, apesar de ser também dotado de uma autonomia relativa ao campo do poder e a outros campos como o econômico ou o político. De qualquer forma, conforme já enfatizado, as regras do jogo que se estabelecem num campo específico fazem com os

agentes dotados de um habitus mais alinhado com esse campo, que aqueles dotados dos capitais mais legítimos e das disposições mais alinhadas consigam desempenhar melhor aquilo que se espera deles e possuir maior probabilidade de auferir resultados positivos (BOURDIEU, 2004a, 2004b, 2011).

As imposições dessas regras não são, necessariamente, explícitas, muitas são tácitas e só se objetivam quando são transgredidas, quando fica patente a dissonância entre o habitus de agente específico e as regras do campo. As práticas do agente são reguladas pela constituição do campo, pelos elementos disposicionais do seu habitus e os capitais que ele pode mobilizar. Grosso modo, é essa dinâmica relacional e complexa que faz com que determinadas práticas dos agentes individuais culminem em resultados positivos ou negativos (BOURDIEU, 2004a, 2004b, 2011).

Essa exposição teórica ajuda a compreender não apenas a primeira diacronia apresentada, mas também a segunda, que emerge quando Milanez tem que se alinhar com o tema de estudo da sua orientadora. Nesse momento, além da discordância inicial sobre o seu tema de interesse de pesquisa e as temáticas abordadas pela orientadora, surge uma segunda problemática que foi a necessidade da orientadora se ausentar por um ano por conta de um pós-doutoramento e a repercussão posterior disso na trajetória de Milanez naquele mestrado. Sobre esse imbróglio, ele explica que: *“Eu tinha falado com essa orientadora e tinha dito, porque ela botava, como todo mundo em geral põe, os orientados a fazer suas pesquisas? e ela trabalhava com carvão lá no COPELMI e eu disse ‘Não, eu quero trabalhar com metodologia de pesquisa e sistemas’ e ela ‘Não, tudo bem!’ , mas aí ela estava indo pra um pós-doutorado na Alemanha e ‘Olha, eu não vou estar aí’ eu digo ‘Não, tudo bem!’”*.

Dado a configuração exposta acima, uma terceira diacronia expõe, por seu turno, uma terceira diacronia que se deu entre a constituição das regras objetiva do campo, seu impacto sobre as trajetórias tanto da pesquisa de Milanez quanto da presença que sua orientadora na época deveria ter tido nela. Essa ausência acabou por ter graves consequências na construção do trabalho, impactando negativamente na pesquisa, na avaliação inócua que a banca fez e da interação que ele precisou firmar com a orientadora quando esta retorna do pós-doutorado. Milanez relata que: *“E aí, quando ela voltou, passou um ano fora, eu já tinha feito todos os créditos, daí ela chegou e... ah, eu tinha apresentado a minha proposta, porque lá era um esquema diferente, não deixava de ser uma banca, mas ela nunca esteve presente, porque estava viajando. Eu apresentei a minha proposta, discuti a minha proposta com professores e os caras não entendiam nada. Aí eu fui em um*

simpósio de matemática ecológica e tal, os caras da USP queriam me levar pra lá, que eram umas ideias interessantes, aí eu digo 'Não, mas eu não saio daqui' e voltei".

O desentendimento com a orientadora acaba por escalar na proporção que ela sugere que Francisco mude o seu tema de pesquisa, que também o interessava intrinsecamente ainda mais depois de um ano de pesquisa e da apresentação do projeto. Nesse momento, as disposições de Mila para a reflexão, o questionamento e o embate político se objetivam e ele se nega a mudar de tema. Por conta da construção social objetiva do campo científico, não o sobram tantas alternativas a não ser abandonar o mestrado, decisão que ele lamenta com considerável pesar: *"No segundo ano é que eu brigo com ela. Aí, eu chego depois desse troço todo, ela chegou, passou um tempo e disse 'Ah, tu tem que mudar esse teu tema de pesquisa ou então eu vou te botar à disposição' eu virei as costas e fui embora! E nunca mais! [bate na mesa]. Dez anos depois, ela em público me pediu desculpas, uma perda... não sei que, tu tinha razão... não adiantou nada, né? Eu estava sem mestrado".*

Dez anos depois, quando a orientadora em questão já havia se desculpado publicamente pelo que havia acontecido na Ecologia, Milanez resolve tentar a seleção mais uma vez e é aprovado, porém a desorganização do programa o obrigaria a ter que refazer todos os créditos que já havia cursado na primeira oportunidade. Por não tolerar a possibilidade de ter, em termos práticos, ter que fazer todo o curso novamente, Francisco resolve por abandonar o mestrado mais uma vez e o faz da mesma forma assertiva que havia agido anteriormente. Sobre essa segunda experiência, ele narra que: *"Dez anos depois, quando ela me pediu desculpas, eu, burramente, fui fazer seleção. Aí foi ridículo! Pra tu ter uma ideia, na entrevista da seleção, eu fiz prova escrita... e os caras 'O que tu queres? Tu é membro do Conselho Nacional, o que tu quer aqui no mestrado em Ecologia?'. Aí, tá, entrei, passei e os caras queriam que eu fizesse as disciplinas tudo de novo! Eu fui aluno com excelente participação nas aulas, os caras não tinham o registro desse troço, a maior esculhambação! Queriam que eu fizesse as disciplinas de novo! Aí eu mandei longe de novo! [bate na mesa]"*.

As repercussões de ter saído do mestrado em Ecologia dessa forma reverberam até o início dos anos 2000 quando Milanez também não conclui um mestrado em Educação. É importante ressaltar que a mudança de área do conhecimento fez possível estudar seus temas de interesses por meio de prismas teóricos melhor alinhados com seu habitus. É possível também afirmar que a constituição objetiva do campo da Educação favorecia as disposições, competências e apetências de Milanez, logo, os resultados auferidos neste campo deveriam ter sido mais positivos. Entretanto, o que ocorreu no mestrado foi um

problema pertinente a perda do prazo de entrega do seu projeto final e com um desafeto que um coordenador tinha por ele. Sobre esse conjunto de problemas que o levam a não terminar esse mestrado, ele explica que: *“Eu entrei na FACED, no mestrado em Educação, isso foi em 2000 e alguma coisa, quando eu pesquisei o tema de Felicidade, que aí eu não sei se te contei, acho que te contei, eu estava com o troço pronto e me tiraram porque eu perdi a data... um cara, especificamente...”*.

Nessa perspectiva, fica claro que na dinâmica constituinte dos campos não são apenas as pressões externas, mas as lutas internas entre os agentes que geram determinados resultados uns para os outros. Contudo, os que estão em posições dominadas nas hierarquias lastreadas pela posse dos capitais mais legítimos àquele campo acabam por ter que submeter (ou não), e sofrer mais assertivamente as possibilidades negativas do campo. Essa mesma dinâmica se objetiva nas organizações que compõem os campos, ou seja, também estão nos programas de pós-graduação (BOURDIEU, 2004a, 2004b, 2011). Em termos analíticos bourdieusianos, seriam as discrepâncias entre o habitus e os capitais que Milanez podia mobilizar e a constituição objetiva do campo científico que engendraram práticas menos legítimas e essas, por sua vez, culminaram na não-conclusão dos mestrados na Ecologia e na Educação.

A conclusão do primeiro mestrado se dá apenas na segunda década dos anos 2000, quando Milanez entra no programa de pós-graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Alguns elementos foram seminais para que essa conclusão se efetivasse, além da constituição diferenciada das relações sociais que constituem o campo em questão, surge a participação de uma orientadora que se alinhava com seus temas de interesse e propostas de trabalho, mesmo não as entendendo bem. Pesa também o amadurecimento do próprio Francisco na proporção que ele consegue observar o reconhecimento que obtém no novo programa. Essa configuração de cumplicidade ontológica entre disposições e quadros contextuais resulta no término do seu primeiro mestrado, o qual ele reporta como um evento de suma importância na sua trajetória. A narrativa de Mila vai na seguinte linha: *“Foi um torço mágico, tchê! Eu meio que, resolvi assim, meio que de última hora, fiz um projeto não grande coisa, mas tudo foi bom. As pessoas me respeitaram, me valorizaram, uma coisa que eu nunca tinha visto, assim... não que a minha orientadora lá da FACED não me respeitasse também, mesmo entrando com um tema que eles achavam, muita gente achava que não era pra FACED, Felicidade. O que eu vivi no PPGQVS, na Educação em Ciências, foi muito dez e eu retribuí?”*.

Tomando como base um dos argumentos de Lahire (1997), a saber, que por conta de nossas trajetórias sociais no sistema formal de ensino, passamos a nos socializar com professores que se tornam referência por habilitarem a atualização e o reforço de disposições que nos permitem, por seu turno, sermos melhor sucedidos do que seríamos sob outras circunstâncias.

Isso ocorre também nesse caso da conclusão desse primeiro mestrado, dado que Milanez atribuiu um papel central a sua orientadora ao incentivo e ímpeto que teve para terminar todo o processo. Ele a enquadra nas suas categorias de juízo como alguém que estava no perfil ideal de professora, uma pessoa capaz de incentivar a forma mais legítima de aprendizado. E isso aconteceu porque apesar de não compreender a proposta de trabalho de Milanez na sua amplitude, ela o motivou a trabalhar com aquilo em que ele realmente acreditava. Ele descreve essa experiência com a orientadora em questão do seguinte modo: “É que se tu me falar do teu doutorado, eu não vou entender ele, porque eu não estou imerso no troço, mas eu posso gostar, posso adorar, posso respeitar. Ou posso achar ruim, sei lá, dizer que... entendeu? *E as pessoas que não compreendem alguma coisa, às vezes não valorizam, né? Então, o que eu acho ali é que, nitidamente, essa minha orientadora não entendia, mas acreditava, entendeu? Isso eu acho que é ser professor. Professor não precisa saber nada, ele precisa ajudar o outro, estimular o outro e criar um ambiente propício para que o outro saiba*”.

5.8. Atravessando ruas em busca de diálogo

Quando conclui a graduação em Arquitetura, Milanez resolve em 1985 abrir um escritório com outros dois amigos e passa a exercer a função junto com eles de maneira autônoma. Ele agrega essa atividade as outras de sua vida e seu mundo do trabalho se expande mais uma vez. Conforme ensina Durkheim, a divisão do trabalho social (1999) se dá de maneira também geracional, isto é, a medida que envelhecemos incorporamos um novo rol de atribuições àquelas que já possuíamos e podemos, no decorrer desse processo, agregarmos novas socializações e abandonar outras. Essas socializações são seminais para a incorporação, por sua vez, de novas disposições que se sedimentam no patrimônio que constitui o habitus. Além disso, os quadros contextuais são dinâmicos e mudam de acordo com o desenvolvimento da vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, na proporção que a vida de Milanez como pai, militante, biólogo, arquiteto, empresário e, no futuro, político vai se alterando, sua cumplicidade ontológica com os diversos espaços sociais também.

Entretanto, suas disposições sustentáveis se objetivam quando se observa que ele nunca abandona de absoluto não apenas suas práticas relativas, por exemplo, a militância na preservação do ambiente natural, mas também quando soma nas atividades possíveis que poderia desempenhar no seu escritório de Arquitetura outras que pudessem estar em consonância com a Sustentabilidade. Faz-se pertinente ressaltar que como Mila tinha uma apetência por trabalhos assistemáticos, ele passa a se sentir menos satisfeito quando percebe que estava se dedicando demais ao trabalho no escritório, estando “enclausurado” dentro daquele lugar unicamente. Ele permanece com o escritório até 1992 quando o dissolve para concorrer a prefeitura de Canoas, todavia, o escritório tinha filiais no Rio de Janeiro e em São Paulo, mostrando que Francisco havia conquistado um razoável grau de sucesso nessa atividade.

Milanez justifica sua transição esse momento das seguintes formas: “*Depois de alguns anos de escritório, eu dissolvi meu escritório porque eu me dei conta de que eu trabalhava pro escritório. Foi basicamente... [fazendo os cálculos do tempo] 1992... isso eu sei porque a ruptura, na verdade, foi a minha campanha. Quando eu entrei eu já parei pra... Não, fiquei atendendo ainda... Mas quando eu... Acabou a campanha em 1993 e nós tratamos de diluir a empresa, que é toda uma burocracia, né? A essa altura eu tinha escritório em São Paulo, no Rio, em Araraquara, então, foi complicado. *Aí a gente criou a Quorum Rio e São Paulo, Araraquara, e a gente estava fazendo uma internacional, mas aí eu me dei conta o seguinte, cara, que... na verdade, o meu escritório me sugava. Porque o que aconteceu quando eu parei... eu fiquei totalmente autônomo! E eu sempre gastei 70% do meu tempo com trabalho voluntário, esse foi o problema, que eu sempre vivi na vida... eu estava com tudo pra ganhar dinheiro, mas não... E aí, o que aconteceu, eu me dei conta o seguinte, quando eu... foi nesse ano que eu virei Presidente da Agapan, pela primeira vez*”.*

Embora sempre estivesse envolvido com política de diversas formas desde a adolescência, é em 1992 que Milanez se candidata a prefeito da cidade Canoas. Essa indicação vem de uma construção que se deu anteriormente por meio de uma aproximação com os Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre, que Milanez chegou a presidir no período anterior a sua candidatura a prefeitura. Em certa medida, foi por lá que ele articulou os recursos simbólicos necessários para ser, posteriormente, conhecido por determinadas figuras detentoras de capital simbólico no Partido dos Trabalhadores e que, por sua vez, incentivaram-no a concorrer. Contudo, é interessante trazer a luz que sua trajetória política anterior, isto é, sua atuação na universidade não convergia com a política

partidária mais tradicional. Sobre esse início do seu envolvimento com a política partidária, Milanez descreve da seguinte maneira: “[*Envolvimento com política*] *Partidário, sim! Porque eu sempre... eu estava na faculdade quando criaram o PT, mas eu nunca, partido eu não gostava! Eu era do movimento anarquista. Em 1989 ou 1990 eu fui eleito [para a Associação dos Jovens Empresários]*”.

Analisando sua trajetória, não é de surpreender que ele se encaminhe para um partido situado no espectro ideológico da esquerda. Contudo, antes de tratar especificamente desta questão é relevante enfatizar que mesmo nos Jovens Empresários Milanez objetiva suas disposições sustentáveis ao não aceitar se alinhar com práticas orientadas unicamente ao lucro econômico. Sua intenção era fazer uma gestão que desde o início, ou seja, desde a campanha fosse pautada pela responsabilidade com a sociedade e com a preservação do ambiente natural. Sua pauta socioambiental foi frontalmente questionada, porém ele responde assertivamente a esses questionamentos, tentando mostrar que era perfeitamente possível alcançar um determinado equilíbrio entre o lucro econômico, a responsabilidade com a sociedade e a respeito ao ambiente natural. E que seria possível, assim, melhorar a imagem do empresariado e auferir para essa classe bons resultados materiais e simbólicos.

Milanez explica como conciliou as aparentes contradições diante de seus pares e respondeu aos questionamentos que recebeu da seguinte maneira: “*Como é que ambientalista vai defender empresário, quem vai interceder?*” eu digo ‘*Pode ficar bem claro, em primeiro lugar, eu vou defender meio ambiente [risos] e em último eu vou defender os empresários. Se vocês querem um cara pra defender, chorar e defender interesses aí das coisas que todo mundo faz, não me escolham! Se vocês querem um cara pra provar que empreendedorismo pode ser uma coisa legal e boa pra sociedade, aí nós temos que fazer isso ser verdade*’”. Fica patente que Milanez permanece alinhado prioritariamente com a Sustentabilidade, tanto é que não temeu em se denominar de “ambientalista”, todavia, ele mobiliza os capitais culturais reconhecidamente legítimos no meio empresarial para fundamentar uma posição que se alinhava com o equilíbrio entre esses pilares fundamentais.

A participação de Milanez nos Jovens Empresários acontece de 1989 a 1992, quando ele sai dessa Associação para concorrer à prefeitura de Canoas. O ativismo na Associação e ter assumido a presidência dela fez com que ele ganhasse projeção no cenário político local e sua posição progressista chamou atenção de importantes lideranças do Partido dos Trabalhadores. Sobre essa aproximação que culminou na sua candidatura à

prefeitura de Canoas, Milanez a descreve assim: “*Aí, o Tarso que era muito desconfiado comigo, começou a ficar meu amigo, assim... porque eu apoiava todos dos troços da prefeitura e tal. E ele tinha um negócio contra empresários, mas ‘Pô, Milanez, tu não gostaria de tomar um traguinho lá em casa!’ eu digo ‘Vamos!’ e aí fomos lá, e ele descobriu que eu sabia outras coisas [riso contido] e aí no final ele disse assim ‘Tu é uma pessoa de carreira política! [...]’*” *Aí ele ficou assim e eu ‘Porque eu não quero ser vereador, tchê, eu quero ser executivo, não legislativo e eu gostaria de ser em Canoas’ e ele disse ‘Por que, tu é de lá?’ eu digo ‘Não, meu pai era de lá’ e ele disse ‘Ah, e tem muita gente conhecida lá?’ e eu ‘Não, só alguns conhecidos da família, ninguém me conhece em Canoas’ e ele ‘Pô, mas como é que tu?’ e eu ‘Não sei, mas é um lugar...’ aí ele disse ‘Bom, o que eu posso fazer é te apresentar para os vereadores’.* [E Milanez responde:] “*Tá, estou à disposição*””.

É importante notar também que Milanez explicita que queria seguir carreira política em Canoas, porque lá era o município de origem de seu pai. E seu Fioravante havia sido uma pessoa reconhecida localmente, tendo ocupado o cargo de vereador. Fica implícita aí a possibilidade mobilização de capitais sociais associados à posição do pai, mas, além disso, seguir carreira política na capital esbarraria no fato de Milanez não ser tão conhecido pela população e não ter tanto capital simbólico dentro do Partido dos Trabalhadores que o habilitassem concorrer por lá. Ademais, ressoa também a influência das primeiras socializações na trajetória de Milanez, uma vez que a figura do pai reemerge como influência na sua carreira político-partidária em alguma medida.

A mobilização de capitais sociais foi essencial para o engendramento da carreira político-partidária de Milanez tanto no âmbito da campanha para prefeito que disputou quando para as vivências políticas que teve antes dela. Além disso, esse conjunto de capitais que se articula com o habitus, como já foi dito anteriormente nesta análise, não se articula de forma mecânica ou ignorando as condições objetivas, sociais e históricas na qual ele ocorre. O quadro contextual e o campo no qual um determinado engendramento aconteceu devem ser considerados em qualquer investigação de trajetória biográfica, pois é nesse enquadramento relacional que as práticas se dão. Francisco demonstra isso quando mostra reconhecer que sua entrada na vida político-partidária foi ajudada pela projeção que tinha na Associação dos Jovens Empresários. Isso se constata quando ele diz que: “*É... na verdade, recuperando, assim... olhando hoje, com certo afastamento histórico, eu vejo que, na época, a gente via que tinha muito espaço, nos abriu muito espaço para os jovens empresários, nunca teve tanto, a gente estava... a nossa de notícias semanal, que eles nos*

davam de aparições, era um caderno. A gente saía duas vezes por semana em cada jornal, um troço impressionante!”.

Seja na Agapan, nos Jovens Empresários ou no Partido dos Trabalhadores, foi necessário que Milanez ativasse e atualizasse uma disposição muito cara a ele que era a de integrar discursos de diferentes espectros ideológicos. Escrutinando sua trajetória, ele atribuiu essa disposição e competência para tal integração na socialização familiar, pois a convivência com seus pais e irmãos, que eram essencialmente conservadores, fez com que ele aprendesse a engendrar as práticas necessárias para conciliar as contradições que eventualmente emergiam em casa. Que pese a importância dessa primeira socialização, ela se prolonga e irradia para outros âmbitos e acaba por reverberar em toda sua trajetória.

Esse argumento teórico sobre a vida de Francisco é também empírico, uma vez que mesmo com os Jovens Empresários ele conseguia ver que a articulação a partir da pluralidade seria mais efetiva que o sectarismo. Pensando nas práticas discursivas e no seu poder de moldar os resultados que obtemos nas nossas vidas sociais, Milanez sustenta que: *“Eu acredito que as pessoas concordam, o que é surpreendente! Porque são tidas sempre como pessoas só autocentradas, né? Mas, às vezes, não é bem assim. Às vezes falta diálogo, né?”*.

5.9. Decisões difíceis, recompensas maravilhosas

Nesse momento da trajetória se faz imperativo escrutinar a campanha para prefeito de Canoas, pois foi um evento nevrálgico na vida de Mila, pois acabou por reverberar em outras instâncias da sua vida e sobre outras pessoas que conviviam direta ou indiretamente com ele. Dessa forma, na proporção que o convite para se lançar candidato pelo PT emergiu, Milanez foi colocando uma agenda pessoal específica que vinha sendo construída no decorrer de sua vida. Seus posicionamentos desde o início levaram em consideração suas posições pessoais, mas também uma análise ponderada e objetiva sobre como construiria seu percurso no momento que decidiu que entraria na disputa partidária. Isso se demonstra quando ele objetiva para uma liderança central do Partido dos Trabalhadores que: *“Meu negócio é executivo. Em Canoas’ aí começou o troço, aí ele disse ‘Olha, tchê... sabe que o PT não convida e tal, mas eu poderia te apresentar algumas pessoas, pelo menos, conheço uns vereadores lá, marcar uma reunião com eles’ eu digo ‘Eu topo!’”*.

Segundo Milanez, os engendramentos que permitiram o lançamento de sua candidatura ocorreram fora dos padrões corriqueiros de dentro do partido. É possível teorizar que isso tenha se dado graças a mobilização de capital social acumulado no

desenrolar de sua participação nos Jovens Empresários, porém não apenas ali. Há também um engendramento constante do seu patrimônio disposicional com aquilo que se estabeleceu nos mais diversos espaços de socialização, todavia, esse aparato se ativa mais ou menos em determinados contextos do que em outros. Por exemplo, esse acúmulo de capital social que acontece em um momento específico da trajetória social dele se objetiva em uma descrição como essa: *“Então, foi um processo muito rápido e, inclusive, todo atípico! E, marcantemente, pelo seguinte. Ninguém no PT chegava e concorria direto, tinha que ter história, eu não tinha nenhuma. Foi muito engraçado isso! E, segundo consta... até saiu no O Globo, saiu no Estadão, saiu em vários lugares, que eu fui o primeiro cara que concorreu ao executivo, empresário, pelo PT. Empresário... não, era líder empresarial [riso contido] empresário nunca ninguém tinha concorrido, tinham concorrido alguns pra legislativo, mas para o executivo, nunca tinha!”*.

Em larga medida, o fato de ser empresário rompe com a lógica particular da dinâmica do partido em questão, não se desvencilha como um todo das construções históricas objetivas da política brasileira, pois alguém com a pecha de empresário ocuparia uma posição de visibilidade que, apesar de contrastar com o mote ideológico do partido, não foge do contexto social e histórico brasileiro. Os grupos empresários conseguem atrair votos de certo setor da população o qual um partido progressista de esquerda poderia não conseguir alcançar. Sendo assim, essa aparente contradição entre alinhamento ideológico e escolha de candidato é compreensível quando colocada sob o prisma da análise das condições sociais de possibilidade que a história do Brasil (e seu cenário político) oferecem de maneira estruturada e estruturante a todos que estão inseridos nela.

Entretanto, tão importante quanto a constatação acima é a capacidade reflexiva que Milanez possui de reconhecer o momento no qual o início da sua campanha para assumir a candidatura para prefeito também se dá. Ele reconhece perfeitamente que ela se desenvolve a partir de determinadas condições anteriores a ele e, sobre algumas delas, ele poderia não ter (e de fato não teria) controle. Apesar das disposições necessárias para articular os movimentos e processos relativos a conseguir ser escolhido candidato, foi preciso atentar e trabalhar com as condições que poderiam favorecê-lo e garantir sua nomeação em detrimento dessas mesmas condições objetivas que antecederam sua chegada. Essa consciência reflexiva sobre essas questões fica patente quando ele sinaliza que: *“Então foi, de alguma forma, uma quebra de paradigmas, né? E muito mais maluco se tu pensar que eu fui eleito, venci a convenção, contra o presidente do sindicato dos metalúrgicos, com voto dos sindicalistas metalúrgicos, que eram os que dominavam o PT*

de Canoas, né? Só tinha metalúrgico! Então, o cara mandando na convenção, o cara incitou a dar em mim, né, nem não votar, não tinha nem que me ouvir, tinha que bater em mim!?”.

Uma vez que os espaços sociais e os atores que os compõem estão imanentemente interligados, os movimentos e processos que se dão no primeiro ressonam no segundo de forma recursiva. Dito de outra forma, esses dois elementos se sobrepõem um sobre o outro, sendo constituintes e constitutivos de si próprios (BOURDIEU, 2007; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Sendo assim, da mesma forma que a interação em um espaço pode levar o ator a fortalecer vínculos em um determinado quadro contextual, também pode levar, em igual medida, a enfraquecer (ou mesmo desfazer) vínculos em outros. Tal processo se dá na trajetória de Mila com seus sócios no escritório de Arquitetura, embora os vínculos não tenham sido desfeitos, as reflexões que o levaram a resolução de se candidatar fizeram com que resolvesse acelerar um processo de desligamento que ele já idealizava.

Alinhado com o exposto, Mila explicita que não rompeu a amizade que tinha com seus sócios, porém ele mesmo percebeu não sentia que o trabalho no escritório era engrandecedor para ele, pois consumia seu tempo e disponibilidade de uma maneira desajustada das suas disposições, logo, não havia também apetência por sua parte de dar prosseguimento ao tipo de trabalho que realizava ali. Apesar de estar, em alguma proporção, orientado pelos princípios da Sustentabilidade e dos norteadores morais que guiavam as outras instâncias da sua vida em sociedade, a maneira de operacionalização do escritório de Arquitetura não o locupletavam mais. São esses aspectos que Milanez enfatiza quando relata que: *“E eu estava acabado mesmo, no meio empresarial. E eu não imaginava o quanto no meu próprio escritório, né? Porque... Não meus sócios! Que sempre me respeitaram e tal! Mas acabou a sociedade, diga-se de passagem... mas acabou porque o meu lado acabou, eu não tive mais saco e quis fazer autônomo depois. Mas não por causa deles, não houve nenhuma ruptura com meus sócios, mas com os caras que eu trabalhava, que eram prefeitos, a maioria, esses... tinha cara que me devia um ano e não pagou nunca!”.*

Outro ponto peremptório a ser ressaltado é que Francisco agrega a pauta relativa à preservação do ambiente natural também na agenda que estava tentando construir para sua campanha. Reflexivamente, Mila se apropria de propostas bem sucedidas e nas quais ele acreditava que eram pautadas pelo partido e as expande com elementos das suas disposições sustentáveis, isto é, ele agrega a preocupação com o ambiente natural, o planejamento ambiental necessário para se pensar a cidade sustentavelmente e, por

consequente, consegue dar corpo a uma proposta que tinha o seu perfil, mas, simultaneamente, elementos da sua trajetória e da organização partidária da qual fazia (e faz) parte.

Suas propostas orbitavam aquilo a pautas com as quais ele era conhecido e reconhecido nos meios em que transitava. Esses aspectos emergem quando ele conta sua sobre sua plataforma de candidatura: *“O que eu mais investi, era o que eu já tinha feito em prefeituras. E, na verdade, fui amadurecer mais depois mesmo, tinha feito alguns e fui fazer depois da derrota, continuei trabalhando e acabei fazendo, que era o Planejamento Participativo. Que era o que eu mais acreditava! Porque eu já trabalhava com planejamento ambiental e, na época, quando eu acompanhei, porque a gente... a Agapan foi delegada logo no início, OP [Orçamento Participativo] e tudo... no desenvolvimento do processo, eu digo... bah... isso é muito legal, é uma democratização do investimento, mas isso não é nada. E aí, eu juntei o que eu fazia de planejamento ambiental, que já tinha tido até quando eu fiz a pós-graduação na Amazônia”*.

Milanez comenta que construiu uma boa plataforma de campanha e conseguiu angariar inúmeros apoios, porém, por conta da constituição estrutural das campanhas eleitorais faltavam a ele não apenas os recursos econômicos, mas um certo grau de capital social que pudesse ser convertido em votos. Quando analisamos esse movimento sob a perspectiva da conversão dos capitais (BOURDIEU, 2007), fica claro que a resultado da eleição poderia ter sido diferente caso ele tivesse acesso aos capitais econômicos para alavancar sua campanha, algo que ele reflexivamente reconhece. Para compensar a falta desse capital econômico, Francisco tentou ir fomentando capital social, porém o tempo exíguo, as práticas políticas arraigadas no imaginário da população e a supracitada estrutura da política partidária não o permitiram colher os frutos dos esforços. Ademais, é preciso enfatizar o peso que a falta do capital econômico exerceu nesse processo.

Esses fatores relativos a mobilização da análise objetiva (e reflexiva) que Milanez faz da situação e a mobilização dos capitais acessíveis (e pertinentes) se mostram nas seguintes passagens: *“Mas teve 16 debates! Eu fui em todos os 16! Eu fui o único que foi em todos! [...] A nossa campanha foi R\$ 15.000,00, toda! Tudo dinheiro de pessoas e dos vereadores. Os caras fizeram campanha de R\$ 500 mil. Eu me lembro que eu chegava em todos os botecos, tchê! Mas todos! [...] Eu ia e a primeira coisa ‘Bah, prefeito, vai pagar um traguinho!’ eu digo ‘Não, isso vocês pedem para os ladrões... vocês vão pagar’ ‘Bah, mas nós não temos dinheiro!’ ‘Junta aí, vocês são vários, paguem uma cerveja pra mim que eu tomo!’ e os caras pagavam e eu deitava o pau, digo ‘Olha, quem paga cerveja pra*

vocês, vai tirar de vocês depois. Então é melhor vocês pagarem, que talvez vocês vão ganhar comigo depois...’ e bah, direto, era sempre assim. Só que são 300 mil pessoas, muita gente! Isso que eu descobri, que eu não tinha noção, né? Mas foi legal, foi uma grande quebra, o PT deixou de ser uma coisa dos metalúrgicos e passou a ser uma que entrou na sociedade, que isso eu consegui entrar.”

Além do exposto, outra objetivação a ser pontuada na trajetória da campanha de Milanez foi como ele articulou sua pauta ambiental no seu discurso para os agrupamentos sociais para quem falava. Ele enfatiza que a agenda ambiental emergia em todos os momentos, pois sua principal característica identitária era a de ser um ambientalista, embora as outras facetas das pluralidades dele enquanto indivíduo também emergissem e era por isso que ele sustentava, na época da campanha para prefeito de Canoas, que: *“Primeiro lugar, eu sou ambientalista; segundo, eu sou socialista e terceiro, eu sou empresário”*.

Sendo, conforme ele próprio afirma, essencialmente um ambientalista se denota que Milanez ativa e atualiza suas disposições orientadas à sustentabilidade e, em especial, aquelas práticas que estivessem alinhadas com a preservação do ambiente natural. Essa construção também se irradia para sua campanha para prefeito quando ele deixa explícito que *“Tudo o que eu falava, né? Eu falava em coisas... ‘Nós vamos fazer produção orgânica...’ . Na época nem estava legislado, que eu participei da legislação e foi nos anos 1990, logo depois disso”*.

É pertinente trazer a luz que nessa mesma linha argumentativa Milanez engendrava pautas que traziam a sustentabilidade no seu bojo, pensando a cidade de forma equilibrada e integrada; uma visão complexa e holística que permitiria que a cidade se desenvolvesse na esfera econômica, de maneira socialmente responsável e respeitando os limites ao desenvolvimento impostos pela preservação do ambiente natural. O discurso político de Milanez convidava à reflexão sobre questões, trazendo sugestões pragmáticas e sustentáveis para os problemas da cidade: *“Mas eu digo, tudo era, tipo... ‘Nós vamos reformar a cidade, nós vamos transformar isso aqui em uma cidade alegre, com flor, com planta, com passarinho...’ até o comércio no centro, eu digo ‘Nós vamos fazer um lugar que as pessoas vão implorar pra vir’ e tal... calçada tem barulho de carro, beleza ‘Então vamos botar mais passarinho, tchê! E não laje!’”*.

É pertinente trazer a luz que, apesar de perder a eleição, o fim da campanha inaugura um novo período na biografia de Milanez. Período esse que o possibilitou se engajar em atividades ainda mais alinhadas com suas disposições sustentáveis. A campanha consumiu

muitos recursos materiais e simbólicos, mas o seu fim também marca um novo momento. Embora Milanez enfrentasse problemas financeiros e precisasse se readequar a uma nova lógica de trabalho, esse exercício foi seminal para que ele pudesse se engajar em uma nova forma de perceber o mundo do trabalho que era, de fato, mais alinhada com seus valores. Ele relata que: *“E aí, quando acabou a campanha, eu digo ‘Nova vida!’ . Isso foi muito legal, porque eu me ferrei! Eu estava zerado, eu, estava só os troços dos outros e eu digo ‘Não quero mais escritório!’ porque aí também foi a época que surgiu o celular, laptop eu já tinha e eu digo ‘Cara, não preciso pagar um monte por mês, deixar de viver minimamente’ e outra, eu já fazia bastante trabalho voluntário, sempre estava em ONG, né?”*.

Apesar de sua trajetória denotar em vários momentos o inverso, Francisco sustenta que grande parte da sua vida até o fim da campanha era composta por atividade que não seriam paixões suas. Em outras palavras, não havia apetência em muitas de suas práticas. Não é possível precisar a repercussão que isso eventualmente tinha na sua vida a época, mas ele se mobilizou de maneira a conseguir aproveitar a oportunidade que se delineava, isto é, de reconstruir sua vida profissional a partir daquilo que realmente tinha apetência por fazer. Mais relevante ainda é sublinhar que esse novo momento na sua trajetória profissional é norteado exatamente pela educação ambiental, modalidade que Milanez tinha também uma concepção bem idiossincrática como deveria ser operada.

Primeiro, sobre essa transição, Mila afirma que *“70% do meu trabalho eu fazia coisas que não eram a minha paixão, mas era pra ganhar a vida, que era o que as prefeituras queriam e tal, e eu me reservava, sei lá, 30% pra não ganhar nenhum dinheiro. [...] Era 30% sonho, de coisas que nem existiam, porque a educação ambiental estava começando, fazer lixinho e tal, que eu nunca fiz. E eu, bah! Achava que educação ambiental era uma revolução na vida dos professores, que tinha que estar em todas as disciplinas, em todas as áreas e tal.”*

Milanez reconfigura sua vida, mobilizando capitais culturais que havia acumulado no decorrer de sua trajetória, considerando a dinâmica do campo no qual estava inserido, mas também elencando suas competências para atuar assertivamente com a educação ambiental. Em um período razoavelmente curto, ele passa a viver apenas da educação ambiental. Embora no início ele fizesse estudos de impacto ambiental para garantir seu sustento e de sua família, em aproximadamente seis meses ele pôde se dedicar primordialmente àquilo que efetivamente alinhava suas disposições, com suas apetências

e competências. Dito de outra forma, foi um momento de cumplicidade ontológica, tomando as perspectivas teóricas sobre as quais esta tese se sustenta.

É nesse sentido que chama a atenção quando Milanez narra que: *“os caras me ligavam ‘Tem uma barbadinha aqui, em um mês, dois meses, tu vai botar a mão na grana’ eu digo ‘Não, não faço mais isso’ ‘Como? Tu tá lotado?’ eu digo ‘Não, não tenho nenhum trabalho, mas não faço mais isso’ ‘Mas tu tá louco! O que tu tá fazendo, então? Me ensina a receita!’ eu digo ‘Nada. Eu só faço educação ambiental. Tem alguma coisa que tu quer passar pra mim?’ ‘Não’ ‘Então tá!’ ‘Bah, tu pirou!’ ‘Não, eu te dou, recomendo o cara, tu faz com tal cara, eu não faço mais’.* Não foi seis meses, depois eu estava vivendo só de educação ambiental. Isso que é o troço que é interessante! É muito interessante! Porque eu nunca ia conseguir fazer isso”.

Em paralelo, mas ainda nesse mesmo período de sua trajetória, Francisco continua atuando da mesma maneira protagonista nas ONGs nas quais participava, porém tentava manter também uma atuação plural que o permitisse atuar naquelas com as quais já colaborava e participar de outras. Nessas organizações, ele mantinha uma posição alinhada com certos valores morais que não implicavam em uma postura utilitarista dos recursos que poderiam ser captados. Era um momento sensível para as ONGs, no qual para existir era seminal conseguir, por meio de projetos, recursos via editais. Esses recursos eram o que permitia que as ONGs engendassem e continuassem suas atividades. Entretanto, segundo Milanez, muitas organizações passaram a negligenciar a missão social para a qual haviam sido criadas e começaram a existir principalmente para conseguir esses recursos. E essa perspectiva meramente utilitarista do trabalho socialmente engajado o incomodava. É nesse sentido que ele enfatiza que: *“E eu fui um dos que defendi que não podia fazer projeto, porque as ONGs estavam todas indo pra fazer projeto, captar dinheiro, e aí, elas acabavam fazendo isso e não faziam a luta e a Agapan decidiu se manter na luta, sem dinheiro, do que com dinheiro e sem luta, entendeu? Foi uma opção que nós fizemos. Eu acho até hoje que foi bem correta”.*

5.10. O poder e as palavras

Dessa forma, segue-se a perspectiva que as trajetórias individuais estão imperativamente inscritas na História, pois nada ocorre fora dela. Sendo assim, com a vida de Milanez não é diferente e ele acaba por reconfigurar também sua militância na medida que o quadro contextual vai tendo sua dinâmica social e histórica reconfigurada. Os movimentos e os processos vão se transformando e ele próprio acaba mudando com essa

dinâmica. Por exemplo, com o avanço do debate sobre a entrada dos transgênicos, ele passa a se dedicar às discussões relativas e reformula sua luta de forma a confrontar o que vinha do *mainstream* com um debate centrado nos conhecimentos e práticas engendradas aqui no Sul global.

As lutas e forças que se estabelecem no metacampo do poder reverberam naquelas que se estabelecem nos outros espaços das relações sociais no sentido que dentro dos debates sobre a questão da transgenia, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto da academia, havia uma disputa pelos termos a ser apropriados e utilizados tal qual ocorreu com a questão da Agroecologia, por exemplo. Essas lutas refratavam, por seu turno, a dinâmica homóloga que se engendrava no campo geopolítico historicamente estruturado. Isso quer dizer que os conhecimentos sistematizados, mesmo aqueles que concerniam a luta ambiental, eram aportes do mundo desenvolvido e esse problema incomodava profundamente Milanez. É necessário remontar aqui que para ele a produção de teoria genuína é essencial para a ciência de um país, pois um país que não produz a própria ciência acaba por se tornar escravo de outros que a produzem.

Dessa forma, ele passa a fazer parte das disputas por termos que, embora não fossem tão recentes, se difundiam. Ele passa a brigar para que, por exemplo, o termo Desenvolvimento Sustentável fosse devidamente problematizado. Milanez sabia que a difusão do termo em si não seria aparentemente negativa, mas tinha ampla consciência da necessidade de problematizar essa difusão. Milanez deixa isso claro quando denota que: *“Pra mim era assim, nós estávamos em um momento que de um lado o discurso do Desenvolvimento Sustentável falso, né? [...] Porque nós estávamos vendo que o Desenvolvimento Sustentável vinha era para o status quo. Pra continuar tudo igual e botar esse nomezinho, né? Então, nós éramos contra o discurso”*.

Essa prática de Milanez se estendia também para problematizações sobre a Educação Ambiental que, conforme exposto anteriormente, não poderia adotar os mesmos padrões daquilo que vem sendo difundido, mas deveria ser visto de forma holística e transdisciplinar, ou seja, deveria transversalizar todas as disciplinas que compõem a grade curricular do sistema formal de ensino. Considerando que para engendrar esquemas mentais diferentes seriam necessárias socializações diferentes, seria importante que a proposta de Educação Ambiental sugerida por Milanez ocorresse em todos os espaços de socialização que o sistema formal de ensino oferecesse. Além disso, esse processo possibilitaria a transformação do próprio sistema dialeticamente e da sociedade, por conseguinte.

A disputa pelos termos e seus significados também fazem parte da dinâmica agonística dos campos, logo, era pertinente que Milanez mantivesse a postura combativa de sustentar o significado que a Educação Ambiental tinha na sua visão de mundo. Uma metodologia alinhada com seus valores e com suas disposições passa também por termos que estejam devidamente consoantes com esses mesmos valores. Isso fica ainda visível quando ele delinea o que ele vê como os problemas da maneira que muitos veem a Educação Ambiental e como ele a enxerga: *“Separar lixo, não sei o que lá... isso aí é obrigação de cidadão! não precisa educar, tu tem que obrigar! Nós estamos falando de outra coisa!”*. Os caras ‘Ah!’, ficou todo mundo ofendido, porque a Educação Ambiental, a maioria, continua assim! Fazer hortinha e não sei quê... aí tu diz ‘Ah, mas tu é contra?’ não! Eu sou totalmente a favor de horta! Mas fazer hortinha não leva a nada, o que tu vai extrair da experiência, aí tu pode até... só que essas pessoas tarefeiras não extraem nada! Entendeu? E ainda dizem que fazem educação ambiental, vão num congresso pra apresentar uma porcaria dessas! ‘Ai, nós separamos lixo em cinco latinhas...’, entendeu? ‘O que vocês fizeram pra não gerar lixo?’, nada! Sabe?”.

Esses mesmos princípios convergem para as lutas que termos como desenvolvimento, sustentabilidade ou até mesmo desenvolvimento sustentável passam a ter ao saírem da esfera fundamentalmente acadêmica e se condensarem a uma determinada modalidade de senso comum. Os termos se tornam opacos e seus significados originais passam a se refratar nos esquemas mentais de quem os utiliza, assim como se refratam os interesses dos grupos dominantes daquele campo no qual é empregado. Esses movimentos e processos ocorrem, segundo Milanez, tanto com a Educação Ambiental quanto com o termo Desenvolvimento Sustentável em proporções distintas. Ele explica esse fenômeno assim: *“Então, é uma briga hercúlea! Eu te diria que a da Educação Ambiental é mais difícil do que a do Desenvolvimento Sustentável! Porque a do Desenvolvimento Sustentável, muita gente já desconfia, né? [...] Entendeu? Se tudo é sustentável, economicamente sustentável, essas bobagens, a palavra sustentável não significa mais nada!”*.

Apesar de não ter elaborado teoricamente, de forma mais aprofundada, sobre essas questões, Milanez tem consciência da relevância na dinâmica de luta não apenas pela apropriação e utilização dos termos, mas também pelas posições políticas que se estabelecem nas organizações que compõem o próprio campo. Dito de outra maneira, seria preciso ter uma prática vigilante diante de determinadas organizações que emergiam com fins oportunistas, sustentadas e orientadas por interesses daqueles possuidores de uma

posição dominante no campo e que, por isso, teriam o poder maior de influência em diversas frentes das disputas.

Francisco cita uma experiência ilustra com exatidão essa dinâmica agonística que se estabelece tanto na esfera simbólica, conforme descrito anteriormente, quanto nesses espaços protagonizados por organizações, aqueles que interagem dentro e com elas, assim como com aqueles que as representam: *“Então, são lutas chatas que a gente faz, que parece não ter sentido, mas tem muito sentido. Senão o movimento hoje ia ser uma grande piada... tu sabe que a [grande multinacional ligada ao agronegócio] criou em Tupãciretã, tem um clube chamava antes [ONG financiada pela empresa], aí teve um processo judicial e agora eles são [ONG financiada pela empresa com novo nome], que é pago pela [grande multinacional ligada ao agronegócio]! Os caras era pró-transgênicos, imagina a confusão na cabeça, mas os [ONG financiada pela empresa]. E existe ainda, o cara é um picareta, eu já tive vários debates com ele na TV, é um bagaceiro de último grau, se precisar ele dá um tiro em ti, faz qualquer coisa. Então, isso tudo são detalhes que não aparecem no todo, entendeu? Mas são coisas que são vários momentos cruciais do movimento que podia ter degradingolado”*.

Uma outra questão, que se relaciona com um nível moral acerca da percepção do mundo social, é a relacionada às dinâmicas potencialmente corruptoras que se estabelecem em cenários institucionais específicos. Milanez transitou (e transita) durante sua trajetória, em especial na sua vida adulta, em quadros contextuais nos quais denúncias de crimes relacionados a corrupção não são raras, logo, uma pergunta que emergiu no nosso processo de entrevistas e conversas informais foi como ele lidou com determinados convites para fazer parte de esquemas ilícitos ou imorais. A resposta dele se enquadra na esfera da preservação de valores morais que estão ligados à sua socialização na infância, mas também da legalidade que é gradualmente inculcada, em maior ou menor grau, em todos aqueles devidamente socializados, especialmente nos quadros mais formalizados (em geral ligados ao Estado) dos processos de socialização.

Milanez não crê que a honestidade seja uma qualidade digna de mérito, pois seria um atributo imperativo na constituição de uma sociabilidade saudável. É possível interpretar também que tal honestidade é um valor moral que ele traz como herança da educação parental, tanto do pai quanto da mãe, uma vez que ele foi educado a reconhecer valor de verdade nas condutas tomadas coletivamente como honestas. Mila explicita bem isso quando sinaliza que: *“Então, eu quero dizer que não é mérito, eu acho que eu sou uma pessoa que, pelo meu jeito estúpido de ser, eu não dou muita abertura, entendeu? Então*

quando alguém me diz assim “Bah, como é que tu lida com um troço desse?” nunca me aconteceu, sabe? É que nem em aula, às vezes, assim... eu sou bonzinho e monstro ao mesmo tempo, né? [riso contido] mas é o meu jeito, sei lá, é o jeito que cola, entendeu?”.

5.11. Muitos caminhos, uma só busca - A vida reconectada e feliz numa nova sociedade com espaço para todos os seres

É necessário abordar a remontar a trajetória de Milanez enquanto militante da causa ambiental de forma a reconstruir e ressaltar suas disposições orientadas à Sustentabilidade. Esses aspectos da sua vida estão intrinsecamente conectados, sendo assim, não é possível abordar o primeiro sem o segundo. A análise centrar-se-á no papel da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) na sua biografia, mas embora ela tenha centralidade, não é exequível analisar o patrimônio disposicional de Milanez a partir apenas dela, pois como um ator plural (LAHIRE, 2008), Milanez transita em outros espaços organizacionais que agregam distintas socializações a sua trajetória. Tais socializações, como visto até agora, amalgamam pessoas, lugares, organizações, campos e quadros contextuais no sentido que é preciso expô-los na sua complexidade e heterogenia.

Nessa perspectiva, a Agapan enquanto organização surge com forte influência na vida de Milanez junto com a figura do ativista ambiental histórico José Lutzenberger, e é a conjunção das vivências que Mila teve com esses atores sociais que o fazem constatar que a entrada na Agapan foi um marco simbólico na sua militância. Apesar da influência central da socialização familiar nas trajetórias individuais, fica patente o impacto de outros indivíduos na vida social das pessoas, como é observado na trajetória de Milanez. Ele afirma sobre a importância da Agapan e de Lutzenberger que: *“Eu era, totalmente, meio ambiente, né? Até conhecer a Agapan. E tudo que eu possa ter feito antes, assim, coisinhas de defender animais, coisa assim, era mais um animalismo, né? Do que um ambientalismo, acho que eu te contei, no dia que eu o conheci, eu devo ao Lutzenberger ter me provocado a reflexão sobre lutar pelas pequenas coisas, eu nunca gostei muito do tarefismo, assim. Mas ele me fez compreender que não resolvia nada, mas era indispensável”.*

No que pesa o quadro contextual histórico na entrada de Francisco na Agapan, é preciso trazer à luz que foi a convergência desse quadro com seu patrimônio disposicional que impulsionaram sua adesão quase imediata à Agapan. Essa cumplicidade ontológica foi habilitada também pela maneira mais branda que a luta ambiental era abordada pela repressão do regime militar vigente à época. Os ambientalistas e suas manifestações não

eram vistos com o mesmo grau de subversão de outras pautas. Essa observação é relevante para análise, pois sinaliza que um conjunto disposicional pôde ser melhor ativado e reforçado desde que houvesse condições objetivas para isso ocorrer.

Em outras palavras, os indivíduos não vivem apartados das determinações do mundo social, logo, as disposições de Francisco para a Sustentabilidade puderam ganhar força na militância mediada na Agapan também por conta de um cenário social e histórico razoavelmente favorável. Um relato que ilustra esse argumento analítico surge quando Mila diz que: *“Com certeza, começou em 1971, no segundo semestre de 1971, quando eu conheci e, de imediato, aderi à Agapan. Na época se fazia alguma passeata de rua, era uma época horrível pra fazer passeata, mas as nossas escaparam, como eu disse, até 1975, as nossas eram bonitinhas e toleradas, a gente só veio entender isso melhor depois, né, mas eu, na época, eu estou falando do ativismo ambiental, específico, né? É quase indissociável”*.

Entretanto, apesar dos relatos do próprio Milanez conferirem centralidade a Agapan na sua militância ambiental mais propriamente dita, é preciso contextualizar que sua disposição ao engajamento político vem de antes e segue para além da Agapan. Na medida que ele adentra a vida universitária, passa também a transitar e participar em outros espaços de organização (e agitação) política que contribuíram para a ativação e reforço das suas disposições, competências e apetências ligadas não apenas a Sustentabilidade, mas também ao engajamento político em um sentido mais ampliado. Ele exemplifica isso falando que: *“Um ano antes de entrar na UFRGS eu já andava nas atividades do CEUE, que era o centro estudantil da Engenharia, alguma coisa no CAAR, que era o diretório acadêmico do Direito da UFRGS, e alguma coisa no DAFA, que era o diretório acadêmico da Arquitetura, que eram muito ativos na época”*.

Um aspecto de aproximação entre a forma organizativa da Agapan, dos movimentos estudantis que fazia parte e dele próprio, era a descentralização no sentido de que esses movimentos não estavam ancorados ou orbitavam em torno de autoridades centrais. Isso quer dizer que esses movimentos, tais como o próprio Milanez, tinham uma determinada liberdade que os dinamizava e, por conseguinte (no caso dos movimentos), capilaridade e adesão no estado do Rio Grande do Sul. Essa liberdade para a circulação de ideias fez com que a Agapan especialmente conseguisse se irradiar num período consideravelmente curto pelo resto do estado gaúcho. Esse sucesso em se prolongar pelo restante do estado é expressado por Milanez com a seguinte narrativa que, ao mesmo tempo, dá conta tanto do êxito da Associação quanto do esforço para criar outras entidades igualmente

independentes e protagonistas: “A Agapan, rapidamente, tomou o estado inteiro, começaram a abrir a Agapan em tudo quanto é cidade e nós, acho que foi, agora não lembro se foi 1974 ou 1976, mas nós fizemos uma reunião histórica e mandamos todo mundo catar coquinho. Que cada um falasse no seu nome e botasse, por isso que o Rio Grande do Sul virou essa panzeira, que é tudo as antigas Agapan”.

Segundo Milanez, isso ocorreria graças a uma inspiração anarquista velada na qual o reforço seria mais às identidades do que a hierarquização ou as estruturas mais rígidas de poder. É baseado nesses aspectos que Milanez enfatiza que: “Então, isso era um espírito que movimentou o nosso movimento desde o início, sempre teve uma base anarquista. Não era anarquista, mas tinha uma filosofia, não só aqui, em outros lugares do mundo também, teve muito americano de base anarquista. Libertário de uma forma voltada ao respeito às identidades e diferenças, né? E, sobretudo, a não hierarquização e uma certa descrença do poder, né?”.

Essa descentralização e deshierarquização representam fortemente o patrimônio disposicional de Milanez e se alinham com outros aspectos que ele nomeia como “generalista” também da sua formação acadêmica, por exemplo. Ele não aspirava por uma militância específica e especializada tal qual não queria o mesmo para sua formação acadêmica, sendo assim, a Agapan também serviu como plataforma para outros ativismos, pois ela própria não era uma entidade que levantava uma única bandeira.

Em outras palavras, por meio da Agapan, Francisco podia debater e participar de outras questões políticas circunscritas no movimento ambientalista. Mais especificamente sobre a Agapan, ele afirma que: “Então, é o que eu ia te dizer, a minha característica já clara, em 1975, quando eu entro na universidade, eu queria ser um generalista e as minhas lutas assim foram. E a Agapan, também em grande parte me ganhou, porque a Agapan é a única entidade que eu conheço, a única que eu conheço no Brasil que abraçou todo tipo de coisa!”. De certa maneira, isso está alinhado com o que vem sendo exposto também sobre a visão de mundo ecológica e holística de Milanez, na qual não é possível compartimentar os ativismos assim como os conhecimentos sobre o meio ambiente.

Além disso, outro aspecto para a permanência de Milanez na Agapan foi que suas competências e disposições orientadas ao pragmatismo sempre foram reconhecidas e tidas como elementos valiosos no trabalho realizado. A Associação tinha membros com diferentes habilidades que se conciliavam por intermédio dos ideais que orbitavam a luta pela preservação do ambiente natural nas suas mais distintas frentes. Esses elementos relativos ao reconhecimento das suas qualidades e, simultaneamente, de valorização das

diferenças que se estabeleciam entre os membros da Associação fica claro quando Milanez expõe determinadas diferenças entre Lutzenberger e ele. Nesse sentido, ele explica que: *“Eu sou um dos também representantes da Agapan que o pessoal gosta porque é prático, né? Porque eu posso não ter coisa inteligente pra dizer de todas as áreas, mas tenho coisas pra dizer em todas as áreas, porque me interessa, não é por nenhum mérito. O Lutz era sempre assim, mas ele tinha um acento sempre muito agrônomo, sobre cidade eu pouco via ele falar, mas ele falava e tinha ideias, só que ele tinha uma predominância de formação, embora ele lesse muita ciência, muita, em várias línguas, a visão dele, predominantemente, era técnica”*.

Retomando a importância das mudanças nas dinâmicas sociais e históricas objetivas nas organizações nas quais eles participam e nas vidas dos próprios indivíduos. No âmbito do que ocorria com a luta ambiental, ela se amplia após a redemocratização do Brasil na década de 80, pois uma série de marcos legais passam a existir ou ser melhor sistematizados. Instituições começaram a ser estruturadas de acordo com esses marcos legais, tal qual uma série de leis e normativas acessórias começaram a ser sistematizadas para habilitar a existência do estado democrático, que possui uma formatação bem mais complexa do que aquela de um regime ditatorial.

Além disso, outros avanços foram conquistados no que tangia às liberdades democráticas e esses avanços permitiram que uma série de movimentos e processos fossem engendrados, expandindo (e unindo) o horizonte dos ativismos ambientais. Francisco explica melhor essa dinâmica: *“A luta foi se transformando, até os anos 1980, a luta era muito errática, era jornal, era coisa, com a nova Constituição, se ampliou... Não que nós nunca tivéssemos entrado com ação, nós já tínhamos entrado com ações, mas se ampliou muito o lado judiciário, porque algumas coisas foram garantidas, né, os direitos...e também a ação civil pública, outras coisas que foram surgindo e se estruturando, né?”*.

Entretanto, é relevante remontar que as lutas ambientais embora tenham se fortalecido na década de 80, já vinham se articulando antes disso, e as narrativas de Milanez até aqui deixam isso claro. Em Porto Alegre, por exemplo, outras questões já haviam entrado em pauta e avançado anteriormente. Milanez expõe que: *“Nos anos 1970, na segunda metade, foram lutas interessantes, começou a coleta de lixo, nós conseguimos, acabou com a poda em Porto Alegre, e começamos a investir em áreas mais estranhas como Arquitetura Biológica”*.

A década de 80, o restabelecimento da democracia e seus marcos regulatórios deram, todavia, um animo diferente para aquilo que se articulava com as lutas progressistas.

Por exemplo, a constituição de 1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) que foi resultado de movimentos e processos bem anteriores a culminância que se objetivou com a constituição. Guardada as devidas idiossincrasias, o mesmo vale para as lutas ambientais, uma vez que várias delas começam a ganhar força ou visibilidade para o debate nos anos 80 com a abertura democrática. As condições objetivas gerais incentivaram o avanço de pautas progressistas que tinham sido cerceadas até então e, essas condições foram, por sua vez, seminiais tanto para que algumas questões progredissem quanto que outras pudessem ser abertamente discutidas. Milanez narra uma delas: *“Em 1982 foi inscrita dentro da Agapan, e apresentada a Lei dos Agrotóxicos do Rio Grande do Sul, que foi pioneira, de 1982 até 1989, que é a lei nacional, que é a nossa distorcida e empobrecida, a Federal... mas levou todos esses anos pra se criar uma lei brasileira de agrotóxicos, e o Rio Grande do Sul já tinha desde 1982, a lei de recursos hídricos é mais ou menos dessa época, a primeira lei”*.

Esse contexto em rápida transformação da década de 80 em diante conduz a um novo cenário para as ONGs que encampavam questões ambientais. Os recursos mediados pela participação de editais e escrita de projetos começaram a abundar e, assim, as ONGs passaram a se encontrar em uma espécie de dilema sobre que modelo de gestão e captação de recursos seguir, uma vez que estes seriam essenciais para a própria manutenção das organizações apesar de conduzi-las, potencialmente, a um menor grau de autonomia. Conforme posto anteriormente, em termos analíticos, não é possível dissociar disposições subjetivas individuais de qualquer ordem das suas condições objetivas de ativação e reforço, assim como não é exequível separar essas condições dos seus impactos sobre as entidades dentro das quais os indivíduos organizam suas ações.

É nessa linha de argumentação que podemos sustentar a narrativa de Milanez sobre os desafios que surgem para a gestão da Agapan, a partir da década de 80, mas que se intensificam nos anos 90, com a expansão dos financiamentos a projetos. É imperativo sinalizar como a Agapan e seus membros resolvem essa questão que é escrutinada por Francisco da seguinte maneira: *“Começou a surgir dinheiro pra meio ambiente, aí todo mundo queria fazer projeto, e na Agapan nós tivemos longas discussões sobre isso e eu fui um dos que defendeu e que, de certa forma, ganhou... Porque a Agapan não podia fazer projetos, se nós fizéssemos projetos, nós teríamos que começar a cuidar dos projetos e ia ter dinheiro. Nós nunca tivemos! Só que nós íamos dever favores e entre uma coisa que dá dinheiro, que é montar projeto, e é barbada e não faz muitas coisas... E ficar fazendo a luta, que ninguém quer fazer, é desagradável, nós tínhamos que ser de luta. Aí começaram*

a surgir e todas a ganhar muito e a Agapan continuou pobre. Só que a Agapan pode bater em quem quiser, porque não tem verba de ninguém. E isso foi um divisor de águas”.

Resgatando a heterogenia e pluralidade das socializações que Milanez estabelece em sua trajetória, conforme posto em outros momentos, seu ativismo não fica restrito a Agapan no âmbito organizativo. Ele passa a fundar e/ ou participar de outras organizações que engendraram a luta pela preservação do ambiente natural associada à preocupação com o bem-estar das pessoas e com a expansão das competências delas de melhorar suas condições de vida. É pertinente ressaltar que aí se interseccionam suas disposições sustentáveis com aquelas relativas ao cuidado com outrem. Na verdade, seria mais correto pôr que essas disposições não apenas se interseccionam, mas também seriam constitutivas e constituintes umas das outras. Além disso, a fundação e participação em outras entidades possibilitavam a Milanez aprender e interagir com outros modelos organizativos, permitiam também que ele conseguisse recursos para sustentar a si e a sua família e o proporcionavam a oportunidade de ampliar suas redes contatos. É lastreado nesses propósitos que é possível teorizar sobre a seguinte narrativa: *“E aí criamos, pode ver que isso foi em 1989, bem precocemente, a Fundação para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado, a EcoFund, que pra dizer algumas coisas que nós fizemos nesse período, nós conseguimos um projeto que foi sofridíssimo, nós conseguimos com o Fundo Nacional de Meio Ambiente, pra criar um Centro de Educação em Agroecologia para pequenos produtores”.*

Em outras palavras, ele ativava, reforçava, adquiria novas disposições e, concomitantemente, gerava e ampliava seus capitais cultural, social e econômico por meio do convívio e aprendizado com outras socializações. Milanez narra um projeto no qual participou ativamente a partir de 1989 que ajuda a entender essas proposições teóricas sob o ponto de vista empírico: *“Nós criamos [a partir da EcoFund] desde associações de produtores até ajudar os caras a vender, organizar a distribuição, organizar feirinha, tudo! Nós fazíamos apoio geral, sabe? Não era aquela coisa, ah, eu te ensino a controlar pragas, mas não... então foi um grande aprendizado pra nós e pra eles foi, enfim, criamos associações do nada! Não tinha nenhum produtor, convencemos alguns, ensinamos, produzimos e comercializamos”.*

Com o desenvolvimento histórico das questões ambientais, uma outra frente de debate e articulação se junta àquelas que Milanez já encampava e se ganha centralidade no seu ativismo: a discussão acerca dos transgênicos. A relevância dessa questão se torna fulcral, pois Francisco sabe, por conta de sua gama de conhecimentos científicos, da

amplitude que o problema tem e o que ele representa para a sociedade como um todo. Os problemas relativos à transgenia se capilarizariam, envolvendo a saúde pública por conta dos impactos desconhecidos e inconclusivos que os produtos transgênicos teriam estritamente entre as pessoas, mas as problemáticas também se irradiariam para outros espaços do mundo social como a esfera da produção agropecuária nas suas mais variadas áreas. Ou seja, da produção ao consumo, a transgenia era e é uma questão que merecia uma profunda e justificada problematização. Milanez descreve sua “entrada” nessa problemática da seguinte maneira: *“A EcoFund me ocupou muito, eu fiquei à frente dela vários anos e em 1988, por aí, eu entrei em uma das lutas que mais me envolveu na vida, infelizmente, que foi os transgênicos, começaram a falar de transgenia e eu vi que aquilo era um troço muito perigoso”*.

Na trajetória de Francisco, a luta contra os transgênicos não faz, todavia, com que ele se afaste de uma outra frente que tinha muito a ver com suas disposições sustentáveis, que era o ativismo em torno da Educação Ambiental. Como já analisado aqui, ele tinha uma visão multi, interdisciplinar e transdisciplinar da questão e que envolvia a formação generalista sobre a qual ele havia fundado sua formação acadêmica e seu ativismo político. Desde jovem Milanez apresentou disposições guiadas a práticas professorais e os valores morais relativos à transmissão de conhecimento sempre haviam sido caros a ele, sendo assim, compreende-se os porquês que seus diversos ativismos, todos orbitando de alguma forma a questão ambiental em torno desse eixo professoral, se alinhem invés de se desagregarem. Sobre essa concomitância, ele explica que: *“Eu virei presidente [da Agapan] e eu já estava envolvidíssimo com transgênicos, trabalhando fortemente com educação ambiental, que se for levar essa luta, essa luta eu considero importante porque em educação ambiental, desde o início da Agapan, eu trabalhei”*.

Nessa linha de ação, Milanez sublinha que sua atuação enquanto educador ambiental passava distante de uma determinada visão tradicional que se associaria a práticas meramente paliativas e assistencialistas. O objetivo seminal era engendrar um processo reflexivo que transformasse de maneira dialética e dialógica as práticas das escolas (enquanto organizações) e dos diferentes agentes que participavam das interações. Era um empreendimento que tinha como alvo mudar o campo e seus agentes de dentro para fora e de fora para dentro, em suma. E, para isso, Milanez recorria às suas competências criativas e capacidade de mobilização dos seus capitais social e cultural, conforme ele relata na seguinte passagem: *“A minha proposta era inserir a educação ambiental em todas as disciplinas. Então, eu reuni em Parobé [em 1990], foi o município que eu comecei, eu*

reuni as professoras de matemática, e lá eu falava só de matemática e ecologia. Os professores de Religião, Língua Portuguesa... cada um eu ia. E depois eu comecei a criar uns grupos que entremeavam, isso gerou as coisas mais inesperadas e interessantes do mundo. Depois, eu já comecei... e, bom, é importante dizer que desde o início eu nunca acreditei em educação ambiental, essa padrão, né? Eram sempre outras coisas. E, sobretudo, inserir um pensamento, né? Reflexivo e tal, incluindo a questão ambiental de uma forma mais profunda possível”.

Considerando as mudanças sociais e históricas vindas junto com o processo de redemocratização, um outro fator que colaborou para um determinado êxito que Milanez teve na sua empreitada na Educação Ambiental foi o engajamento de agentes políticos com visões mais progressistas que, por sua vez, forneceram as condições institucionais e materiais que uma proposta educacional diferenciada fosse executada. Francisco articulava atividade aparentemente simples e que interseccionavam uma série de saberes científicos (e intuitivos) interdisciplinarmente.

Ademais, existe a mobilização de um conjunto de capitais culturais para o alcance do objetivo. Não era necessário apenas conhecer o prefeito e expor a ideia, era preciso fazê-lo com uma metodologia que permitisse o sucesso via engajamento dos eventuais participantes. Francisco exemplifica sua abordagem, a participação dos agentes políticos e o engajamento destes com o seguinte relato: *“Eu propus um trabalho, ele [o prefeito da cidade] disse Ah, eu quero um curso aí, uma das coisas que eu quero é um curso para os professores, de educação ambiental’ eu digo ‘Não dá, tchê! Eu dou curso todo tempo, não funciona! Tu dá o curso, os professores adoram, mas no dia-a-dia eles não se sentem potentes e encorajados e vão largando, nós temos que fazer qualquer coisa, mas que seja continuada, pra dar apoio pra eles’ e o prefeito era inteligente, o secretário era um cara sensível também e toparam. E acabou virando toda a gestão, quatro anos de curso, foi muito legal! Nesse curso, pra tu ver, eu comecei a pensar coisa assim, não basta ensinar, temos que praticar”.*

Na esteira dessa ideia, um dos objetivos de Milanez era fazer com que os participantes das atividades pudessem dar continuidade por si àquilo que experienciaram. A continuidade do processo de socialização que a formação poderia fornecer geraria nos participantes novos capitais e disposições, todavia, para que isso ocorresse seria preciso que a socialização e que os conhecimentos fossem usados longitudinalmente, isto é, a experiência não poderia ser restrita a uma eventualidade, seria fulcral que ela permanecesse no decorrer do tempo. Sendo operacionalizado dessa forma, uma proposta, mesmo que

inédita, seria muito mais efetiva e duradoura, Mila exemplifica essa concepção assim: *“É uma coisa que eu luto até hoje, com dificuldades, mas que eu levei a vários municípios e lá eu consegui implementar, que era a inversão das prioridades do lixo. Isso foi uma coisa muito legal! Qual era a minha ideia os professores vão preparar e os alunos vão ser os agentes”*.

Entretanto, o suporte que os agentes políticos podem dar, seu engajamento e dos eventuais participantes, se encontram condicionados pelo contexto no qual a situação ocorre. Com isso, exponho que a dinâmica das relações econômicas sobre as quais a interação entre os mais variados atores acontece tem uma determinação acerca de como se dá na prática. Por exemplo, o projeto que Milanez idealizou com as questões relativas ao lixo se viu obstaculizado porque o manejo de refugos é uma atividade econômica alvo de intensa disputa entre empresas, pois o investimento estatal nessa área é amplo e permanente. Dessa forma, as práticas e as disposições também foram enfraquecidas pelas restrições diretas impostas pelo quadro contextual. Mila acentua isso ao citar que: *“Só que tu batia na realidade, como os caras administram isso e isso dá dinheiro, é a coisa mais cara do município, é o que mais dá dinheiro para os caras, não vou nem dizer o que são”*.

Seguindo essa linha de argumentação se, por um lado, as condições objetivas podem restringir as possibilidades práticas acerca daquelas que são alvo de disputas mais acirradas por recursos; por outro lado, podem habilitar a realização de práticas diferenciadas em campos menos legítimos que são, conseqüentemente, menos disputados por agente dominantes, logo, estão mais abertos a ações que fogem de um determinado padrão aspirado. Se os problemas relativos ao lixo são mais difíceis de ser enfrentados frontalmente por conta das disputas econômicas, outras áreas, como da produção de alimentos por meio de hortas comunitárias eram mais abertas para as práticas orientadas por suas disposições sustentáveis que Milanez realizava.

O peso desse argumento se mostra no êxito que ele teve com uma iniciativa de Agroecologia Urbana sistematizada em 2002. Sobre isso, Francisco descreve que: *“Isso eu acho que foi 2002... uma coisa assim... não se falava nem de agricultura urbana ainda, mas já foi agroecologia urbana. Por causa que estava começando o negócio da fome e da miséria, fazer as hortas urbanas, e ninguém tinha competência e quando fazia, fazia convencional. Então, a ideia foi treinar os caras das vilas pra serem os técnicos da horta, né, comunitária. Foi um barato! Foi uma loucura! Demos curso de empreendedorismo junto, foi... porque eu achava que muitos não iam conseguir trabalhar, mas iam ter que saber se virar... E o outro curso foi cozinha”*. Outro elemento a ser sublinhado nesse

mesmo relato é que Milanez articula dentro do seu patrimônio disposicional competências que o conduzem a práticas sempre interdisciplinares, as quais trazem conjuntamente disciplinas associadas que habitam suas ações e as de outrem. Os conhecimentos não aparecem compartimentados, pois eles estão em constante e permanente relação.

A mobilização de capital social com e entre agentes políticos de mentalidade mais progressista também se mostrou de suma importância para a consecução dos trabalhos relativos a Educação Ambiental que Milanez articulava. Houve também a mobilização de capitais culturais agregados no decorrer dos anos de engajamento com as mais variadas questões que garantiram o sucesso daquilo que ele planejava nos municípios. A articulação relacional entre capitais alinhados com esses agentes ligados ao estado está, em igual medida, associada às disposições sustentáveis, pois elas são patentemente mobilizadas por conta da própria natureza dos projetos que Mila implementava nas localidades. O relato sobre esse período e essas experiências denota que: *“E daí eu já estava e, vários municípios, logo depois eu falei desse curso que começou em 1993, em Lindolfo... logo depois eu estava fazendo um trabalho em Parobé e conheci o prefeito de Nova Hartz, que é do lado, e lá eu fiz um trabalho de educação ambiental, fiz um trabalho, também, na área de agroecologia e planejamento, produção agroecológica, o município não tinha, e acabei fazendo um trabalho dos mais interessantes de todos”*.

Um outro aspecto relacional entre os quadros contextuais dentro dos quais se organizam a vida dos indivíduos é que os eixos em que eles se realizam podem eventualmente entrar em conflito (LAHIRE, 2005, 2015), fazendo com um lado da vida individual receba menos atenção por conta de uma maior pertinência de outro aspecto. Esse processo ocorria, segundo Francisco, nas vezes que ele presidia a Agapan, pois sua vida pessoal recebia menos atenção e isso acabava por prejudicar seus negócios como autônomo. A militância na Associação pedia um certo nível de dedicação que impedia Milanez aplicar o tempo que precisava para fazer seus negócios prosperarem mais.

É necessário enfatizar, teoricamente, que há, seja de maneira intuitiva ou abertamente reflexiva, um cálculo econômico (no sentido de alocação ótima de recursos escassos) não apenas de recursos materiais, mas também simbólicos a serem aplicados em cada atividade. Por exemplo, em geral, não possuímos tempo para todas as práticas em que aspiramos nos engajar, sendo assim, se faz preciso decidir em qual dedicaremos maior tempo. Consequentemente, um quadro contextual pode ganhar mais importância que outro nas nossas vidas sociais. A descrição de Milanez sobre os momentos que presidiu a Agapan ilustra esse argumento teórico da seguinte maneira: *“Cada vez que eu presidi a Agapan, a*

minha vida pessoal vai pro lixo, né? porque, como eu sou autônomo... quem tem emprego, tem emprego, quem é autônomo, dá o seu tempo de graça”.

Ademais, uma competência que Milanez articula constantemente com suas disposições é a capacidade de observar o potencial do ambiente natural se sustentar e gerar desenvolvimento para aqueles que habitam numa determinada região. O desenvolvimento econômico permanece no foco, é potencializado pela presença da preocupação com os seres humanos e com o ambiente natural no qual habitam. É interessante observar que o pensamento ecológico e holístico é mobilizado por Milanez conjuntamente com ações que integram as diferentes instâncias de uma realidade social específica, dessa forma, seus objetivos relacionados com a Sustentabilidade se tornam exequíveis, embora nem sempre ele consiga os recursos materiais e simbólicos para realizar suas propostas. O seguinte relato explica melhor essa análise: *“Eu me dei conta lá, vivendo lá, é que a Amazônia estava plena e completa, claro, eu já sabia... aí eu tive a ideia de, que eu fiz um projeto que nunca consegui verba, pedi para várias entidades financiadoras, era um projeto de pesquisa prática que era o seguinte, eu entrava com a equipe na Amazônia, ia nos lugares, levantava a floresta e as coisas em potencial alimentício, utilidades e medicinal. Aí eu vinha, fazia um plano de negócio, organizava os caras em cooperativa, ia lá e ensinava os caras a extrair aquelas coisas todas, fazia um estudo de resiliência, capacidade de campo, capacidade de suporte, né? E o quanto se podia extrair sem prejudicar a floresta, ter um extrativismo racional”.*

Essa perspectiva integradora sobre a relação que pode ser estabelecida entre pessoas e natureza norteou tanto sua preocupação com seus negócios quanto a agenda que Milanez construiu para a Educação Ambiental. Metaforicamente, se tomarmos as áreas de atuação de Mila como duas frentes, é possível afirmar que a primeira frente seria da atuação no âmbito pragmático da preservação, porém ela não pode ser dissociada da segunda frente que é a da reconfiguração das categorias do próprio pensamento. Tal reconfiguração se daria por meio de processos educativos diferenciados, lastreados por uma presença constante na natureza na cidade, por exemplo. Seria preciso fazer enxergarem que o papel da natureza nas suas vidas e remontar a importância do ambiente natural para a manutenção do próprio ambiente urbano. Embora a ideia pareça contraditória na sua aparência, ela não seria de fato, pois a urbanidade não deixa de estar inserida no meio ambiente, ainda mais se este for pensando a partir de uma perspectiva holística, complexa e integrada, que é precisamente como Milanez vê. Dessa forma, ele sinaliza que: *“Então, o que eu achava é que a gente via, pela educação ambiental, que as pessoas estão perdendo o vínculo*

totalmente e que a natureza, por uma questão de medo e várias práticas agressivas, foi expulsa da cidade”.

Essa visão sustentável para a cidade se prolonga para a maneira pela qual Milanez vê o relacionamento que a cidade estabelece com o campo. Nesse sentido, os dois também estariam integrados, não sendo possível pensar sobre o desenvolvimento urbano sem associá-lo ao rural e ao meio ambiente como um todo. Os recursos públicos em especial deveriam ser aplicados considerando os aspectos sustentáveis promovidos nessa integração. Essa visão denota um alinhamento reflexivo com uma série de valores morais que são parte da atualização e reforço das disposições do próprio Milanez. É pertinente enfatizar que os quadros contextuais, as disposições, a reflexividade e os valores morais individuais se articulam de maneira tão relacional que se torna impossível analisá-los em separado, pois eles não estão apartados em instância alguma da vida social. Isso fica visível quando Milanez explica que: *“Então, isso é uma coisa que sempre me interessou na área urbana, em termos urbanos, na verdade, o desenvolvimento me interessa no todo, porque eu não vejo o desenvolvimento urbano... até porque a cidade é totalmente dependente do campo, mas de qualquer forma é ela que hoje tem o dinheiro mesmo... manda, né? mas trazer de volta, mesclar, eu acho que não tem que haver cisão, nenhuma divisão, não tem nenhuma lógica, essa lógica é muito prejudicial a todos.”*

A integração da cidade com a natureza mostra que o planejamento urbano, por exemplo, é visto por Milanez como algo que é normalmente feito a partir de uma lógica não-sustentável, pois esta exclui em larga medida a relevância da natureza para a manutenção da própria vida das pessoas na cidade. As disposições de Milanez se integram aos seus conhecimentos sobre a cidade e sua vivência no campo de forma que sua visão complexa sobre o mundo social e natural faz com que ele consiga ver o quão interligados os espaços sociais estão, assim como ocorre com os conhecimentos.

Entretanto, o sucesso em qualquer empreendimento tende a ser determinado também pela articulação e confluência entre as condições materiais mais imediatas de possibilidade e as disposições, competências e apetências subjetivas dos agentes no âmbito individual mesmo. Sendo assim, pode ocorrer, como aconteceu no caso de Milanez, de apesar de estar dotado dos conhecimentos necessários para fazer um empreendimento dar certo e ter as disposições que, em tese, seriam requeridas para alcançar sucesso, as determinações econômicas podem se impor e o indivíduo apesar de ter o capital cultural e as disposições que poderiam fazer seu negócio sem bem sucedido, não obtém sucesso. Em

certa medida, é o que se dá com Milanez e sua tentativa de abrir, por exemplo, um restaurante e bar que servia verduras orgânicas.

A constituição do campo e do quadro contextual criavam barreiras específicas, é claro, porém o maior obstáculo que ele sinaliza foi a falta de capital econômico que ele pudesse efetivamente investir no negócio em volume suficiente para custear o êxito. Como Bourdieu (1985) aponta, existe uma primazia do capital econômico sobre os outros que acaba por impor limites às práticas que os indivíduos podem engendrar. Sobre essa questão das limitações econômicas estruturais, Milanez explica da seguinte forma: *“Mas então, isso foi uma coisa interessante, porque eu acreditava, eu queria fazer uma coisa arrojada, na época, nem tinha entrega de comida e eu fazia, de produtos, e eu queria vender de madrugada, então, logo depois eu abri um restaurante, que era bar e restaurante e às 4h da manhã eu tinha verdura orgânica, genial! Só que eu não tinha capacidade de fazer propaganda nem nada [riso contido] e fui... não ganhava nada. Um péssimo negócio, deu muito trabalho”*.

No entanto, uma das importantes militâncias que Milanez encampou na sua trajetória mais recentemente e que vem tendo um profundo impacto no Rio Grande do Sul e no Brasil no que tange a produção de alimentos orgânicos, foi sua contribuição para articular os resultados que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem alcançando que é ser o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Algo que tem diretamente a ver com o papel do Estado, enquanto metacampo do poder (BOURDIEU, 2014), na deliberação de políticas públicas que podem fortalecer uma atividade econômica. A concentração de poder simbólico no Estado permite a ele e àqueles com acesso direto a seus instrumentos deliberar ações que criam, ou mesmo reforçam, as práticas de um determinado setor.

Nesse sentido, isso pode ser visto com a produção crescente e exitosa produção de arroz orgânico pelo MST, que é resultado de planejamento realizado junto com os produtores vinculados ao próprio movimento, agentes políticos e, como já salientado, políticas públicas orientadas para fortalecer a produção de orgânicos no âmbito da agricultura familiar. O seguinte relato de Milanez descreve esse engendramento articulado pelos atores delineados acima: *“No estado, agora quando eu assumi o plano Rio Grande do Sul Sustentável eu, automaticamente, a primeira coisa que eu fiz foi criar o grupo de trabalho de arroz orgânico que, efetivamente, coincidiu com a ampliação da produção de arroz orgânico, de 2013 para 2014... Mas que, obviamente, eu apenas fui um... Eu tenho certeza que a gente ajudou a congrega, né? Criamos um estilo de licitação que deu muito*

certo, novamente com a abertura do governo, e criamos um compromisso de auxiliar, criamos o decreto de compras públicas sustentáveis que viabilizava o estado pagar mais por produtos orgânicos e obrigava o estado a comprar (DL 51.771 de 29 de agosto de 2014) e isso foi uma coisa muito importante! Porque eu não conheço nenhum outro decreto que obrigue a comprar orgânico onde existe”.

No âmbito da expansão desse projeto relativo à produção orgânica que, por seu turno, se relaciona diretamente com a produção sustentável de alimentos é que os produtos em transição, isto é, vindos de produtores que estão indo da produção convencional para a orgânica, possam também receber uma remuneração diferenciada enquanto não concluem esse processo. Milanez argumenta que é imperativo fazer com que esses produtores tenham capital econômico para fortalecer suas práticas, uma vez que este possui uma primazia que determina o poder de ação dessa prática. Contudo, esse passo ainda está na esfera do que Milanez define como um sonho, pois ainda não é exequível. Todavia, essa projeção sublinha que quando houver o quadro contextual favorável, a ação de Milanez estará encaminhada nessa direção.

Em outras palavras, as disposições (sustentáveis) objetivas já existem e estão à espera do quadro contextual favorável (as condições objetivas) para serem efetivamente ativadas. Francisco explica esse projeto para o futuro utilizando os seguintes argumentos: *“Porque para os caras faria muita diferença, e pra quem está comprando, na verdade, um produto em transição vende bem! Porque em transição tu já não aplica agrotóxico nele, entendeu? É só o resíduo do solo, o resíduo do solo é infinitamente menor do que o aplicado, então, ele merece muito! E, claro, não daria o preço de orgânico, mas um preço intermediário, né? Mas isso seria uma motivação muito grande para os produtores. Isso é um sonho ainda”.*

De forma a concluir os relatos que sustentaram essa análise, trago uma das últimas reflexões de Milanez sobre a condição humana e a dificuldade dessa condição em se alinhar com as práticas da Sustentabilidade e seus respectivos valores norteadores. Para ele, a maioria das soluções que podemos acessar está ao alcance das mãos e das reflexões mais simples, porém o costume de seguir uma específica metodologia de fazer algo nos leva a um acomodamento sobre estruturas históricas que tornam difícil, por exemplo, o desvelamento do malefício que as práticas atreladas a essas mesmas estruturas tradicionais trazem.

Existe aí uma certa invariância que se prolonga mesmo entre as classes dominantes que, embora tendam a estar mais abertas ao debate sobre acerca de métodos mais

sustentáveis de desenvolvimento capitalista, não conseguem efetivar práticas que de fato não apenas mitiguem os problemas relacionados a degradação ambiental, mas tragam soluções para tais questões. Milanez explica que: *“O ser humano é o único ser que morre por inércia de qualquer coisa, do lado está a solução. E esse é o desafio, o desafio não é fazer nenhuma novidade, é só aplicar o medianamente inteligente! E tu cura o planeta! Isso que é absurdo! Ai os caras “Ah, tecnologia pra tratar...”, não! Como é que queima um troço assim? Queima assim, sabe? Tudo tem a solução aí”*.

É necessário enfatizar que os recortes escolhidos para construir essa análise, apesar de sustentados na trajetória biográfica de Milanez, não compreendem a totalidade das suas experiências e, em larga medida, nem poderiam. Os objetivos teórico-metodológicos que nortearam essa análise assim como as escolhas conceituais delineadas tornam imperativo circunscrever a escrita em determinados eixos. O empreendimento aqui foi tentar integrar e unir esses eixos da vida de Francisco com os objetivos e os conceitos que sustentam o argumento central dessa tese, a saber, que as disposições que orientam um indivíduo no decorrer de sua vida às práticas relativas a Sustentabilidade não podem ser remontadas a partir de um momento específico da trajetória individual ou mesmo a uma mera coletânea de momentos. Para compreender como as disposições sustentáveis são formadas é preciso reconstituir de forma integradora e integrativa a trajetória individual por meio de uma biografia sociológica.

Essa escrita biográfica demanda a conjunção entre elementos disposicionais, contextuais, os campos nos quais as práticas ocorreram, os capitais mobilizados pelo biografado e os aspectos intrínsecos do habitus dele. Considerando também esse habitus como um patrimônio disposicional plural construído, ativado, reforçado, enfraquecido e modificado no decorrer de inúmeras socializações. Além disso, esses movimentos e processos socializadores que constituintes e constitutivos não acontecem apenas mediante esquemas de cumplicidade entre o quadro contextual (ou o campo), no qual a prática se dá, e o patrimônio disposicional (o habitus) da pessoa, mas também são resultado de esquemas reflexivos orientados por valores morais sobre os quais o agente engendra essa reflexividade.

Ademais, por considerações de tempo e espaço para a conclusão desta pesquisa se escolheu por não escrutinar a vida afetiva de Milanez com suas companheiras e os filhos. Esse foi também um movimento proposital, que tomou em consideração o volume de informação que já havia sido gerado sobre a vida de Milanez e minhas limitações pessoais em analisar o volume de informação que eu já possuía associado àquele que eu adquiriria

por meio de novas entrevistas que permitissem entrar nessas questões. Admite-se essa limitação, porém ela pode ser superada por meio de novas entrevistas e análises que podem ser incorporadas em outros escritos tais como artigos científicos que prolonguem o tema desta tese, ou mesmo livros que abordem descritivamente a rica biografia de Milanez.

Portanto, essa ressalva se torna importante para que se compreenda que obedecendo os objetivos e conceitos norteadores dessa tese não foi possível abarcar a totalidade das experiências de Francisco. Sendo assim, essa estratégia representou também uma escolha teórica e metodológica essencial para que essa análise fosse escrita. É preciso salientar, por fim, que esse texto se trata de uma análise sociológica e não de um texto biográfico comprometido apenas com a descrição das experiências pessoais de Milanez. São esses os aspectos que fizeram com que recortes específicos precisassem ser feitos e que a maneira da condução da escrita gerasse o resultado que se seguiu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese nasceu a partir de observações que me levaram a questionar os porquês de determinadas continuidades que a observação empírica do campo da Administração, associadas também a uma revisão da literatura que concerne a Educação para a Sustentabilidade. Nesse sentido, o início dos questionamentos foi orientado pela vontade de entender quais os engendramentos que poderiam explicar as barreiras para a consecução da Sustentabilidade, e de uma educação orientada pelas suas práticas (sendo ambas indissociáveis). Conceitualmente, para explicar tal fenômeno, o aparato epistemológico e teórico forjado por Pierre Bourdieu foi essencial para descortinar como essas barreiras se objetivariam. Nessa perspectiva, elas seriam resultado de uma diacronia entre os capitais mais legítimos que os agentes esperariam ver nas aulas como e aqueles que de fato eles veem, considerando nesse interim a constituição do próprio campo. Esse desajuste entre habitus, capitais e campo fariam com que essas barreiras emergissem nos mais variados níveis. Essa explicação macrossociológica conseguiu contemplar como um primeiro movimento teórico as essas inquietações iniciais.

Entretanto, a resolução desse primeiro movimento conduziu a uma segunda leva de questionamentos. Se em termos macrossociológicos as barreiras emergiam por conta das dinâmicas salientadas, o que faria com que a Sustentabilidade e a educação orientada por suas práticas obtivessem êxito entre certos indivíduos? Esse questionamento focal conduziu ao segundo movimento teórico desta tese e, lastreado pela sociologia

disposicionalista a nível individual de Bernard Lahire, se passou a teorizar que seria uma convergência entre o patrimônio plural de disposições (o habitus desses indivíduos) e quadros contextuais favoráveis que seria responsável pelo avanço da Sustentabilidade entre determinados agentes. A nível individual, todavia, não seria possível atribuir a um momento específico na vida social a construção de uma disposição tal qual de uma competência ou de uma apetência. Esses movimentos e processos só poderiam ser explicados se eles fossem remontados até sua gênese.

Nessa perspectiva, essa espécie de arqueologia disposicional demandava que diversos aspectos da trajetória biográfica fossem reconstituídos de maneira que essa investigação permitisse, por sua vez, desvelar os mais diversos movimentos e processos de socialização, pois estes são seminais para que um indivíduo específico orientasse sua vida em torno das práticas da Sustentabilidade. Essa demanda teórico-metodológica me levou a sugerir aqui o conceito de disposições sustentáveis na tentativa de nomear esses esquemas mentais de percepção, classificação e ação responsáveis pela orientação supracitada. E, metodologicamente, a alternativa que transversalizava necessariamente as proposições teórico-metodológicas desta tese levava a construção de uma biografia sociológica nos moldes da que Norbert Elias fez de Mozart, que Bernard Lahire elaborou sobre Franz Kafka ou que Priscila Coutinho construiu acerca de Juscelina.

Realizando um adendo com o objetivo de dar uma contribuição teórica para desenvolver e avançar com o que já havia sido proposto, esta tese também se ergueu em torno do argumento que a atualização de uma disposição, seja para o seu reforço ou enfraquecimento, é fruto não apenas de uma cumplicidade ontológica entre disposições e quadros contextuais, ou entre habitus e campo. Argumentou-se também que tal atualização seria resultado de um alinhamento com determinados valores morais que permeiam os mais distintos e variados quadros institucionais, e seria por meio do engendramento de um processo reflexivo concomitante que, efetivamente, essas disposições seriam atualizadas.

Em outras palavras, inclinações disposicionais e a reflexividade lastreada por valores morais seriam responsáveis por esse processo de atualização, o qual aconteceria por meio das inúmeras socializações que se dão no decorrer da trajetória biográfica individual. Sendo assim, esses dois elementos interagem permanentemente e não poderiam ser dissociados e, uma análise que se propusesse sustentar esse terceiro argumento teórico-metodológico, não poderia de forma alguma tratar esses dois fatores separadamente.

Ademais, e nesse mesmo sentido, a reflexividade não ocorre por meio de elucubrações internas separadas do mundo social. Ela é estruturante, é claro, mas não deixa

de ser estruturada, pois as possibilidades de pensamento e de ação são habilitadas ou restringidas por condições sociais antecedentes que estão permeadas por valores morais. Tais valores não são, por seu turno, divorciáveis das instituições às quais eles se associam direta ou indiretamente, assim, qualquer movimento reflexivo é dinamizado por uma crítica a essas instituições e se guia por elas em alguma proporção, seja para afirmá-las ou negá-las. Dessa forma, foi assim que se somou o argumento sugerido por Luc Boltanski na sua obra *On the Critique – A sociology of Emancipation* aos eixos teóricos anteriores que sustentavam esta tese.

Levando em conta em todos esses aspectos, esta tese seguiu o caminho metodológico da construção da biografia sociológica de José Francisco Bernardes Milanez. Essa escolha foi baseada na patente militância que ele vem desenvolvendo na sua vida em torno das mais variadas causas que fazem, em maior ou menor grau, interface com a Sustentabilidade, entendida aqui como a tentativa permanente de equilibrar lucro econômico com a responsabilidade social nos mais diferentes níveis e a preservação (e respeito) ao ambiente natural. Além dessa militância, Milanez construiu sua trajetória acadêmica, profissional e até mesmo familiar sobre os princípios e práticas relativos. O objetivo dessa biografia sociológica foi de servir de solo empírico para amparar as proposições teóricas e metodológicas sobre as quais esta tese foi elaborada. Integrou-se, assim, as perspectivas, responderam-se os questionamentos e forneceu-se também uma análise sociológica para os diferentes problemas que emergiram no durante todo o processo de pesquisa que culminou neste texto final.

Por meio dessa biografia sociológica foram salientadas as disposições, competências, apetências, elementos estruturais (objetivos e subjetivos) e os valores morais que nortearam Milanez ao longo de sua vida. Ressaltaram-se, na medida do possível e da possibilidade de divulgação de determinadas informações, pessoas, lugares e as respectivas socializações que construíram e engendraram o conceito central desta tese, a saber, as disposições sustentáveis do biografado. Considerando as questões metodológicas, foi feita a escolha de centrar a análise nos relatos próprio biografado obtidos por meio de conversas formais e informais. Outro aspecto que forneceu informação para esta pesquisa foi a convivência com Milanez durante mais de ano, logo, apesar de admitir a limitação causada pela centralidade na fala dele, acredito que isso não prejudicou o processo analítico ou impediu que as conclusões apresentadas na seção da análise fossem sustentadas com solidez.

Nesse sentido, também se considera que os objetivos sistematizados para essa tese foram alcançados. Em especial, o objetivo central que era sustentar que não é possível remontar as disposições individuais (ou justificar sua gênese) por meio do estudo de um momento isolado de uma trajetória biográfica como, por exemplo, a socialização na universidade ou com a família. Foi imperativo, a partir de perspectiva fundamentalmente relacional, conjugar socializações, disposições, quadros contextuais, processos reflexivos e valores morais para fornecer uma ampla compreensão sobre a gênese e engendramento das disposições, relacionadas com os outros elementos conceituais.

Como um esforço complementar de síntese teórico-empírica, é importante salientar que esta tese avança e contribui para o campo das pesquisas sociológicas, organizacionais e pedagógicas, pois permite, por meio da dialética entre os aparatos conceituais dos três principais autores que lastrearam este estudo analisar e avançar com os seguintes aspectos. Primeiro, que em uma perspectiva macrosociológica, a trinômio bourdieusiano “campo-habitus-capitalis” permite entender como se dão as barreiras cognitivas e práticas que habilitam ou restringem as condições individuais e coletivas de aprendizagem e o reconhecimento de determinados autores e os conteúdos com os quais os atores sociais se relacionam no decorrer de suas trajetórias tanto escolares quanto acadêmicas (no sentido da sua participação no campo científico). Tal perspectiva macrosociológica se mostra completável por uma microsociológica que recorre ao nível dos indivíduos.

Segundo, esta tese também contribui para análise e para a compreensão sobre o papel dos patrimônios disposicionais individuais no desenvolvimento de determinadas práticas que ocorrem em diferentes contextos de ação. No âmbito desta tese, isso foi feito recorrendo ao aparato conceitual de Bernard Lahire, que permitiu a análise e compreensão da heterogeneidade de tais patrimônios disposicionais, salientando também que os indivíduos são atores plurais que passam suas trajetórias transitando em diferentes contextos de ação e, assim, por serem socializados de maneira heterogênea, desenvolvem patrimônios disposicionais que são inter e intradisposicionalmente também heterogêneos. Nessa segunda contribuição está a interface entre a perspectiva macrosociológica e a microsociológica que atuam de forma complementar uma a outra.

Em um terceiro movimento teórico, mas que possui patentes implicações empíricas, esta tese sugere um último avanço no sentido de enfatizar que o processo de atualização dessas disposições supracitado não ocorre de maneira mecânica. Tal processo acontece por meio de processos reflexivos que são engendrados nos mais variados de crise dos diferentes volumes e estruturas no decorrer das trajetórias biográficas individuais. Esses processos

reflexivos, por seu turno, não se dão com total agência individual, pois tais processos orbitam em torno de instituições que são estruturadas e estruturantes orientando os caminhos pelos quais tais disposições serão factualmente atualizadas. Portanto, a atualização reflexiva dos patrimônios disposicionais se atualizam e mostram que os atores possuem sim agência, mas dentro de determinados limites socialmente estabelecidos e, sendo assim, sociologicamente verificáveis.

Por fim, é preciso sublinhar que esta pesquisa, além do seu caráter essencialmente autoral na tentativa de articular epistemologicamente conceitos, teve um segundo aspecto de igual importância. O processo como um todo, mas especialmente a convivência e as conversas com Mila, transformaram sensivelmente a visão que possuo sobre educação, preservação do ambiente natural e esse caractere específico do doutorado, junto com a vivência com os colegas e as leituras tornaram essa experiência única na minha trajetória. Todas essas socializações, relacionalmente, contribuíram e foram fundamentais para a construção deste texto.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, L.; LEAL FILHO, W.; BRANDILI, L.; MACGREGOR, C.; MOLTHAN-HILL, P.; OZUYAR, P.; MOREIRA, R. Barriers to Innovation and Sustainability at Universities Around the World. **Journal of Cleaner Production**, 2017.
- BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. (Eds.). **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1985. p. 241-258.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 65-80.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b, p. 34-64.

- BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998c, p. 145-183.
- BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**; elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. **Sobre o estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOYLE, M. Walking our talk: Business Schools, legitimacy and Citizenship. **Business & Society**, v.43, p.37-68, 2004.
- BRUNSTEIN, J.; JAIME, P.; CURI, P.; D'ANGELO, D.; MAINARDES, E. Assessment and evaluation of higher education in business management: an analysis of a Brazilian case in the light of social learning theory for sustainability. **Assessment & Evaluation in Higher Education**, 2015.
- CARVALHO, S. L. G.; BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S. Um panorama das discussões sobre educação para a sustentabilidade no ensino superior e nos cursos de administração. In: BRUNSTEIN, J.; GODOY, A. S.; SILVA, H. C. (Orgs.) **Educação para Sustentabilidade nas Escolas de Administração**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. cap. 5.
- COUTINHO, P. **“Meu sonho era maior que eu”**: biografia sociológica de uma **trânsfuga de classe**. 2015. 302p. Tese de doutorado - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- ELSTER, J. **Explaining technical change**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1983.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business**. BC, Canada. New Society Publishers, Gabriola Island, 1997.

FIGUEIRO, P. **Educação para a sustentabilidade em cursos de graduação em administração: proposta de uma estrutura analítica**. 2015. 262 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

GELI, A.; LEAL FILHO, W. Education for sustainability in university studies: experiences from a project involving European and Latin American universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**. v. 7, n. 1, p. 81-93, 2006.

GEORGE, C. Sustainable Development and Global Governance. **The Journal of Environment Development**, University of Manchester, v.16, n.102. 2007.

GHOSHAL, S. Bad management theories are destroying good management practices, **Academy of Management Learning and Education**, v.4, n.1, p.75-91, 2005.

GHOSHAL, S.; MORAN, P. Bad for practice: A critique of the transaction cost theory. **Academy of Management Review**, v.21, n.1, p.13-47, 1996.

SÁ, M. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. 2015. 271p. Tese de doutorado – Universidade do Minho. Braga, 2015.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005.

JABBOUR, C. J. C.; SARKIS, J.; JABBOUR, A. B. L. S.; GOVINDAN, K. Understanding the Process of Greening of Brazilian Business Schools. **Journal of Cleaner Production**, v. 61, p. 25-35, 2013.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1953.

KOPNINA, H.; MEIJERS, F. Education for Sustainable Development (ESD). **International Journal of Sustainability in Higher Education**. v.15, n.2, p.188-207, 2014.

LAHIRE, B. **O Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

LAHIRE, B. Trajetória acadêmica e pensamento Sociológico. Entrevista de Bernard Lahire à Maria da Graça Jacintho Setton. **Educação & Pesquisa** vol.30 no.2 São Paulo Maio/Ag. 2004b.

LAHIRE, B. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual". **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, p. 11-42, 2005.

LAHIRE, B. Entrevista de Bernard Lahire à Sofia Amândio. “Do Homem Plural ao Mundo Plural”. **Análise Social**, n. 202, p. 195-208, 2012.

LAHIRE, B. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educação e Pesquisa**. v.41, 2015.

LAHIRE, B. **Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire**, Paris, La Découverte, 2010.

LIMA JUNIOR, R. **Evasão do ensino superior de Física segundo a tradição disposicionalista em sociologia da educação**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Física) – Instituto de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

LOYAL, S. **Bourdieu’s Theory of the State**. Londres: Palgrave, 2017.

LOZANO, R. Incorporation and Institutionalization of SD into Universities: Breaking through barriers to change. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 787-796, 2006.

LOZANO, R. Diffusion of sustainable development in universities’ curricula: an empirical example from Cardiff University. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, p. 637-644, 2010.

MARCONATTO, D.; TREVISAN, M.; PEDROZO, E.; SAGGIN, K.; ZONIN, V. Saindo da Trincheira do Desenvolvimento Sustentável: uma Nova Perspectiva para a Análise e a Decisão em Sustentabilidade. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 15-43, jan./fev. 2013.

MISOCZKY, M. C. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. n.spe, p. 9-30, 2003.

MURTAZA, N. Pursuing self-interest or self-actualization? From capitalism to a steady state, wisdom economy. **Ecological Economics**, v. 70, p. 577–584, 2011.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORR, D. **Earth in Mind – on education, environment and the human prospect**. Washington: Island Press, 2004.

PALMA, L. **Aprendizagem transformadora sustentável : integrando processos de ensinoaprendizagem, gestão e mudança para sustentabilidade nos cursos da área de gestão à luz da teoria da complexidade**. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

PRESTES MOTTA, F. C. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. (2ª ed. revista e ampliada)

REDCLIFT, M. R. Sustainable Development (1987-2005) – an oxymoron comes of age. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 65-84. 2006.

REIS, C. **Trajetórias em contraponto: uma abordagem microsociológica da formação superior em duas universidades brasileiras**. 2014. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

ROHWEDER, L. Integrating Environmental Education Into Business Schools' Educational Plans in Finland. **GeoJournal**, v. 60, n.2, p. 175–181, 2004.

SCHUTEL, S. **Aprendizagem transformadora para o desenvolvimento sustentável futuro : estudo de casos em cursos de administração no Canadá e no Brasil**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C.; GUIMARÃES, L. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SIDIROPOULOS, E. Education for sustainability in business education programs: a question of value. **Journal of Cleaner Production**, v. 85, p. 472-487, 2014.

SIDIROPOULOS, E. Education for sustainability in business education programs: a question of value. **Journal of cleaner production**. in press, p.1-16, 2013.

SODERBAUM, P. Making Actors, Paradigms and Ideologies Visible in Governance for Sustainability. **Sustainable Development**, v.17, p.70–81, 2009.

SODERBAUM, Peter. Values, ideology and politics in ecological economics. **Ecological Economics**, v. 28, p.161-170, 1999.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STERLING, S. Transformative Learning and Sustainability: sketching the conceptual ground. **Learning and Teaching in Higher Education**, v.5, p.17-32, 2010-11.

STUBBS, Wendy; COCKLIN, Chris. Teaching sustainability to business students: shifting mindsets. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v.9, n. 3, p. 206-221, 2008.

TIANA, S.; MORILLA, M.; CARRERA, J.; RAMENTOL, S. Barreras para la sostenibilidad integral em la Universidade. *Revista Ibero-americana de Educacion*. v. 73 n. 1, p. 253-272, 2017.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, 2005. 120p.

WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus - DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n16p63-71>. **Educação & Linguagem**, 10, mar. 2007.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 87-103, Julho, 2013.

WALS, A. **DESD Global Report Learning for a Sustainable World: Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development**. UNESCO, 2009.

WARBURTON, K. Deep learning and education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 4, n. 1, p. 44-56, 2003.

WRIGHT, T. S. A. **The Evolution of Sustainability Declarations in Higher Education**. In *Higher Education and the Challenge of Sustainability*, edited by. CORCORAN, P. B; WALS, A. E. J. 7–19. Dordrecht: Kluwer Academic, 2004.

ANEXO I: Entrevistas de Francisco Milanez para a mídia convencional

12/06/2019

Jornal do Comércio - Preservar ambiente não impede o desenvolvimento, diz Milanez

ENTREVISTA ESPECIAL Notícia da edição impressa de 20/05/2013

Preservar ambiente não impede o desenvolvimento, diz Milanez

Alexandre Leboutte

Com 40 anos de militância na defesa do meio ambiente, o biólogo Francisco Milanez já exerceu algumas vezes cargos públicos na área. Na semana passada, deixou a presidência da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) para assumir a coordenação de um plano de sustentabilidade no Estado. O cargo, provavelmente, será vinculado ao gabinete do governador Tarso Genro (PT).

Milanez explica que Tarso lhe pediu para ouvir as demandas de empresários, movimentos sociais e prefeituras, visando a um planejamento para o futuro. A intenção é de que a preocupação com o meio ambiente não seja entendida como um obstáculo ao desenvolvimento, mas como uma oportunidade, buscando ser proativo na sensibilização de posturas que ultrapassem as exigências mínimas da legislação.

Dizendo não conhecer "o suficiente" o novo secretário do Meio Ambiente, Neio Pereira (PCdoB), para avaliar a nomeação, afirma "respeitar a escolha" e elogia a indicação ao comando da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) de Nilvo da Silva, com quem chegou a estudar no mestrado em Ecologia da Ufrgs.

Nesta entrevista ao Jornal do Comércio, Milanez diz ter noção de que enfrentará dificuldades para implementar suas ideias, mas que prefere estar em ação junto à máquina pública do que apenas ficar criticando. "Posso fazer muito bem o meu papel de ambientalista, mas prefiro fazer o papel de encontrar soluções. Estou no lugar que sempre sonhei." Milanez também afirma que a crise no setor, a partir da Operação Concutare, da Polícia Federal, deve abrir novas oportunidades para a questão ambiental e elogia medidas tomadas por Tarso.



ANTONIO PAZ/IC

"Não quero fazer um papel patético. Acredito na fidelidade do convite", diz Milanez.

Sem rotulagem, cidadão perde o direito de escolha, diz Milanez

Publicado em: 08/06/2015 | 10h 48m 48s Categorias: Jornal do Comércio



Milanez lamenta que as conquistas do movimento sejam provisórias, em sua opinião

No mês em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente, o movimento ecologista nacional está mobilizado contra a aprovação da lei que retira a rotulagem de transgênicos de produtos para consumo humano. O arquiteto e biólogo Francisco Milanez, ex-presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) partilha da preocupação com o tema. "A transgenia está ligada a vender mais agrotóxicos. Retirando a rotulagem, retira-se o direito de todo cidadão escolher o que comer e saber o que há em seu alimento", alerta.

Milanez lamenta que as conquistas do movimento sejam provisórias, em sua opinião. "Conquistamos a rotulagem e estão querendo derrubá-la. O problema é que as derrotas são definitivas: quando um bioma como o do pampa é destruído, não tem mais como reconstruir", diz, referindo-se à expansão da silvicultura no Sul do Estado, voltada à produção de celulose. E atribui esse status à força das empresas. "Nos últimos anos, parece que o poder econômico se organizou de uma forma imbatível nos níveis legislativos", dificultando uma legislação mais dura em relação à exploração ambiental. No entanto, comemora o sucesso da educação ambiental e avalia que crianças e jovens "têm outra cabeça". No caso da gestão ambiental nas empresas, Milanez acredita que "apesar de muitas usarem

• Facebook

Facebook post by Ricardo Alfonsin Advogados. The post features a large image with the word "FUNRURAL" in bold white letters on a dark background. Below the image, the text reads "ALFONSIN.COM.BR" and "Decisão que trata da subr... PETIÇÃO 8.140 DISTRITO FE...". At the bottom, there are buttons for "1 Comentar" and "Compartilhar". The profile name "Ricardo Alfonsin Advogados" and "há ± 1 hora" are also visible.

Notícia da edição impressa de 10/07/2017. Alterada em 09/07 às 22h28min

Movimento ambientalista deve pautar ações positivas, diz Milanez



Entrevista especial com Francisco Milanez, presidente da Agapan.
MARCELO G. RIBEIRO/MARCELO G. RIBEIRO/JC

AMBIENTE

"É mais uma péssima notícia", diz presidente da Agapan sobre nomeação de ruralista para chefia de parque

Milanez afirma que Parque Nacional da Lagoa do Peixe poderia ter pecuária compatível com preservação do local, mas sem atividades agrícolas